



Mestrado em Sociologia

Área de Especialização – Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

A (Re)Inserção Profissional no Âmbito do Rendimento Mínimo Garantido:

O Papel do Mercado Social de Emprego no Concelho de Ferreira do Alentejo

Maria Teresa Horta Pendilhas Calado

Orientador:

Prof. Doutor Francisco Martins Ramos

Este trabalho não inclui as observações e críticas feitas pelo júri

Évora
2003



Mestrado em Sociologia

Área de Especialização – Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável

**A (Re)Inserção Profissional no Âmbito do Rendimento Mínimo Garantido:
O Papel do Mercado Social de Emprego no Concelho de Ferreira do Alentejo**

Maria Teresa Horta Pendilhas Calado

Orientador:

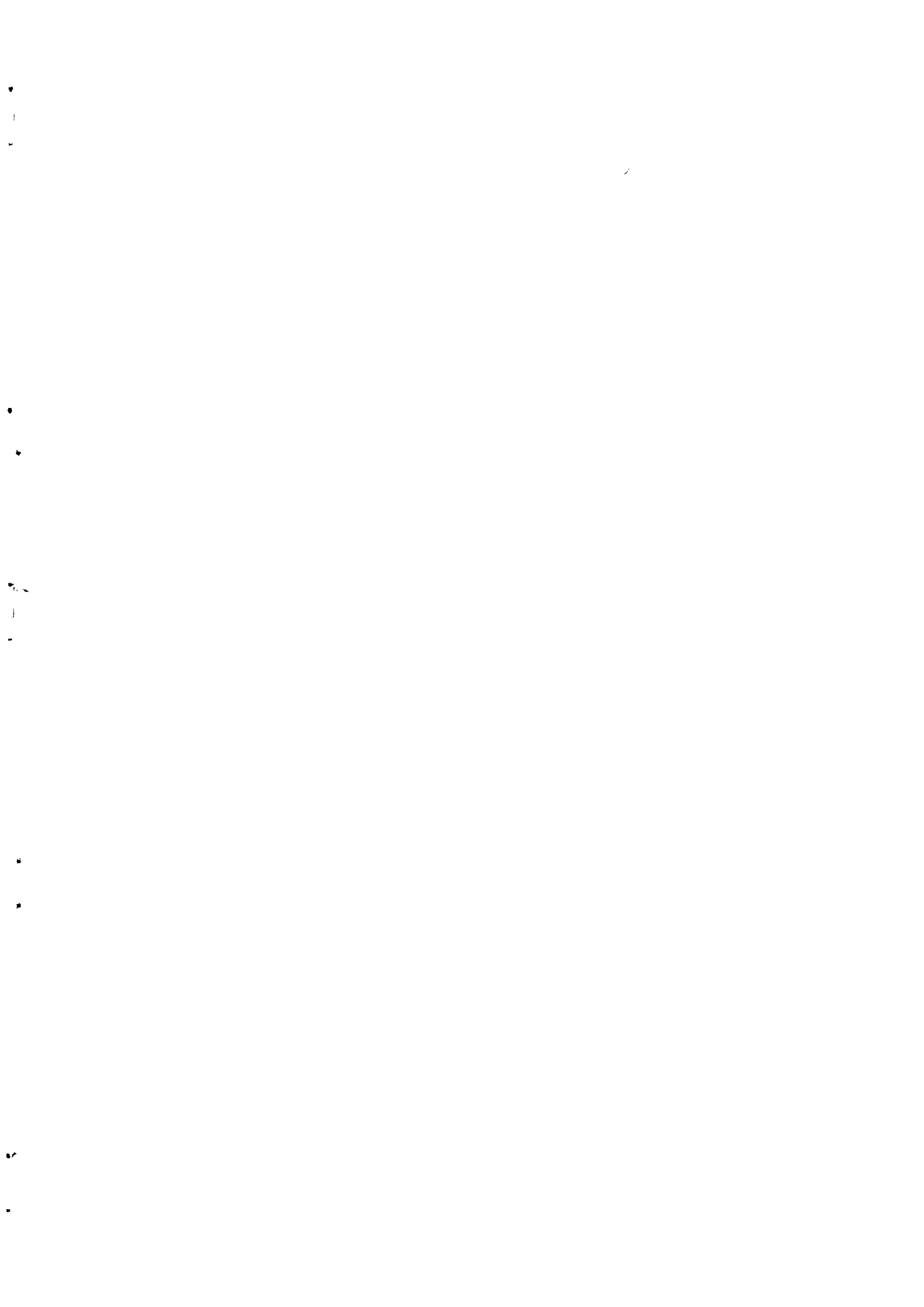
Prof. Doutor Francisco Martins Ramos



155088

Este trabalho não inclui as observações e críticas feitas pelo júri

Évora
2003



RESUMO

Este estudo aborda o papel assumido pelo Mercado Social de Emprego (MSE) na (re)inserção socio-profissional de beneficiários RMG em Ferreira do Alentejo e tem como objectivos principais:

- Caracterizar os projectos, entidades e beneficiários que integram a unidade de análise;
- Identificar os diferentes constrangimentos que se colocam aos processos;
- Analisar o contributo do MSE na resolução dos problemas de desemprego;
- Apresentar propostas de intervenção que visam melhorar a eficácia dos resultados obtidos;

O quadro teórico orientador da pesquisa definiu-se, principalmente, em torno de dois conceitos chave (o de exclusão e de inserção socio-profissional) considerando-se, neste âmbito, a existência de factores de natureza e abrangência diferenciadas.

O trabalho empírico insere-se numa lógica qualitativa e as conclusões obtidas evidenciam o carácter multidimensional das problemáticas, ao mesmo tempo que permitem a identificação de diferentes vulnerabilidades / potencialidades, a níveis distintos: micro, meso e macro.

ABSTRACT

This study focus on the role assumed by the Social Labour Market in the socio-professional reintegration of beneficiaries of the Minimum Guaranteed in the area of Ferreira do Alentejo and aims at:

- Describing the projects, entities and beneficiaries of this specific unit of analysis;
- Identifying the constraints of the processes;
- Analysing the contribute of the Social Labour Market in working out solutions for the unemployment problems;
- Presenting intervention proposals in order to improve the efficacy of the attained results;

The theoretical framework that guided the research can be defined by two major key concepts- socio-professional inclusion and exclusion - having had in account the existence of factors of different nature and range.

The empiric work follows a qualitative logic and the conclusions we have come to make evident the multidimensional features of the problems, and simultaneously allow the identification of different vulnerabilities / potentialities, at distinct levels: micro, meso and macro.

RESUMÉ

Cette étude aborde le rôle assumé par le Marché Social d'Emploi (MSE) dans la (ré)insertion socioprofessionnelle de quelques bénéficiaires du Revenu Minimum Garanti de Ferreira do Alentejo, et il a comme objectifs principaux :

- Caractériser les projets, les entités et les bénéficiaires qui intègrent l'unité d'analyse ;
- Identifier les différentes contraintes qui se posent à ces procès ;
- Analyser la contribution du MSE dans la résolution des problèmes du chômage ;
- Présenter des propositions d'intervention qui visent améliorer l'efficacité des résultats obtenus.

Le cadre théorique qui oriente la recherche s'est défini surtout autour de deux concepts-clé : l'exclusion et l'insertion socioprofessionnelle, en considérant l'existence de facteurs qui ont une nature et un enveloppement différenciés.

Le travail empirique s'insère dans une logique qualitative et les conclusions obtenues mettent en évidence le caractère multidimensionnel des problématiques, en même temps qu'elles permettent identifier de différentes vulnérabilités et contraintes au niveau individuel et social.

À memória do meu pai

Aos meus filhos, Duarte e Diogo, com muito amor.

ÍNDICE GERAL

	Pag.
RESUMO	iv
ABSTRACT	iv
RESUMÉ	v
LISTA DE ABREVIATURAS	x
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	xii
AGRADECIMENTOS	xix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O PROBLEMA	3
1.1 Da problemática ao objecto de estudo	4
1.2 Exclusão socio-profissional	7
1.3 Processos de (re)inserção profissional	14
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	21
2.1 Tipo de Estudo	22
2.2 Unidade de Análise	25
2.3 Técnicas de recolha e tratamento de dados	25
2.4 Procedimentos Metodológicos	30
CAPÍTULO III - O CONTEXTO	32
3.1 Envolvente socio-económica	33
3.2.1 Base territorial e dinâmica demográfica	33
3.2.2 Domínios de actividade económica e estrutura socio-profissional	37
3.2 O Rendimento Mínimo Garantido em Ferreira do Alentejo: Execução da medida da medida e caracterização dos beneficiários	43
CAPÍTULO IV - DESENVOLVIMENTO(S), EXCLUSÃO SOCIAL E ACESSO AO EMPREGO	48

	Pag.
4.1 Perspectivas de um desenvolvimento alternativo	49
4.2 O Rendimento Mínimo Garantido : Da exclusão à inserção	55
4.2.1 Acerca da exclusão social : Principais correntes sociológicas	55
4.2.2 Breve enquadramento do Rendimento Mínimo Garantido: As teorias e Principais modelos	57
4.2.3 As limitações do Estado Providência e o aparecimento de novas políticas de protecção social	60
4.2.4 Filosofia e Princípios do Rendimento Mínimo Garantido	61
4.2.5 Uma lógica de parceria	64
4.3 Inserção profissional: As teorias	66
4.3.1 Perspectiva neo-clássica	66
4.3.2 Perspectiva Marxista	67
4.3.3 Teorias da Segmentação	68
4.3.4 Teoria da Regulação	69
4.3.5 Abordagem Sistémica	70
4.3.6 Abordagem Societal	71
4.4 O Mercado Social de Emprego: Enquadramento e caracterização	72
4.4.1 Desenvolvimento de Actividades de Utilidade Social (Programas Ocupacionais, Protocolos e Despachos Conjuntos)	75
4.4.2 Escolas - Oficina	76
4.4.3 Emprego - Protegido	76
4.4.4 Empresas de Inserção	77
4.4.5 Inserção - Emprego	78
CAPÍTULO V - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	79
5.1 Os projectos	80
5.1.1 Inserção Emprego	81
5.1.2 Programas Ocupacionais	82

	Pag.
5.1.3 Empresas de Inserção	83
5.2 As entidades Promotoras	84
5.2.1 Elementos descritivos	84
5.2.2 Identificação de posicionamentos relativamente ao RMG	86
5.2.3 Identificação dos principais constrangimentos que obstam a integração socio - profissional dos beneficiários	90
5.2.4 Importância do MSE nos processos de inserção socio-profissional dos beneficiários	95
5.3 Os beneficiários	97
5.3.1 Elementos descritivos	97
5.3.2 Identificação das problemáticas envolvidas	100
5.4 Discussão	110
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	117
BIBLIOGRAFIA	121
ANEXOS	132

LISTA DE ABREVIATURAS

CLA - Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido

CNP - Classificação Nacional de Profissões

CTE - Centro de Emprego

DLD - Desempregado de Longa Duração

EFA - Educação/Formação de Adultos

IDS - Instituto do Desenvolvimento Social

IE - Inserção Emprego

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE - Instituto Nacional de Estatística

MSE - Mercado Social de Emprego

NE - Núcleo Executivo

NLI - Núcleo Local de Inserção

ONU - Organização das Nações Unidas

PNE - Plano Nacional de Emprego

POC's - Programas de Actividades Ocupacionais

PPE's - Planos Pessoais de Emprego

QCA III - Terceiro Quadro Comunitário de Apoios

RMG - Rendimento Mínimo Garantido

RSI - Rendimento Social de Inserção

SIGAE - Sistema Informatizado Gestão na Área do Emprego

SPE - Serviços Públicos de Emprego

TPE's - Técnicas de Procura de Emprego

UE- União Europeia

ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

	Pag.
Figura 1:	
"Freguesias do concelho de Ferreira do Alentejo"	33
Quadro 1:	
"Constrangimentos indicados na área do emprego pelas CLA's a nível nacional"	6
Quadro 2:	
"Factores de exclusão no mercado de trabalho"	13
Quadro 3:	
"Inserção profissional de grupos desfavorecidos - indicação de encaminhamentos/apoios	16
Quadro 4:	
"Unidade de análise: entidades, beneficiários e projectos envolvidos"	25
Quadro 5:	
"Síntese do guião de entrevista: Beneficiários"	27
Quadro 6:	
"Síntese do guião de entrevista: Entidades promotoras"	28
Quadro 7:	
"População residente no concelho de Ferreira do Alentejo 2001"	34
Quadro 8:	
"Evolução das taxas de natalidade e mortalidade no concelho de Ferreira do Alentejo"	37
Quadro 9:	
"Volume de negócios por sub-sectoros de actividade no concelho de Ferreira do Alentejo	38
Quadro 10:	
"Ofertas por CNP segundo a sua natureza em Julho de 2002 no concelho de Ferreira do Alentejo ...	40

	Pag.
Quadro 11:	
"Candidatos inscritos no concelho de Ferreira do Alentejo por habilitações literárias em 2001"	41
 Quadro 12:	
"Pedidos de emprego no CTE Beja relativos ao concelho de Ferreira do Alentejo por CNP em Julho de 2002"	41
 Quadro 13:	
"Motivos de Indeferimento dos requerimentos RMG no concelho de Ferreira do Alentejo em 2001" ..	44
 Quadro 14:	
"Motivos de cessação das prestações RMG no concelho de Ferreira do Alentejo, durante o ano de 2001"	44
 Quadro 15:	
"Projecto Reabilitação do Património Ambiental e Arquitectónico - Organização da formação específica"	81
 Quadro 16:	
"Animação Comunitária de Idosos - Principais objectivos do projecto"	82
 Quadro 17:	
"Caracterização dos entrevistados segundo o sexo e habilitações literárias"	85
 Quadro 18:	
"Definição do RMG"	87
 Quadro 19:	
Síntese dos ajustamentos propostos"	88
 Quadro 20:	
"Eficácia do RMG ao nível da inserção dos beneficiários"	89
 Quadro 21:	
"Identificação de características específicas nos beneficiários RMG"	90

Quadro 22:	Pag.
"Principais constrangimentos identificados"	91
 Quadro 23:	
"Valorização dos factores de exclusão no mercado de trabalho ao nível societal"	91
 Quadro 24:	
"Apoios ao desenvolvimento a mobilizar no concelho"	94
 Quadro 25:	
"Importância do problema de desemprego"	94
 Quadro 26:	
"Principais objectivos das candidaturas apresentadas no âmbito do MSE"	96
 Quadro 27:	
"Postos de trabalho criados através do MSE"	96
 Quadro 28:	
"Aspectos legais a melhorar no âmbito do MSE"	97
 Quadro 29:	
"Situações que marcaram positiva ou negativamente os entrevistados"	109
 Gráfico 1:	
Evolução da população residente no concelho de Ferreira do Alentejo"	35
 Gráfico 2:	
"População residente no concelho de Ferreira do Alentejo por escalões etários"	36
 Gráfico 3:	
"Evolução dos sectores de actividade no concelho de Ferreira do Alentejo"	38

Gráfico 4:	Pag.
"Distribuição dos sectores de actividade no concelho de Ferreira do Alentejo"	39
 Gráfico 5:	
"População residente no concelho de Ferreira do Alentejo, por habilitações literárias, em 2001"	40
 Gráficos 6 e 7:	
"Candidatos inscritos no CTE de Beja, residentes no concelho de Ferreira do Alentejo, segundo os grupos etários, sexo e habilitações literárias"	42
 Gráfico 8:	
"Processos de RMG entrados e analisados durante o ano de 2001 no concelho de Ferreira do Alentejo"	43
 Gráficos 9 e 10:	
"Caracterização dos beneficiários titulares de RMG em Ferreira do Alentejo atendendo ao sexo e à faixa etária"	45
 Gráfico 11:	
"Tipologia dos agregados familiares"	46
 Gráficos 12 e 13:	
"Caracterização dos beneficiários em Ferreira do Alentejo atendendo ao sexo e à faixa etária"	46
 Gráfico 14:	
"Acções assinadas em Ferreira do Alentejo, no âmbito do RMG, durante o ano de 2001"	47
 Gráfico 15:	
"Motivos de dispensa de inserção profissional considerados durante o ano de 2001, em Ferreira do Alentejo, no âmbito do RMG"	47
 Gráfico 16:	
"Universo de análise: Tipos de projectos e pessoas envolvidas"	80

Gráfico 17:	Pag.
"Tipologia das entidades que integram o universo de análise"	84
Gráfico 18 e 19:	
"Cargos desempenhados pelos representantes das entidades entrevistadas e escalões etários"	84
Gráfico 20:	
"Programas MSE a que as entidades entrevistadas se candidataram"	85
Gráfico 21:	
"Principais actividades desenvolvidas pelas entidades entrevistadas"	86
Gráfico 22:	
"Funcionários que integram os quadros de pessoal das entidades entrevistadas"	86
Gráfico 23:	
"Naturalidade dos beneficiários RMG entrevistados"	97
Gráficos 24 e 25:	
"Caracterização dos beneficiários entrevistados por sexo e escalões etários"	98
Gráfico 26:	
"Situação conjugal dos beneficiários entrevistados"	98
Gráficos 27:	
"Tipologia dos agregados familiares que os beneficiários entrevistados integram"	98
Gráfico 28:	
"Dimensão dos agregados familiares que os beneficiários entrevistados integram"	99
Gráfico 29:	
"Habilitações literárias dos beneficiários entrevistados"	99
Gráficos 30 e 31:	
"Qualificações profissionais dos beneficiários entrevistados por área de formação"	100

Gráfico 32:	Pag.
"Experiência profissional dos beneficiários entrevistados atendendo aos grupos propostos pela CNP (versão 94)"	100
Gráfico 33 e 34:	
"Duração e motivos justificativos da situação de desemprego dos beneficiários entrevistados"	101
Gráfico 35:	
"Valorização do problema de desemprego pelo beneficiário entrevistado"	102
Gráfico 36:	
"Tentativas de resolução do problema de desemprego desencadeadas pelos beneficiários entrevistados"	103
Gráfico 37:	
"Expectativas dos beneficiários entrevistados em relação aos Serviços de Emprego"	103
Gráfico 38:	
"Participação dos beneficiários entrevistados em anteriores programas desenvolvidos no âmbito do MSE"	104
Gráfico 39:	
"Contributo do programa onde o beneficiário entrevistado se encontra integrado na resolução da sua situação de desemprego"	105
Gráfico 40:	
"Dificuldades sentidas pelos beneficiários entrevistados no acesso aos serviços"	105
Gráfico 41:	
"Dificuldades de transportes sentidas pelos beneficiários entrevistados"	106
Gráfico 42 e 43:	
"Problemas relacionados com as Habitações dos beneficiários entrevistados"	106

	Pag.
Gráficos 44 e 45:	
"Caracterização dos agregados familiares dos beneficiários entrevistados durante a sua infância e adolescência"	107
Gráfico 46:	
"Existência de dificuldades económicas durante a infância e a adolescência dos beneficiários entrevistados"	108
Gráfico 47:	
"Elementos relativos à auto-descrição dos beneficiários entrevistados"	108

AGRADECIMENTOS

O resultado final de um estudo, qualquer que ele seja, é sempre sinónimo de partilha já que este é um processo complexo que nunca se desenvolve isoladamente. Por esse motivo o trabalho que aqui se apresenta deriva de um conjunto de contributos valiosos que permitiram enriquecer, grandemente, o seu conteúdo.

A pretensão de dirigir algumas palavras de agradecimento a todos os que, directa ou indirectamente, nele participaram é tarefa justa, na medida em que se existem fases onde tudo parece fluir com naturalidade, outras há (mais amargas, diga-se) onde o finalizar das etapas se torna mais difícil. É nestas alturas que surgem aqueles incentivos, que por mais simples que sejam, funcionam como autênticos agentes impulsionadores do processo. O facto destes incentivos terem sido numerosos pode originar, um ou outro, esquecimento. Para estes vão as minhas primeiras palavras de agradecimento, especialmente, para os mais persistentes quando, perante as minhas incertezas me afirmavam "*Tu és capaz!*".

Quero, desde já, dirigir um agradecimento muito especial ao meu orientador, Prof. Doutor Francisco Ramos, não só pela sua disponibilidade, mas, em particular, pelo modo crítico e sugestivo com que desde o início acompanhou a elaboração deste projecto.

A todos os colegas do IEFP (Delegação Regional do Alentejo e Centro de Emprego de Beja) um reconhecimento, pelas palavras de encorajamento, muito particularmente para aqueles que continuamente teimaram questionar-me sobre a evolução do trabalho e me obrigaram a reflectir sobre ela.

À Dra. Teresa Porta-Nova por todo o apoio prestado, sobretudo, pela ajuda desinteressada aquando da realização das entrevistas.

Às colegas do Serviço Local da Segurança Social de Ferreira do Alentejo (Dra. Margarida Raimundo e Dra. Lélia Guerreiro) pelo interesse e pelas informações estatísticas que forneceram.

Ao Dr. Francisco Pólvora e à Dra. Florinda Fialho pela colaboração na tradução do resumo da investigação para língua estrangeira.

Aos representantes das diferentes entidades entrevistadas pela disponibilidade e pelas valiosas informações prestadas.

Ao grupo de beneficiários entrevistados, pela sinceridade e pela forma como, na sua maioria, expuseram as suas vivências, os seus percursos, os seus problemas, as suas angústias e dissabores, por vezes difíceis de expressar, mas que tanto enriqueceram a pesquisa.

A todos os amigos pelo constante apoio e por não se alhearem do processo.

À minha família, em especial, à minha mãe e aos meus sogros, pela compreensão e pelo tempo que dispensaram aos meus filhos nos, muitos, momentos em que não consegui assegurar o papel de mãe.

Ao meu marido pelo apoio, pelo estímulo e pela tolerância, particularmente, perante as situações de maior *stress* e agitação;

Finalmente, pretendo formular aos meus filhos, Duarte e Diogo, um agradecimento muito especial, acompanhado de um pedido de desculpa face aos momentos que, constantemente, os privei da minha presença; eles que, enfim, obtiveram resposta à sua incessante questão: "*Mãe, já terminaste...?*"

A TODOS MUITO OBRIGADA

INTRODUÇÃO

Este estudo tem o propósito de apresentar os resultados obtidos através da investigação desenvolvida no âmbito do mestrado em Sociologia, área de especialização "Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável", cuja concretização assume um carácter obrigatório face à organização curricular do curso.

A sua temática refere-se à integração profissional de grupos desfavorecidos, concretamente, dos beneficiários de Rendimento Mínimo Garantido (RMG) do concelho de Beja, propondo-se uma análise centrada no conjunto de programas que integram o Mercado Social de Emprego (MSE).

A problemática da (re)inserção socio-profissional de grupos desfavorecidos designa um modo de nos referirmos, simultaneamente, ao problema do desemprego e a um grupo muito particular de desempregados. A designação de "*grupos mais desfavorecidos*" emergiu, recentemente, como consequência das denominadas situações de nova pobreza onde a exclusão profissional coloca, não só à margem do sistema produtivo, mas também da participação na vida em sociedade e dos direitos de cidadania elementares, um número significativo de indivíduos. A dimensão do fenómeno na actualidade, evidenciou a necessidade de se adoptarem medidas de política activa, no âmbito das quais se enquadra o RMG, o qual visa a integração social dos beneficiários em diferentes áreas de intervenção, atendendo às necessidades de cada família. Os Centros de Emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) participam neste projecto de parceria, sendo responsáveis pelas áreas da formação profissional e emprego, com vista à definição de itinerários de inserção profissional dos beneficiários que permitam, à posteriori, a autonomização do indivíduo/família face à medida.

A escolha do tema fundamentou-se em questões de natureza diversa, destacando-se: o seu enquadramento no âmbito da área de especialização do curso, da formação académica e do percurso profissional; a sua representatividade no contexto actual; e a participação directa enquanto técnica do Centro de Emprego de Beja no Núcleo Executivo (NE) da Comissão Local de Acompanhamento (CLA) de Ferreira do Alentejo. Por outro lado, o facto do RMG estar prestes a ser substituído pelo RSI (Rendimento Social de Inserção) justifica uma caracterização de todo o processo no contexto em análise, constituindo-se como uma importante oportunidade de auscultação da opinião dos que directamente participam nesta parceria.

Estes factores para além de transformarem a preocupação, enquanto cidadã, num interesse de investigação, suscitaram, também, a reflexão e incitaram a interrogação do real, na tentativa de o compreender melhor, talvez na esperança de "*através do diagnóstico, descobrir a terapia*" (Oliveira 1998:8). Saber quais as características (inerentes ao meio e ao indivíduo)

condicionadoras do processo de (re)inserção profissional? De que forma o tipo de programa ou projecto influi nesse processo? Como é que a natureza diferenciada das entidades promotoras influenciam os resultados dos projectos? Ou, ainda, quais os principais constrangimentos à actuação?

Deste modo definiu-se como objectivo geral o de proceder à caracterização da medida RMG e à sua aplicação no concelho de Ferreira do Alentejo. Especificamente, pretende-se: caracterizar os beneficiários e identificar as problemáticas envolvidas; descrever as entidades e os instrumentos de integração dos beneficiários em análise; identificar os principais constrangimentos que se colocam ao processo; e, finalmente, apresentar propostas de intervenção que visem melhorar a eficácia do processo de inserção.

Em termo estruturais este texto subdivide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo, procede-se à apresentação e ao enquadramento do problema de pesquisa. O segundo capítulo trata das questões metodológicas. O terceiro contextualiza a pesquisa, atendendo à configuração local do problema, apresentando os elementos de natureza socio-económica que melhor caracterizam a componente espacial em análise (o concelho de Ferreira do Alentejo). O quarto capítulo refere-se à discussão em torno dos principais contributos teóricos relacionados com a problemática em análise, nomeadamente, as que se relacionam com o modelo de desenvolvimento humanista, com a pobreza e exclusão social; com as medidas de política social activa e, conseqüentemente, com as questões relacionadas com a cidadania e a justiça social; com a inserção socio-profissional e a importância, neste âmbito, do MSE. O quinto capítulo corresponde à componente empírica do estudo, ou seja, tem como objectivo principal a apresentação e, correspondente, análise dos dados obtidos através do estudo implementado.

Capítulo I: O Problema

1.1 Da problemática ao objecto de estudo

"Não podemos fazer como se a exclusão não fosse mais do que uma soma de infelicidades individuais. A exclusão é resultado de um processo e não um estado social dado"

(Fitoussi e Rosanvallon 1997:11)

Nos últimos anos verificou-se uma preocupação crescente das sociedades para com o fenómeno do desemprego, o qual se acentua em locais empobrecidos e marcados pela desqualificação profissional. O carácter estrutural desse fenómeno, aliado ao aumento do denominado desemprego de longa duração, tem contribuído para a exclusão do mercado de trabalho de um número significativo de indivíduos. O acesso ao emprego é, assim, um elemento decisivo quando se analisam os factores geradores de exclusão social, uma vez que *"é através do trabalho que as famílias acedem a uma renda susceptível de suprir as suas necessidades básicas"*. Por outro lado, o emprego representa, ainda, *"uma posição central em relação a elementos como a formação das identidades, o prestígio social ou às redes de relacionamento social e de pertença institucional"* (Capucha 1998b:61).

Paulo Pedroso entende *"a integração de todos"* como sendo o problema europeu do fim do século XX, isto é, uma ambição não concretizada da modernidade. Durante décadas as sociedades encararam de modo normal os seus mecanismos de integração e exclusão, gerando as condições necessárias para o aparecimento e desenvolvimento de níveis insustentáveis de pobreza e incapacidade de integração social normal. Efectivamente, não obstante as décadas de crescimento económico e de redução de assimetrias sociais ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, a verdade é que também surgiram novos problemas de pobreza justificados, em parte, com base na desintegração de solidariedades. Este factor foi determinante para o insucesso parcial do modelo de desenvolvimento económico vigente, nomeadamente, dada *"a sua incapacidade estrutural para gerar de modo duradouro um emprego estável e remunerado aceitavelmente"* (Pedroso 1998b:7).

Definir o conjunto de circunstâncias a partir do qual, um grupo de indivíduos pode ser considerado desfavorecido não é fácil. Se num modo global, tal tarefa implica a consideração de um vasto conjunto de questões, cuja natureza é diversa (sociais, políticas e/ou culturais) existe, contudo, um aspecto fulcral a atender; tal aspecto prende-se com a ausência de condições relacionadas com a entrada e/ou permanência no mercado de trabalho. Efectivamente, o facto destes grupos ocuparem os lugares mais baixos, ao nível das posições sociais, torna-os

extremamente vulneráveis a situações de pobreza e aos, consequentes, processos de exclusão social. A integração no mercado de trabalho surge, portanto, dificultada, fazendo com que se desenvolvam culturas ditas marginais e modos de vida específicos, potenciadores de condições socio-económicas pouco favoráveis; daí que, ao pretender-se inverter esta situação, se torne necessário promover processos de inserção social que permitam fazer emergir a participação social e a cidadania em substituição da exclusão.

Este objectivo só poderá ser atingido quando as pessoas (famílias ou grupos) forem levadas a iniciar tais processos; por outro lado, compete às instituições oferecer, a essas mesmas pessoas, oportunidades reais para a sua concretização através da disponibilização de meios e apoio, nomeadamente através da criação de lugares sociais onde se possibilita a sua colocação. Contudo, será importante referir a determinância do carácter multifacetado de tais processos de inserção social para a sua viabilidade/concretização efectiva. Aspectos como a vida familiar, a interacção entre pessoas e grupos, o acesso às instituições, às qualificações profissionais/escolares, às actividades económicas e ao emprego e, ainda à integração comunitária e ambiental assumem importância capital. Ora uma interferência desta natureza só é possível se se basear numa actuação participada, promovendo a articulação e a coordenação das diferentes entidades (públicas, privadas e associativas) com responsabilidade no domínio considerado, não só em termos globais mas também individuais.

No contexto europeu, os reflexos provocados pela denominada nova questão social, evidenciaram a incapacidade das políticas sociais tradicionais e induziram ao aparecimento de medidas de política social activa. Neste âmbito o RMG afirma-se como instrumento promotor de processos de inserção social, com vista a fazer emergir a participação social e a cidadania em substituição da exclusão, adoptando uma metodologia de carácter multidisciplinar, de base territorializada e inspirado numa filosofia de parceria com a pretensão de chamar a si os vários actores a nível local.

Os Centros de Emprego do IEFP integram esta parceria a nível concelhio, competindo-lhes assumir uma postura activa que culmine no aparecimento de respostas de inserção socio-profissional, que se constituam como um garante da autonomização económica do indivíduo face à medida e, consequentemente, promovam a sua inserção na sociedade. Desde o ano de 1998 são definidas acções nas diferentes áreas de inserção, atendendo às necessidades dos diferentes agregados familiares. Da avaliação realizada pela Comissão Nacional do Rendimento Mínimo às CLA's, a nível nacional, realce-se como principal constrangimento a *"desmotivação dos beneficiários em cumprir os programas de inserção"* na área do emprego (ver quadro 1). Por

outro lado, quase 80% dos constrangimentos apontados nesta área de inserção referem-se a características inerentes aos beneficiários.

Quadro 1

Constrangimentos indicados na área do emprego a nível nacional

Tipo de Constrangimento	Emprego
<i>Desmotivação nos beneficiários em cumprir programas de inserção</i>	37 %
<i>Perfil dos beneficiários</i>	24 %
<i>Desadequação entre a oferta de emprego e o perfil do beneficiário</i>	18 %
<i>Insuficiência de recursos para inserção</i>	10%
<i>Insuficiência de outros recursos</i>	9 %
<i>Insuficiente articulação entre os parceiros</i>	1%
<i>Outros</i>	1%
TOTAL	100%

Fonte: Relatório de Avaliação das CLA (ano 2000)

O MSE, integrando um conjunto diversificado de soluções que têm em vista combater o desemprego, tem-se constituído como um importante recurso de inserção socio-profissional de grupos desfavorecidos. Estas medidas assumem um papel preponderante em zonas empobrecidas como o Alentejo, onde a taxa de desemprego alcança valores, francamente, superiores à média nacional.

Mas as intervenções desenvolvidas evidenciaram a existência de problemas específicos, no seio de determinadas categorias sociais, os quais parecem ser responsáveis pela sua, forte e persistente, exclusão do mercado de trabalho e dos quais, ainda, muito se desconhece. Por outro lado, não basta conhecer o que torna estes grupos vulneráveis é, também, necessário identificar intervenções reabilitantes, que poderão ser fulcrais no combate à pobreza e à exclusão social.

Considerando que o combate à exclusão social envolve os excluídos, o Estado e a sociedade em geral, pretende-se abranger a globalidade dos actores envolvidos no processo, no sentido de identificar os principais constrangimentos que, no plano técnico, se colocam à actuação, na tentativa de os anular e, conseqüentemente, melhorar (qualitativa e quantitativamente) as estratégias de intervenção implementadas. Defende-se, assim, uma perspectiva de desenvolvimento alternativo, centrado na pessoa e nas "*novas potencialidades das redes de relações entre os actores*", assumindo a sua mobilização como "*o factor chave do sucesso económico e social*" (Rita 1997:33).

1.2 Exclusão Socio-profissional

A definição de uma abordagem teórica em torno da problemática dos grupos sociais desfavorecidos implica, entre outros, a clarificação dos conceitos de exclusão, pobreza e modos de vida de pobreza. Atkinson (1998) defende que estes conceitos, aliados ao de desemprego, embora não possam ser igualado, encontram-se todos eles relacionados entre si.

A noção de modos de vida de pobreza *"designa as condições de existência das diferentes categorias sociais vulneráveis, os modos como são afectadas pelas dinâmicas sociais que geram, reproduzem e transformam posições sociais ocupadas pelos pobres focando, simultaneamente, o lado activo associados aos estilos de vida, às representações, aos interesses, ambições, valores e modos de agir e de pensar das pessoas que integram aquelas categorias"* (Centeno et al 2001:23). Por seu turno, a designação *"círculos de pobreza instalada"* faz referência a *"situações de pobreza duradoura, localizadas territorialmente e que tendem a reproduzir-se geracionalmente"* (Capucha 1999:47).

A pobreza e a exclusão social diferem, substancialmente, quanto aos aspectos distributivos e relacionais do fenómeno: enquanto a pobreza remete para a *"falta de recursos, a exclusão foca, essencialmente, os aspectos relacionais dentro da privação ou da inadequada integração social"* (Centeno et al 2001:49). A pobreza e a exclusão social correspondem a diferentes formas de analisar o problema da desvantagem de alguns indivíduos ou grupos em relação à sociedade em que se inserem. A noção de pobreza pode, assim, ser distinguida da anterior ao se associar apenas *"às dimensões relacionadas com os recursos e as condições materiais de vida"* (Centeno et al 2001:21).

O conceito de exclusão social, na perspectiva da tradição francesa, é utilizado na análise de pessoas e grupos desfavorecidos, sendo definido por Robert Castel para designar *"a fase extrema do processo de marginalização"*, isto é, *"um percurso "descendente" ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade"* (Costa 1998:10). Pressupõe-se, desde logo, a existência da *diferença*, seja esta reivindicada, suportada ou, até mesmo, imposta. As atitudes de rejeição/exclusão resultam, pois, daí e, é em nome de diferentes representações do mundo, da defesa de outros valores, que algumas populações são excluídas ou se excluem de um mundo que não *"é o seu"*.

A delimitação do fenómeno da exclusão levanta-nos um problema de natureza epistemológica, face ao sem número de opções existentes, exigindo que se atenda, não só à sua abrangência conceptual mas, também, material.

O referido conceito remete para a chamada fractura do contrato social, para a desagregação da ordem política. Refere-se, não já a grupos marginais inadaptados ao progresso, mas às faixas de população consideradas integradas mas que fruto da conjuntura económica e do, conseqüente, desemprego se encontram fora da sociedade. Tal facto evidencia uma profunda alteração do sistema de relações de desigualdade, em que a questão principal ao nível societal deixa de ser de carácter vertical, com indivíduos no topo e na base, para passar a ser horizontal, onde o principal problema consiste em estar “dentro” ou “fora”. Esta concepção leva a que autores como Jacques Donzelot defendam que a referência a este processo envolve mais o conceito de *Lutte de places*, em vez de luta de classes (Silva 1998:36). Nesta perspectiva a luta que os indivíduos excluídos travam é com a sociedade, visando tal luta a “obtenção de um lugar, um estatuto, uma identidade, uma existência social e não uma luta contra outras classes sociais”(Silva 1998:37).

De acordo com Gaulegac e Leonetti, a *desinserção* é entendida enquanto passagem de uma identidade positiva para uma identidade negativa e pressupõe a articulação entre elementos de natureza objectiva e subjectiva (Silva 1998:37). Os elementos objectivos permitem a identificação de quatro etapas no âmbito deste processo:

"Ruptura – acontecimento traumatizante (por exemplo perda de emprego) que os indivíduos não são capazes de gerir emocionalmente;

Encadeamento de rupturas – o aumento de vulnerabilidade causado por uma má gestão da ruptura inicial pode causar outras rupturas;

Decrochage¹ – recurso a um meio institucional para sobreviver;

Déchéance ou Perda – entrada num grupo organizado de excluídos normalmente associada a uma nova pertença social";

A estes elementos de natureza objectiva devem articular-se os de natureza subjectiva, relativos às fases sucessivas de reacção psicológica ao percurso de desinserção, a saber:

"Resistência – momento em que o indivíduo tenta mobilizar o conjunto de recursos afectivos, de modo a resistir à nova situação;

¹ O autor utiliza o termo em francês; o equivalente em português não é utilizado (desacolchamento /desapertamento)

Adaptação – período de organização de um novo modo de vida, o qual é aceite de forma a possibilitar uma adaptação psicológica à nova condição;

Instalação – resignação à nova condição através da interiorização do sentimento de ausência de alternativas e da alteração profunda da relação estabelecida face às normas; (Silva 1998:38);

Serge Paugam, por seu turno, definindo o conceito de desqualificação social como sendo o *descrédito dos que não participam plenamente na vida social*" (Silva 1998:38) constrói uma tipologia dos indivíduos excluídos baseado no tipo diferenciado de relações de dependência que estes estabelecem com os serviços da Segurança Social. A relação de *"fragilidade"* tem um carácter pontual, durante este período as necessidades económicas são primordiais, o indivíduo tem como preocupação principal voltar a arranjar emprego, acreditando que o seu futuro não passa pelo assistencialismo social. A de *"dependência"* é uma relação regular e contratual com os serviços e, embora os indivíduos possam afirmar o contrário, a maioria já interiorizou a dificuldade em arranjar emprego pelo que aceita o estatuto de assistido e desenvolve mecanismos de negociação com os serviços. Na fase de *"ruptura"*, desenvolve-se uma relação infra-assistencial, onde os indivíduos acumulam já uma série de *handicaps*, recebem auxílios pontuais e de carácter urgente, não possuindo qualquer esperança de sair da situação de marginalidade em que se encontram.

O cruzamento destas tipologias permite-nos detectar situações de risco e necessidade não cobertas pelas instituições do Estado-Providência, em especial os indivíduos que se encontram na duas últimas fases de desinserção social. Assim, a noção de excluído não envolve, apenas, os indivíduos que se encontram cobertos pelas estruturas da segurança social mas também (e principalmente) os que se encontram numa zona onde a cidadania e a utilidade social são inexistentes.

Para Rogério Roque Amaro a exclusão pode implicar *"privação, falta de recursos, ou de forma mais abrangente, ausência de cidadania, se por esta se entender a participação plena na sociedade aos diferentes níveis em que esta se organiza e se exprime: ambiental, cultural, económico, político e social"* (Amaro 2000:33). Daqui deriva o carácter multidimensional do fenómeno exclusão o qual, o mesmo autor afirma, se exprimir em seis dimensões, a do:

- (não) ser - (da personalidade, dignidade, auto-estima, auto-reconhecimento individual);

- (não) estar - (das redes de pertença social: família, redes de vizinhança, grupos de convívio e de interacção social, sociedade em geral);
- (não) fazer - (das tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, quer sob a forma de emprego remunerado, quer sob a forma de trabalho voluntário não remunerado);
- (não) criar - (da capacidade de empreender, de assumir iniciativas, de definir e concretizar projectos, de inventar e criar acções);
- (não) saber -(do acesso à informação, formal ou informal, necessária à tomada fundamentada de decisões, da capacidade crítica face à sociedade e ao ambiente envolvente);
- (não) ter - (do rendimento, do poder de compra, do acesso a níveis de consumo médios, da capacidade aquisitiva, da capacidade de estabelecer prioridades de aquisição e consumo(Amaro 2000:33).

Por outro lado, os factores da exclusão social, não obstante se encontrarem associados às dimensões identificadas podem contudo, para Rogério Roque Amaro, ser divididos em três grandes grupos: os de ordem *macro* (estão relacionados com o funcionamento global das sociedades), *meso* (situando-se ao nível do quadro de relações e das condições de proximidade que regulam e interferem no quotidiano do indivíduo) e *micro* (situam-se ao nível individual e familiar, dependendo das lacunas e fragilidades experimentadas nos percursos individuais). Assim, *"enquanto que os dois primeiros factores se referem a oportunidades oferecidas (ou negadas) pela sociedade, o último centra-se nas capacidades e competências individuais e familiares"* (Amaro 2000: 35).

Pedro Adão e Silva identifica as dimensões da exclusão, relacionando-a com o seu polo oposto a integração:

- *Uma dimensão económica que permite a inserção e a participação social através das actividades de produção e de consumo; referimo-nos ao trabalho e aos recursos materiais;*
- *Uma dimensão social que compreende por um lado, a integração no seio de grupos primários e, por outro lado, a integração na sociedade global através de elos sociais institucionais;*

- *Uma dimensão simbólica definida, por um lado por normas e valores comuns e, por outro lado, por representações colectivas que definem os lugares sociais*”(Silva 1998:37).

A dimensão económica da exclusão remete para a insuficiência de recursos materiais e sublinha o papel preponderante desempenhado pela situação do indivíduo face ao trabalho, sendo bastante difícil manter as solidariedades entre os indivíduos que o têm e os que não o têm. Não obstante a determinância desta dimensão para a inserção social, ela não é suficiente para explicar a exclusão importando perceber, também, a sua dimensão social. Esta remete para uma quebra dos elos sociais horizontais (os que sustentam as relações da solidariedade ao nível dos grupos primários) e dos verticais (os que sustentam as solidariedades entre o indivíduo e a sociedade em geral). Assim, não obstante a *zona de vulnerabilidade* resulte, em grande medida, da exclusão face ao emprego, ela é acentuada pela ausência de elos sociais que a compensem.

Por seu turno, a dimensão simbólica refere-se à (in)capacidade que o indivíduo tem de definir uma identidade que vá de encontro às normas socialmente estabelecidas. Sendo que é o sistema de valores da sociedade que define as exigências normativas de uma dada sociedade, então é através do papel social desempenhado pelo indivíduo que ele estrutura a sua identidade; a utilidade social é, assim, determinante na definição da identidade individual, já que “*os que nada fazem*” definiram uma identidade fora da norma, encontrando-se, como tal, simbolicamente implicados em processos de exclusão, os quais são abreviados pelas representações colectivas desenvolvidas sobre a posição que ocupam.

Alfredo Bruto da Costa defende que, face à complexidade e heterogeneidade do fenómeno, se deva falar de exclusões sociais tipificando-as, de modo a que ao carácter económico e social antes identificado, se aliem os factores de origem cultural (nomeadamente o racismo e a xenofobia que poderão excluir socialmente minorias étnicas), patológica (de natureza psicológica ou mental) e motivada, ainda, por comportamentos auto-destrutivos (os quais podem estar relacionados com a toxicodependência ou com o alcoolismo).

Na sociedade actual todos os que se mostrem incapazes ou se recusem em participar na troca, seja ela material ou simbólica, serão desde logo entendidos como excluídos. Assim, pobreza e desemprego designam a incapacidade que o indivíduo demonstra em participar, respectivamente, no mercado de consumo e no mercado de produção. Estes são, pois, processos idênticos conducentes à rejeição de alguns no que toca à esfera dos bens de consumo e dos privilégios económicos.

A introdução de novas tecnologias no processo produtivo (as quais conduziram à diminuição do número de trabalhadores e elevaram o nível de exigência em matéria de qualificação profissional), por um lado e, por outro, a crescente liberalização dos mercados laborais (considerada por muitos como condição indispensável ao crescimento da competitividade das empresas e da economia nacional) conduziu ao desenvolvimento de uma sociedade dual onde parte da população perdeu utilidade social e onde apenas os mais qualificados/adaptados conseguem obter e manter o emprego.

O desemprego, em particular o de longa duração, consequência não só da modernização do aparelho produtivo mas, também, da transformação das relações de trabalho constituiu-se, assim, como sendo um fenómeno gerador de exclusão e, não se construindo em torno de um conflito de valores pode, contudo, combinar um conflito de perspectivas. Efectivamente, se por um lado este pode constituir-se como uma deficiência na óptica de um potencial empregador, por outro lado, também pode conduzir à interrogação sobre a vontade e/ou a capacidade do desempregado aderir a novas relações de trabalho.

Luís Capucha defende que a análise dos factores de exclusão socio-profissional passa pela consideração, por um lado de **factores de ordem material** e, por outro lado, das **dinâmicas subjectivas e relacionais** tendencialmente geradoras das situações que os atingem. Para além do carácter multidimensional dos problemas, há que atender que os mesmos se colocam, não só a nível local (isto é ao nível das pessoas e dos seus contextos), mas também ao nível global das dinâmicas societárias (Quadro 2).

O desemprego de longa duração, a existência de vínculos laborais precários, inserções pontuais em sectores da economia paralela, contribuem para que o indivíduo integre o chamado desemprego de exclusão, que Capucha utiliza para designar a situação em que os indivíduos estão condenados ao desemprego ou são empurrados para empregos temporários nos sectores informais, menos competitivos e até marginais da economia (Capucha 1998b:62). Nesta categoria de desempregados é fácil encontrar elementos que nunca tenham tido uma relação normal com o trabalho, e que acumulam uma multiplicidade de problemas: ausência ou precariedade de rendimentos, níveis elevados de desorganização familiar, dependências de álcool e drogas, problemas de saúde e habitação, inexistência de habilitações escolares.

Sendo verdade que o emprego, nas sociedades europeias contemporâneas, é um dos principais mecanismos de integração social, então estar desempregado significa, não só a privação da fonte normal de rendimento, mas também um desvincular quer da rede de relações

interpessoais proporcionadas pelo emprego, quer do sentimento de participar na vida económica de um determinado país.

A compreensão do fenómeno exclusão social implica, assim, o estabelecimento de relações entre os processos individuais e os mecanismos globais subjacentes à sociedade. Ela designa um processo dinâmico e implica que se atenda a percursos individuais e a evoluções particulares. Robert Castel (Costa 1998:12) afirma que o indivíduo “*não nasce*”, “*torna-se*” excluído pelo que a análise dos processos de exclusão implica o traçar de percursos, estabelecendo um paralelismo entre “*a situação de partida*” e a “*situação actual*”.

Quadro 2

"Factores de exclusão no mercado de trabalho"

Nível Societal	
Factores Materiais	<ul style="list-style-type: none"> - oferta e procura de emprego - níveis de qualificação da população activa - funcionamento dos sistemas de ensino, de formação, de saúde, de protecção social - escassez de incentivos aos empregadores - outros apoios ao desenvolvimento das comunidades pobres (habitação, infraestruturas, etc)
	<ul style="list-style-type: none"> - representações negativas e preconceituosas por parte dos empregadores e de outros agentes a respeito das características das pessoas em situação de exclusão - Déficit de sentido solidário por parte dos empregadores; - Falta de informação e de sensibilização de actores estratégicos e da sociedade em geral;
	Factores Subjectivos
	<ul style="list-style-type: none"> - Auto-imagem desvalorizada - Falta de informação; - Fraca capacidade de mobilização colectiva e de reivindicação; - Escassez de iniciativa para procurar ou criar emprego e orientação para a sobrevivência quotidiana - Acomodação à escassez das oportunidades e falta de motivação; - Frequentes situações de desorganização familiar, indisciplina pessoal e incapacidade de desempenho social regular;
	Pessoas e seus contextos

(Fonte: Capucha 1998b:62)

1.3 Processos de (Re) inserção Profissional

A erradicação da exclusão social implica um duplo movimento, um duplo processo de interação positiva que se estabelece entre o indivíduo excluído e a sociedade na qual deveria estar inserido: por um lado a transformação do indivíduo em cidadão pleno; por outro, a sociedade deverá não só acolher, mas também permitir a integração. A integração é, assim, entendida como um *"processo de interação entre uma das partes e as outras partes de um todo e com este todo, assumindo essa interação episódios de interdependência positiva (solidariedade) e, mas também de tensão e confronto (conflitualidade)"* (Amaro 2000:35).

O exercício pleno de cidadania *"implica e traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, acesso esse que deve entender-se como uma forma de relação"* (Costa 199:14). Este autor afirma que, não obstante a amplitude do conjunto de sistemas variar de acordo com o conceito de cidadania a eles subjacente, podemos-os agrupar nos seguintes domínios: social, económico, institucional, territorial e o das referências simbólicas. O mercado de trabalho surge enquadrado no domínio social, enquanto factor de socialização e de integração social e, no domínio económico, enquanto mecanismo gerador de recursos, ou seja como fonte de rendimento.

A integração social, nesta perspectiva, refere-se ao processo que possibilita o acesso às oportunidades da sociedade por parte de quem dela estava excluído, permitindo a retoma da relação interactiva entre este e aquela. A integração associa duas lógicas: a nível individual, aquele que passa a ter acesso às oportunidades tem também o direito de escolher se as utiliza ou não; em caso afirmativo a inserção social acontece; a nível da sociedade, esta deverá organizar-se de forma a generalizar as oportunidades para todos, de modo equitativo e reforçado. A inclusão e a inserção assumem-se, assim, como duas fases de um só processo: o da integração.

A inserção social deverá ser entendida como sendo *"o duplo movimento que leva, por um lado as pessoas, as famílias e os grupos em situação de exclusão e de destituição a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e à participação social e, por outro lado, as instituições a oferecer a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar tais processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio e criando os lugares sociais onde se possam colocar"* (Capucha 1998a:8).

Nesta perspectiva, também a inserção profissional, se deve entender como um duplo percurso: o do excluído, que utiliza os meios novamente mobilizados para ele; e o da sociedade

que se torna num verdadeiro espaço de acolhimento, cedendo lugar, aumentando a permeabilidade do emprego. Tal implica uma reconsideração dos termos de troca existentes entre *eles* e o resto da sociedade.

O exercício de uma profissão depende, não só do facto de existir uma oferta de trabalho e de haver uma pessoa com formação de base e competências profissionais; são necessárias, também, aptidões sociais, tais como: "*o cumprimento de regras de relacionamento social, disciplina organizacional, capacidade de trabalho em equipa, capacidade de comunicação, autonomia, iniciativa, liderança, delegação, motivação, etc*" (Capucha 1998b:63). Neste âmbito, as aprendizagens feitas no contexto de vida de cada indivíduo (família, comunidade, círculo de relações sociais, sistema de ensino e formação) são determinantes.

Nos grupos mais desfavorecidos, a questão da inserção social antecede a inserção profissional; aquela passa não só pela superação dos problemas de qualificação escolar e profissional, mas decorre também da necessidade de restabelecer laços sociais e de (re)aprender a viver em sociedade. Estes grupos integram os fenómenos típicos da nova pobreza, normalmente, mais problemática e excluída do que a denominada pobreza tradicional. As categorias sociais mais vulneráveis à última são os camponeses, idosos pensionistas, trabalhadores agrícolas menos qualificados e pior remunerados. Por seu turno, às situações de nova pobreza são mais vulneráveis os desempregados de longa duração, jovens à procura do primeiro emprego, famílias monoparentais, membros de minorias étnicas, doentes crónicos, pessoas sem abrigo, pessoas com deficiência, toxicodependentes, alcoólicos, meninos de rua, reclusos e ex-reclusos, jovens em risco e pessoas que vivem em situação de marginalidade ou pré-marginalidade (Capucha 1998a:7). É de entre este conjunto de categorias sociais que tendem a sair os beneficiários RMG, isto é, as pessoas em situação de destituição social (onde se verifica a total ausência de participação em quase todos os domínios da vida socio-económica). Dizem-se vulneráveis à pobreza "*as pessoas classificáveis nas categorias sociais e socio-económicas mais atingidas efectivamente pelo fenómeno*" (Capucha 1998a:6).

A noção de solidariedade refere-se à "*assumpção de responsabilidades dos agentes sociais, públicos e privados, individuais, colectivos e institucionais, perante a condição dos mais desfavorecidos, expressa na tomada de medidas visando diminuir tal desfavorecimento*" (Capucha 1998a:8). A solidariedade é passiva (quando se limita à simples redistribuição de recursos) e activa (se, em primeiro lugar, estabelecer uma relação contratualizada com base em procedimentos negociais e se, depois, actuar sobre os instrumentos que permitem, às pessoas em destituição, a construção de projectos de vida autónomos).

Luís Capucha categoriza quatro situações típicas de conjugação de factores impeditivos da inserção profissional nestes grupos e indica o encaminhamento/apoio adequado a cada uma delas (Quadro 3).

Quadro 3

"Inserção profissional de grupos desfavorecidos: Indicação de encaminhamentos/Apoios

Grupo/categoria	Características	Tipo de Encaminhamento
<ul style="list-style-type: none"> • Grupos desqualificados 	<ul style="list-style-type: none"> • Desqualificação (baixas qualificações escolares e profissionais); • Aspiram, ainda à integração no mercado de trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação tradicional ou formação especial (obtenção de escolaridade) • Apoio na procura de emprego;
<ul style="list-style-type: none"> • Círculos de pobreza instalada 	<ul style="list-style-type: none"> • Desqualificação; • Desorganização frequente da vida familiar • Atitude de desencorajamento e de resignação face à situação de pobreza 	<ul style="list-style-type: none"> • A formação profissional deverá ser antecedida ou acompanhada de formação de desenvolvimento de competências pessoais e relacionais;
<ul style="list-style-type: none"> • Grupos com <i>Handicap</i> específico 	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com doenças crónicas limitativas das suas capacidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação específica adaptada a cada tipo de deficiência ou doença • Integração em empregos com condições adequadas aos seus problemas • acompanhamento na fase de adaptação ao emprego ou integração em emprego protegido;
<ul style="list-style-type: none"> • Modos de vida marginais 	<ul style="list-style-type: none"> • Desinteresse pela inserção na vida profissional ou reinserção dificultada face ao estatuto fortemente estigmatizado 	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas de qualificação profissional e relacional, podendo ser acompanhada de medidas de readaptação à vida em sociedade (integração em situação de emprego protegido ou empresa de inserção visando a aprendizagem profissional, a aquisição de competências pessoais e relacionais, bem como a readaptação à vida em sociedade e às exigências da vida profissional;

Fonte: Capucha 1998b:66

Ressalvando o carácter indicativo desta classificação, o autor adianta que a mesma permite acentuar as tendências globais que caracterizam as problemáticas referidas para cada um dos grupos e categorias. A classificação retém como principal vector o que agrupa, de um lado, factores ligados às competências profissionais e, de outro, factores mais ligados às competências relacionais e às orientações culturais.

Da presente contextualização resulta a constatação de que os processos de inserção socio-profissional se constituem como sendo uma temática complexa e multifacetada do ponto de vista conceptual a diferentes níveis: dos factores e/ou causas inerentes aos processos, da heterogeneidade de situações e respostas individuais dos públicos desfavorecidos e, ainda, das especificidades dos contextos territoriais e institucionais em que se desenvolvem os fenómenos. Sinteticamente, pode-se proceder à identificação de *“quatro vectores fundamentais a considerar no desenho e operacionalização de estratégias conducentes á promoção de processos de inserção socio-profissional:*

- (i) *A necessidade de intervir de forma articulada em dois vectores: os públicos excluídos e a envolvente/contexto do qual se encontram excluídos, que se relaciona com a duplicidade a considerar nos fenómenos de exclusão social (o indivíduo ou a população em situação de exclusão e a sociedade ou o contexto que os envolve e do qual se encontram parcial ou globalmente excluídos);*
- (ii) *A necessidade de considerar na intervenção diferentes dimensões da vida dos indivíduos e das comunidades envolventes, que decorre da ideia de que a falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade pode ter expressão em múltiplas dimensões, social, económica, institucional, territorial e cultural;*
- (iii) *A necessidade de proceder a diagnósticos individuais e progressos que permitam identificar, não só as causas e os riscos, mas também o grau de profundidade das situações de exclusão, de forma e evitar generalizações que, em muitos casos, impedem uma leitura objectiva da diversidade das situações individuais;*
- (iv) *A necessidade de desenhar e accionar estratégias de inserção/inclusão estruturadas por etapas e respeitadoras das necessidades temporais de (re)socialização dos indivíduos, tendencialmente de carácter personalizado,*

como método privilegiado para desenvolver um percurso de criação de condições cumulativas favoráveis à situação de inserção” (Cunha 2000:97).

Rogério Roque Amaro afirma que, se os factores económicos são decisivos na explicação da maioria das situações de exclusão, também nos processos de inserção e inclusão a dimensão económica assume uma importância crucial. Assim, defende-se que a cidadania plena é realizada pelo acesso às oportunidades oferecidas pela economia aos membros de uma determinada sociedade (emprego, criação e desempenho de actividades económicas, rendimento, poder de compra, consumo).

A promoção e o reforço de capacidades e competências individuais e familiares apela ao conceito de inserção e de *empowerment*² ao nível dos seis níveis já identificados para o fenómeno da exclusão:

- *“Competências pessoais (do ser) - reforço da dignidade , da auto-estima e auto-reconhecimento,etc;*
- *Competências sociais e comunitárias (do estar) - reactivação ou criação das redes e laços (familiares, de vizinhança e sociais mais gerais), retoma ou desenvolvimento das interações sociais, etc;*
- *Competências profissionais (do fazer) - qualificações profissionais, aprendizagem de tarefas socialmente úteis, partilha de saberes-fazer, etc;*
- *Competências empresariais (do criar) - capacidade de sonhar e de concretizar alguns sonhos, assumindo riscos, protagonizando iniciativas, liderando projectos de qualquer tipo, etc ;*
- *Competências informativas (do saber) - escolarização, outras aprendizagens de saberes formais e informais, desenvolvimento de modelos de leitura da realidade e de capacidade crítica, fundamentação de decisões;*

² Adoptando a perspectiva de John Friedman é definido no Capítulo IV como sendo a acção estruturada nas comunidades locais, com o objectivo de manter um padrão de vida que seja o garante dos direitos e do desabrochar humano

- *Competências aquisitivas (do ter) - acesso a um rendimento e sua tradução em poder de compra, capacidade de priorizar e escolher consumos, etc" (Amaro 2000:36);*

A acessibilidade às oportunidades acima identificadas, do ponto de vista do percurso de inserção, implica a valorização e o reforço das competências e capacidades económicas do indivíduo e de famílias desfavorecidas, em especial, ao nível do *fazer*, do *criar* e do *ter*, através de diversas acções.

As soluções integradas no âmbito da denominada economia social ou economia de inserção tradicional têm um cariz eminentemente social podendo contudo servir de trampolim ou transição para a economia não protegida. Constituem-se, assim em muitos casos, como sendo importantes veículos de inserção económica das populações desfavorecidas, permitindo-lhes adquirir e exercer competências profissionais (do fazer) e aquisitivas (do ter) e, frequentemente, autonomizá-las e dirigi-las para a economia não protegida.

Para o mesmo autor, as organizações da economia social preenchem, actualmente, uma tripla função:

- "- *promover a coesão social - combatendo as diferentes formas de exclusão social, estimulando a criação de emprego e melhorando as condições de empregabilidade;*
- *promover a coesão económica, combatendo as diferentes formas de marginalidade económica e estimulando a criação de riqueza;*
- *promover uma cultura de participação cívica, combatendo as consequências negativas do recuo dos programas sociais universais, acompanhado de transferência das funções do Estado estimuladora de novas formas de governabilidade (governance) a nível das comunidades locais; (Amaro 2000:42)*

Este sector possui especificidades próprias, funcionando como elemento facilitador das dimensões humanas do fenómeno económico e das soluções de organização individual e colectiva para a satisfação de necessidades sociais locais. Também aqui a ligação com o território é determinante, não só pela aproximação dos problemas concretos, mas também pela concertação de esforços individuais e colectivos e pela dimensão participativa facilitada pela interacção dos diversos actores. Ele tem surgido como catalisador de recursos para uma

utilidade social que não ignora exigências de rentabilidade económica, aproximando-se da economia como um todo. Estas organizações respondem à dupla face que resulta da insensibilidade ou incapacidade das instituições da esfera pública para construir respostas à procura social de bens e serviços e do desinteresse do sector privado mercantil em investir e desenvolver actividades em domínios pouco lucrativos.

O MSE, por ser um mercado implica uma economia. Por seu turno, o facto dele se afirmar como sendo um mercado com preocupações sociais faz com que essa economia seja, também ela, social. Assim o MSE relaciona-se com a economia social, em sentido restrito, e poderá definir-se como *"o conjunto de dinamismos, actividades e de entidades privadas sem fins lucrativos que têm como objectivo determinante a prevenção e solução de problemas de emprego e de outros problemas sociais, viabilizando-se em termos concorrenciais, contratuais ou outros, e procurando em maior ou menor grau influenciar a sociedade e economia no seu todo."* (Catarino 1999:6). Ele não se reduz ao conceito de mercado de emprego social nem ao de mercado de emprego em serviços sociais, muito embora se relacione com ambos.

Assim, a nova economia social, baseada em princípios de solidariedade e de partilha apresenta características específicas, das quais se destacam *"o seu processo de génese (solidário), a forma como combina actividades económicas de diversas naturezas (pública, mercantil e não monetária) e o funcionamento como modo alternativo de regulação socio-económica (a participação democrática, a responsabilização individual e colectiva, o reconhecimento do valor económico de actividades não mercantis) que a configuram como um embrião do se poderá tornar num novo modelo de organização social, integrando as esferas económica, social ambiental e cultural"* (Paixão 1999:21).

Capítulo II: Metodologia

2.1 Tipo de Estudo

"Toute la science de l'observation se réduit pour moi à deux points: écouter parler les riches et faire parler les pauvres".

Joseph - Étienne Jouy³

Pode afirmar-se, em termos genéricos, que o nascimento e o desenvolvimento das diversas ciências são suscitados por *"procuras sociais, resultantes da necessidade de apropriação cognitiva e prática do real"* (Almeida e Pinto 1995:15). Contudo, como afirmam João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, a realidade social é silenciosa, sendo imprescindível questioná-la para dela se obter respostas. É por isso que toda a acção de pesquisa social se traduz no acto de questionar a realidade, competindo às regras metodológicas esclarecer o modo de obtenção, das respectivas, respostas.

É neste sentido que surgem as questões de partida formuladas no âmbito do presente estudo, através das quais se enuncia o projecto de investigação, isto é, se tenta exprimir o mais exactamente possível o que se procura conhecer, explicar e compreender melhor na tentativa de "identificar os elementos constituintes da(s) resposta(s)" (Ferreira 1986:165). Pretende-se, assim, saber:

- Quais as características (individuais e as do meio envolvente) condicionadoras do processo de (re)inserção profissional do beneficiário?
- De que forma o tipo de programa ou projecto influi nesse processo?
- Como é que a natureza diferenciada das entidades promotoras influencia os resultados do projecto?
- Quais os constrangimentos que se colocam à actuação?

A identificação das questões de partida precedeu o delineamento dos diferentes objectivos de pesquisa. *Á posteriori* formulou-se, assim, o objectivo geral, o qual foi decomposto em vários objectivos específicos, a saber:

³ Referenciado por Virgílio Ferreira (1986:165)

Objectivo Geral:

- Caracterizar a medida Rendimento Mínimo Garantido e a sua aplicação no concelho de Ferreira do Alentejo;

Objectivos específicos:

- Caracterizar os beneficiários e identificar as principais problemáticas envolvidas;
- Descrever as entidades e os instrumentos de integração dos beneficiários em análise;
- Identificar os principais constrangimentos que se colocam ao processo;
- Apresentar propostas de intervenção que visem melhorar a eficácia do processo de inserção;

A opção por determinado paradigma metodológico implica que o investigador se detenha sobre o conjunto dos objectivos de pesquisa que pretende atingir, de modo a que a abordagem adoptada se adeque ao estudo a implementar. Assim, a escolha do paradigma qualitativo fundamenta-se em função da necessidade de apreender o significado dos fenómenos para assim desenvolver uma análise detalhada e detida sobre o objecto de estudo. Por outro lado, a abordagem qualitativa caracteriza-se, também, por se preocupar com a análise de processos sociais, como sejam, os processos de inserção socio-profissional.

Para autores como J. Herman e M. de Schoutheete a prática metodológica de natureza qualitativa pode ser concebida como *"um espaço quadripolar, construído num dado campo de conhecimento"* (Hébert 1994:15), sendo assim a metodologia definida pelos mesmos, em termos latos, como *"um conjunto de directrizes que orientam a investigação científica"* (Hébert 1994:15). O seu modelo de compreensão da metodologia de investigação é fundamentado na existência de uma unidade subjacente a uma multiplicidade de procedimentos específicos.

A construção do objecto científico e a delimitação da problemática processam-se ao nível do pólo epistemológico. Este é entendido, pelos mesmos autores, como sendo o motor de pesquisa do investigador. O pólo teórico corresponde à instância metodológica em que as hipóteses se organizam e os conceitos se definem e respeita, não só "à configuração do objecto científico, mas também à exposição do conjunto do processo que permitiu a sua construção, isto

em relação a uma função de comunicação"(Hérbert 1994:23). O pólo técnico estabelece a relação entre a construção do objecto científico e o mundo dos acontecimentos, sendo neste pólo que se recolhem as informações sobre a realidade e que as mesmas se convertem em dados pertinentes para a problemática definida.

O facto de se analisar uma situação circunscrita, não só em termos contextuais, mas também temporais, permite-nos caracterizar a presente investigação como sendo um estudo de caso o qual se justifica "por se tratar de uma estratégia de pesquisa que pode levar a conhecer o como e o porquê de um fenómeno recorrendo a uma variedade de fontes de informações" (Yin 1994:6).

O estudo de caso é, assim, "um estudo empírico que investiga fenómenos contemporâneos no contexto da vida real" (Yin 1994:3) propiciando "um exame completo duma faceta da realidade, de um resultado ou de acontecimentos oferecendo, assim, uma perspectiva alargada onde várias espécies de inferências podem ser realizadas, não se pretendendo, contudo que as conclusões possam ser generalizáveis" (Merriam 1990:14).

Para João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto o estudo de caso consiste na análise intensiva (como é, também conhecido o estudo de caso) não só em amplitude, como também em profundidade. A intensidade refere-se à "multiplicidade das facetas a explorar na análise da unidade de investigação e com a profundidade do estudo que implica as dimensões históricas dessa unidade" (Almeida e Pinto 1995:95).

O estudo de caso permite, assim, enfatizar a interpretação do contexto, relatando a realidade de forma complexa e profunda, com vista à descoberta daquilo que de essencial, único e característico nele existe. Trata-se, portanto, de uma descrição e análise de um fenómeno limitado, não só em termos temporais, mas também contextuais, no âmbito do qual se pretende captar a subjectividade das opiniões dos entrevistados. Na óptica de Merriam, com este tipo de estudo não se pretende a verificação de hipóteses, antes sim propiciar "um exame completo duma faceta da realidade, de um resultado ou de acontecimentos oferecendo, assim, uma perspectiva alargada, onde várias espécies de inferências podem ser realizadas, não se pretendendo contudo que as conclusões sejam generalizáveis" (Merriam 1990:14).

2.2 Unidade de Análise

O universo de pesquisa definido para a presente investigação é constituído pelo total de beneficiários que se encontravam integrados em projectos desenvolvidos no âmbito do MSE, no concelho de Ferreira do Alentejo, à data de recolha dos dados⁴ e pelos representantes das entidades promotoras dos referidos projectos.

O quadro seguinte sintetiza toda a informação relativa ao universo de pesquisa, não só em termos qualitativos, mas também quantitativos:

Quadro 4

"Unidade de Análise: Entidades, beneficiários e projectos envolvidos"

Programa	Nº de projectos	Tipo de Entidade Promotora	Nº de Beneficiários envolvidos
Inserção - Emprego	2	Autarquia	36
Programas Ocupacionais Carenciados	8	Autarquias IPSS Serviços da Administração Pública	9
Programas Ocupacionais Subsidiados	4	Autarquias IPSS Entidades Públicas	6
Empresa de Inserção	1	Associação de Desenvolvimento	2
Total	15	11	53

Fonte: IEFP - Centro de Emprego de Beja

2.3 Técnicas de Recolha e Tratamento de Dados

João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto definem as técnicas de recolha e tratamento de dados como "conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela actividade de pesquisa" (Almeida e Pinto 1995:85). Para Jean - Marie de Ketele e Xavier Roegiers a recolha de informação é entendida como "o processo organizado posto em prática para obter informações junto de múltiplas fontes, com o fim de passar de um nível de conhecimento para outro nível de conhecimento ou de representação de uma dada situação, no quadro de uma acção deliberada cujos objectivos foram claramente definidos e que dá garantias de validade suficientes" (Ketele e Roegiers 1993:17).

⁴ A aplicação das entrevistas decorreu de Julho a Setembro de 2002



O estudo de caso utiliza uma pluralidade de técnicas as quais são accionadas, alternada ou simultaneamente, pelo investigador. Contudo, a entrevista assume-se como "uma importante fonte de dados" na medida em que "são recursos essenciais nos estudos de caso porque estes tratam de *affair* humanos"(Yin 1994:85).

A entrevista consiste numa "conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora possa envolver mais pessoas, dirigida por uma das pessoas, com o objectivo de obter informações sobre a outra" (Bogdan et al 1994:134). Labov e Fanshel definiram-na em 1977 como sendo um *speech-event* no qual uma pessoa A extrai informação de uma pessoa B, informação essa que estava contida na biografia de B (Ketele e Roegiers 1993:19).

As entrevistas qualitativas variam quanto ao grau de estruturação tendo-se optado, na presente investigação, pelo tipo de entrevista semi-estruturado com o objectivo principal de assegurar a obtenção de "dados comparáveis entre os vários sujeitos" (Bogdan e Biklen 1994:135) entrevistados. Este modelo de entrevista permitiu a adopção de um roteiro previamente estabelecido onde as questões efectuadas, embora sejam pré-determinadas, não deixam de conceder alguma liberdade aos entrevistados. Algumas entrevistas foram, inclusive, conduzidas de modo a aproveitar os discursos espontâneos dos entrevistados.

A aplicação desta técnica possibilitou, assim, a obtenção de um conjunto de informação considerável, a partir da qual se instalou um verdadeiro processo de troca, durante o qual o entrevistado exprimiu as suas percepções (acerca de um acontecimento ou situação), as suas interpretações e/ou suas experiências. A utilização do formato "perguntas abertas" permitiu que as atitudes dos inquiridos fossem avaliadas em função do significado que eles próprios lhes atribuíam, possibilitando que as mesmos expressassem a sua opinião sem sofrer "influências de sugestões avançadas pelo investigador" (Foddy 1996:142).

Por outro lado, a entrevista apresenta a grande vantagem de poder ser utilizada com todos os segmentos da população (analfabetos ou alfabetizados), elemento este que é determinante no âmbito da população em análise, já que uma das suas principais características se prende com as baixas qualificações escolares que possuem.

Assim, atendendo aos objectivos e à delimitação do problema construíram-se os guiões de entrevistas aplicados, quer aos beneficiários, quer aos representantes das entidades promotoras dos diferentes projectos.

Relativamente aos beneficiários definiram-se como objectivos principais a identificação dos factores de natureza material e subjectiva, os quais justificassem a situação de exclusão socio-profissional em que o entrevistado se encontrava. Deste modo foi possível caracterizar os beneficiárias e as problemáticas envolvidas.

Quadro 5

"Síntese do Guião de Entrevista: Beneficiários"

Dimensões	Objectivos	Perguntas - base	Desdobramento
Dados pessoais	- Caracterizar o entrevistado e o seu agregado familiar		<ul style="list-style-type: none"> - Sexo; - Idade; - Habilitações literárias; - Qualificações profissionais; - Experiência profissional; - Naturalidade; - Situação conjugal; - Composição do agregado familiar;
Problemática	- Identificar factores justificativos da situação de exclusão socio-profissional	- Quais os factores de natureza material que contribuem para a situação de exclusão socio - profissional?	<ul style="list-style-type: none"> - Porque motivo se encontra desempregado? - Há quanto tempo se encontra nessa situação? - Há quanto tempo se inscreveu no Centro de Emprego? - Já participou em programas promovidos pelo IEFP? - Sente dificuldades no acesso a alguns serviços e equipamentos? Quais? - Existem dificuldades nas deslocações que possam condicionar a sua integração profissional? - Considera o problema de desemprego o seu principal problema? - A sua habitação é própria ou alugada? Satisfaz todas as suas necessidades? - Com quem viveu durante a sua infância/adolescência? Quais as habilitações literárias, profissão e a situação profissional dessas pessoas durante a maior parte do tempo? - Nessa altura já existiam problemas económicos? - Neste momento existem outros adultos desempregados na sua família? -
		- Quais os factores de natureza subjectiva justificativos da situação de exclusão socio-profissional?	<ul style="list-style-type: none"> - Tente descrever-me o que pensa de si? (Identifique-me alguns pontos fortes e fracos) - Como é o seu dia-a-dia? O que costuma fazer? - O que é que já fez para tentar resolver o seu problema de desemprego? - Ocorreu alguma situação na sua vida que o tenha marcado muito (positiva ou negativamente)? - Considera o clima que se vive em sua casa calmo? - Alguém na sua família tem ou teve problemas de toxicoddependência / alcoolismo?
	Perspectivas futuras	- Como perspectiva o seu futuro?	<ul style="list-style-type: none"> - O que é que o RMG já alterou e qual pensa ser o seu contributo no que se refere ao seu futuro? - E relativamente ao Centro de Emprego que tipo de apoio espera obter? - Considera que num futuro próximo poderá resolver, definitivamente, o seu problema de desemprego?

A recolha da informação relativa às entidades promotoras dos diferentes projectos em análise obedeceu, em termos metodológicos, a critérios semelhantes aos anteriormente descritos. Deste modo, identificaram-se as dimensões no âmbito das quais se agruparam as diferentes questões formuladas e mais uma vez, ao nível da problemática, se atendeu à identificação do conjunto de factores, de natureza diferenciada, potencialmente condicionadores dos processos de inserção destes indivíduos no mercado de trabalho.

Quadro 6

"Síntese do Guião de entrevista: Entidades Promotoras"

Dimensões	Objectivos	Pergunta - Base	Desdobramento
Dados pessoais e institucionais	- Caracterizar o entrevistado e a entidade que representa		<ul style="list-style-type: none"> - Sexo - Idade - Habilitações literárias - Cargo que desempenha na entidade - Tipo de entidade - Principais actividades/valências - Nº de funcionários - Programa(s) a que se candidata
Problemática	- Identificar posicionamentos relativamente à medida RMG	- Que percepção tem da medida RMG	<ul style="list-style-type: none"> - O que é para si o RMG? - Considera o RMG uma medida importante? - É parceiro da CLA? - Se sim, como perspectiva a intervenção da sua instituição no âmbito dessa medida? - Acha que o RMG é uma medida eficaz em termos de inserção socio-profissional? - Considera que o grau de inserção pode ser melhorado? Se sim de que forma?

	<p>Identificar os principais constrangimentos que se colocam à inserção dos beneficiários</p>	<p>Quais os constrangimentos que obstam à integração socio-profissional dos beneficiários?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Considera que os beneficiários RMG possuem características diferentes dos outros candidatos? Se sim quais? - Em seu entender que constrangimentos se colocam à sua inserção socio-profissional? - Considera que nestes grupos o problema do desemprego é determinante? Porquê? - Acha que os beneficiários de RMG possuem dificuldades acrescidas na sua inserção socio-profissional? - O baixo nível de qualificações escolares e profissionais influenciam os processos de inserção destes grupos? - Comente a seguinte afirmação: "os beneficiários RMG provocam, frequentemente alguma entropia no que se refere ao normal funcionamento das instituições". - Considera que existe escassez de incentivos às entidades empregadoras que pretendam criar postos de trabalho? - Acha que o funcionamento dos serviços podem ser melhorados de modo a optimizarem os resultados dos processos de inserção? Se sim, de que forma? - Em seu entender existe desajustamento entre a oferta e a procura de emprego no concelho de Ferreira? - Que tipo de apoios considera necessário mobilizar no sentido de favorecer os processos de inserção destes grupos no concelho de Ferreira do Alentejo, nomeadamente, a nível de infra-estruturas? - Acha que existem representações negativas por parte da sociedade em geral e, especificamente, por parte das entidades patronais em relação a estes grupos? Se sim, elas podem constituir-se como um entrave aos processos de inserção? - Considera que existe sentido solidário relativamente a estes grupos parte de potenciais empregadores? - Acha que existe défice de informação/sensibilização sobre as problemáticas que envolvem estes grupos? - Como se processa a integração dos beneficiários no seio da instituição? - Quer referir-se a algum aspecto que considere de interesse, no âmbito desta problemática e que ainda não tenha sido abordado?
	<p>- Identificar a importância do MSE no âmbito dos processos de inserção</p>	<p>- Qual a importância do MSE nos processos de inserção socio-profissional dos beneficiários?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Porque motivo se candidataram a programa(s) no âmbito do MSE? - Existem funcionários já contratados que iniciaram o seu processo de inserção profissional através de programas desta natureza? - Considera que existem aspectos legais no âmbito destes programas que poderiam ser melhorados? Se sim quais?

Para além da técnica de entrevista procedeu-se, também ao uso de fontes documentais assumindo a pesquisa de literatura uma importância relevante, em especial, enquanto "passo preliminar essencial em cada projecto de investigação" (Moreira 1994:28). A análise da bibliografia especializada na área temática em análise permitiu clarificar os problemas conceptuais, bem como fazer o ponto da situação dos conhecimentos na matéria em questão.

A análise de conteúdo foi a técnica adoptada no tratamento da informação recolhida através das entrevistas realizadas. Para Jorge Vala esta define-se como sendo "uma técnica de investigação que através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações (...) tem como finalidade efectuar inferências com base numa lógica, a partir dos dados recolhidos, para o qual é (...) necessário recorrer a um sistema de conceitos analíticos (...)" (Vala 1986:104).

No conjunto das técnicas de análise de conteúdo, a análise por categorias é a mais utilizada e, também, a mais antiga. Funciona a partir de operações de desmembramento do texto em categorias e, de entre as diferentes possibilidades de categorização, a análise temática assume-se como sendo de extrema rapidez e eficácia, muito particularmente, quando se aplica a "discursos directos e simples" (Bardin 1977:153).

Para se proceder à análise de conteúdo foi imprescindível a identificação de um conjunto de linhas de orientação, nomeadamente: palavras-chave, temas mais abordados, atitudes favoráveis ou desfavoráveis em relação a esses temas e a existência de relação entre eles.

O desenvolvimento da análise pressupõe, numa primeira fase, uma clara delimitação de objectivos e definição de um quadro teórico orientador da pesquisa, conjuntamente com as restantes operações que passamos a enunciar:

1. a constituição de um *corpus*;
2. a definição de categorias e unidades de análise
3. a quantificação

2.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Com o intuito de responder aos objectivos de pesquisa formulados, o trabalho de pesquisa foi desenvolvido a partir da adopção de um conjunto de procedimentos metodológicos, os quais podem ser consubstanciados em diferentes etapas metodológicas:

- levantamento da bibliografia teórica e empírica sobre o tema, visando identificar o estado da arte e permitir o enquadramento do problema;
- determinação e sistematização dos programas e medidas legislativas com intervenção no campo de investigação em curso;

- construção dos guiões de entrevista os quais foram desdobrados atendendo às diferentes dimensões da pesquisa e aos objectivos da informação a recolher;
- aplicação das entrevistas às entidades promotoras dos projectos em análise visando enquadrar o problema do ponto de vista das sensibilidades e opiniões daqueles que mais directamente intervêm no combate à exclusão social;
- realização de estudos de caso a beneficiários RMG os quais foram identificados a partir das estruturas promotoras de projectos de inserção;
- transcrição das entrevistas e identificação de categorias;
- construção de base de dados em folha de cálculo *microsoft excel* visando proceder-se à análise frequencial das categorias previamente identificadas;
- redacção do relatório final.

Capítulo III: O Contexto

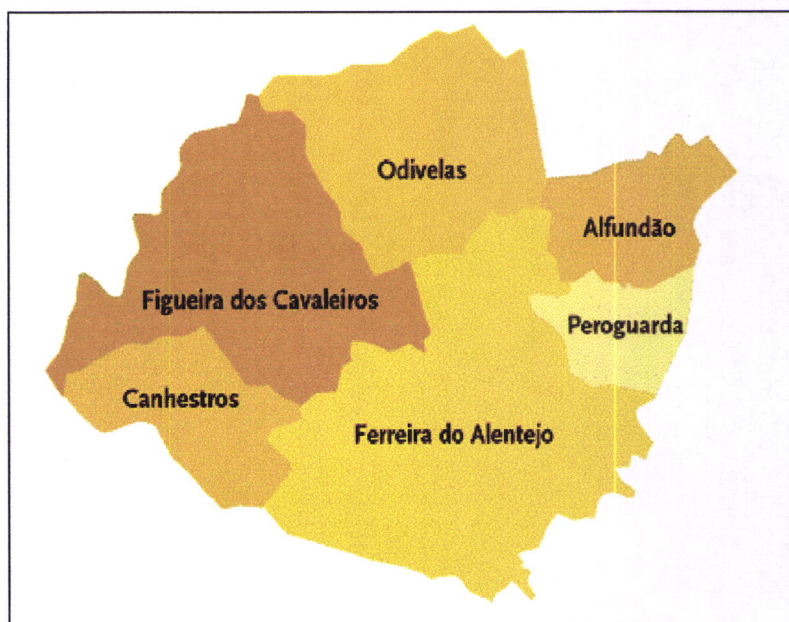
3.1 Envolvente Sócio-Económica:

3.1.1 Base territorial e dinâmica demográfica

O concelho de Ferreira do Alentejo situa-se na região oeste do Baixo Alentejo sendo limitado a norte pelo concelho de Alvito, a sul, pelo concelho de Aljustrel, a este pelo concelho de Beja e a oeste pelo de Grândola. Possui uma área de aproximadamente 648 Km², uma população de 9 010 habitantes (INE – Censos 2001) e encontra-se administrativamente dividido em seis freguesias (Figura 1). Este é, assim, um dos 14 concelhos que integram a região do Baixo Alentejo e corresponde ao contexto geográfico seleccionado para enquadrar a presente investigação.

Figura 1

"Freguesias do concelho de Ferreira do Alentejo"



Fonte: Internet - Site da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo

À semelhança do que acontece em toda a região do Baixo Alentejo “a *descontinuidade populacional, com a existência de vastas áreas despovoadas que alternam com pequenos núcleos urbanizados (...)* e com casas isoladas no meio de terrenos agrícolas” (Pedroso 1996:14) é uma das dimensões mais conhecidas do povoamento deste concelho.

Quadro 7

"População residente no concelho de Ferreira do Alentejo 2001"

Freguesias	População Residente		Total Marginal
	Homens	Mulheres	
Alfundão	489	509	998
Canestros	270	271	541
Ferreira do Alentejo	2 357	2509	4866
Figueira de Cavaleiros	743	770	1513
Odivelas	346	346	692
Peroguarda	198	202	400
Total	4403	4607	9010

Fonte: INE (Censos 2001)

A densidade populacional, atendendo aos dados divulgados pelo INE⁵, relativos ao ano de 2001, estima-se em 13,9 hab/Km², valor que é consideravelmente inferior à média estimada para a região Alentejo (19,6 hab/km²). Esta recessão populacional assume-se como uma característica recente da evolução da região no que se refere ao seu comportamento demográfico a qual veio contrariar a tendência de expansão populacional registada, em especial, até à década de sessenta. A partir desta altura a tendência da região passa a ser inversa à da globalidade do Continente, na medida em que a queda populacional não mais deixou de existir.

A análise detalhada dos movimentos da população no território em estudo permite exemplificar o *"comportamento demográfico-tipo que reflecte globalmente as tendências características do Alentejo ao longo das últimas décadas"* (Neves e Pedroso 1997:17).

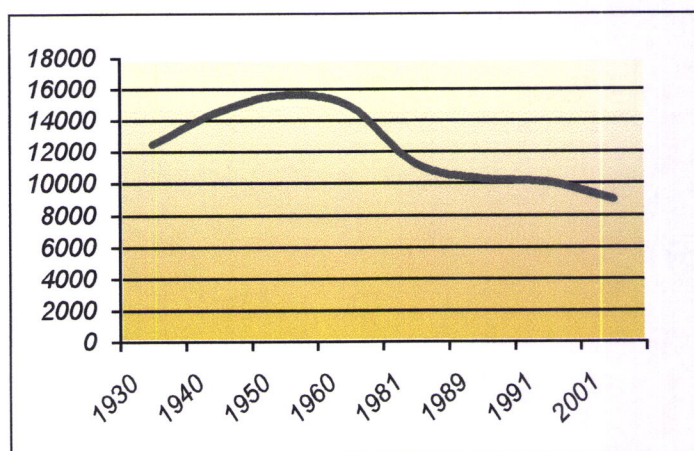
Efectivamente, não obstante a população que reside actualmente no concelho não diferir significativamente da registada na década de 30 (altura em que a mesma se estimava em 12 500 habitantes), posteriormente, o concelho viu a sua população aumentar cerca de 3 000 habitantes, atingindo, então, o valor mais elevado em termos populacionais (15 637 habitantes). Contudo, também aqui os elevadas níveis de desvitalização demográfica se fizeram sentir e apesar de na década de 70 o concelho retomar o seu crescimento positivo (da ordem dos 0.02%), a verdade é que durante o período de 1981/1991, a perda de efectivos populacionais voltou a verificar-se, altura em que o número de habitantes foi reduzido em 1 169 pessoas. Estes números expõem com clareza não só a baixíssima densidade populacional do concelho, mas também a acentuada tendência para

⁵ Anuário Estatístico da Região Alentejo

o seu decréscimo. Não podemos esquecer, contudo a existência de uma incidência diferenciada neste decréscimo, de acordo com os contextos ecológicos e os modos de povoamento estabelecidos, na medida em que, também, no concelho de Ferreira do Alentejo se detecta uma relação entre a recessão populacional e as características dos solos. De facto, as áreas mais povoadas e que perdem menos população são as que possuem solos mais férteis, como acontece com Figueira de Cavaleiros, freguesia do concelho dotada de uma vasta área de regadio que lhe permite uma maior rentabilidade agrícola.

Gráfico 1

"Evolução da população residente no concelho de Ferreira do Alentejo"



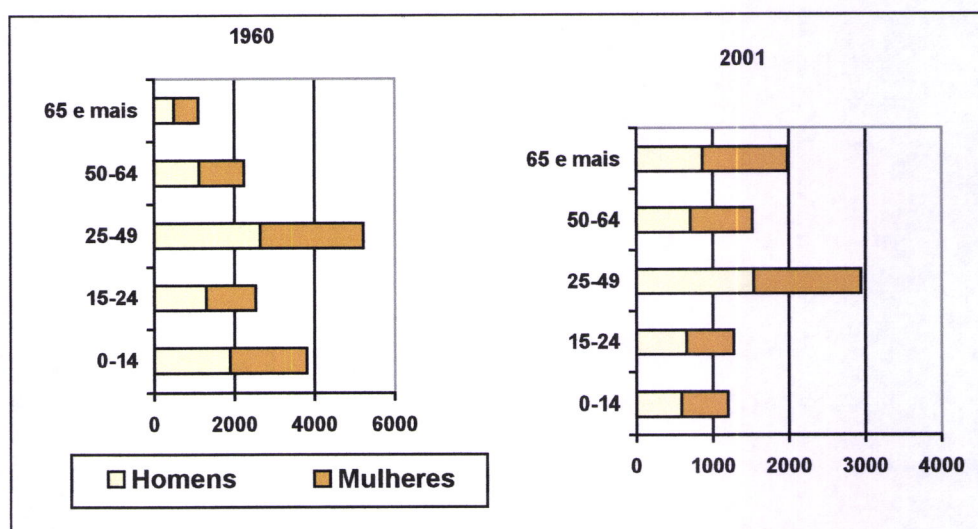
Fontes: PDM (Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo) e INE (Recenseamento Geral da População e Censos)

A libertação de mão de obra agrícola provocada pela mecanização da actividade, a par da forte atracção exercida pelas regiões mais industrializadas (no seio das quais a Península de Setúbal assumiu especial realce) parecem explicar os movimentos migratórios massivos que se fizeram sentir, não só na região, mas também neste concelho em concreto. Como consequência estes movimentos provocaram um efeito de desertificação, contribuindo para o decréscimo populacional da região e alterando, assim, a sua estrutura de povoamento.

O carácter selectivo da migração que atingiu, fundamentalmente, os escalões etários mais jovens e dinâmicos, contribuiu para um envelhecimento progressivo da população. Ao analisarmos algumas pirâmides etárias do concelho de Ferreira do Alentejo, nomeadamente, se compararmos os dados da década de 60 com os de 2001 observamos alterações significativas na sua composição.

Gráfico 2

“População residente no Concelho de Ferreira do Alentejo por escalões etários”



Fonte: INE - X Recenseamento Geral da população (1960) e Anuário Estatístico da Região Alentejo (2001)

Assim, em 1960 temos uma pirâmide com uma base larga, (que se traduz numa elevada percentagem de jovens), e um topo estreito (baixa percentagem de idosos), resultante de taxas de mortalidade e natalidade altas.

A evolução do saldo fisiológico revela que a partir de meados dos anos 70 e, principalmente, a partir de meados de 1980 o declínio populacional entrou numa fase em que a população residente já não consegue manter positivo o saldos entre o número de nados - vivos e os óbitos registados. O envelhecimento acentuado da população do concelho tem efeitos cumulativos sobre a evolução geral da população, nomeadamente, nas suas condições de reprodução demográfica. Ou seja, apesar da recessão populacional na região se ter iniciado, essencialmente, devido a fenómenos migratórios, a verdade é que começa a ser função da estrutura da população. Isto não só porque o crescimento natural apresenta valores negativos, mas também dada a consistência da tendência para a redução da população, factores que vêm acentuar as características da região enquanto espaço deprimido.

Este envelhecimento verifica-se, não só ao nível da base da pirâmide etária (quebra de natalidade expressa através da diminuição da população com menos de 15 anos), como também no topo (com o aumento relativo dos indivíduos com mais de sessenta anos de idade). Aspecto interessante de salientar é o elevado contingente populacional no grupo etário feminino dos 75 e + anos, que se acentua de 1981 para 1991, e que se fica a dever a sobremortalidade masculina e a

elevada esperança média de vida feminina. Nos seus traços fundamentais, a evolução da estrutura etária no concelho de Ferreira do Alentejo segue, assim, a mesma linha de evolução que o restante distrito, país e mesmo Europa: o *envelhecimento*.

Quadro 8

"Evolução das taxas de natalidade e mortalidade no concelho de Ferreira do Alentejo"

	1960	1970	1981	1991	2001
Taxa de Natalidade	16,8	12,8	13,3	9,4	8,7
Taxa de Mortalidade	9,7	10,9	11,3	14,4	13,2

Fonte: INE (Recenseamento Geral da População, Censos e Anuário Estatístico 2001)

Deparamo-nos, assim, com um progressivo decréscimo da taxa de natalidade e com o aumento da taxa de mortalidade pelo que o saldo fisiológico tem sido muito baixo e até mesmo negativo. Por esse motivo, a partir de meados dos anos 70 e, principalmente, a partir de meados de 1980 o declínio populacional entrou numa fase em que a população residente já não consegue manter positivo o saldo entre o número de nados - vivos e os óbitos registados.

Em suma sublinhe-se que *"os fluxos migratórios para além de produzirem efeitos directos em termos da redução do efectivo demográfico, têm igualmente repercussões indirectas e temporalmente disseminadas, uma vez que ao incidirem nos estratos etários mais jovens, subtraem população dos grupos etários em idade fértil, reduzindo-se por essa via o seu potencial de rejuvenescimento demográfico"* (Neves e Pedroso 1997:20). Esta redução do potencial de rejuvenescimento demográfico é igualmente notória na estrutura etária duplamente envelhecida do concelho que conjuga uma forte redução dos grupos etários mais jovens com um aumento de peso da população idosa.

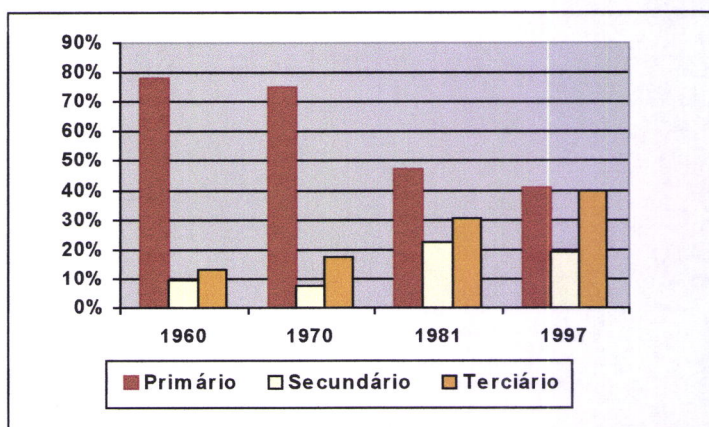
3.1.2 Domínios de actividade económica e estrutura socio-profissional da população activa:

A terciarização da economia é uma das tendências sentidas um pouco por todo o território da união Europeia (UE), variando o seu peso relativo no total do emprego, de forma global, em todos os Estados Membros. Este acréscimo da importância do emprego no sector terciário resulta, essencialmente, de um crescimento das actividades relacionadas com o consumo, designadamente: do comércio, dos serviços de apoio à população (em áreas como a saúde e a educação) e da

administração pública. De acordo com o INE (Caracterização dos Municípios do Baixo Alentejo - 1997), em Ferreira do Alentejo o sector do comércio e dos serviços abarca mais de dois quintos das empresas com sede no concelho, 31% do emprego e 60% do volume de negócios. As actividades financeiras e imobiliárias apresentavam, no mesmo ano, o maior valor no âmbito do volume de negócios, (39.7 mil contos) o qual é consideravelmente superior à média regional (25.2 mil contos).

Gráfico 3

“Evolução dos sectores de actividade no concelho de Ferreira do Alentejo”



Fonte: Caracterização dos Municípios do Baixo Alentejo

No que respeita ao sector secundário a tendência de evolução registada aponta para um crescimento das ocupações profissionais ligadas à construção e obras públicas as quais representavam em 1997 (de acordo com os dados divulgados pelo INE (Caracterização dos Municípios do Baixo Alentejo) 55% do total das empresas deste sector. O volume de negócios por activo, das empresas do sector, apresentava nessa altura valores inferiores aos que se verificam para o Alentejo. Por seu turno, a indústria transformadora é a que apresenta o maior valor o qual, ainda assim, é inferior ao valor médio regional.

Quadro 9

“Volume de negócios por sub-sectores de actividade no concelho de Ferreira do Alentejo”

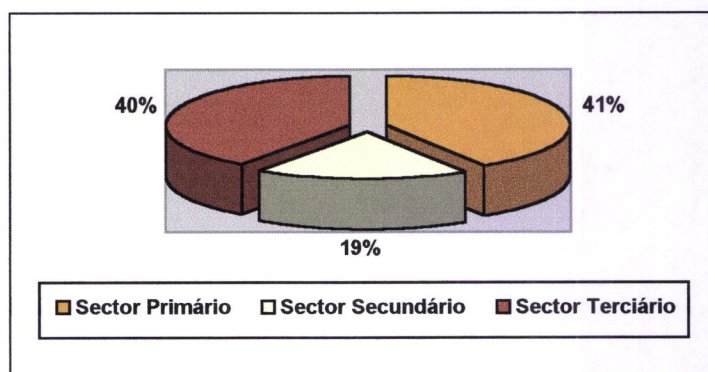
Sub-Sectores	Vol. De Neg/Activo (mil contos)	
	Ferreira do Alentejo	Região Alentejo
Indústria Extractiva	0	12.9
Indústria transformadora	6.4	8.2
Construção e Obras Públicas	2.2	4.1

Fonte: INE - Caracterização dos Municípios do Baixo Alentejo (1997)

Apesar desta tendência de terciarização da economia, a verdade é que o sector agrícola, não obstante ter perdido a preponderância de outros tempos, continua a assumir um papel importante na estrutura produtiva do concelho. O sistema local de emprego ainda hoje é "fortemente influenciado pela actividade agrícola da região e pela sazonalidade de que a mesma padece" (Palma Rita; 103). Neste sector tanto a área média por exploração, como a área total de superfície agrícola utilizável são superiores à média regional (96% e 91%), sendo que tanto a superfície irrigada como a irrigável se apresentam, como factores a destacar neste concelho as quais atingem os valores de 40% e 13% da superfície agrícola utilizável, respectivamente. A mão de obra familiar representa, por seu turno, cerca de 46% do total do trabalho agrícola e os assalariados permanentes 28% (INE: Caracterização dos Municípios do Baixo Alentejo - 1997).

Gráfico 4

"Distribuição dos Sectores de Actividade no concelho de Ferreira do Alentejo"



Fonte: INE – Caracterização dos Municípios do Baixo Alentejo (1997)

A estrutura socio-produtiva do concelho é marcada pela debilidade do tecido empresarial isto no que se refere à capacidade de investimento, à fragilidade dos recursos técnicos e de gestão e, ainda, ao escasso dinamismo de mercado. A dificuldade em valorizar as produções locais e a insatisfatória apropriação local dos instrumentos de apoio ao investimento produtivo constituem-se também eles como sendo elementos inibidores do potencial de desenvolvimento deste território.

A oferta de trabalho registada no Centro de Emprego de Beja reflecte alguma desta debilidade empresarial a qual é, predominantemente, apoiada em actividades que exigem pouca qualificação profissional da mão-de-obra. De facto, aproximadamente, 72% das ofertas recebidas ao longo do mês de Julho do corrente, provenientes do concelho de Ferreira do Alentejo, destinavam-se a trabalhadores não qualificados, sendo de registar o carácter temporário de quase todas elas.

Quadro 10

“Ofertas por CNP segundo a sua natureza em Julho de 2002 no concelho de Ferreira do Alentejo”

CNP	Permanente	Temporário
7. Operários e artífices	10,30%	1,30%
9. Trabalhadores não Qualificados	0%	88,40%

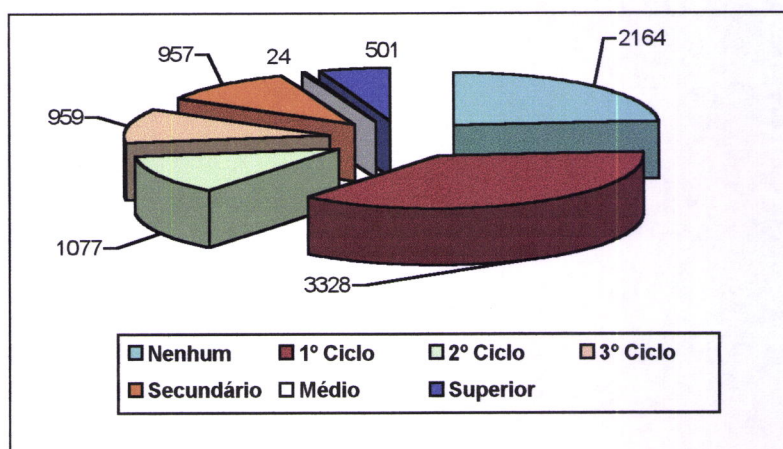
Fonte: IEFP – SIGAE (Sistema informatizado de gestão da Área do Emprego)

A reduzida diversidade do tecido económico local, bem como o fraco dinamismo e capacidade de inovação empresarial são, assim, características que surgem a par de um mercado local de trabalho que mobiliza uma mão-de-obra globalmente pouco qualificada, não só em termos profissionais, mas também no que se refere às competências escolares. Esta debilidade da formação escolar dos recursos humanos mobilizáveis a nível do concelho, a par de uma estrutura etária bastante envelhecida constituem um sério obstáculo ao surgimento de novas iniciativas de investimento e ao desenvolvimento de processos de recomposição produtiva que envolvam o recurso a novas tecnologias e formas de organização do trabalho.

Este factor é evidência da elevada taxa de analfabetismo estimada para o concelho que de acordo com os Resultados dos censos 2001 é de, aproximadamente, 24% (valor que é superior à média regional). A este elemento acresce-se o facto de cerca de 65% da população possuir como habilitação escolar máxima o primeiro ciclo.

Gráfico 5

“População residente no concelho de Ferreira do Alentejo por Habilitações Literárias em 2001”



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo 2001

A taxa de desemprego estimada para o concelho superior à registada para a região alentejana, representando os desempregados quase 85 % dos pedidos de emprego registados. Este é o reflexo de um fenómeno que desde a década de 70 não parou de aumentar e que nas regiões do interior (especialmente nas regiões empobrecidas como é o caso do Alentejo) tem vindo a facilitar a reprodução de assimetrias regionais e de todos os efeitos de desfavorecimento a elas associados ao nível da exclusão social.

Quadro 11

“Candidatos inscritos no Centro de Emprego de Beja em Julho de 2002 com residência no concelho de Ferreira do Alentejo”

1º Emprego	59
Novo Emprego	401
Ocupados	68
Empregados à procura de outro emprego	8
Indisponíveis	8
Total	544

Fonte: IEFP – SIGAE (Sistema informatizado de gestão da Área do Emprego)

A sua persistência quantitativa torna clara a forma como o desemprego atinge, particularmente, alguns grupos específicos da população, de entre os quais as mulheres e os jovens. Por este motivo a taxa de desemprego feminino atinge no concelho em análise um valor, consideravelmente, superior à registada para a região (as quais se estimam em 29,1% e 18,8% respectivamente). As mulheres são, assim, majoritárias na procura de emprego, representando cerca de 77% dos pedidos de emprego constantes no Centro de Emprego de Beja, em Julho de 2002.

Quadro 12

“Pedidos de emprego no Centro de Emprego de Beja relativos ao concelho de Ferreira do Alentejo por CNP, em Julho de 2002”

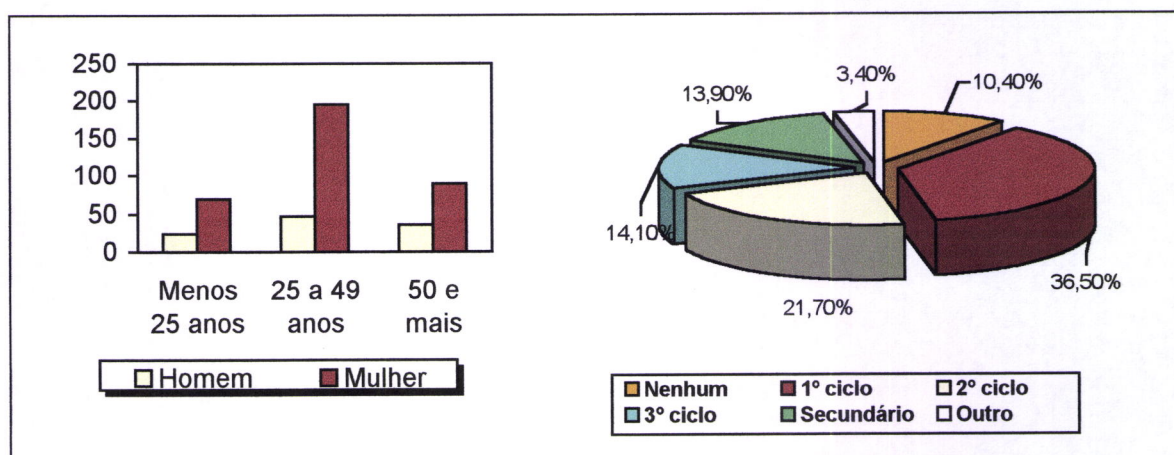
1. Quadros Superiores	1
2. Especialistas de profissões intelectuais e Científicas	20
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	22
4. Pessoal administrativo e similares	59
5. Pessoal dos serviços e vendedores	98
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	131
7. Operários, artífices e trabalhadores similares	27
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	29
9. Trabalhadores não qualificados	157
TOTAL	544

Fonte: IEFP – SIGAE (Sistema informatizado de gestão da Área do Emprego)

O desemprego assume, por vezes, um carácter estrutural, o qual favorece o crescimento do desemprego de longa duração e a insuficiência de oportunidades de emprego, fora da actividade agrícola, poderá explicar o facto de um número considerável de desempregados continuarem a procurar novas oportunidades de trabalho naquela actividade. Estes candidatos que procuram voltar a trabalhar em actividades agrícolas são detentores de habilitações escolares que não vão, muitas vezes, além dos quatro anos de escolaridade.

Gráficos 6 e 7

“Candidatos inscritos no CTE de Beja, residentes no concelho de Ferreira do Alentejo segundo os grupos etários, sexo e habilitações literárias”



Fonte: IIEFP – SIGAE (Sistema informatizado de gestão da Área do Emprego)

Ainda no que respeita à oferta de emprego registada para este concelho, verifica-se que apenas 15,1% das ofertas activas foram satisfeitas durante o mês de Julho. Este valor ilustra uma certa incapacidade de satisfação sentida por parte dos serviços a qual poderá ser explicada em função de dois factores principais. Por um lado, nem sempre as condições oferecidas pelas entidades patronais são suficientemente aliciantes, sobretudo no que se refere à remuneração oferecida. Por outro lado, acontece com alguma frequência que *“os que recebem subsídio de desemprego facilmente apresentam comprovativos de doença, quando solicitados para ofertas de emprego cujas condições não sejam do seu agrado. Procuram esgotar todo o período de protecção social de desemprego que lhes foi atribuído, continuando, no entanto, a maior parte das vezes a desenvolver actividades remuneradas, escapando ao controlo mesmo dos mais atentos”* (Rita 1997:104).

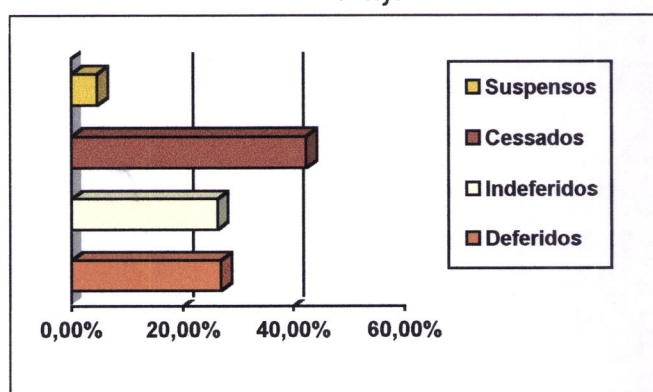
Quase metade dos desempregados do concelho inscritos no SIGAE encontram-se abrangidos pelo regime de protecção no desemprego, isto é recebem subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego. Desses, 31,6% encontram-se ocupados em entidades (privadas ou públicas) sem fins lucrativos, desenvolvendo actividades no âmbito do MSE que se revistam de interesse para a colectividade.

3.2 O Rendimento Mínimo Garantido em Ferreira do Alentejo - Execução da medida e caracterização dos beneficiários

A medida RMG foi implementada no concelho de Ferreira do Alentejo durante o segundo semestre do ano de 1996, ou seja, durante a sua fase experimental. No ano de 2001 entraram 508 processos e 483 foram avaliados mantendo-se, assim, a tendência de convergência entre estes números, a qual já se regista desde o ano de 1999.

Gráfico 8

“Processos de RMG entrados e analisados durante o ano de 2001 no concelho de Ferreira do Alentejo”



Fonte: Comissão Nacional de RMG – Relatório Anual (2001)

Os processos avaliados envolveram, no concelho um total de 1467 indivíduos dos quais, apenas, uma terça parte viu o seu processo deferido. Os principais motivos de indeferimento resultam da apresentação de rendimentos económicos superiores ao previsto na legislação e da não apresentação dos meios de prova necessários à verificação da situação de grave carência económica.

Quadro 13

“Motivos de Indeferimento dos requerimentos RMG em 2001 no concelho de Ferreira do Alentejo”

Rendimentos superiores	1 0 6
Não aceitação do Programa de Inserção	2 6
Não fornecimento de meios de prova	2 0
Indisp p/ requerer pensão de alimentos	1
T o t a l	1 5 3

Fonte: Comissão Nacional de RMG – Relatório Anual (2001)

Por seu turno, o principal motivo de cessação da prestação resulta da ocorrência de alteração nos rendimentos económicos da família facto este que pode indiciar o contributo da medida na resolução das situações de exclusão social extrema, nomeadamente, através da aquisição de competências que permitam aos beneficiários reforçar ou obter a autonomia económica e social.

Quadro 14

“Motivos de cessação das prestações RMG no concelho de Ferreira do Alentejo, durante o ano 2001”

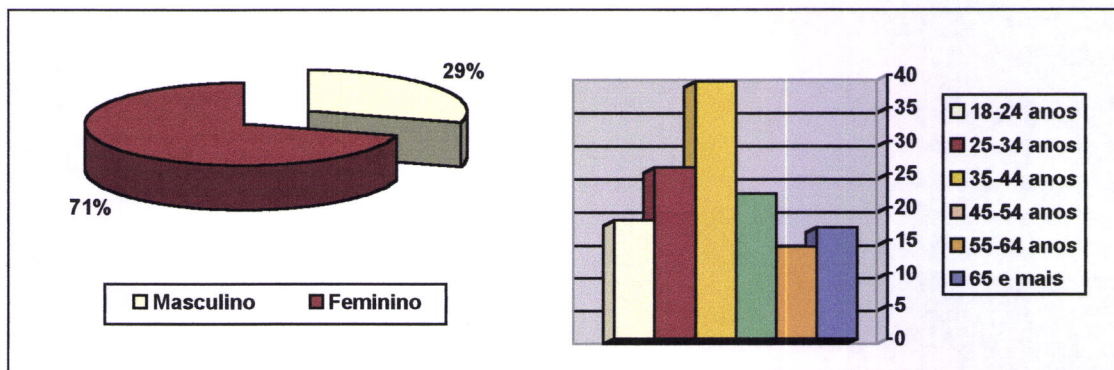
Alteração de rendimentos	149
Não cumprimento do programa de inserção	26
Não subscrição do programa de inserção	21
Outras situações	23
Total	219

Fonte: Comissão Nacional de RMG – Relatório Anual (2001)

Após avaliação e deferimento dos processos, os candidatos à medida assumem a condição de titulares de RMG. Uma das principais características desta titularidade prende-se com o carácter, relativamente, jovem deste grupo populacional, já que a maioria (61%) têm até 44 anos de idade. Por seu turno, os escalões etários mais residuais dos indivíduos que recorrem ao RMG são os mais idosos (12,5% possuem idades superiores a 64 anos). O fraco peso que este grupo representa justifica-se em função do facto do mesmo poder aceder a outro tipo de prestação, nomeadamente, à Pensão Social.

Gráficos 9 e 10

“Caracterização dos beneficiários titulares de RMG em Ferreira do Alentejo atendendo ao sexo e à faixa etária”



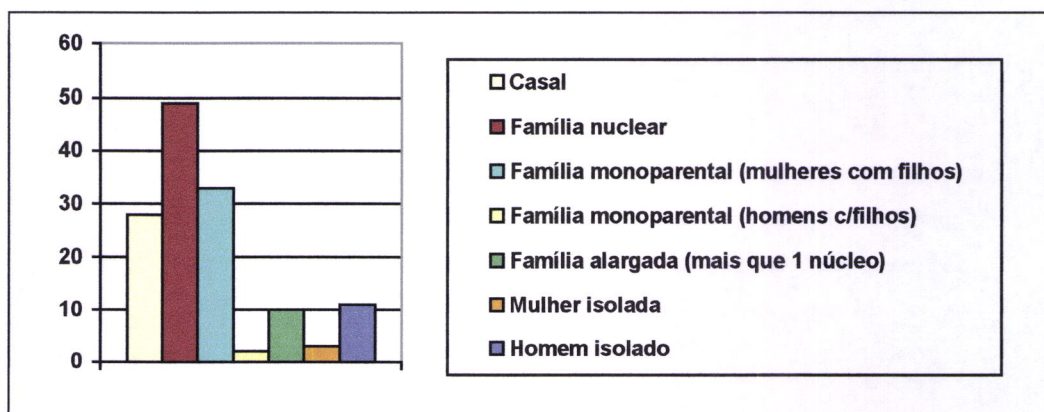
Fonte: Comissão Nacional de RMG – Relatório Anual de Avaliação (2001)

Por outro lado, desde a fase experimental de implementação do RMG, podemos identificar outro aspecto marcante no que respeita à titularidade e que se prende com o facto da mesma ser, predominantemente, feminina. De acordo com os dados constantes no Relatório Anual de 2001, aproximadamente, 70% dos titulares de RMG no concelho de Ferreira do Alentejo são mulheres. Esta situação vem evidenciar o facto de ser este o grupo que, tradicionalmente, se encontra mais exposto a situações de pobreza e vulnerabilidade.

Esta análise poderá ser corroborada se atendermos à caracterização das estruturas familiares que predominam no âmbito da medida, no seio das quais a figura feminina continua a assumir um papel preponderante, enquanto único elemento adulto do agregado familiar, representando 26,5% dos agregados familiares beneficiários. As famílias monoparentais femininas representam o segundo grupo de famílias mais frequente e as situações que, por norma, estão na sua origem são muito diversas (gravidez indesejada, ciclos de conjugalidade negativos frequentemente marcados por grandes violências, viuvez ou abandono).

Gráfico 11

“Tipologia dos agregados familiares beneficiários de RMG em 2001”

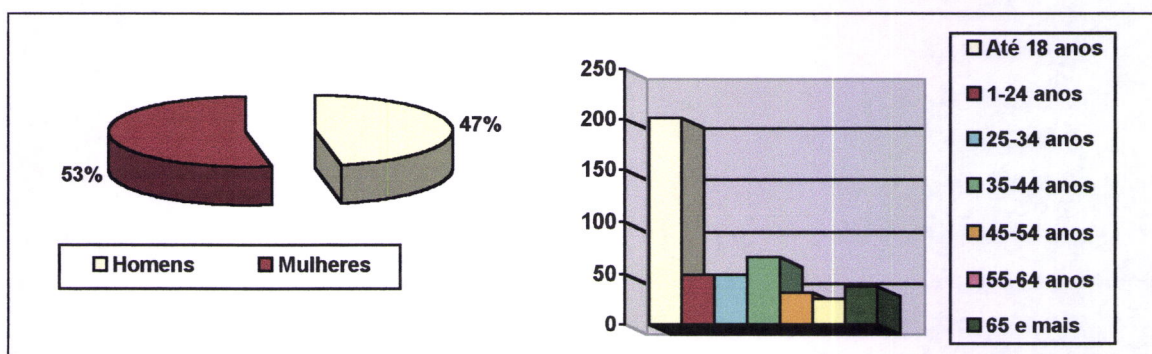


Fonte: Comissão Nacional de RMG – Relatório Anual (2001)

A juventude no âmbito da medida RMG é, não só característica dos titulares, mas também dos beneficiários na sua globalidade, já que a grande maioria (44%) têm idades iguais ou inferiores a 18 anos. Este factor é, pois, ilustrativo do quadro familiar em que estes indivíduos viveram e cresceram onde, nem o percurso no sistema de ensino, nem a trajectória profissional, nem mesmo a relação com o sistema de protecção social parecem ter quebrado o ciclo de pobreza vivenciado.

Gráficos 12 e 13

“Caracterização dos beneficiários em Ferreira do Alentejo atendendo ao sexo e à faixa etária”



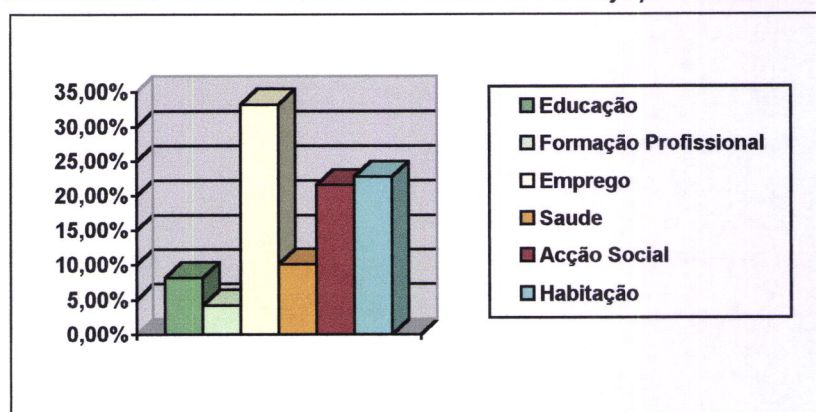
Fonte: Comissão Nacional de RMG – Relatório Anual (2001)

O estabelecimento dos programas de inserção tem-se apresentado como o grande desafio lançado no âmbito do RMG, pretendendo-se através deles responder, não só à diversidade, como também, à complexidade das problemáticas que os beneficiários encerram. Durante o ano de 2001

formalizaram-se, no concelho de Ferreira do Alentejo, um total de 110 Acordos de programas de Inserção, os quais envolveram um total de 203 pessoas (das quais 120 eram mulheres). Em Dezembro do mesmo ano contabilizavam-se, a nível deste concelho, 259 acções assinadas, as quais respeitam, maioritariamente, à área de inserção do emprego (33,2%). Este elemento evidencia o peso que esta área de inserção apresenta ao nível do RMG, nomeadamente, em regiões onde a taxa de desemprego assume valores, muito, superiores à média nacional.

Gráfico 14

“Acções assinadas no âmbito do RMG em Ferreira do Alentejo por áreas de inserção”

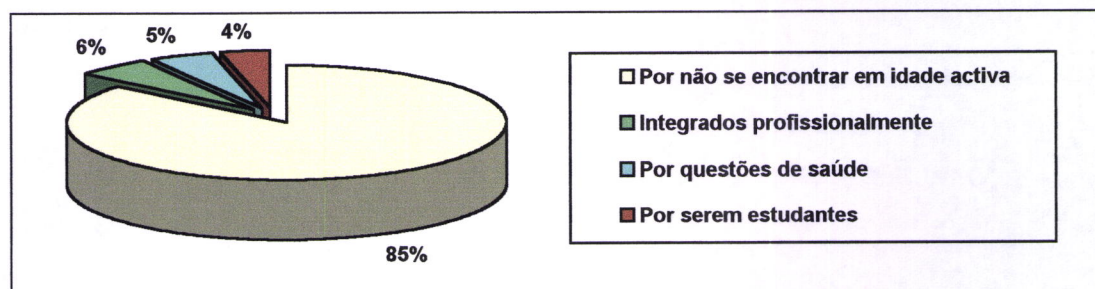


Fonte: Comissão Nacional de RMG – Relatório Anual (2001)

Finalmente acresce-se que, no âmbito desta medida, a idade surge como o principal motivo de dispensa de inserção profissional dos beneficiários, não só por se tratar de indivíduos com mais de 65 anos (14%), mas também (e muito particularmente) por serem jovens com menos de 16 anos que ainda não se encontram em idade activa (63%).

Gráfico 15

“Motivos de dispensa de inserção profissional”



Fonte: Comissão Nacional de RMG – Relatório Anual (2001)

**Capítulo IV:
Desenvolvimento(s),
exclusão social e acesso
ao emprego**

4.1 Perspectivas de um desenvolvimento alternativo

No seu sentido mais lato, a ideia de desenvolvimento surge em ciências sociais como algo que confere à sociedade uma imagem semelhante à de um *“organismo vivo que (...) se transforma, segundo um processo de maturação progressiva, para atingir pouco a pouco um estado de modernidade”* (Boudon 1990:70). Deste modo, o conceito de desenvolvimento tem vindo a ser definido de formas diferentes, consoante os modelos político-económicos dominantes. Teoricamente, podemos afirmar uma certa tendência para se considerarem apenas os aspectos positivos do processo, uma vez que durante muito tempo o conceito de desenvolvimento se identificava perfeitamente com o conceito de crescimento económico, o qual em termos evolucionistas tenderia a conduzir a humanidade para o perfeccionismo: o progresso, a felicidade e a justiça seriam implicações necessárias à sua concretização.

Durante décadas, desenvolvimento e crescimento económico utilizaram-se, indistintamente, para designar uma só coisa. Contudo, não obstante os grandes avanços económicos conseguidos por alguns países, a verdade é que também se verificou um declínio sem precedentes para outros. A par do bom desempenho do crescimento económico, surgiram disparidades que têm vindo a originar dois mundos distintos: o dos muito ricos e o dos muito pobres. Efectivamente, o crescimento económico global tem sido frequentemente acompanhado de um crescimento sem criação de emprego e, como tal, sem desenvolvimento humano.

Rogério Roque Amaro (1990b) afirma que a revolução Industrial marcou (alterando formas de viver, pensar e produzir) a estratégia de desenvolvimento dominante, mitificando o processo: encarando a actividade económica como sendo o seu pilar fundamental; valorizando o *quantitativismo* em vez da qualidade, o *fazer* (produtivismo) e o *ter* (consumismo); encarando a indústria como sendo o seu motor e desvalorizando outro tipo de actividades; sobrevalorizando o espaço urbano e marginalizando o espaço rural. Assim, as dimensões sociais e culturais do desenvolvimento foram relegadas para segundo plano e o etnocentrismo inerente a tal modelo considera como marginais todos aqueles que não fazem (porque não podem ou não sabem), tais como: crianças, jovens, deficientes, os idosos, os desempregados, os pobres e mulheres profissionalmente inactivas. Em função do que se afirmou, este modelo de desenvolvimento economicista, não obstante os progressos verificados, gerou e/ou agravou fortes assimetrias sociais dada a sua incapacidade para conjugar três diferentes dimensões vitais ao ser humano: a individual, a colectiva e a ambiental.

O privilégio concedido ao espaço urbano⁶ contribuiu para o aparecimento de fortes assimetrias e desequilíbrios regionais particularmente notório quando comparamos a dinâmica do litoral com o sub-desenvolvimento do interior do país, em especial, do espaço rural. António Nóvoa identifica como principais entraves ao desenvolvimento destas regiões:

- A existência de economias pouco diversificadas;
- O envelhecimento da população;
- Os baixos níveis de alfabetização;
- A fragilidade do sector industrial e empresarial;
- Os sectores de serviços que respondem apenas à satisfação de necessidades básicas das populações;
- A difícil inserção dos jovens no mercado de trabalho;
- A insuficiência de infraestruturas de carácter socio-económico, nomeadamente, as relacionadas com a acessibilidade e comunicações;
- A inadequação do sistema de formação profissional face às necessidades de desenvolvimento destas regiões;
- A debilidade da iniciativa empresarial local (Nóvoa 1992:18);

Assim, o modelo económico, assente num processo de globalização crescente, tem a seu crédito o facto de ter permitido alcançar níveis de produção de bens materiais e de conhecimento, jamais conseguidos. Contudo, é necessário não esquecer os elevados custos, sociais e ambientais, que lhe estão associados e que lhe impõem limites. Esses limites podem ser sintetizados nas seguintes situações:

- *"agravamento do fosso entre um centro, caracterizado por opulência e esbanjamento crescentes e uma larga periferia bloqueada no seu desenvolvimento potencial mais básico;*

⁶ Inicialmente o quadro teórico de reflexão da ciência regional partia do quadro urbanocêntrico, onde a difusão das transformações induzidas a partir dos espaços urbanos provocariam uma uniformização dos diferentes espaços económicos.

- *pobreza massiva em vastas regiões do Mundo que coloca mais de um bilião e trezentas mil pessoas abaixo do limiar da sobrevivência (menos de um dólar por dia);*
- *marginalização e exclusão social crescentes e persistentes no interior das próprias sociedades de afluência, onde as desigualdades também não cessam de aumentar e de constituir uma séria ameaça de fragmentação ou implosão do tecido social;*
- *desequilíbrios ecológicos em várias dimensões, incluindo riscos de rupturas irreparáveis na vida do planeta Terra;*
- *fragilidade e vulnerabilidade crescentes do sistema financeiro mundial, sujeito a repetidas crises, de controlo cada vez mais difícil;*
- *enfraquecimento do poder das instituições políticas nacionais face a orientação das suas economias no sentido do bem-estar dos cidadãos e da prossecução da solidariedade, que é garante insubstituível da paz social em liberdade" (Silva 2000:28).*

Deste modo, com a falência do modelo de desenvolvimento assente no crescimento económico e com o conseqüente aumento das situações de pobreza geradas pelos processos de desenvolvimento económico e industrial, a abordagem teórica das políticas neste domínio é inovada face às novas opções conceptuais.

Em especial, a partir da década de 70, a estrutura e a qualidade do crescimento económico começaram a ser abordadas no sentido de se apoiar o desenvolvimento humano: este deverá ser o fim e aquele o meio. A Declaração de Cocoyoc, datada de 1974, sustentava um desenvolvimento centrado nas pessoas, em harmonia com o ambiente. Posteriormente, em 1975, a Swedish Dag Hammarsjold Foundation vem colocar em causa os principais modelos de desenvolvimento, bem como as políticas que os sustentavam, advogando um modelo de desenvolvimento humanista, "*orientado para a satisfação das necessidades básicas dos pobres*" (Friedman 1996:4).

No nosso país, está já relativamente interiorizada a ideia de que a pobreza é um problema de desenvolvimento, nomeadamente: uma agricultura tradicional, uma indústria pouco desenvolvida e um sistema de protecção social deficitário. Por seu turno, "*a questão da territorialização das actividades económicas e das dinâmicas demográficas demonstra a existência de fortes clivagens territoriais que, combinadas com outros factores, determinam*

zonas de maior ou menor vulnerabilidade social (Almeida et al 1992:53). A análise da exclusão social deverá englobar no seu quadro teórico esta noção, dado que os desequilíbrios regionais são produtores de situações de exclusão e marginalização social. De entre as clivagens que se podem assinalar registre-se a que se estabelece entre o litoral e o interior rural.

Actualmente, com a crescente afirmação das realidades supra-nacionais e infra-nacionais, verificou-se uma profunda alteração na estabilidade dos referenciais humanos, em termos territoriais, tornando imprescindível a redefinição do papel do denominado “Estado-Nação”. A globalização e a, conseqüente, internacionalização da economia escapam aos mecanismos de regulação existentes transformando o presente num período de grandes incertezas, alicerçado, ao nível mundial, numa instabilidade generalizada (em termos políticos, sociais, económicos e culturais).

José Reis afirma que perspectiva territorial de desenvolvimento não é colocada em causa pela globalização, ou pelas alterações organizativas do capitalismo contemporâneo; o que muda é a sua natureza ou, pelo menos, a sua forma (Reis 1992:63). Daí a necessidade de se redobram os cuidados, face a uma maior probabilidade de ocorrerem fenómenos de exclusão e dualismo. À semelhança do que vem acontecendo nos restantes países que integram a União Europeia, o espaço de natureza macro, como é o comunitário, deverá favorecer o reforço dos espaços de natureza micro (sejam eles à escala local ou regional). Estes adquirem, assim, uma nova importância pelas vantagens competitivas que encerram, assumindo, por isso, um papel fundamental no delineamento de qualquer estratégia de desenvolvimento económico.

Paulo Pedroso (1998^a) defende que a promoção do desenvolvimento depende das configurações socioespaciais dos contextos de intervenção, encarando-se assim o espaço micro como algo capaz de intervir no estabelecimento de relações sociais que potencializem (ou não) a produção de oportunidades para um dado território. A identidade socio-cultural surge como um elemento estruturador das políticas de base territorialista de desenvolvimento, que contrariam as medidas de carácter centralizado e uniforme.

É neste contexto que emerge uma nova concepção de desenvolvimento, centrada “*nos comportamentos humanos determinados por factores históricos, sociais e naturais (...) apelador à participação local e incentivador de identidades regionais*” (Almeida et al 1992:55). Este novo paradigma assume-se como a alternativa ao funcionalismo/difusionismo e orienta-se no sentido da mobilização e interacção dos recursos locais e para a internalização dos problemas à escala local. Para José Reis existe um conjunto de condições para que a referência a contextos territorializados se torne pertinente: a existência de limiares de densidade; a instituição de

sistemas de inter-relações locais; e, finalmente, a capacidade de negociação externa (Reis 1992:63).

A acção de *empowerment*, tal como John Friedmann a define, não é mais do que uma acção estruturada nas comunidades locais, tendo como parceiro principal o Estado, e como objectivo a manutenção de um padrão de vida que seja o garante “dos direitos humanos e do desabrochar humano”(Friedman 1996:3). Todas as mudanças que convulsivamente se deram na organização do capitalismo resultaram na exclusão de grande número de indivíduos na participação económica e social. A pobreza deverá assim ser encarada como sendo um problema público e ser abordada colectivamente.

O desenvolvimento alternativo, ou *empowerment*, procura implementar uma mudança nas estratégias nacionais existentes, através de *uma política de democracia participada, de crescimento económico apropriado, de igualdade de géneros e de sustentabilidade ou equidade entre gerações*” (Friedman 1996:36). Este processo de desenvolvimento defende, como já se disse, a importância das micro-esferas da vida política e territorial, devendo iniciar-se à escala local, mas não podendo terminar aí, uma vez que o Estado continua a ser o parceiro principal. Assim, uma política de desenvolvimento alternativo necessita de um Estado forte que instaure as suas políticas.

Neste contexto, para além da componente territorializada dos processos de desenvolvimento há que atender, também, ao conceito de desenvolvimento humano, o qual inclui as seguintes dimensões:

- **Poder** - ganhar poder básico depende da expansão das capacidades dos indivíduos, os quais não deveriam ser beneficiárias de um processo organizado por outros, antes sim deveriam ser agentes activos do seu próprio desenvolvimento;
- **Cooperação** - o desenvolvimento humano está preocupado não só com as pessoas enquanto indivíduos mas, também, com a forma como interagem e cooperam em comunidades;
- **Equidade** - o desenvolvimento humano adopta uma visão mais vasta do termo equidade, ultrapassando as dimensões de riqueza ou rendimento, abrangendo as capacidades e oportunidades básicas (como o direito à educação, à saúde, ou à igualdade de oportunidades), sendo que a promoção de equidade poderá implicar

uma partilha desigual de recursos, no sentido em que alguns necessitam de mais ajuda do que outros;

- **Sustentabilidade** - no sentido em que se pensa em satisfazer as necessidades da geração presente sem colocar em causa a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades;
- **Segurança** - o desenvolvimento humano insiste no facto de todos deverem beneficiar de um nível mínimo de segurança, sendo a falta de emprego uma das principais fontes de insegurança; contudo, as pessoas querem estar, também, livres de ameaças crónicas (tais como doenças, repressões ou intromissões súbitas e prejudiciais na sua vida quotidiana);

Rogério Roque Amaro (1991) defende que a existência de desenvolvimento implica um processo de “**des-envolvimento**”, no sentido da libertação de tudo o que impeça a realização das potencialidades dos seres humanos, não só em termos ambientais e colectivos mas, sobretudo, ao nível individual. Ou seja, estamos a falar de um processo de desenvolvimento integral, integrado e integrador; isto é, cujos elementos determinantes são: a **participação** (de um sociedade informada), a **autonomia** (a capacidade de resposta a estímulos vindos do exterior), a **solidariedade** (em todas as dimensões do processo) e a **diferença** (o respeito por ela). Para este autor desenvolvimento significa, antes de tudo, um processo de libertação dos envolvimentos, prisões, invólucros ou constrangimentos que impeçam o ser humano de se afirmar ou de se realizar. No fundo, a mudança fundamental, a ruptura com os anteriores modelos de desenvolvimento, traduz-se nos aspectos que conferem ao processo um cariz de maior justiça social.

4.2 O Rendimento Mínimo Garantido: Da exclusão à inserção:

4.2.1 Acerca da exclusão social: principais contributos das correntes sociológicas:

Considerando o contributo prestado pelas teorias sociológicas quando nos referimos à problemática da exclusão, Martine Xiberras organiza-as atendendo a três grandes eixos, simultaneamente cronológicos e temáticos.

Em primeiro lugar, refere-se às teorias da sociologia clássica. Nesta perspectiva, os denominados pais fundadores da sociologia analisam a exclusão na tentativa de descobrir os “*factores de ordem, de coerência das representações colectivas e da coesão do laço social*” (Xiberras 1993:34). A questão central é a interrogação acerca de, como é que, e, porque é que, os homens vivem em conjunto, esforçando-se por demonstrar os mecanismos da ordem social global e da composição do laço social.

Émile Durkheim (1978), centra a sua preocupação no laço social *horizontal*, ou seja, aquele que liga os homens em conjunto e permite o estabelecimento de relações de solidariedade. Para este autor, que se dedicou ao estudo da influência da consciência colectiva sobre a natureza do laço social, as formas de solidariedade que ligam os homens entre si evidenciam o facto do laço social apenas funcionar quando é substituído por representações colectivas adequadas, que lhe atribuem uma determinada imagem. A solidariedade mecânica funciona, nas sociedades tradicionais de modo natural e espontâneo, como o garante dessa mesma coesão; por seu turno, nas sociedades contemporâneas, este autor afirma a necessidade um tipo de solidariedade diferenciado: a solidariedade orgânica. O mesmo autor estabelece dois territórios específicos da sociologia (o espaço das representações colectivas e o das práticas sociais) correlacionados entre si já que quando as primeiras são densas, o laço social é forte; por outro lado, este é pouco coeso se as representações colectivas são pouco coerentes. A noção de densidade moral e de anomia designam, respectivamente, uma forte coerência das representações colectivas, ou a sua desagregação. Nas sociedades modernas a denominada solidariedade orgânica, contrariamente ao que acontecia nas sociedades tradicionais onde vigorava a solidariedade mecânica.

Por seu turno, Georg Simmel (1983) empreende uma análise acerca do laço social global na sua forma microssocial, na sua actualização ou na interacção dos homens entre si. Simmel, desconstrói, assim, o laço social ao nível das relações face-a-face e descobre, na noção

de distância ou proximidade, uma dimensão fundamental que permite a descrição e definição das modalidades de relação que liga os homens entre si.

Finalmente, Max Weber (1996) interessa-se pela natureza do laço social, isto é, pelos seus aspectos *verticais*, designadamente, aos que ligam os homens às representações colectivas, às quais aceitam submeter-se e que constituem os valores que lhes são comuns.

Este grupo de teóricos preocupou-se, essencialmente, com os mecanismos de coesão social das sociedades da modernidade e, embora não estudem a população dos excluídos esboçam, já, formas dos processos de exclusão próprios da modernidade. O pensamento próprio de cada um deles permite explorar todo um conjunto de variáveis constitutivas do laço social, como sejam: o peso da consciência colectiva, o grau de distância ou de proximidade, a sua verticalidade ou horizontalidade. Existe em todos eles uma tendência para estabelecer paralelismo entre uma sociedade moderna e a forma das sociedades tradicionais, evidenciando dois modelos de organização humana que se opõem: o vínculo social tipo comunitário e o de tipo societário.

O segundo grupo refere-se às teorias da sociologia do desvio, as quais dão continuidade à análise dos factores de desagregação, focalizando todos os seus esforços sobre a decomposição do laço social e as formas de exclusão. Na primeira metade do século XX, um conjunto de sociólogos da Universidade de Chicago vem renovar a problemática da exclusão social ao estudar as formas de decomposição social e os denominados grupos *anómicos*. Desta análise deduzem hipóteses acerca da possível recomposição do laço social e propõem, através da teoria da *ecologia humana*, uma visão ecológica da coesão do laço social (Xiberras 1993).

Posteriormente, na segunda metade do século XX, o denominado colégio invisível de sociólogos, decide aprofundar a pesquisa acerca dos grupos de desvio, no sentido de demonstrar que os excluídos não relevam só da anomia, da desestruturação social. A corrente do interaccionismo simbólico defende que os excluídos recompõem, por si próprios, uma nova ordem social, alternativa e invisível do exterior, pelo que são estigmatizados como anómicos (Xiberras 1993).

As teorias da sociologia contemporânea adoptam novas concepções acerca do problema, defendendo que a resolução do mesmo passa pela mudança de paradigma, por uma mutação epistemológica do pensamento. Mary Douglas (1964), com base na construção da ideia de arquétipo individualista, afirma que o paradigma individualista nos impede de ver, reconhecer e analisar qualquer forma de reagrupamento dos homens entre si. Recorrendo à noção de grupo latente, pretende mostrar que um dado ambiente cultural tende a minimizar ou a contrariar a formação de um ordenamento social alternativo. A temática da exclusão social permite, no

âmbito da corrente da pós- modernidade, listar as diferentes atitudes da sociedade face aqueles que rejeita, se os ignora ou se os procura conhecer, propondo que se englobe “*num só olhar a ordem e o progresso específicos da modernidade, sem rejeitar a parte da sombra: as desordens e as calamidades sociais(...)*”(Xiberras 1993:37)”.

Para esta autora as sociedades modernas não conseguiram recompor um laço social de tipo orgânico, o qual permite a que cada um dos actores se apreenda como uma parte necessária do todo social, sendo que o fenómeno da exclusão social derivará das múltiplas rupturas, existentes e/ou em curso, ao nível do tecido social.

4.2.2 Breve enquadramento do Rendimento Mínimo Garantido - As teorias e os principais modelos:

As políticas de RMG constituem-se como sendo uma possível via de actuação sendo que a discussão acerca da sua necessidade se polarizou em torno de duas referências conceptuais: o *direito de propriedade* e o decorrente do *direito de existência*. Nesta perspectiva poder-se-á afirmar que esta discussão, sobre a natureza e as formas assumidas por uma política de RMG, não é recente já que o tema foi alvo de acessos debates, em especial, a partir do século XVI, altura em que o direito de existência foi entendido por J L Vivé como “*um dos pilares iniciais da necessidade de promover a assistência aos mais pobres*” (Nunes 1996:5). Posteriormente, Hobbes apresenta, em 1651, uma leitura das funções que o Estado deve assumir em termos assistenciais, priorizando “*a segurança de existência, da satisfação das necessidades*”⁷, para além de se referir também já à ideia de que o trabalho deve ser incentivado, junto daqueles que tenham condições físicas e “*habilidade*” para o efeito. Ao Estado *hobesiano* cabe ainda a responsabilidade de “*incentivar o desenvolvimento de actividades económicas de modo a que os que são pobres, mas com capacidade para o trabalho, possam ter garantida uma ocupação e não depender da caridade privada*” (Nunes 1996:6).

Durante todo o século XVII autores como Thomas More ou Francis Bacon continuam a defender a ideia da concepção de medidas assistencialistas por parte do Estado, baseadas no direito de existência e, como tal, na definição social de um mínimo de existência.

Já no século XIX desenvolvem-se diversas reflexões sobre este direito, agora enquadrado numa discussão mais vasta sobre a validação social do direito de propriedade, de onde decorre o papel da sociedade e do Estado na garantia, quer material, quer institucional, desse mesmo direito. Neste âmbito, foram inúmeras as contribuições dos denominados filósofos

⁷ *Leviathan* (publicado em Londres), citado por Francisco José Duarte Nunes (1996)

utópicos liberais (tais como Fichte e Hegel) e, posteriormente, autores socialistas (dos quais Karl Marx é a principal referência). Porém as ideias originais para uma história do RMG advêm dos economistas liberais ingleses (tais como, Adam Smith, John Stuart Mill e David Ricardo) e de outros autores ligados ao pensamento económico (Sismondi, Malthus ou Cantillon) (Nunes 1996).

Para a generalidade dos autores liberais o reconhecimento do direito de propriedade e de existência coloca a questão dos direitos e deveres dos membros da sociedade e dos conceitos de liberdade e de igualdade. Todos estes autores tentaram introduzir limites ao exercício da livre iniciativa, evocando a ideia de justiça social e introduzindo uma necessária dimensão de solidariedade para com os mais desfavorecidos, na medida em que a riqueza criada não deve ser considerada propriedade exclusiva dos que trabalham, ou dos que possuem bens de raiz. Para a maioria destes autores a ideia de comunidade é utilizada *“para fundamentar o conceito de direito de existência e, conseqüentemente, expressões mais concretas desse princípio, como o direito ao trabalho ou o direito à assistência pública”* (Nunes 1996:9).

Os autores de inspiração socialista apresentam um discurso bastante crítico ao modo de organização das relações de produção fomentadoras da exploração de um operariado progressivamente dependente da máquina e exposto a situações de pobreza. O direito ao trabalho é, também, entendido por estes, como uma condição fundamental da organização social, onde o Estado deve garantir um emprego a todos e onde cada indivíduo deve procurar exercer uma actividade produtiva, de acordo com as suas capacidades. Alguns destes autores esboçam já a distinção entre bens necessários e bens supérfluos, a partir da qual defendem um rendimento mínimo para todo e qualquer indivíduo que pertença a uma comunidade.

As duas grandes guerras, a renovação profunda do pensamento económico e a crise económica mundial de sobreprodução de 1929, marcaram a primeira metade do século XX. A questão do RMG, associada aos conceitos de justiça social e bem estar, bem como a discussão do direito de existência, foram revitalizadas pela crise económica de 1929. Autores como Marshall e Pigou vêm introduzir a ideia de que o modo de repartição do rendimento pelos membros de uma dada sociedade influencia o bem – estar geral da mesma. Deste modo, o Estado deverá agir sobre a forma como se processa essa repartição, no sentido de melhorar o bem – estar social. Mais tarde Keynes, autor que é uma referência central na formulação do conceito de política económica, vem defender a possibilidade de intervenção do Estado, não só ao nível dos mecanismos económicos, mas também sobre o comportamento dos seus agentes ligando o bem estar geral da sociedade ao nível de actividade económica e, como tal, às

variáveis do emprego e do produto. Na perspectiva de Keynes, o Estado não se pode alhear do mercado, deverá substituir-se à iniciativa privada em momentos específicos, na tentativa de restabelecer o "*pleno emprego*" e o reequilíbrio da economia.

Mas a ideia da criação de uma prestação universal que garantisse um rendimento mínimo, igual para todos e à qual todos teriam direito, independentemente dos seus rendimentos, surgiu em Inglaterra na década de vinte e foi em 1943 defendida no Parlamento britânico por Rhys – Williams. Contudo, Beveridge vem rejeitar aquilo que Francisco Nunes considera ser o radicalismo na forma como aquela autora propõe a natureza da prestação universal. Beveridge vem influenciar os modernos sistemas de segurança social europeu através da introdução de uma dimensão redistributiva dos sistemas.

Assim, no plano teórico e em termos históricos a necessidade de existência de um rendimento mínimo garantido induziu a algumas controvérsias entre diversas correntes de pensamento. Contudo, foi na transição do século XIX para o século XX que a teorização acerca da assistência social nos modernos sistemas de segurança social foi decisivamente influenciada. Tal teorização permite-nos identificar dois modelos diferenciados de RMG: os de lógica substitutiva e os de lógica complementar.

Os primeiros, de inspiração liberal, visam a integração do sistema de segurança social e do sistema fiscal de forma a possibilitar a eliminação das diversas prestações e regimes de segurança social existentes e simplificar o funcionamento do sistema. O modelo de imposto negativo implica que todos os indivíduos abaixo de um determinado limiar, socialmente estabelecido, tenham um rendimento mínimo. O de dividendo social, versão mais radical da lógica substitutiva, preconiza a atribuição de uma prestação uniforme a todos os indivíduos.

Nos modelos de lógica complementar não existe integração entre o sistema de segurança social e o sistema fiscal, o dispositivo tem por referência o quadro dos sistemas de protecção existentes e introduz-se de forma explícita o objectivo de luta contra a pobreza e o princípio da solidariedade social, o qual visa combinar de forma eficaz a assistência e a re-inserção social do indivíduo pobre.

4.2.3 As limitações do Estado - Providência e o aparecimento de novas políticas de protecção social

"O desafio que a mundialização lança ao Estado - Providência não se põe em termos de sobrevivência, mas de capacidade de acompanhamento da transformação social"

(Fitoussi 1997:98)

O "objectivo de crescimento económico prosseguido pela sociedade industrial eurocêntrica, encontrou durante uma boa parte do presente e do passado século, Estado-Nação, a sua base territorial adequada e no Estado - Providência a sua intervenção social favorita" (Rita 1997:59). O Estado - Providência teve o seu início na Alemanha do século passado, através das primeiras medidas de segurança social introduzidas por Bismark. Contudo, desenvolveu-se, particularmente, após a 1ª Guerra Mundial no Reino Unido, nos Estados Unidos da América após a crise de 1929 e nos países escandinavos após a 2ª Guerra Mundial. Este sistema caracteriza-se por ser "fundado e alicerçado num contrato social que garante e promove a segurança social individual e colectiva, a justiça social e as formas efectivas de solidariedade humana e intergeracional" (Rita 1997:59).

Em Portugal, os primeiros passos no sentido de se efectivarem políticas de cariz social mediante a acção pública e através do Estado central foram dados durante o governo de Marcello Caetano. As medidas sociais adoptadas pelo denominado "Estado-Social" marcelista tinham como objectivo, por um lado garantir a paz social e, por outro lado, assegurar a continuidade de um regime que se encontrava "em acelerado e irreversível processo de fragmentação" (Silva 2000:54). Contudo, não se pode entender este Estado Social como sendo um Estado de Providência, na medida em que um dos seus principais objectivos consistia em dispensar a democracia, substituindo-a por uma forma de cooperativismo autoritário renovado. Foi só após a revolução democrática de 1974 que as políticas governativas tenderam para a adopção de políticas sociais e de um modelo de Estado - Providência.

Contudo, na década de sessenta instalou-se na Europa a profunda crise do *Fordismo*, a qual parece dever-se à crise da produção em massa, face à estagnação dos mercados e associada à crise do paradigma industrial (quantitativismo/productivismo). A par destes primeiros sinais de crise económica e social, começam a surgir as primeiras críticas ao Estado-Providência, em particular, perante o crescimento preocupante do desemprego resultante do "favorecimento da excelência, dos mais capacitados e dos mais competentes" (Rita 1997:60). As desigualdades sociais e as novas formas de exclusão social evidenciaram um modelo de Estado

- Providência em crise, incapaz de se constituir como um garante da coesão social. Isto porque o Estado - Providência, bem como as políticas que lhe estão associadas, foram organizados de *molde* a lidar com problemas relacionados com populações homogéneas. Os processos de exclusão que implicam trajetórias de crise particulares e heterogéneas, acentuaram o vazio existente no âmbito dos esquemas de protecção social.

É neste contexto que surgem as medidas de protecção social adicionais às anteriormente existentes, as quais visam dar respostas particulares aos processos de desinserção na tentativa de contrariar, eficazmente, a tendência de exclusão social de segmentos significativos da população. Objectivamente, pretende-se reafirmar aquilo que Pedro Adão e Silva diz estar na génese do Estado - Providência: a ideia de inclusão social pela cidadania. Enquadrado nesta filosofia o RMG tem como principal finalidade contribuir para a (re)inserção social dos indivíduos excluídos, reafirmando o papel do Estado - Providência enquanto garante da coesão social.

4.2.4 Filosofia e Princípios do Rendimento Mínimo Garantido:

Não obstante a medida RMG ter as suas especificidades, de país para país, ele corporiza sempre a ideia da necessidade de existência de um dispositivo - base de assistência aos mais desfavorecidos, isto é, a possibilidade do indivíduo / família que se encontre nessas condições poder dispor quantitativa e qualitativamente "*de um conjunto mínimo de recursos necessários a uma existência com um padrão mínimo de bem - estar, uma das dimensões fulcrais da plena cidadania do indivíduo*" (Nunes 1996:174).

O Rendimento Mínimo Garantido, no âmbito das políticas sociais nacionais, pode considerar-se uma medida de carácter inovador, encontrando-se concebido para concretizar, em termos práticos, um conjunto de orientações debatidas no contexto comunitário há, já, alguns anos, a saber:

- *"a combinação de políticas de redistribuição do rendimento com políticas de inserção activa, visando uma maior justiça distributiva para a criação de riqueza ou, por outras palavras, para a conjugação entre a qualidade da sociedade e a competitividade da economia;*
- *a atribuição de prioridade à criação de emprego e, depois, à educação e qualificação das populações;*

- *o envolvimento dos organismos do Estado, das autarquias dos parceiros sociais e das organizações não governamentais de solidariedade em redes e sistemas de parceria visando o combate aos problemas de exclusão social numa base multidimensional, multisectorial, coordenada territorialmente entre os diversos actores públicos e privados, capazes de aderir às situações concretas e às necessidades das pessoas e envolvendo os próprios destinatários segundo princípios de negociação participada;*
- *a adopção de critérios de qualidade, a utilização sistemática do conhecimento científico e da avaliação permanente, a abertura á inovação e a promoção da visibilidade que facilite a sustentação das medidas de inserção;*
- *a focagem nas pessoas e grupos mais desfavorecidos, segundo um princípio de justiça pelo qual esses são positivamente discriminados, com vista a combater a exclusão social” (Capucha 1998b:3).*

A filosofia do RMG tem subjacente o duplo objectivo de assegurar aos indivíduos e famílias desfavorecidas recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e estabelecer contratos de inserção que visem a autonomização dos beneficiários, desses recursos, através da sua progressiva inserção socio-profissional.

Os objectivos desta lógica de inserção assumida no âmbito do RMG consistem em criar as condições necessários aos beneficiários, visando a obtenção *“de uma inserção efectiva, reconhecendo os seus direitos de cidadania”*, evitando, deste modo a *“institucionalização da pobreza, isto é o perigo desta Medida gerar nos beneficiários uma lógica de assistência instalada”*. (Capucha 1998b: 37).

Por outro lado, constituindo-se como sendo um direito universal, o RMG é gerido numa base territorial, de âmbito concelhio, preconizando uma ideia de descentralização e dando alguma autonomia de decisão aos responsáveis no terreno, pressupondo-se desses um conhecimento mais aprofundado da realidade onde actuam, quer ao nível das dificuldades, quer ao nível das potencialidades, visando a optimização de recursos. Trata-se de *conjugar esforços*, atendendo às várias áreas de inserção, responsabilizando cada sector, a conceber e a executar intervenções específicas, adequadas a cada caso, a partir dos recursos e das experiências de cada instituição. Esta responsabilização, não recai apenas sobre os parceiros sociais; o Estado é, também ele, responsabilizado, competindo-lhe garantir a existência efectiva de respostas de inserção adequadas às necessidades dos beneficiários, visando a inversão da sua situação de

partida. No entanto, a necessidade de se verificar uma articulação entre o Estado, o poder local, as instituições de solidariedade e os parceiros sociais, tornam bastante complexo este modelo de gestão participada, de base territorial.

Salienta-se, assim, a necessidade de articular as políticas de protecção social e as políticas de emprego. Efectivamente, o diagnóstico das principais tendências e orientações actuais no âmbito das políticas sociais nacionais considera como 1ª prioridade de intervenção a área do emprego, nomeadamente:

- a elevação do nível do emprego;
- o combate ao desemprego;
- o aumento da competitividade;
- a inserção socio-profissional das categorias mais desfavorecidas;
- e, a convergência das economias europeias;

Neste âmbito é, ainda, identificado o conjunto de medidas que na área do emprego concorrem para a reforma das políticas sociais, das quais se destaca o desenvolvimento de um mercado social de emprego (MSE) onde se garanta, contudo, a qualidade do emprego. O ênfase é, assim, colocado nas questões do emprego, as quais são tidas como fundamentais no processo de (re)integração dos grupos em situação de exclusão.

O projecto “Rendimento Mínimo Garantido” assume-se, assim, como sendo uma experiência no terreno, no âmbito da filosofia que anteriormente referimos, visando assegurar a todos os cidadãos os recursos materiais mínimos que permitam a satisfação das necessidades mais elementares, ao mesmo tempo que pretende favorecer a sua inserção social. A implementação desta medida de política social visa, de certo modo, preencher o vazio existente nos esquemas de protecção social, consubstanciada na tentativa de contrariar a tendência para a exclusão de importantes e significativos, segmentos da população. O carácter inovador deste projecto pode ser considerado a dois níveis distintos: por um lado, devido à relação contratual que se estabelece entre o beneficiárias e as entidades envolvidas no processo; por outro lado, a produção da política ultrapassa a esfera estatal para se consubstanciar na mobilização da parceria local.

Pedro Adão e Silva (1998) refere que a verdadeira vocação do “Rendimento Mínimo Garantido” não é mais do que dar resposta às diversas dimensões da exclusão social, operando

ao nível do laço social, familiar e profissional de uma população usufruindo de um *direito social híbrido*⁸.

Por seu turno, a exclusão social não pode ser analisada apenas à luz da inexistência de recursos, já que ela deve ser considerada de forma conjunta, atendendo ao emprego, educação, formação, saúde, habitação, acesso a serviços. Ao nível do mercado de emprego verificam-se riscos que são evidenciados pela sua evolução, nomeadamente, no que se refere ao desemprego de longa duração e ao emprego precário. Assim as actuais políticas de desenvolvimento preconizam que a implementação de um verdadeiro processo de desenvolvimento (seja ele humano, social ou económico) depende da capacidade dos agentes de intervenção local para o estabelecimento de relações sociais que potencializem a produção de oportunidades para um dado território. Deste modo, contrariando as medidas de carácter centralizador e de abrangência nacional, as actuais políticas sociais de emprego assumem um carácter participativo, permitindo o estabelecimento de parcerias ao nível dos diferentes projectos de desenvolvimento local.

4.2.5 Uma lógica de parceria

Rogério Roque Amaro (2000), afirma que o conceito de parceria corresponde a um processo de acção conjunta com vários actores ou protagonistas, sejam eles colectivos ou individuais, que se aglutinam em torno de um objectivo partilhado, disponibilizam recursos para em conjunto, definirem e negociarem, estratégias e caminhos que viabilizam o referido objectivo, avaliando continuamente os seus resultados. Assim, a construção da parceria parte:

- do reconhecimento pelos parceiros da sua complementaridade;
- da conservação da função específica de cada um;
- da necessidade de consenso sobre os objectivos e meios;

A parceria para Maria Fernanda Rodrigues e Stephen Sthoer (1998), é entendida como um modelo de promoção de um programa de acção multidimensional e, em todos os casos, o objectivo genérico inclui um programa para combater a exclusão social e promover a coesão social. Ela apresenta uma orgânica basicamente informal, ao ponto de muitas vezes os parceiros dificilmente se distinguirem dos colegas e amigos, reproduzindo-se, assim, um efeito de

⁸ Euzébi (1991) e Rosanvallon (1995) entendem que as políticas de RMG ocupam uma posição intermédia entre o direito e o contrato;

homogeneização, entendendo-se a parceria como um elemento mobilizador de coligações de interesses e compromisso de um conjunto de parceiros em torno de uma agenda comum.

O modelo de parceria, pela sua natureza específica, materializou-se em processos de desenvolvimento local integrado, onde a exclusão social é perspectivada como parte integrante de um processo de desenvolvimento baseado na participação local e na responsabilização de forças sociais e económicas locais. Assim, para os já referidos autores, este modelo evidencia-se pela sua capacidade de se implantar a nível local e estabelecer redes mais amplas que possam, eventualmente, constituir-se como parte do movimento social do desenvolvimento local integrado. A noção de parceria remete, assim, para a criação de novas redes de comunicação e repartição de responsabilidades entre os cidadãos e as suas administrações.

Defender a participação e a parceria consiste numa determinada forma de ver o mundo, significa defender a adopção de um modelo de desenvolvimento alternativo, definido no ponto anterior, a acção de *empowerment* coloca a tónica na autonomia da tomada de decisão de comunidades territorialmente organizadas e na aprendizagem social pela via da experiência. As formas de participação das populações excluídas obrigam a uma aprendizagem de acção colectiva e questionam as relações de poder na sociedade actual. Pretende-se, assim, chamar novos parceiros ao terreno, visando a verificação de uma responsabilização colectiva de uma determinada sociedade, sobre si própria.

A cooperação entre parceiros não se constrói de forma espontânea ou natural; ela resulta de uma experiência de contacto e de trabalho algo morosa, atendendo à diversidade de actores e/ou protagonistas, já que ao representarem diferentes sectores de intervenção veiculam, por norma, distintas percepções da realidade. Existem diferentes interesses que levam a que vários parceiros entrem num processo de parceria, por um lado a constatação de que uma abordagem unilateral do problema é insuficiente para a sua resolução, para além de que nunca se poderá fazer um trabalho isolado quando existem grupos de parceiros já organizados; por outro lado, a vontade de conferir maior visibilidade, em termos públicos do trabalho realidade por cada instituição; finalmente, a optimização de recursos e a necessidade de angariar recursos mais alargados.

Ao nível do RMG, o modelo de gestão participada, com base territorial, fundado em parcerias, complexifica a medida e exige articulações a dois níveis distintos. Por um lado, entre o Estado, os órgãos do poder local, os parceiros sociais e as instituições particulares de solidariedade social, de modo a conceber e executar acções conjuntas partindo dos recursos e das experiências de cada instituição. Por outro lado, a articulação entre os vários ministérios

sendo que os intervenientes deverão ser seleccionados atendendo às intervenções a implementar e não pela natureza dos públicos a quem se destinam essas mesmas intervenções.

4.3 A Inserção Profissional - As Teorias

A inserção profissional enquanto objecto de estudo assume-se como uma problemática, relativamente recente e, não obstante o termo se ter banalizado ao nível do discurso técnico, já no que respeita à reflexão teórica existe algum déficite, *"havendo mesmo autores que se interrogam sobre a legitimidade da sua autonomia conceptual"* (Oliveira 1998:13). Para esta autora, a inserção profissional não é mais do que um modo específico de nos referirmos ao desemprego, ao diagnóstico da situação e às terapias adequadas, as quais dependem do enquadramento teórico adoptado. Assim, passam-se a identificar as referências teóricas acerca do mercado de trabalho, que se apresentam mais pertinentes à problematização da inserção profissional.

4.3.1 Perspectiva neoclássica

O mercado de trabalho, na versão mais ortodoxa desta perspectiva é entendido, à semelhança de outro qualquer mercado de bens e serviços, onde o empregador compra o factor trabalho e os trabalhadores oferecem a sua força de trabalho. O salário é o preço desta troca, o qual varia de acordo com as necessidades da procura e a disponibilidade da oferta. Deste modo, tudo se reduz *"a quantidades e preços, partindo dos pressupostos da homogeneidade e transparência do mercado"* (Oliveira 1998:14). Neste contexto o fenómeno do desemprego nunca é significativo e quando existe é voluntário e os impedimentos à livre circulação dos factores são inexistentes.

Contudo a crítica a alguns aspectos desta teoria faz-se pela constatação de que o mercado não é transparente e que existem entraves à livre circulação de factores. A concorrência perfeita cede lugar à imperfeita considerando-se a interferência de factores que obstem à livre concorrência, tais como a origem social, o sexo ou a categoria profissional. A renovação mais significativa da perspectiva clássica deu-se nos EUA, durante o início da década de 60, através da reformulação dos princípios da transparência e da homogeneidade do mercado. A teoria do capital humano reconhece a heterogeneidade da oferta de trabalho e a diferença de qualificações entre os trabalhadores, o que explicaria a diferença de salários.

A teoria do capital humano teve repercussões apreciáveis não só a nível teórico, mas também no que respeita à concepção de políticas de emprego e formação, sendo o capital humano concebido como *"um stock de conhecimentos que os indivíduos podem optar por adquirir mediante um investimento em educação/formação, saúde e mobilidade"* (Oliveira 1998:15). A mobilidade é concebida como um investimento em capital humano e a qualificação engloba os recursos escolares e a experiência profissional adquiridos ao longo do tempo.

O desemprego deixa de ser visto como voluntário, aceitando-se a existência de constrangimentos de mercado. Por seu turno, defende-se o princípio da autonomia entre oferta e procura e a mobilidade é vista como um investimento em capital humano.

Assim, para os neoclássicos, o problema da inserção só se coloca quando se admite que a concorrência é imperfeita devendo o Estado intervir no sentido de melhorar a situação, sendo a maioria das políticas de emprego e formação concebidas com esse objectivo. A teoria do capital humano privilegia a oferta de trabalho e as características individuais, sendo as dificuldades de inserção atribuídas à evolução demográfica, às transformações culturais associadas ao efeito geracional ou à inadaptação do sistema de ensino/formação face às necessidades da procura.

4.3.2 Perspectiva Marxista

A perspectiva marxista não tem como pretensão identificar as barreiras à mobilidade, antes sim considera que esta se verifica no âmbito de uma relação de dominação que opõe trabalho e capital, é sempre forçada e decorre da condição de submissão do trabalhador que vende a força do seu trabalho para poder sobreviver.

Luisa Oliveira (1998) afirma que a teoria marxista admite formas de mobilidade e de qualificações diferentes consoante as necessidades conjunturais de valorização do capital, que tanto pode exigir a mobilização de trabalhadores desqualificados, como requerer trabalhadores com formações longas. Aqui o salário não corresponde ao valor da troca entre trabalho e capital, porque não corresponde ao preço da força de trabalho mas sim ao custo da sua reprodução. Assim, contrariando mais uma vez a perspectiva neoclássica, ao princípio de autonomia entre oferta e procura opõe-se o princípio de determinação da oferta de trabalho pela procura.

O desemprego é algo de inevitável e necessário à lógica da reprodução do capital, isto porque a existência de reservas de mão-de-obra disponíveis permite fazer face a determinadas situações, nomeadamente às fases de sobreprodução.

4.3.3. Teorias da Segmentação

Nas teorias da segmentação a empresa assume *um lugar central como agente activo na segmentação do mercado através das opções de organização e divisão do trabalho em fileiras de inserção, globalmente funcionais, de acordo com o seu mercado de produtos*" (Oliveira;1998:19). Assume-se a existência de mercados estáveis propícios à estabilização e formação dos trabalhadores e de outros, mais vulneráveis às variações da conjuntura, que absorvem os trabalhadores menos qualificados, segundo modalidades de inserção mais precárias e adequadas a um ajustamento rápido do volume de mão de obra.

Os mercados estáveis são propícios ao desenvolvimento de um mercado interno e onde a necessidade de estabilizar a mão de obra surge associada à qualificação específica, esta adquirida informalmente por via da experiência e propicia a uma certa imobilidade da mão de obra.

Inversamente ao preconizado pela teoria do capital humano não é, necessariamente, porque se investiu em capital humano que se tem acesso ao mercado interno não obstante tal possa ser, no entender de Luisa Oliveira, importante na etapa selectiva da entrada, mas é porque se entrou no mercado interno que se adquire qualificação e se aumenta a probabilidade de ver reconhecido o capital anteriormente adquirido. Assim, nesta perspectiva é valorizado o saber - fazer o qual está associado à experiência profissional, mas enquanto na teoria do capital humano a experiência profissional se assume como *um modo, entre outros, de transformar o capital humano e reforçar a posição do trabalhador no mercado, na perspectiva da segmentação são as fileiras de inserção, definidas pelas empresas, que determinam a progressão na carreira e constituem, em si, a construção e validação do capital humano*" (Oliveira 1998:20-21).

As teorias da segmentação colocam em causa o princípio da racionalidade económica, da livre concorrência e da mobilidade face à constatação da inexistência de homogeneidade no mercado, no emprego, no trabalho. Ao entender-se as empresas enquanto agentes activos de produção de qualificações específicas, coloca-se o problema dos processos de socialização que condicionam ou promovem. Nesta óptica, o mercado interno adquire uma importância central no que respeita à inserção profissional, onde esta é vista a partir das condições impostas pelas empresas, de acordo com as modalidades de recrutamento e uso da mão de obra; estes assumem-se como critérios de selectividade e de categorização dos grupos de trabalhadores. O princípio de funcionamento dos processos de inserção são explicados a partir dos mecanismos que estão na base da formação e diferenciação das cadeias de mobilidade determinados pelas empresas. A forma como os indivíduos se inserem em determinada cadeia de mobilidade,

depende dos respectivos itinerários socioprofissionais. Estes itinerários são determinados, em muito, pelo modo como as empresas reconhecem a formação anterior (adquiridas no sistema de ensino/formação ou por via de experiências profissionais anteriores) e pelas regras de mobilidade interna. As dificuldades ou desigualdades de inserção devem-se mais aos modos de gestão das empresas do que às características individuais.

4.3.4 Teoria da Regulação

Esta teoria trouxe contributos importantes à análise do mercado de trabalho, nomeadamente a introdução da ideia de formas institucionais como princípios de regulação do sistema económico, a qual permite responder a algumas questões inexploradas pelas teses da segmentação. O conceito de relação salarial definido enquanto *"conjunto de condições jurídicas e institucionais que regem a utilização e a reprodução do trabalho assalariado"* (Oliveira 1998:24) e a ideia de que em épocas diferentes e em cada país coexistem diferentes modalidades de relações salariais, sendo uma delas dominante, permite inscrever a força de trabalho no âmbito das relações sociais e não na troca mercantil.

Nesta perspectiva, a noção de inserção deve integrar os aspectos institucionais, os quais condicionam os fluxos de mobilidade e agem sobre a oferta e a procura de emprego, colocando em evidência a dimensão institucionalizada da gestão da força de trabalho, particularmente as novas formas de inserção profissional. Aqui os modos de gestão da mão de obra não resultam apenas de decisões empresariais, mas da interacção de um conjunto complexo de fenómenos, como sejam: o grau de inserção do consumo dos trabalhadores no capitalismo, as influências sindicais, legais e institucionais.

Assim, contrariamente ao preconizado pelas teorias da segmentação, a empresa, ou o mercado interno, deixam de ter um papel preponderante na formulação da questão da inserção, dado que tal pressuposto *"conduziu à subestimação da importância dos mercados externos e dos seus modos de estruturação"* (Rose 1984:47). Verifica-se, assim, uma reformulação da noção de inserção a qual coloca em causa *"o lugar preponderante conferido ao mercado interno, ter em consideração a posição relativa da empresa no mercado de trabalho, os fluxos de mobilidade externa e, de um modo geral, a complexificação da estrutura do mercado externo sob o efeito do Estado"* (Oliveira 1998:38). Assim, reconhece-se como redutora uma abordagem centrada tão só na empresa e afirma-se o lugar central ocupado pelo Estado no âmbito da inserção. Este papel do Estado, entendido enquanto organizador do mercado, *"passa por intermediário de transição na distribuição e gestão de mão de obra através*

^aA (re)inserção profissional no âmbito do RMG - O papel do MSE no concelho de Ferreira do Alentejo^a

de instituições de colocação, pelos sistemas de formação - inserção e por iniciativas que se traduzem em políticas de emprego, dirigidas quer à oferta, quer à procura de emprego" (Oliveira 1998:39).

A expressão significativa que o fenómeno do desemprego assume no contexto actual e não obstante a relevância que o papel da empresa continua a assumir, torna-se imprescindível integrar o Estado enquanto interveniente directo, *"considerando-se a inserção como um processo que resulta da interacção entre empresas, Estado e outros agentes, ocupando o sistema produtivo um lugar determinante"* (Rose 1984:51). Sublinha-se, assim, o carácter multidimensional e temporal do processo e propõe-se uma concepção extensiva de inserção profissional atendendo aos modos de acesso ao emprego, articulando formação, desemprego e actividade profissional.

4.3.5 Abordagem Sistémica

Esta abordagem inspira-se, fortemente, na teoria da regulação e incorpora a interacção entre os sub-sistemas económico e social, numa perspectiva dialéctica, mantendo o princípio da confrontação entre oferta e procura de emprego e da concorrência entre trabalhadores e empregadores cujo significado é, no entanto, radicalmente diferente da teoria tradicional. Isto porque a questão central deixa de ser o ajustamento entre a oferta e a procura dado que, não obstante, o sistema de emprego ser um lugar de confrontação entre oferta e procura não é, contudo, um espaço neutro ou vazio. Considera-se, assim, o papel das estruturas económicas e sociais que configuram a oferta e a procura, as quais se concretizam em relações sociais específicas, protagonizadas pelos agentes que se defrontam, segundo lógicas diferenciadas de recursos e poderes. A oferta abrange, em sentido amplo, o conjunto de postos de trabalho e a procura refere-se à chamada procura potencial, isto é ao conjunto de população em idade activa. Este modelo, embora centrado nas determinantes da oferta integra, também, aspectos importantes na estruturação da procura de emprego e em componentes como *"os tipos de família, o tipo de cultura e de poder da classe empresarial, do movimento sindical e do Estado"* (Oliveira 1988:27).

O sistema de emprego é entendido por Maria João Rodrigues como sendo *"o conjunto de mecanismos económicos e sociais que moldam a utilização e a circulação da mão de obra em interacção com os processos de reprodução dessa mão de obra"* (Rodrigues 1988:54) e deste sistema podemos reter um conjunto de critérios:

- *"o sistema produtivo gera em permanência fluxos de mão de obra através do seu poder de atracção ou rejeição, produzindo percursos de mobilidade, ao mesmo tempo que determina o seu volume e estrutura;*
- *este é um processo selectivo intimamente associado à qualidade do emprego e que estratifica a procura segundo os modos de gestão de mão de obra, o tipo de qualificações, os modelos organizacionais, tipos de empresas, categorias produtivas (bens e serviços) e as componentes da procura final;*
- *estes vectores de estruturação pela oferta, juntamente com os que configuram o perfil da procura (...) ocupam o espaço em que os percursos de mobilidade têm lugar, funcionando como uma espécie de filtros por onde os trabalhadores vão, ou não, passando;*
- *a probabilidade de atravessarem, ou não, uns ou outros destes filtros depende do poder selectivo da oferta, mas os trabalhadores têm uma relativa autonomia na modulação dos seus percursos profissionais;*
- *estes filtros contribuem para a transformação da mão de obra que os atravessa (Oliveira 1998:41).*

4.3.6 Abordagem societal

A abordagem societal tem subjacente a noção do sistema de emprego como um lugar de confrontação entre a oferta e a procura, um espaço histórico, económico, sociológico e cultural. Esta perspectiva baseia-se na relação salarial, a qual se *"centra na interacção entre modalidades de formação, práticas organizacionais e formas de acção colectiva, como um facto salarial"* (Oliveira 1998:30).

Esta abordagem coloca a tónica na produção de qualificações, enquanto fenómeno dinâmico, multidimensional e complexo e entende a empresa como um actor que participa nas relações sociais que definem o espaço em que ela se insere. Aqui o trabalho, a empresa e o mercado são concebidos, simultaneamente enquanto produto e produtores dos processos de socialização, organização e das relações sociais que definem os espaços específicos em que a actividade produtiva tem lugar.

A problemática da inserção, nesta óptica, deve reter a noção de espaço e profissionalização. A primeira surge, fortemente, associada à segunda, permitindo conceber o

mercado de trabalho como um espaço de socialização profissional. O espaço profissional surge como *"um lugar de valorização, de relações sociais e de expressão do modo como os trabalhadores aí se inserem, percorrem e exprimem capacidades a partir das quais se hierarquizam"* (Silvestre 1986:263). A noção de socialização é entendida como um processo interactivo entre indivíduos e espaço. A socialização profissional, para Maria João Rodrigues, só pode ser apreendida através das modalidades de acesso ao sistema educativo, às fileiras de empregos, à divisão do trabalho e ao modo como os indivíduos contribuem para definir os espaços profissionais em que se inserem. Existe, assim, *"uma interacção dialéctica entre actores/trabalhadores e estruturas - entendidas aqui como o espaço de socialização -, a partir do qual uns e outros se produzem e reproduzem em permanência"* (Oliveira 1998:33).

4.4 O Mercado Social de Emprego - Enquadramento e Caracterização

No contexto comunitário, a necessidade de articular políticas económicas com políticas sociais surge como algo imprescindível no combate à exclusão social; tal supõe a existência de acções que visem relançar o crescimento e a criação de empregos e políticas estruturais que favoreçam a integração dos excluídos no mercado de trabalho.

O Acordo do Luxemburgo valoriza, de forma intensa, a necessidade de articular a coordenação das políticas macro-económicas com a mobilização das políticas comunitárias numa estratégia de criação, duradoura de emprego na Europa. Não obstante o quadro de especificidade nacional nesta matéria, todas as linhas de orientação deverão ser aplicadas ao nosso país, sendo a prioridade conferida ao emprego suportada por uma dinâmica conjunta dos planos comunitário e nacional.

Aos quatro pilares estruturantes das directrizes comunitárias – empregabilidade, espírito empresarial, adaptabilidade e igualdade de oportunidades – a situação portuguesa aconselhou particular relevo aos esforços destinados a melhorar a qualificação da população activa; a articulação entre o ensino, a formação profissional e a actividade empresarial e, ainda, ***a inserção profissional dos grupos desfavorecidos.***

De entre os objectivos da política de emprego delineada através do PNE (Plano Nacional de Emprego) destaca-se o de promover a inserção sócio-profissional e combater o desemprego de longa duração e a exclusão. Nas linhas de estratégia adoptadas realce-se a promoção do

⁹A (re)inserção profissional no âmbito do RMG - O papel do MSE no concelho de Ferreira do Alentejo⁹

diálogo social e a articulação entre a política de protecção social e as políticas de emprego e formação, como charneira entre as situações de exclusão e de integração social.

Contudo, será importante referir que tal articulação se tem revelado difícil de concretizar, na medida em que a criação de empregos não é, exclusivamente, dependente de políticas económicas, ou do esforço feito no aumento da escolaridade, ou ainda das políticas de formação profissional. De acordo com o relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano os problemas de estrutura são relacionados com a cultura do emprego e do mercado.

É enquadrado num modelo de desenvolvimento assente na coesão económica e social que surge o Mercado Social de Emprego (MSE), no âmbito do qual se estrutura todo um conjunto de medidas e de estratégias que se pretendem potenciadoras de uma intervenção activa, promotora de emprego junto de grupos socialmente desfavorecidos. O privilégio recai sobre as medidas activas capazes, por um lado, de quebrar os ciclos de pobreza e / ou exclusão social e, por outro lado, de fomentar a (re)integração no mercado de trabalho de tais grupos, facultando-lhe *"um leque de oportunidades que lhes possibilitem o acesso, quer a novas competências sociais, quer profissionais, competências que devem funcionar como veículo para a empregabilidade"* (Jorge 2000:9).

Paralelamente, o MSE deverá intervir, também, no sentido de responder a necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado. A maioria dessas necessidades resultam da ocorrência de alterações socio-familiares, nomeadamente a partir do momento em que a mulher entra no mundo do trabalho. Assim, por MSE deverá entender-se *"o conjunto de iniciativas destinadas à integração ou reintegração socio-profissional de pessoas desempregadas, com base em actividades dirigidas a necessidades sociais por satisfazer, ainda que a auto-sustentação económica destas actividades não seja completa e requeira apoio público"* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/96). O quadro legal que instituiu o MSE evidenciou algo que já constituía uma prática e uma necessidade, sendo a partir dessa altura que a nível nacional se verifica a determinação *"em investir numa estratégia concertada e integrada de promoção de iniciativas inseridas neste quadro de referência, garantindo uma real conjugação de esforços e chamando os parceiros sociais e a sociedade civil à participação na definição dos planos concretos de intervenção"* (Jorge 2000:9).

A elaboração de planos de acção antecedeu a implementação de programas e medidas que se pretendia resultassem em respostas eficazes, aos quais estiveram subjacentes determinadas preocupações base:

- *"a necessidade de priorizar acções que pudessem resultar de movimentos de dinamização socio-local;*
- *o incentivo à participação e envolvimento das populações;*
- *a partilha dos recursos disponíveis;*
- *o fomento das modalidades de cooperação e o estabelecimento de parcerias entre as entidades envolvidas"* (Jorge 2000:10);

A partir deste conjunto de princípios definiu-se o modelo de intervenção daquilo que se pretende que seja o MSE, um meio a partir do qual se confere a oportunidade de emprego ou o reforço de competências, sejam elas sociais ou profissionais, a pessoas desempregadas, em particular desempregados de longa duração (DLD's). Por outro lado, ele constitui-se, também, como sendo um meio que assegure um conjunto de actividades que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações. As repostas oferecidas, neste domínio de intervenção, deverão ser suficientemente flexíveis de forma a abrangerem uma heterogeneidade de públicos, já que os seus destinatários possuem perfis diversificados (jovens em risco, DLD's, pessoas com deficiência, minorias étnicas, ex-reclusos, toxicod dependentes em recuperação, jovens à procura do 1º emprego). Tais respostas deverão permitir a satisfação de determinadas necessidades sociais, designadamente:

- apoio domiciliário a pessoas sem autonomia;
- apoio a crianças em creches, infantários e escolas;
- animação de tempos livres;
- manutenção de espaços públicos;
- manutenção de florestas e prevenção de incêndios;
- reabilitação e preservação do património público;
- apoio nos cuidados de saúde;

Por muito baixa que determinada taxa de desemprego possa ser, a verdade é que as pessoas que permanecem no desemprego, mesmo quando o mercado parece não conseguir encontrar todos os trabalhadores de que necessita, são as que apresentam nítidos défices de empregabilidade. O desemprego, nesta perspectiva, deverá ser encarado na sua dimensão humana, como uma questão de cidadania e coesão social. O MSE integra um conjunto,

diversificado e abrangente, de medidas e programas que se constituem como uma resposta a este grupo de indivíduos, apresentando como principais factores de inovação: “a complementaridade de meios e recursos, promovendo a articulação e coerência das acções”; e, “a criação dos mecanismos indispensáveis para assegurar a articulação e cooperação interministerial” (Jorge 2000:11). Os programas e medidas integradas neste âmbito permitem aos desempregados nelas integrados o contacto com o mundo do trabalho, o exercício de uma actividade profissional socialmente útil, a formação profissional e/ou uma situação de emprego.

O MSE enquadrado no âmbito da economia social é, assim, entendido como “*uma referência incontrolável no quadro das políticas de desenvolvimento económico e social (...) o qual visa o desenvolvimento de uma dinâmica de criação de emprego socialmente integradora (...)*” (Jorge 2000:16), fundada num modelo de coesão económica e social que preconiza uma melhoria sustentada dos níveis de protecção social. O seu fortalecimento deverá permitir travar os níveis de desemprego, bem como eliminar a pobreza e a exclusão social, através da implementação de iniciativas que assumam soluções de compromisso para a integração das pessoas desempregadas e com dificuldades acrescidas face à integração no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que satisfazem a satisfação de necessidades sociais para as quais o mercado normal não tem tradição de respostas. Tais objectivos poderão ser concretizados através do recurso a diferentes instrumentos de integração socio-profissional, os quais passamos a enumerar e a caracterizar.

4.4.3 Desenvolvimento de actividades de utilidade social (Programas Ocupacionais, Protocolos e despachos Conjuntos)

Estas modalidades têm como principal objectivo o desenvolvimento de actividades socialmente úteis, as quais são asseguradas por pessoas desempregadas, principalmente as que se encontram numa situação de comprovada carência económica. Aqui, existe uma forte preocupação em recuperar, para estas pessoas, o contacto com o mundo do trabalho, sendo que em determinadas situações a integração profissional é precedida pela recuperação e reforço dos laços de socialização. Nestas situações são reforçadas, principalmente, as competências profissionais, já que o objectivo último é conseguir que a passagem pelos programas se constitua como uma meio para uma integração, estável e duradoura, no mercado de trabalho.

Os Programas Ocupacionais (POC's) podem ser promovidos por entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos e visam manter os desempregados em contacto com outros trabalhadores e outras actividades, enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou de

formação profissional evitando, assim, o seu isolamento e a tendência para a desmotivação e marginalização. Durante o ano de 2000 esta medida envolveu um total de 42 089 pessoas, das quais 29% situadas na região Alentejo.

Os Protocolos e os Despachos Conjunto celebrados entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e outros Ministérios, não obstante assumirem um carácter experimental, também se têm constituído como uma resposta de inserção, possibilitando aos desempregados o complementar das suas experiências profissionais, formativas, sociais e pessoais, com um conjunto de competências adicionais. Para além disso, estas medidas visam fomentar o espírito de trabalho em parceria, de partilha de responsabilidades e, simultaneamente, aumentar o grau de empregabilidade dos desempregados abrangidas pelas mesmas. Também aqui se podem constituir como entidades promotoras as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

4.4.4 Escolas - Oficinas

Este programa foi criado em 1996 e tem a dupla vertente de formação / emprego incidindo nos domínios dos ofícios tradicionais e das actividades ligadas ao património, seja ele natural ou urbanístico. Procura-se, assim, a recuperação e a (re)valorização das mesmas, ao mesmo tempo que se permite aos formandos o acesso à qualificação nestes domínios, sempre na perspectiva de aumentar a sua empregabilidade. Assim, o principal objectivo deste programa consiste em proporcionar qualificações profissionais adequadas ao exercício de uma actividade, no âmbito das áreas acima identificadas.

Os jovens (desempregados ou à procura do primeiro emprego) e os desempregados de longa duração constituem-se como destinatários desta medida, aos quais é ministrada, durante 12 meses, uma formação de cariz teórico-prático.

Constituem-se como entidades promotoras destes projectos as associações, cooperativas de artesãos, oficinas de produção de artesanato, artesãos ou unidades familiares, IPSS's e autarquias.

4.4.5 Emprego protegido

O emprego protegido assume-se como sendo uma resposta específica dirigida a um segmento da população que, tradicionalmente, encontra dificuldades acrescidas na integração no mercado de trabalho (a pessoa portadora de deficiência) e tem como principal objectivo proporcionar uma situação de formação e emprego estável a pessoas com deficiência

facilitando, assim, a sua transferência para o mercado normal de trabalho. Pretende-se, deste modo, reforçar a realização pessoal, promover a auto-estima e garantir a autonomia económica dos destinatários, ao permitir o desenvolvimento das suas competências profissionais, bem como o reforço da capacidade de aceder ao mercado de trabalho dado que se procura, sempre que possível, que emprego protegido se assuma como uma etapa que dá lugar à integração no mercado normal de trabalho.

4.4.6 Empresas de Inserção

As Empresas de Inserção foram integradas no MSE em 1998, constituindo-se como sendo uma programa inovador, um instrumento que combina o combate activo à pobreza e à exclusão social ao desenvolvimento de um espírito empresarial, enquadrado no âmbito da economia social, assumindo as seguintes vocações prioritárias:

- *combate à pobreza e à exclusão social através da inserção ou da reintegração profissional;*
- *a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade;*
- *a criação de postos de trabalho;*
- *a satisfação de necessidades sociais não colmatadas pelo normal funcionamento do mercado e estímulo do desenvolvimento sócio-local" (Jorge 2000:13).*

Este programa tem como principais destinatários alcoólicos em processo de recuperação, beneficiários de RMG, pessoas portadoras de deficiência, ex-reclusos, jovens em risco e toxicodependentes em recuperação esperando-se que ao nível do seu processo de inserção derivem os seguintes resultados:

- a melhoria da auto-estima;
- a aquisição de *curriculum*, experiência e qualificação (de base e profissional);
- a aquisição de hábitos de disciplina e capacidade de relacionamento;
- o acesso a um sistema de acompanhamento pessoal, tendo em vista a construção de um projecto de vida;
- o acesso a um rendimento regular;

Os processos de inserção podem implicar a aplicação de outras medidas activas de política de emprego, bem como de medidas que tenham em vista a respectiva inserção social, podendo tais processos implicar duas fases distintas: uma primeira fase de formação profissional, que visa o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais, com a duração máxima de seis meses; outra fase, a da profissionalização através do exercício de uma actividade na empresa de inserção, visa o desenvolvimento e a consolidação das competências adquiridas e tem a duração máxima de dois. Findo este prazo, as entidades empregadoras que admitam pessoas mediante contrato sem termo, no prazo máximo de três meses após o *terminus* da fase de profissionalização, beneficiarão de um prémio de integração.

4.5.5. Inserção Emprego

Este programa destinado, única e exclusivamente, a beneficiários de Rendimento Mínimo Garantido, foi criado em 1999 e visa apoiar o desenvolvimento de actividades de interesse social promovidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e pelo, agora extinto, Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS).

O seu principal objectivo consiste em responder às necessidades específicas dos beneficiários envolvidos no processo, em particular, as que se relacionam com a sua inserção profissional motivadas, principalmente, pelo baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional dos mesmos. Foram, assim, criadas novas metodologias de intervenção no âmbito das políticas activas de emprego e formação nas quais este programa se enquadra.

Os projectos de actividade a desenvolver compreendem duas fases distintas: a fase de formação específica, que tem como objectivo proporcionar aos formandos a aquisição de conhecimentos e competências adequadas ao exercício de uma actividade específica de interesse social e o exercício de uma actividade específica de interesse social, destinada a desenvolver e a validar as competências anteriormente adquiridas.

Capítulo V: Os Resultados

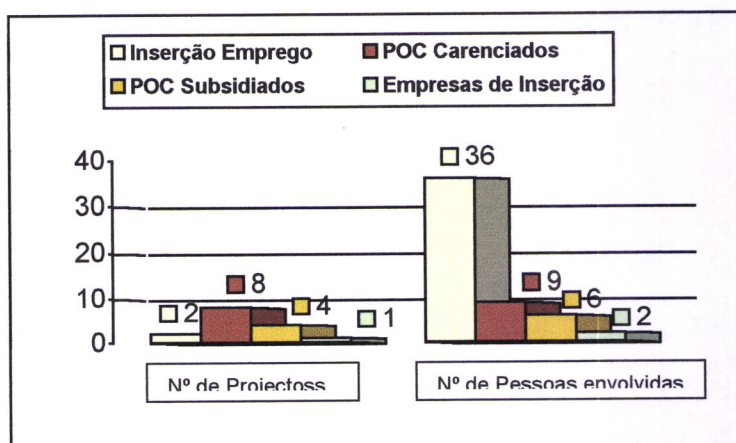
5.1 Os Projectos

Os projectos que integram o presente universo de análise foram seleccionados atendendo ao facto de envolverem beneficiários de RMG, durante o período em que decorreu o processo de recolha de dados, nomeadamente aquando da aplicação das entrevistas. Pretende-se, neste momento, proceder à caracterização dos referidos instrumentos de integração.

Os dados constantes no gráfico 16 sintetizam a informação anteriormente descrita atendendo, não só ao tipo de projecto, mas também ao número de beneficiários envolvidos em cada programa. Saliente-se, contudo, que a análise desses mesmos dados permite-nos realçar a existência de uma relação directa entre, a tipologia do projecto e o número de candidatos RMG abrangidos.

Gráfico 16

"Universo de análise: Tipos de projectos e pessoas envolvidas"



Fonte: IEFP - Centro de Emprego de Beja

O inserção emprego tem como público alvo, específico, beneficiários de RMG e contempla uma fase formativa inicial. Esta implica a constituição de um grupo, cuja dimensão deverá possibilitar o desenvolvimento de um conjunto de intervenções, de carácter pedagógico, necessárias ao desenvolvimento pessoal, social e profissional do formando. Por outro lado, acresce-se que estes projectos resultam de um processo de parceria desenvolvido no âmbito do núcleo executivo de RMG e pretendem constituir-se como sendo respostas específicas aos beneficiários que se disponibilizam para participar em acções na área do emprego e da formação profissional. Estes motivos determinam o substancial encaminhamento das situações identificadas para este tipo de resposta e, logo, a representatividade que esse programa assume no que se refere ao número de candidatos envolvidos.

5.1.1 Inserção Emprego

Os projectos apresentados integraram-se em duas áreas distintas: a da reabilitação do património ambiental e arquitectónico e a dos serviços de apoio social e de proximidade.

► O primeiro, envolve um total de 16 beneficiários e identifica como objectivo principal o desenvolvimento das competências pessoais, sociais e profissionais dos beneficiários, nomeadamente:

- promover a (re) aquisição de hábitos de trabalho;
- proporcionar a aquisição de saberes tendentes a uma melhor compreensão do meio envolvente e uma melhoria das responsabilidades cívicas;
- promover a melhoria da auto-estima, da auto-imagem e da auto-confiança;
- a aquisição de competências técnicas na área da reabilitação do património ambiental e arquitectónico;
- Desenvolver actividades de interesse social relacionadas com a área do projecto;

Fonte: IEFP - Centro de Emprego de Beja

Quadro 15

"Projecto: Reabilitação do Património ambiental e arquitectónico - Organização da formação específica"

Unidade Temática	Duração
Desenvolvimento de competências pessoais e sociais	84 h
Segurança social, família e sociedade	25 h
Higiene e segurança no trabalho	21 h
Comunicação oral e escrita	44 h
Formação específica: Criação e manutenção de espaços verdes	53 h
Grupos de partilha	25 h
TOTAL	252 h

Fonte: IEFP - Centro de Emprego de Beja

O projecto contemplou duas fases distintas, conforme consta no enquadramento legal do programa: uma primeira fase de formação específica e uma segunda, a actividade de interesse social. O quadro 15 sintetiza as unidades temáticas

ministradas durante a primeira fase do projecto, a qual teve a duração total de 252 horas e envolveu: 3 formadores, 1 coordenador e 1 técnico administrativo.

► O segundo projecto, denominado "*Animação Comunitária de Idosos*", envolve 20 beneficiários e visa promover o desenvolvimento de um trabalho de animação com grupos comunitários (existentes ou promovendo a sua constituição). Pretende-se que, através deste, se institua uma rede de centros de animação comunitária, que funcionará em 10 localidades do concelho, em espaços existentes e, frequentemente, desactivados, pertencentes a associações locais.

Quadro 16

"Animação Comunitária de Idosos - Principais objectivos do projecto"

Dinamizar os equipamentos comunitários existentes;
Desenvolver técnicas de animação destinadas a idosos;
Conhecer as instituições existentes no concelho;
Envolver os idosos nas actividades desenvolvidas visando contrariar situações de isolamento instaladas;

Fonte: IEFP - Centro de Emprego de Beja

A formação específica foi procedida da actividade de interesse social e entendeu-se que, nesta fase, o acompanhamento se constituía como um dos principais factores de sucesso. Por esse motivo, estabeleceram-se diferentes parcerias, no âmbito das entidades que integram o NE de RMG no concelho, as quais se responsabilizaram por disponibilizar técnicos para o efeito. Assim durante a formação específica foram afectos ao projecto 4 formadores e, durante a actividade de interesse social, cinco técnicos de acompanhamento e um técnico administrativo.

5.1.2 Programas Ocupacionais

Os projectos apresentados ao nível dos programas ocupacionais integram-se em duas áreas distintas, à semelhança do que aconteceu com o Inserção Emprego, nomeadamente:

► na ***Reabilitação do Património arquitectónico e ambiental*** (3 projectos) , visando

- Prestar apoio na higiene e conservação de espaços públicos;
- Colaborar na criação e conservação de zonas verdes;
- Prestar apoio na higiene e limpeza dos edifícios escolares;

► no **Apoio à Família e à Comunidade** (1 projecto), designadamente:

- Colaborar na limpeza e pintura das habitações de idosos e de pessoas portadoras de deficiência;
- Prestar apoio na confecção de refeições;
- Colaborar no tratamento de roupas;
- Auxiliar na limpeza e conservação dos equipamentos

5.1.3 Empresa de Inserção

A empresa de inserção, criada na área da limpeza de espaços exteriores e jardinagem, pretende constituir-se como um instrumento importante no combate à pobreza e à exclusão social, promovendo a integração de Desempregados de Longa Duração (DLD's) inscritos no Centro de Emprego e desempregados em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho.

O projecto permitiu a criação de cinco postos de trabalho e identifica como objectivos principais:

- Promover a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos indivíduos recrutados, proporcionando-lhes a oportunidade de adquirirem conhecimentos, enriquecerem o seu currículo, desenvolverem hábitos de trabalho e elevarem a sua auto-estima;
- Desenvolver actividades numa área que apresenta algumas carências e ausência de iniciativa;

(Fonte: IEFP - Centro de Emprego de Beja)

Dado que o projecto não contemplou a fase de formação profissional, o processo de inserção dos candidatos iniciou com a sua integração na fase de profissionalização, durante a qual foram desenvolvidas actividades relacionadas com a área de intervenção da empresa de inserção. Foram celebrados contratos a termo com a duração de 24 meses, findos os quais a entidade optará pela sua contratação definitiva ou pela sua substituição. Os recursos afectos ao presente projecto integram três técnicos na área das ciências sociais e um encarregado de serviços gerais.

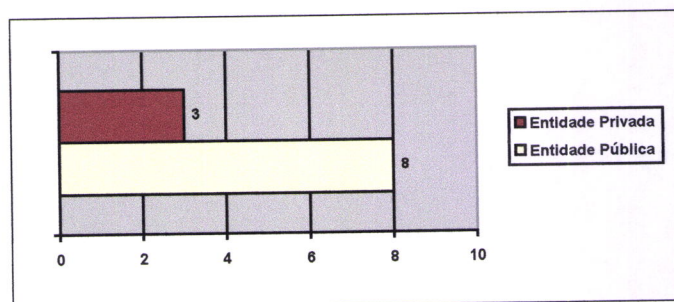
5.2 As entidades Promotoras:

5.2.1 Elementos descritivos

As entidades que constituem o universo de análise da presente investigação são quase todas elas públicas, sendo que apenas 27% dos entrevistados representam entidades privadas sem fins lucrativos. Esta bipolarização que tipifica a natureza das entidades envolvidas no presente processo de pesquisa é explicada em função dos normativos legais que caracterizam os programas abrangidos.

Gráfico 17

"Universo de análise: Tipo de Entidade"

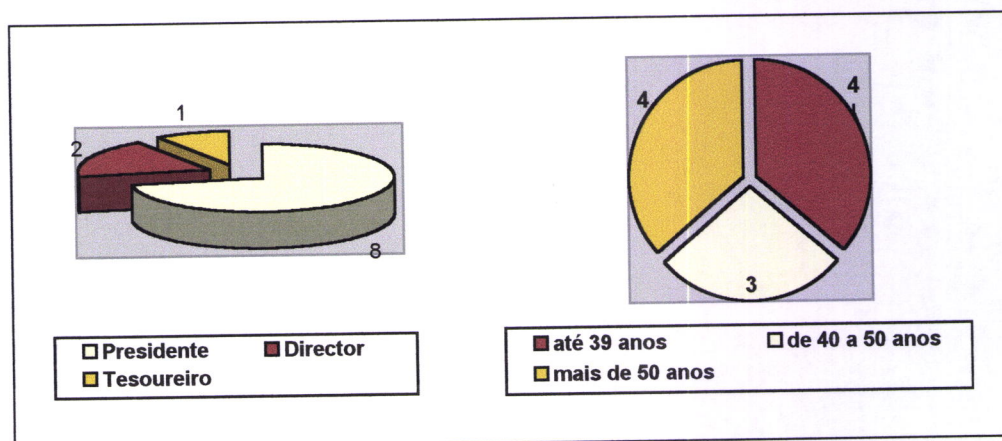


Fonte: Inquérito por entrevista

O Gráfico 18 caracteriza o entrevistado no que se refere ao cargo por ele desempenhado na entidade representada. Dos elementos que os caracterizam salienta-se o facto de serem, maioritariamente, do sexo masculino (já que apenas, aproximadamente, 27% são mulheres). Já no que se refere aos escalões etários os dados encontram-se equitativamente distribuídos.

Gráficos 18 e 19

"Caracterização dos representantes das entidades entrevistadas: cargo desempenhado e escalões etários"



Fonte: Inquérito por entrevista

Destaque-se, ainda, o elevado nível de habilitações literárias que o grupo de entrevistados possui, já que quase metade são licenciados.

Quadro 17

"Caracterização dos entrevistados segundo o sexo e as habilitações literárias dos entrevistados"

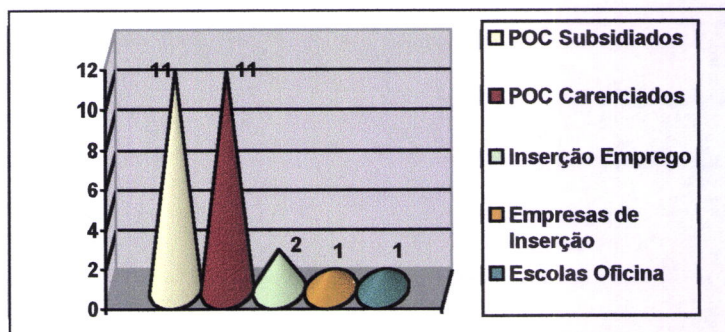
Habilitações Literárias	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
8 ° ano	0	1	1
9 ° ano	1	2	3
11 ° ano	0	2	2
Licenciatura	2	3	5
TOTAL	3	8	11

Fonte: Inquérito por entrevista

No que respeita aos programas a que as entidades, por norma, se candidatam, importa salientar o peso esmagador que os Programas Ocupacionais representam (sejam eles destinados a candidatos em situação de carência económica ou a beneficiários de prestações de subsídios de desemprego) já que estes são referidos por todas elas.

Gráfico 20

" Programas MSE a que as entidades entrevistadas se candidataram"



Fonte: Inquérito por entrevista

Se observarmos os dados sintetizados no gráfico 21 reparamos que, no que se refere às principais actividades desenvolvidas, como seria de esperar, as actividades convencionais da administração pública são as mais frequentes, seguindo-se os serviços sociais e pessoais.

Gráfico 21

"Principais actividades desenvolvidas pelas entidades entrevistadas"

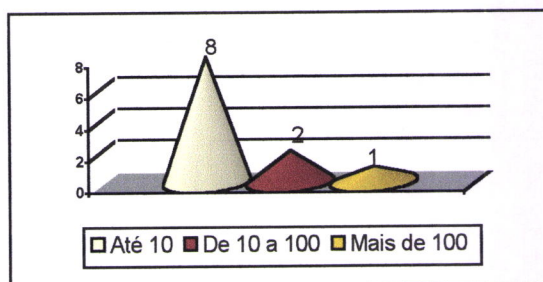


Fonte: Inquérito por entrevista

No que se refere à sua dimensão realce-se que a maioria das entidades têm menos de 10 trabalhadores ao seu serviço; excepção seja feita à autarquia que, à semelhança do que acontece em quase todos os concelhos Alentejanos, é a maior entidade empregadora aqui representada.

Gráfico 22

"Número de Funcionários que integram os quadros de pessoal das entidades entrevistadas"



Fonte: Inquérito por entrevista

5.2.2 Identificação de Posicionamentos relativamente ao RMG:

" ... pergunta-me se considero esta medida importante ... eu dir-lhe-ia que, na sociedade em que vivemos, ela é um mal necessário!"

(Fonte: Entrevista C)

O Rendimento Mínimo Garantido é entendido, pelos entrevistados, como sendo uma medida, do ponto de vista teórico, "*muito necessária*" (entrevista E) e "*bem idealizada*" (entrevista A), ela veio "*preencher um espaço vazio*" (entrevista J), ao pretender "*dar resposta a situações que outros sistemas de apoio social existentes*" (entrevista J) não davam.

Quadro 18
"Definição do RMG"

Apoio Económico	7
Prestação Pecuniária e Inserção Social	4

Fonte: Inquérito por entrevista

O carácter económico da medida é realçado pelos entrevistados, uma vez que a maioria se refere, apenas, à prestação pecuniária não valorizando (ou desconhecendo) a componente de inserção que, também, a caracteriza, considerando-a *"uma ajuda económica importantíssima que deve ser atribuída, apenas, aqueles que não têm capacidade para trabalhar"* (entrevista H). Isto é, para este grupo, o RMG *"na realidade, não passa da atribuição de um subsídio de carácter económico"* (entrevista E) que faz com que os jovens com condições para trabalhar *"voltem as costas ao mundo do trabalho"* (entrevista E).

A ideia de um RMG com *o sentido de inserção* é referido, apenas, por quatro dos entrevistados que sublinham o papel desta medida ao permitir a algumas pessoas *"desenvolverem ou adquirirem um conjunto de competências, sobretudo, ao nível profissional"* (entrevista C). Para estes, embora numa fase inicial, se verifique *"uma carência especial ligada a questões de sobrevivência"* (entrevista J), a verdade é que o RMG pretende ultrapassar o apoio pecuniário e *"abrange um regime de inserção"* (entrevista J) que visa responder a um conjunto de necessidades que *"ultrapassam as das competências profissionais, abrangendo as competências ligadas à educação, de uma forma lata, que se prende com a própria educação para a vida"* (entrevista J).

"se existem famílias que basta apenas um "empurrão" para as retirar destes modos de vida, outras há onde tal é mais difícil acontecer."

(Fonte: Entrevista G)

Todos referem a importância da medida mas, também, existe unanimidade ao afirmarem que, no plano prático, deverão existir vários ajustamentos. Estes ajustamentos referem-se, em particular, à necessidade de uma *"maior objectividade na atribuição da prestação"* (entrevista D) e, também, uma *"fiscalização mais eficaz"* (entrevista H). Esta ideia é reforçada face à exigência de moralização do RMG, perante a sociedade em geral, atendendo ao que consideram ser o *"elevado número de candidatos que dela beneficiam e que não deveriam ser elegíveis"* (entrevista F). Por outro lado, os recursos económicos que a medida envolve são, também, indicados como outro aspecto a ser melhorado, por se entender que este facto pode condicionar os resultados do grande objectivo que se pretende atingir: *"acabar com a exclusão social"* (entrevista G).

Sugere-se, ainda, a possibilidade de, na qualidade de beneficiários da medida, os candidatos desenvolverem algumas horas diárias de "trabalho voluntário" (entrevista I) em autarquias, ou noutras entidades sem fins lucrativos, de forma a evitar "situações irreais de desemprego" (entrevista B) e de fazer com que estas pessoas se sintam "socialmente úteis e ocupadas" (entrevista B).

Quadro 19

"Síntese dos ajustamentos propostos no âmbito do RMG pelos entrevistados"⁹

Maior objectividade na atribuição da prestação	4
Maior eficácia na fiscalização	3
Mais acompanhamento técnico	1
Maior envolvimento dos parceiros antes da atribuição da prestação	1
Melhorar os recursos económicos que a medida envolve	1
Integração dos beneficiários em trabalho comunitário	1

Fonte: Inquérito por entrevista

Contrariando a noção de parceira como um processo de adesão voluntário, consideram que no caso do RMG "as parcerias foram impostas de cima para baixo" (entrevista A), facto que parece condicionar "a participação /assiduidade de alguns parceiros na CLA" (entrevista A), a par do "horário estabelecido colidir com o da actividade profissional" (entrevista E) que alguns desempenham.

"poderá haver uma incompatibilidade entre o que é o espírito de funcionário e o espírito de missão ..."

(Fonte: Entrevista J)

Perspectivam a intervenção da instituição que representam a diferentes níveis, nomeadamente, colaborando na criação de recursos de inserção ou comprovando a composição dos agregados familiares e as situações de carência económica através da emissão de atestados. Importará referir que dois dos entrevistados, não obstante serem parceiros na CLA, desconhecem o seu funcionamento e o tipo de intervenção que deles se espera. Consideram, contudo, que entidades como as Juntas de Freguesia deveriam assumir um papel mais activo, "porque conhecem todas as situações" (entrevista H) reforçando, assim, a ideia de que um maior envolvimento na parceria exigiria que "fossem tratados casos concretos na reunião de CLA" (entrevista D), que fossem informados de quem "beneficia da medida" (entrevista E). Sendo este um processo de parceria entendem que deveria sê-lo numa fase inicial, que antecede o deferimento do requerimento. Referem que "a Segurança Social parece monopolizar todo o processo inicial" (entrevista H) e que o envolvimento dos restantes

⁹ A existência de questões que possibilitam a indicação de várias hipóteses de resposta faz com que o número de ocorrências possa, nalguns casos, diferir do universo de entrevistados considerado na pesquisa;

parceiros ocorre apenas, à *posteriori*, face à "*necessidade de criar recursos de inserção para os beneficiários*" (entrevista H).

"Somos chamados para dar e não se recebemos nada em troca, nem sequer a confiança"

(Fonte: Entrevista C)

Quando questionados acerca do nível de inserção dos beneficiários, a maioria dos entrevistados (7 dos entrevistados) considera que a medida não tem sido eficaz e, dez deles, afirmam que esse nível pode e, deve, ser melhorado.

Quadro N ° 20

"Eficácia do RMG ao nível da inserção dos beneficiários"

Não	7
Sim	4

Fonte: Inquérito por entrevista

Reforçam a necessidade de evidenciar o aspecto da inserção ao nível da medida (como forma de anular a ideia generalizada que "*as pessoas recebem a prestação para não fazer nada*" (entrevista G); contudo, a maioria desconhece de que forma o grau de inserção dos beneficiários pode ser melhorado, já que apenas quatro dos entrevistados identificaram, algumas, alternativas a este nível:

✓ "há que integrar todas as pessoas, especialmente, os mais novos e evitar as desculpas que eles apresentam, (...) que se acomode

(Entrevista B)

✓ "talvez o nível de inserção fosse melhorado através de cursos de formação adequados às suas necessidades, especializando-os numa profissão";

(Entrevista D)

✓ "Utilizando os recursos existentes no concelho (...) era importante que face à resistência que as pessoas apresentam relativamente à actividade agrícola valorizá-la, não só do ponto de vista da imagem, mas também remuneratório";

(Entrevista G)

✓ "Alargando os Programas Ocupacionais às empresas";

(Entrevista E)

5.2.3 Identificação dos principais constrangimentos à integração socio-profissional dos beneficiários:

"a questão familiar é muito importante para a socialização das pessoas e os beneficiários de RMG têm, normalmente, uma história de vida complexa, uma história que eles constroem para si e acabam, também, por construir para os seus descendentes outras histórias familiares complexas"

(Fonte: Entrevista J)

A maioria dos entrevistados considera que os beneficiários da medida RMG tendem a possuir características específicas que os diferenciam dos restantes candidatos.

Quadro 21

"Identificação de características específicas nos beneficiários RMG"

Não	7
Sim	4

Fonte: Inquérito por entrevista

Para este grupo de entrevistados, a par de uma situação de desemprego involuntário existe, por norma, todo um conjunto de constrangimentos que obsta à sua efectiva integração no mercado de trabalho deste grupo de candidatos. O conjunto de características identificadas enquadram-se, todas elas, ao nível das "**peças e seus contextos**" e, de acordo, com a frequência com que foram referidas distribuem-se da seguinte forma:

- ✓ Frequentes situações de desorganização familiar, indisciplina pessoal e incapacidade de desempenho social regular 6
- ✓ Qualificações escolares e profissionais muito baixas ou inexistentes..... 2
- ✓ Pertença a círculos de pobreza instalada 2
- ✓ Acomodação à escassez de oportunidades e falta de motivação..... 2
- ✓ Orientação para a sobrevivência quotidiana 1

Fonte: Inquérito por entrevista

A percepção de que a pobreza é algo de cíclico que "*quase se transmite de pais para filhos*" (entrevista C) fundamenta a ideia de que estas pessoas não tenham

"ambição em relação ao seu futuro" (entrevista C), "talvez porque saibam que será difícil alterar em muito o rumo das suas vidas que tende a ser igual à dos seus pais e à dos seus avós" (entrevista C). Por outro lado, a existência de um grupo significativo de beneficiários que "associam níveis de educação, de inserção e de pertença social, normalmente, frouxos ou débeis" (entrevista J) é outro aspecto considerado preponderante ao nível da aquisição e da manutenção do seu posto de trabalho.

Quadro 22

"Principais constrangimentos identificados pelos entrevistados à inserção socio-profissional destes grupos"

Características pessoais dos beneficiários	5
Não identificam a existência de constrangimentos	3
Inexistência de ofertas de trabalho	2
Existência de preconceitos da parte de entidades empregadoras	1

Fonte: Inquérito por entrevista

A par das características pessoais dos beneficiários, as quais se referem principalmente "à inexistência de hábitos de trabalho" (entrevista F), o carácter sazonal das ofertas de trabalho existentes no concelho é outro aspecto considerado preponderante ao nível da sua efectiva integração profissional. A debilidade do tecido económico local é, também, apontado como um factor constrangedor, a par da existência de uma economia informal que, referem, acaba por fazer com que estas pessoas resolvam o seu problema de desemprego em termos imediatos, sem o perspectivarem a longo prazo. É, ainda, apontada a possibilidade deste problema se resumir a uma questão de "vontades" (entrevista J): "da parte das pessoas beneficiárias, em certos casos, haverá uma "não vontade" de entrar no sistema e, também, da parte de quem os pode receber poderá haver uma não vontade ou uma desconfiança em recebê-los" (entrevista J).

Quadro 23

"Valorização pelos entrevistados dos factores de exclusão no mercado de trabalho ao nível societal"

FACTORES MATERIAIS		FACTORES SUBJECTIVOS	
• Desajustamento entre oferta/procura de emprego	11	9	• Existência de representações negativas
• Níveis de qualificação da população activa	7	8	• Déficit de sentido solidário por parte de empregadores
• Escassez de incentivos aos empregadores	6	7	• Falta de informação e de sensibilização dos actores estratégicos e da sociedade em geral
• Necessidade de melhorar o funcionamento dos serviços	8		
• Necessidade de criar apoios ao desenvolvimento da comunidade	11		

Fonte: Inquérito por entrevista

A existência de um **desajustamento entre a oferta e a procura de emprego** no concelho de Ferreira do Alentejo é justificada face à existência de ofertas de trabalho rural que "*já ninguém quer fazer*" (entrevista A) porque "*não é valorizado, especialmente a nível social*" (entrevista B). Referem que a "*actividade teve um momento de grande desprestígio, o qual está um pouco ligado ao período revolucionário sendo, portanto, necessário recuperar a ideia de que o trabalho no campo é um trabalho digno e, até, rentável*" (entrevista J). Por seu turno, "*no sector dos serviços*" (entrevista L) mencionam que a oferta supera a procura, fazendo com que "*algumas pessoas tenham que abandonar o concelho para poderem exercer a sua actividade profissional*" (entrevista L).

"quase toda a gente quer trabalho de secretária até os que não o sabem fazer; penso que este é um problema cultural e as escolas têm aqui um papel importante: talvez desenvolvendo projectos que informem acerca das novas técnicas, porque hoje já não se trabalha de sol a sol como antes"

(Fonte: Entrevista F)

O **nível de qualificação** escolar ou profissional da população activa é valorizado atendendo "*às crescentes exigências impostas pelo mercado de trabalho, mesmo ao nível da agricultura*" (entrevista G). Acresce-se, aqui, que duas pessoas condicionaram a sua resposta em função do tipo de actividade a exercer e, as restantes duas, consideram que este aspecto não assume qualquer importância atendendo ao tipo de oferta, essencialmente, indiferenciada que predomina no concelho. Estes últimos reforçaram a ideia de que ter-se-á criado "*um pavor enorme ao trabalho do campo*" e por esse motivo será necessário "*incutir nas pessoas a ideia de que o trabalho agrícola não é nenhum papão*" (entrevista E).

A **escassez de incentivos** a entidades empregadoras é identificado, especialmente, ao nível da administração local as quais reclamam, nomeadamente, a necessidade de maiores benefícios fiscais. O facto de se debaterem "*continuamente com falta de verbas*" (entrevista L) faz com que, não obstante "*existir a necessidade de se criarem postos de trabalho*" (entrevista L) tal não aconteça devido "*aos poucos incentivos existentes*" (entrevista L). Os entrevistados que responderam negativamente a esta questão referem que o problema não é a escassez de incentivos, mas sim "*alguma falta de informação relativamente aos existentes*" (entrevista I). Por outro lado mencionam, ainda, que "*seria importante melhorar/simplificar, um pouco, o funcionamento administrativo dos (apoios) que já existem*" (entrevista J).

No que concerne à necessidade de melhorar o **funcionamento dos serviços** a grande maioria das respostas obtidas enquadram-se na área do ensino/formação profissional, nomeadamente, apontam a necessidade de :

- ✓ Requalificar o ensino profissional (entrevista A)
- ✓ Direcção o ensino para as necessidades do contexto de trabalho;
- ✓ Recuperar/ (re)disciplinar o ensino (entrevista E)
- ✓ Existir maior articulação entre o ensino e a formação profissional (entrevista B)
- ✓ Alargar a rede de pré-escolar e garantir esquemas mais permanentes de prolongamento de horários (entrevista J)
- ✓ Encarar a formação profissional como uma antecâmara do emprego e não como uma ocupação (entrevista J)
- ✓ Incidir sobre as competências socio-profissionais (entrevista I)
- ✓ Encaminhar as pessoas de acordo com a sua verdadeira vocação (entrevista C)
- ✓ Adaptar os *timing's* da formação profissional à sazonalidade da actividade agrícola (entrevista G)
- ✓ Dirigir a formação profissional às reais necessidades das empresas (entrevista G)

Fonte: Inquérito por entrevista

A protecção social foi identificada como uma área a melhorar ao nível do acompanhamento técnico, por considerarem que "*a Segurança Social é muito necessária junto destas pessoas*" (entrevista A).

As respostas obtidas ao nível da criação de **apoios ao desenvolvimento da comunidade** encontram-se sintetizadas no quadro 24, realçando-se aqui a

importância assumida pelos serviços de apoio à família e à comunidade, não só no que se refere à terceira idade mas também, e muito em particular, à primeira infância.

Quadro 24

"Apoios ao desenvolvimento a mobilizar no concelho identificados pelos entrevistados"

Serviços de apoio à família e à comunidade	7
Criação de empresas	5
Construção do Parque Industrial	3
Construção de Habitação social	1
Melhorar a rede de transportes	1

Fonte: Inquérito por entrevista

A existência de **representações negativas** por parte de potenciais empregadores relativamente às características das pessoas em situação de exclusão foi fundamentada em função da tendência com que, frequentemente, se generalizam estas mesmas características. A ideia de que os Programas Ocupacionais deveriam ser equacionados para entidades privadas com fins lucrativos é, também, aqui equacionada como forma de se constituir como *"uma oportunidade da pessoa se revelar"* (entrevista J) e, deste modo, *"a existirem, essas representações, acabariam por se diluir"* (entrevista J).

A inexistência de **sentido solidário** por parte de potenciais empregadores justifica-se em função das características da nossa sociedade; uma sociedade capitalista onde *"a solidariedade fica muito aquém, mesmo por parte das entidades que se dizem de Solidariedade Social"* (entrevista C). Num mercado de trabalho *"muito competitivo, onde a ideia é explorar o mais possível e pagar o menos possível, os valores humanos deixaram de existir"* (entrevista F). A existência de sentido solidário é equacionada em função da proximidade, a qual poderá *"favorecer a aceitação"* (entrevista F), a par da existência de, eventuais, *"laços familiares e de amizade"* (entrevista G).

A existência de um déficit de informação da sociedade em geral em relação às problemáticas que estes grupos envolvem poderia, no entender do grupo de entrevistados que valoriza este constrangimento, ser atenuada através do recurso aos meios de comunicação social (que informem e não desinformem) e ao sistema de ensino (ao qual competiria elevar/melhorar o nível de informação transmitido).

Quadro 25

"Importância do problema de desemprego ao nível do RMG"

Sim.....	7
Não.....	4

Fonte: Inquérito por entrevista

" as pessoas quando recorrem ao RMG não é porque querem ir à escola, nem é porque querem ser informadas, é porque estão com uma carência de carácter económico; é essa a razão que as leva a atravessar as portas da Segurança Social"

(Fonte: Entrevista n° J)

A falta de ofertas de trabalho, a precariedade das ofertas existentes no concelho e a resistência à mobilidade faz com que, para a maioria dos entrevistados, a questão do desemprego seja central ao nível da medida RMG. Para estes, é através do emprego "*que a pessoa se afirma na sociedade*" (entrevista C), que "*tem acesso a determinados bens*" (entrevista G). Por outro lado, o desemprego pode encaminhá-las "*para situações mais tortuosas*" (entrevista I), afastando-as "*cada vez mais do meio onde estão inseridas*"(entrevista L).

Os que responderam negativamente à questão fundamentam a sua opinião no facto de considerarem que no concelho existe muita oferta de trabalho rural, acrescentado que em determinadas alturas do ano a oferta supera, em muito, a procura. Entendem, portanto que a situação de desemprego em que o beneficiários referem encontrar-se , "*nem sempre é real*" (entrevista B), "*ou então é voluntária*" (entrevista D).

Quando questionados acerca da possibilidade dos beneficiários de RMG possuírem dificuldades de inserção socio-profissional acrescidas, as respostas obtidas distribuem-se, quase, equitativamente pelas duas hipóteses de resposta. Por outro lado, todos eles discordaram da possibilidade deste grupo de candidatos, ao integrar os programas no âmbito do MSE, perturbar o normal funcionamento da instituição que representam.

5.2.4 Importância do MSE nos processos de inserção socio-profissional dos beneficiários:

A apresentação de candidaturas ao nível do Mercado Social de Emprego foi fundamentada de diferentes formas, procedendo-se ao agrupamento das respostas obtidas em cinco categorias distintas. O quadro 26 sintetiza essa informação atendendo à frequência com que as mesmas foram identificadas.

Podemos constatar que a principal motivação das entidades ao apresentarem candidaturas se prende, em particular, com a possibilidade de satisfazerem um conjunto de necessidades específicas, nomeadamente, no que se refere à reabilitação/recuperação do património ambiental, cultural e arquitectónico. A integração dos candidatos ao abrigo destas medidas proporciona, assim, "*um*

acréscimo de capacidade, de desempenho no que respeita ao trabalho desenvolvido para a comunidade" (entrevista J).

Quadro 26

"Principais objectivos das candidaturas apresentadas no âmbito do MSE"

Satisfação de necessidades a que o normal funcionamento dos serviços não responde	6
Criação de respostas de inserção socio-profissional	5
Carência de pessoal	5
Motivações económicas	5
Posterior integração no quadro de pessoal	2

Fonte: Inquérito por entrevista

O facto destes programas minorarem "as dificuldades sentidas na satisfação das necessidades dos munícipes" (entrevista L) acaba por justificar uma certa incapacidade, que é sentida em particular pelas Juntas de Freguesia, a qual se fundamenta nalguma insuficiência de recursos, sejam eles humanos ou materiais (nomeadamente económicos).

Por outro lado, embora só dois entrevistados se tenham referido à posterior integração no quadro de pessoal a verdade é que a maioria (10 dos entrevistados) afirmam a existência de funcionários no quadro de pessoal da entidade que tenham iniciado a sua integração através de programas desta natureza. Acresce-se, que os programas ocupacionais são os mais referenciados a este nível (uma vez que à excepção de duas situações, todos os postos de trabalho foram criados a partir deles). Por seu turno, a inexistência de admissões através do MSE foi referida pela a única entidade entrevistada que se encontra ligada à administração central.

Quadro 27

"Postos de trabalho criados através do MSE nos quadros de pessoal das entidades entrevistadas"

Entrevista	Nº de Funcionários	Admissões através do MSE (nº)	(%)
A	6	3	50%
B	4	1	25%
C	61	17	28%
D	3	1	33%
E	3	1	33%
F	33	0	0%
G	6	1	17%
H	5	1	20%
I	6	3	50%
J	178	28	16%
L	5	3	60%

Fonte: Inquérito por entrevista

A questão do acompanhamento dos processos de inserção surge como uma das respostas mais frequentes quando se questionaram os entrevistados relativamente aos aspectos que consideram ser necessários melhorar ao nível das medidas que integram o MSE. Esta é uma dificuldade sentida pelas entidades enquadradoras que consideram "*ser importante repensar*" (entrevista A) já que "*os beneficiários não têm capacidade de se organizar autonomamente*" (entrevista E). A garantia de um "*acompanhamento mais próximo*" poderia ser resolvida através da criação da figura de um "*tutor*"(entrevista G) e deste modo poder-se-iam evitar algumas situações que tendem a "*desvirtuar a verdadeira função do programa*" nomeadamente, "*a de que o candidato não perca hábitos de trabalho*" (entrevista E).

Outro aspecto a realçar prende-se com o facto de dois entrevistados identificarem, ainda, a necessidade de obrigar a entidade a criar um vínculo de trabalho para com os candidatos que, findo o programa, reúnam condições de integrar o quadro de pessoal.

Quadro n ° 28

"Aspectos legais a melhorar no âmbito do MSE"

Maior acompanhamento dos processos de inserção	4
Obrigatoriedade em contratar um determinado número de candidatos	2
Análise e aprovação das candidaturas mais célere	1
Pagamento de subsídio ocupacional de acordo com as funções exercidas	1
Não existem aspectos a melhorar	3
Não sabe	1

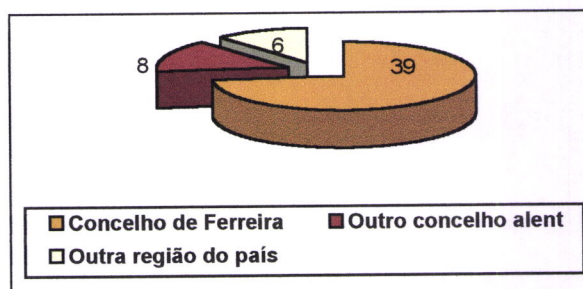
Fonte: Inquérito por entrevista

5.3 Os beneficiários:

5.3.1 Elementos descritivos

Gráfico 23

"Naturalidade do beneficiários RMG entrevistados"



Fonte: Inquérito por entrevista

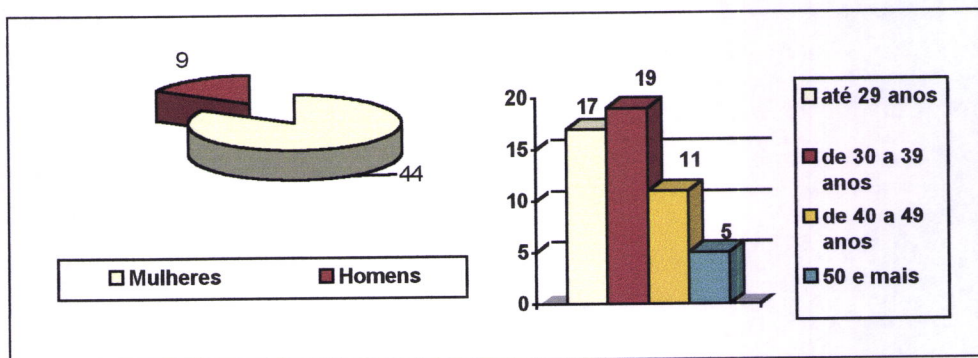
O universo de beneficiários entrevistados possui como traço descritivo dominante o de ser constituído por elementos onde o sexo feminino apresenta um

peso esmagador, já que dos 53 indivíduos que compõem o grupo em análise, 44 são mulheres.

Em relação à estrutura etária este agregado caracteriza-se por ser, predominantemente, jovem dado que a maioria dos entrevistados tem idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos e que, aproximadamente, 70% têm no máximo 39 anos de idade.

Gráficos 24 e 25

"Caracterização dos beneficiários entrevistados por sexo e escalões etários"



Fonte: Inquérito por entrevista

Os dados relativos ao estado civil encontram-se expressos no gráfico 26 e, tal como se pode constar através dele, as categorias mais frequentes referem-se à situação "casado" e "solteiro" as quais representam, respectivamente, 42% e 26% dos casos em análise. Esta característica reflecte-se na caracterização dos agregados familiares que os entrevistados integram, a qual nos permite identificar como categoria mais frequente a de "casal c/filhos a cargo" que assume uma representatividade de 53%. Por outro lado, saliente-se o peso assumido pelas "famílias monoparentais femininas", as quais representam 25% do grupo de agregados entrevistados.

Gráfico 26

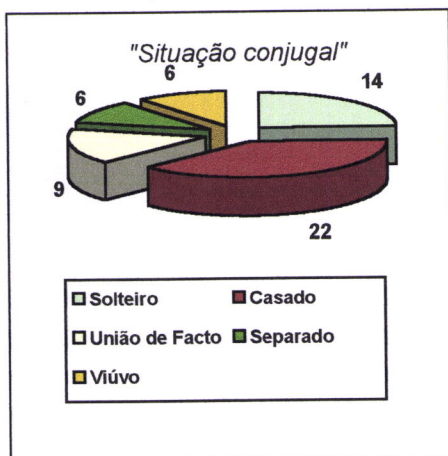
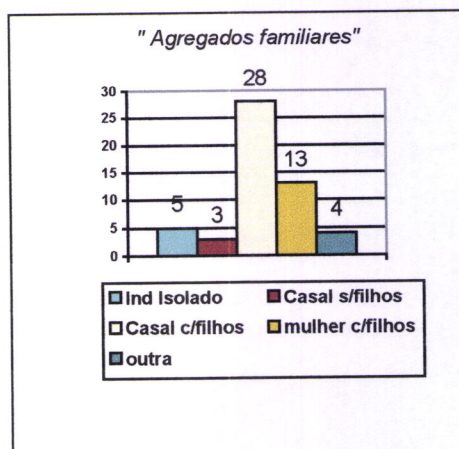


Gráfico 27

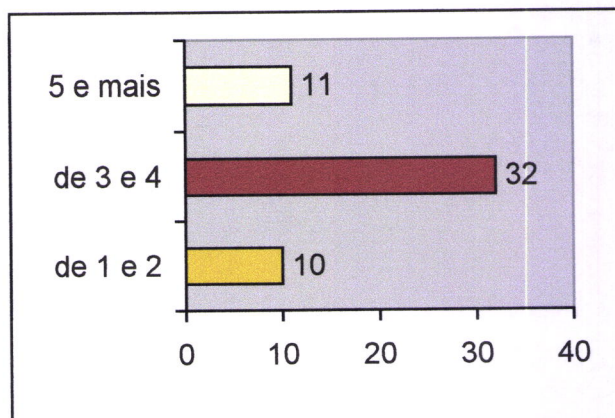


Fonte: Inquérito por entrevista

Procedeu-se, ainda, à caracterização dos agregados familiares atendendo à sua dimensão realçando-se que a categoria mais frequente se refere a 3 e 4 elementos representando, respectivamente, 32% e 26% das situações identificadas.

Gráfico 28

"Dimensão dos agregados familiares que os beneficiários RMG entrevistados integram"

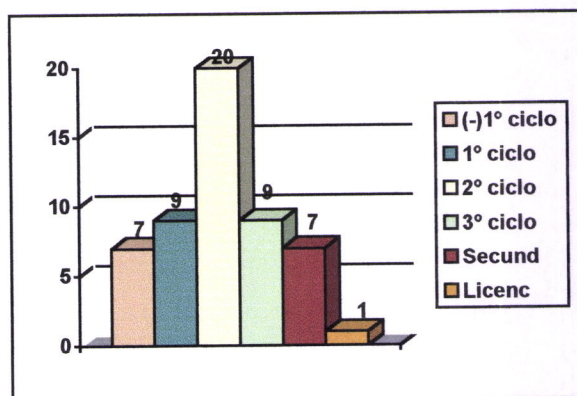


Fonte: Inquérito por entrevista

No que concerne à qualificação escolar refira-se que, atendendo à juventude do grupo, os elementos que o compõem possuem um nível habilitacional, tendencialmente, baixo já que 68% tem habilitações literárias, iguais ou inferiores, ao 2º ciclo.

Gráfico 29

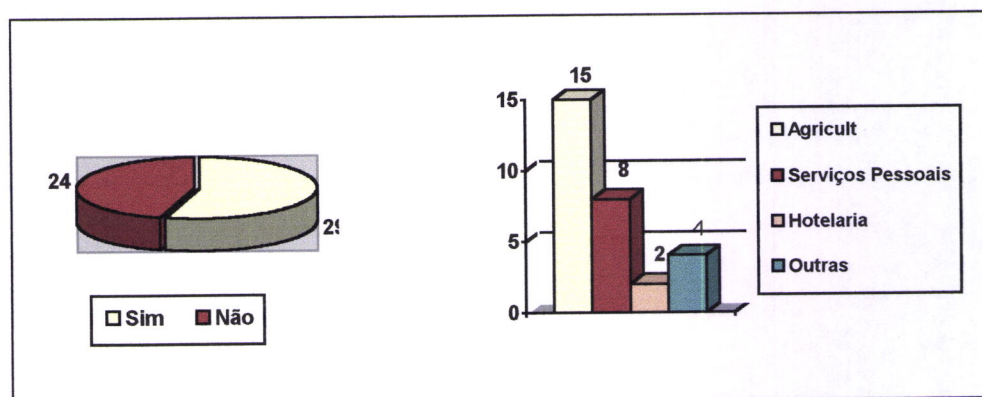
"Habilitações Literárias dos beneficiários entrevistados"



Fonte: Inquérito por entrevista

Por seu turno, no que se refere às qualificações profissionais saliente-se que a maioria (aproximadamente 53%) já frequentou, pelo menos, um curso de formação profissional, sendo a área de formação mais indicada a Agricultura (54%), seguida dos Serviços Pessoais e à Comunidade (29%).

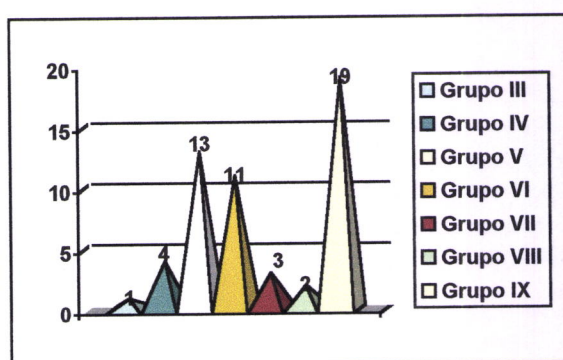
Gráficos 30 e 31

"Qualificações Profissionais por área de formação"

Fonte: Inquérito por entrevista

No que respeita à experiência profissional a análise realizada permitiu que, de acordo com o trabalho executado, se integrassem as respostas obtidas nos nove grandes grupos propostos na Classificação Nacional das Profissões (CNP - versão 94). Assim, destaque-se o peso assumido pelo grupo X onde se enquadraram os trabalhadores não qualificados, dos seguintes sub-grupos: dos serviços e comércio (pessoal de limpeza), agricultura (trabalhador agrícola não qualificado) e construção civil (serventes da construção civil). O grupo V representa, em particular, o pessoal da restauração e cuidados pessoais (ao nível da infância e terceira idade) e o Grupo VI os agricultores e trabalhadores agrícolas qualificados.

Gráfico 32

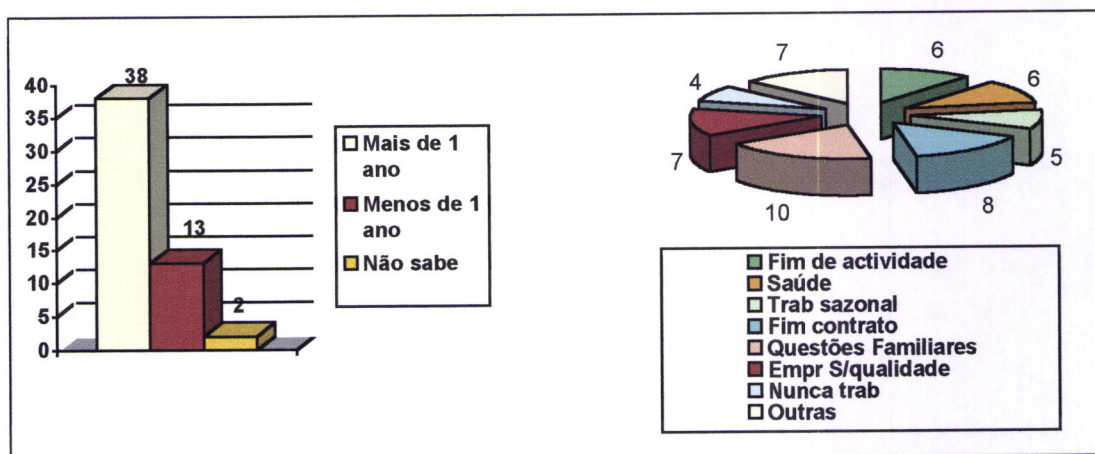
"Experiência Profissional dos beneficiários entrevistados"

Fonte: Inquérito por entrevista

5.3.2. Identificação das Problemáticas envolvidas:**a) Factores relacionados com o (des)emprego:**

A situação de desemprego, da maioria dos elementos entrevistados, é de longa duração, atendendo a que cerca de 68% referem encontrar-se desempregado há mais de um ano.

Gráficos 33 e 34

"Duração e motivos justificativos da situação de desemprego"

Fonte: Inquérito por entrevista

Os principais motivos que a originaram foram incluídos na categoria "*motivos familiares*" e referem-se, em particular, a questões relacionadas com dependentes a cargo. A situação de gravidez de risco e a, posterior, inexistência ou insuficiência de equipamentos de acolhimento para crianças nos primeiros anos de vida (a qual é sentida, muito em particular, nas freguesias rurais do concelho) constituem-se como as principais causas apontadas como geradoras da situação de desemprego.

"trabalhava na vinha, estava grávida e tive problemas (princípio de aborto); depois disso não tinha ninguém que me ficasse com o meu filho"

(Fonte: entrevista 42)

Por outro lado, a cessação de contratos de trabalho a termo aliada, principalmente, à sazonalidade da actividade exercida foi, também, um dos motivos identificados por um conjunto de indivíduos. Refira-se que o desempenho da actividade apenas "*em determinadas alturas do ano*" (entrevista 8), permite que entre a celebração de diferentes contratos, o subsídio de desemprego se assumia como o principal meio de subsistência.

"só trabalho em determinadas alturas do ano, neste momento há mais ou menos 6 meses que estou ocupada através do subsídio de desemprego"

(Fonte: entrevista 8)

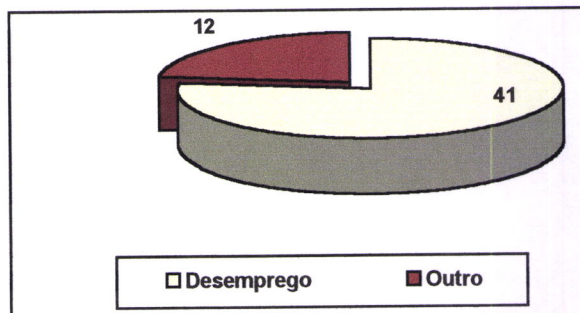
A existência de um emprego sem qualidade e/ou sobre-explorado é evidenciado através do grupo de indivíduos que referem "*nunca (...) ter assinado um contrato de trabalho na vida*" (entrevista 7), que nunca efectuarem descontos (apenas nas ocupações) (entrevista 9), que tinham "*um ordenado muito baixo*" (entrevista 13) e "*más condições de trabalho*" (entrevista 2).

"ganhava o ordenado mínimo e trabalhava, "no duro", durante oito horas por dia"

(Fonte: Entrevista 2)

Gráfico 35

"Valorização da situação de desemprego pelo beneficiário entrevistado"



Fonte: Inquérito por entrevista

O desemprego parece assumir uma importância preponderante na vida dos entrevistados, já que aproximadamente 77% perspectivam esta situação como sendo o seu principal problema e fundamentam a resposta face à "*grande instabilidade e insegurança*" (entrevista 31) que a mesma provoca. Por outro lado, o desempenho de uma actividade profissional funciona, para alguns, "*como um escape* (permitindo) *ultrapassar outros problemas que, eventualmente, surjam*" (entrevista 1). A situação de desemprego é, especialmente, valorizada no caso das famílias monoparentais femininas, já que nestes agregados a mulher é, quase sempre, o único suporte económico da casa.

"Quando não trabalho, eu e os meus filhos, passamos muita necessidade"

(Fonte: Entrevista 5)

A situação de saúde surge, também ela, associada à questão do desemprego não permitindo "*uma resolução efectiva do problema*" (entrevista 23). A saúde, ou mais precisamente a falta dela, é apontada como um elemento condicionador da "*situação face ao trabalho*" (entrevista 6) limitando o assegurar de um conjunto de ofertas que, não muito raramente, se relacionam com o trabalho rural.

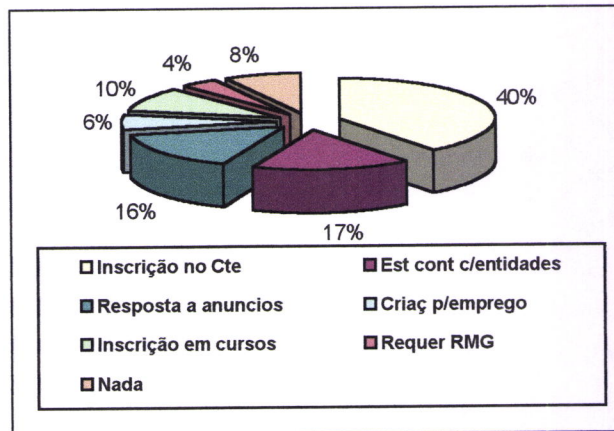
"lá na aldeia não há trabalho, só há trabalho no campo e eu no campo não posso trabalhar por causa da coluna"

(Fonte: Entrevista 2)

Apesar do desemprego ser o principal problema identificado registre-se, contudo, alguma acomodação à falta de oportunidades e à escassez de iniciativa para procurar emprego, dado que a maioria dos entrevistados (36%) refere ter tentado resolvê-lo procedendo, única e exclusivamente, à sua inscrição no Centro de Emprego e que 13% mencionou não ter feito, absolutamente, nada para o resolver.

Gráfico 36

"Tentativas de resolução do problema de desemprego desencadeadas pelos beneficiários "



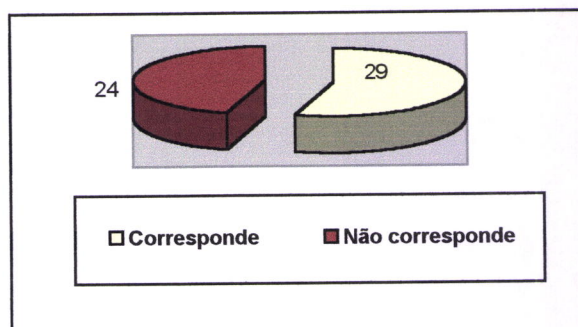
Fonte: Inquérito por entrevista

A maioria dos entrevistados (salvo duas situações) refere que se inscreveu no Centro de Emprego há vários anos e quando questionados se as intervenções desenvolvidas pelo Centro de Emprego têm correspondido às expectativas iniciais, cerca de 55% dos entrevistados responde afirmativamente, justificando: que os serviços "têm dado as respostas possíveis" (entrevista 3), que "têm feito o necessário só que a integração efectiva não depende do Centro de Emprego" (entrevista 25) e, ainda, que "têm surgido sempre soluções para (o seu) problema" (entrevista 46).

Os restantes consideram que "não tem sido feita muita coisa" (entrevista 13), que "poderia ter sido feito mais" (entrevista 14) e que o seu "processo de integração foi um pouco lento" (entrevista 16). Por outro lado, registe-se que o desajustamento identificado se justifica, também, em função do tipo de ofertas propostas e no seu carácter sazonal. Efectivamente, os candidatos esperavam "outro tipo de propostas de trabalho" (entrevista 2), que fossem "do seu agrado" (entrevista 1), "algo melhor do que o trabalho no campo" (entrevista 43), em suma um emprego "certo e duradouro" (entrevista 5).

Gráfico 37

"Expectativas dos beneficiários entrevistados em relação aos serviços de emprego"



Fonte: Inquérito por entrevista

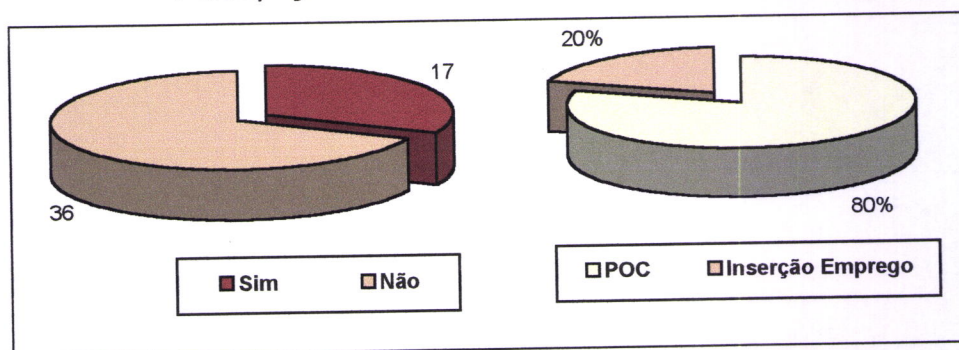
"Fiz formação profissional de operador de sistemas informáticos através do IEFEP em 1997, depois fiz um estágio profissional; acho que o Centro de Emprego não fez muito, mas eu também pouco recorri ..."

(Fonte: Entrevista 29)

A participação em anteriores programas, desenvolvidos no âmbito do MSE, foi referida por 32% dos entrevistados, os quais identificaram, principalmente, os programas ocupacionais.

Gráfico 38

"Participação dos beneficiários em anteriores programas"



Fonte: Inquérito por entrevista

"estou optimista e gostava muito porque o meu marido bebe muito diariamente, costuma implicar comigo (insulta-me, maltrata-me)... pelo menos enquanto trabalho não sofro"

(Fonte: Entrevista 4)

A resolução definitiva do problema de desemprego, para 47% dos entrevistados, é perspectivada num futuro próximo de uma forma muito optimista. De referir, também, que 38% pessoas mencionaram desconhecer como é que a sua situação face ao emprego se vai encaminhar, contudo há quem prefira equacioná-la a curto prazo e considerar que para já vão "ficar com subsídio de desemprego; depois logo se vê" (entrevista 30).

"não sei ... mas as coisas estão tão más.... com trabalho certo poderia comprar roupa para os meus filhos, comida da que eles gostam (bifes), almoçar fora com eles de vez em quando, mudava tudo na minha vida, podia manter os meus filhos".

(Fonte: Entrevista 5)

A importância do programa em que o entrevistado se encontra inserido parece ser determinante, para a maioria dos elementos que constituem o grupo, no que se refere à resolução definitiva do problema de desemprego. Efectivamente, cerca de 57%, mencionaram ter "mais hipóteses" (entrevista 19) uma vez que através dele

adquiriram "a experiência, a formação e a capacidade de utilizar novos instrumentos de trabalho" (entrevista n.º 16), para além de ter permitido a construção de "novos projectos de vida" e "recuperar a auto-estima" (entrevista n.º 31).

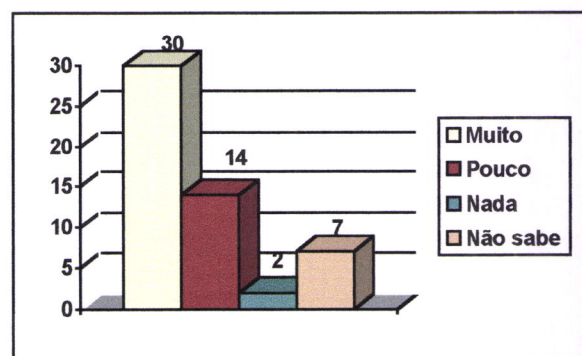
"à partida tenho o meu problema de desemprego resolvido e o programa foi o *pontapé de saída*"

(Fonte: entrevista 29)

Para os que responderam que o programa pouco abonará em favor da sua futura integração profissional o factor idade foi o mais apontado, nomeadamente, o facto de terem estado "*muito tempo sem exercer uma actividade profissional*" o que provocou a perda de "*muitas capacidades*" (entrevista 52).

Gráfico 39

"Contributo do programa na resolução da situação de desemprego"



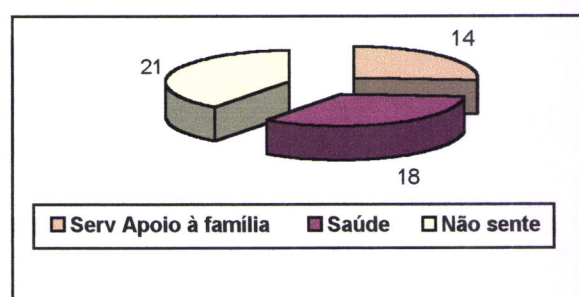
Fonte: Inquérito por entrevista

b) Identificação de outros factores de natureza material:

As dificuldades sentidas no acesso a determinados serviços foram identificadas por 57% dos entrevistados e referem-se, muito em particular, às áreas da saúde e aos serviços de apoio à família. Saliente-se, contudo, que quase metade (cerca de 43%) dos entrevistados não sente qualquer tipo de dificuldade a este nível.

Gráfico 40

"Dificuldades sentidas pelos beneficiários no acesso aos serviços"

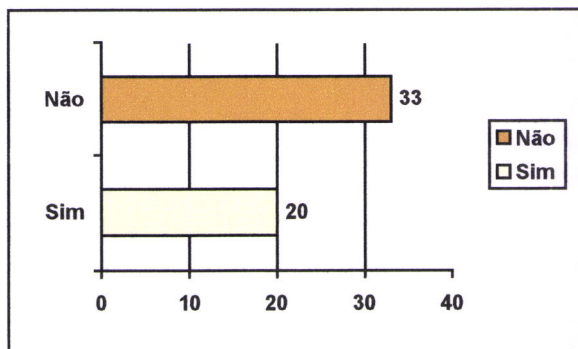


Fonte: Inquérito por entrevista

As dificuldades sentidas no acesso a determinados serviços foram identificadas por 57% dos entrevistados e referem-se, muito em particular, às áreas da saúde e aos serviços de apoio à família. Saliente-se, contudo, que quase metade (cerca de 43%) dos entrevistados não sente qualquer tipo de dificuldade a este nível.

Gráfico 41

"Dificuldades de Transporte sentidas pelos beneficiários"

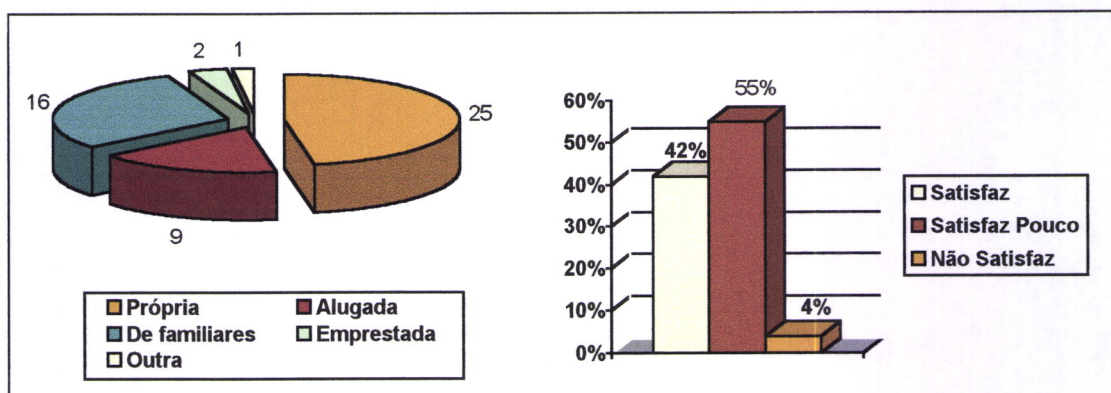


Fonte: Inquérito por entrevista

A rede de transportes públicos que serve o concelho de Ferreira do Alentejo embora, no entender dos entrevistados, não responda às necessidades da população, não se constitui, para um grupo majoritário, como sendo um constrangimento que obste à sua integração profissional. Mesmo, assim, cerca de 38% dos indivíduos referiram sentir essa dificuldade e alegaram que, por esse motivo, já terão perdido "algumas oportunidades de emprego" (entrevista 32). Para os restantes elementos, embora refiram que "existem dificuldades acrescidas para quem vive nas freguesias rurais, especialmente, durante as férias escolares" (entrevista 5), a verdade é que pessoalmente, não sentem essa dificuldade, ou porque possuem transporte próprio, ou porque, referem, que a autarquia o assegura.

Gráficos 42 e 43

"Identificação de problemas relacionados com a Habitação"



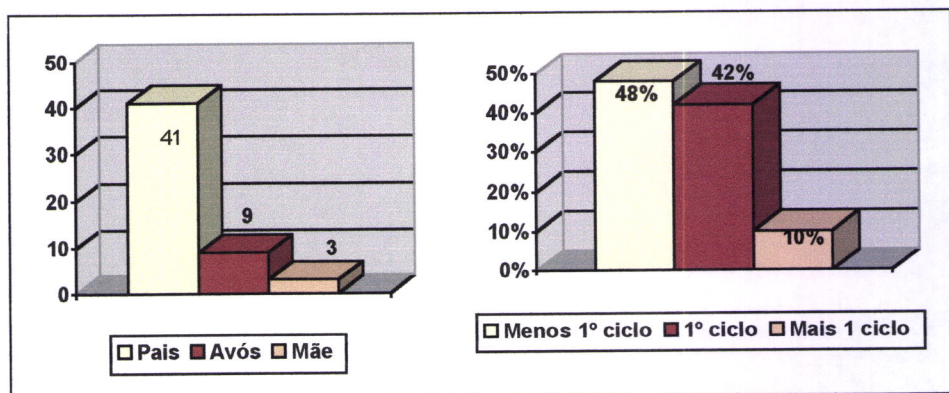
Fonte: Inquérito por entrevista

Saliente-se que quase metade dos inquiridos possui habitação própria (cerca de 47%), contudo 68% destes referem que a habitação satisfaz pouco as suas necessidades e identificam, não só a carência de obras de conservação (muito em particular ao nível das coberturas), como também alguma sobreocupação do espaço.

Refira-se, ainda, que um grupo representativo (30%) habita em casas de familiares, conjunta ou autonomamente. Integrados na primeira situação identificaram-se apenas três indivíduos que apontam como principais problemas: "a *reduzida dimensão da habitação*" (entrevista 27), "a *existência de constantes conflitos*" (entrevista 47) e a necessidade de "*mais privacidade*" (entrevista 48). Relativamente ao segundo grupo verifica-se que, para a maioria dos seus elementos (aproximadamente 62%), existem os mesmos constrangimentos, quer ao nível da reduzida dimensão, quer da necessidade de obras de conservação da habitação.

Gráficos 44 e 45

"Caracterização do agregado familiar durante a infância e a adolescência"



Fonte: Inquérito por entrevista

Quando questionados acerca dos elementos que compunham o seu agregado familiar durante a infância e a adolescência a resposta mais frequente foi "*com os pais*". De referir, contudo que 17% dos entrevistados viveram durante este período da sua vida com os avós, não só devido às dificuldades económicas sentidas pelos pais, mas também, devido à ocorrência de processos de separação.

"vivi sempre com a minha avó (...) os meus pais separam-se quando eu nasci por isso nunca vivi com eles"

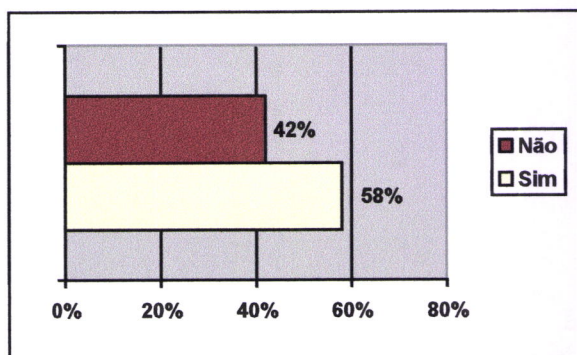
(Fonte :Entrevista 5)

A existência de dificuldades económicas durante a infância e a adolescência foi identificada por 58% dos entrevistados, a qual motivou nalgumas situações a integração precoce no mercado de trabalho.

"Vivemos sempre com muitas dificuldades económicas; eu própria comecei a bordar aos 7 anos de idade para ajudar em casa"

(Fonte: Entrevista 24)

Gráfico 46

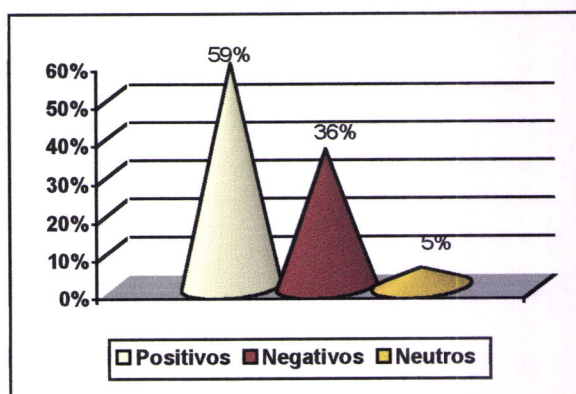
"Existência de dificuldades económicas durante a infância e a adolescência"

Fonte: Inquérito por entrevista

Saliente-se que as baixas, ou até mesmo inexistentes, qualificações escolares, a par do desempenho de trabalho indiferenciado na área agrícola caracterizam, também, o agregado familiar que o entrevistado integrou na infância e na adolescência (48% não possuíam qualquer grau de instrução e, apenas, 10% detinham habilitações literárias superiores ao 1º ciclo). Por seu turno, no que se refere à profissão os trabalhadores rurais representam um peso de 65% das respostas obtidas.

c) Outros Factores Subjectivos de exclusão do mercado de trabalho

Gráfico 47

"Elementos relativos à auto-descrição dos beneficiários"

Fonte: Inquérito por entrevista

A reflexão acerca de elementos que pudessem conduzir a uma auto-descrição do entrevistado, nomeadamente, no que se refere à identificação de pontos fortes e fracos, foi das questões onde a resposta se mostrou de difícil obtenção. Do exercício realizado resultaram verbalizações, maioritariamente, positivas¹⁰.

¹⁰ Ver anexo 4

Por outro lado, 17% dos inquiridos referem que durante a sua infância e adolescência assistiram a frequentes situações de desorganização familiar, nomeadamente, presenciaram ou foram alvo de maus tratos físicos motivados, principalmente, por problemas de alcoolismo.

"o ambiente não era nada calmo: o meu pai era alcoólico e havia quase todos os dias zaragata quando não era com a minha mãe, era connosco); comparo muito a infância dos meus filhos com a infância que os meus pais me deram e muitas vezes culpo-me por não ter conseguido fazer mais e melhor por eles"

(Fonte: entrevista 30)

Por seu turno, 22 indivíduos referem que, actualmente, vivem um ambiente em sua casa que é "*pouco ou nada*" calmo e a existência de problemas relacionados com a toxicodependência é indicada por 23 dos inquiridos.

A existência de situações que tenham marcado, positiva ou negativamente, o grupo de entrevistados é identificada por 41 dos seus elementos sendo de realçar que a categorização do conjunto de ocorrências registadas se encontra expressa no quadro que, a seguir, se apresenta.

Quadro 29

"Identificação das situações que marcaram a vida dos beneficiários"

A perda de familiares ou afins	26%
O nascimento dos filhos	20%
Questões de saúde	15%
Situações de abandono	11%
Acidentes de viação	9%
Conflitos familiares	7%
Situações de toxicodependência	6%
O casamento	2%
Ter que recorrer ao RMG para sobreviver	2%
Não quer falar no assunto	2%

(Fonte: Inquérito por entrevista)

Finalmente, acresce-se que no entender dos entrevistados a componente financeira, quase a par da integração profissional, foram as principais alterações provocadas pelo RMG.

5.4 Discussão

O quadro de partida do presente estudo forneceu-nos da noção de exclusão social uma dupla perspectiva ao se pretenderem analisar, não só as causas e consequências associadas à ruptura ou precarização das relações sociais, mas também por se procurarem analisar as consequências dessa ruptura, no que se refere aos direitos de cidadania, com especial ênfase para os problemas relacionados com o acesso ao emprego. Deste modo, à perspectiva adoptada pela escola sociológica francesa, aliou-se a visão defendida pela escola institucionalista, a qual é mais inscrita na tradição anglo-saxónica. Nesta perspectiva, a exclusão social constitui-se como sendo um fenómeno que ameaça a coesão dos tecidos sociais, ao mesmo tempo entende-se, ainda, que as transformações do mercado de trabalho contribuem, em muito, para a exclusão dos indivíduos do acesso a direitos básicos de cidadania.

O aumento das situações de exclusão social e de pobreza geradas pelos processos de desenvolvimento económico e industrial conduziram à adopção de novas opções conceptuais as quais, em matéria de políticas de desenvolvimento, se consubstanciam numa perspectiva humanista, centrada nas pessoas e em harmonia com o ambiente. Esta estrutura-se numa base territorializada, devendo potencializar o reforço dos espaços de natureza micro, orientado no sentido da mobilização/interacção dos recursos locais e fomentando a criação de oportunidades.

É neste contexto, perante o carácter heterogéneo das trajectórias traçadas pelos processos de exclusão e o vazio existente no âmbito dos esquemas de protecção social que surgiram medidas adicionais que tentam reafirmar a ideia de inclusão social pela cidadania. A concepção do RMG permitiu, assim, ao nível do sistema de Segurança Social Português, a apresentação de um conjunto de características inovadoras, nomeadamente: tratar-se de uma prestação pecuniária apresentada como um direito universal, atendendo às condições económicas dos agregados familiares; ter presente uma vertente de inserção social onde o requerente desempenha um papel activo na negociação do formato dessa inserção; ser uma medida territorializada, onde as decisões são tomadas ao nível local; e, ainda, o facto de ter presente uma colectivização de responsabilidade através da criação das CLA's.

O carácter inovador da medida, no âmbito das políticas sociais nacionais, aliado aos efeitos da sua aplicação prática, evidenciaram a necessidade de se analisarem alguns dos principais resultados obtidos através da sua aplicação. Esta necessidade assume particular relevância num momento em que o RMG está, progressivamente, a ser substituído pelo RSI (Rendimento Social de Inserção). O presente estudo vem, neste âmbito, realçar a importância da medida no que se refere

à promoção de respostas integradas, sectorial e horizontalmente, numa base territorial visando a integração de grupos desfavorecidos.

A importância dos princípios teóricos que a mesma preconiza é, assim, reconhecida, não obstante a indicação de que a sua aplicação prática deve se melhorar a níveis distintos. A necessidade de se realizarem diagnósticos mais aprofundados e abrangentes é sublinhada, com o principal intuito de se garantir uma maior objectividade na atribuição da prestação pecuniária e, assim, moralizar e/ ou melhorar a imagem da medida perante a sociedade em geral. Entende-se, ainda, que tal intervenção deve anteceder o deferimento da prestação e deve colher contributos dos diferentes serviços que integram a CLA, nomeadamente das autarquias locais, as quais exigem uma maior intervenção ao nível da medida. Por outro lado, após a atribuição da prestação, os dados recolhidos apontam para que se efectue uma fiscalização mais eficaz, a qual se traduz na realização de acções de controlo regulares (ver quadro 19).

A questão da participação e/ou cooperação entre os elementos que integram a CLA de Ferreira do Alentejo é condicionada face à existência de interesses diferentes e de distintas percepções da realidade. Este facto faz com que a mesma não se construa de forma espontânea ou natural, antes sim resulte de uma experiência de contacto e de trabalho morosa. Aqui, urge responsabilizar todos os parceiros e melhorar (qualitativa e quantitativamente) a sua participação neste processo de parceria. Para o efeito parece determinante que todos se sintam envolvidos, de igual modo, no processo e que se definam os interesses dessa participação de forma bilateral. A fraca adesão dos parceiros às reuniões de CLA tem-se apresentado como um forte um constrangimento, o qual não foi ultrapassado apesar dos esforços desenvolvidos pelos parceiros representados no NE e da coordenação da CLA ter sido transferida, no concelho de Ferreira do Alentejo, para a autarquia. Em termos globais pode-se afirmar que a "cultura de parceria (...) não se decreta, mas se constrói num processo mais ou menos acelerado" (Capucha, 1998:151).

Por seu turno, importa não só melhorar, mas também proceder à, constante, divulgação dos resultados de inserção conseguidos, transformando casos abstractos em situações concretas de autonomização face à medida. Há que incutir nos parceiros a ideia de que todos têm uma função específica, reconhecendo a complementaridade de cada um na concretização de objectivos que são, necessariamente, comuns. Só desta forma se poderá mobilizar esta parceria, melhorando a capacidade de criação de oportunidades de inserção neste território e, conseqüentemente, combater os problemas de exclusão social identificados.

De qualquer forma fica demonstrado que a metodologia de intervenção seguida pelo RMG é vantajosa, permitindo o aumento de experiência, de capacidade de

actuação e da eficiência na mobilização dos recursos de inserção. Ela tem vindo a possibilitar a definição de intervenções específicas atendendo às características diferenciadas dos beneficiários RMG. Esta heterogeneidade permite-nos descrever as características individualizadoras e identificar os problemas que afectam estes grupos, nomeadamente os factores que os tornam mais vulneráveis a situações de desemprego.

A caracterização dos beneficiários que integram o universo de análise e a identificação dos seus problemas permitem-nos agregá-los em três grandes grupos principais: grupos desqualificados, círculos de pobreza instalada e grupos com *handicap* específico. Efectivamente, as baixas qualificações escolares e profissionais (ver gráficos 29, 30 e 31) e a tendente reprodução geracional das situações de pobreza reflectem-se nas condições de existência destes indivíduos. Também não podemos falar num período que seja particularmente crítico, uma vez que a perspectiva de vulnerabilidade tende a manter-se ao longo das suas vidas. Importará, aqui, referir que é na infância e na adolescência que os percursos profissionais de exclusão começam a ser delineados (gráfico 46).

Assim, "*a persistência intergeracional da pobreza*" (Capucha 1999:163) poderá ser responsável pelos problemas de desencorajamento na procura de emprego e de desorganização da vida familiar identificados. Aqui, o insucesso escolar e a entrada precoce no mercado de trabalho parecem explicar as baixas qualificações escolares e profissionais que o grupo detém. Acresce-se, ainda, a inexistência de rendimentos estáveis e alguma incapacidade dos pais transmitirem aos filhos um capital cultural favorecedor de processos de mobilidade social. Deste modo, a pobreza persistente que afecta este grupo gera condições económicas, sociais e culturais que contribuem para a sua reprodução.

Importa salientar que as situações de pobreza nas zonas rurais têm especificidades próprias: são menos visíveis, porque se encontram mais diluídas do que nas zonas urbanas e são, também, mais desconhecidas porque muitas vezes se tende esconder a dura realidade em que se vive. Por seu turno, fica também patente que se é verdade que a forte urbanização contribui para a precarização dos tecidos sociais, também não é menos verdade que no meio rural as relações tendem a ser mais intensas favorecendo, muitas vezes, formas e práticas de solidariedade espontânea.

Outro elemento importante refere-se ao estado de saúde ficando demonstrado que ele influencia directamente o nível de rendimento, podendo afirmar-se que a doença, em particular a de tipo crónico, pode conduzir a situações de exclusão social e de pobreza.

A existência de economias pouco diversificadas, o envelhecimento da população, os baixos níveis de alfabetização, a fragilidade do sector industrial e empresarial, a debilidade da iniciativa empresarial local são entraves identificados através da presente investigação, que caracterizam o espaço rural e que são consequência do privilégio que, durante décadas, foi concedido ao espaço urbano, em detrimento do interior do país. Os dados relativos ao concelho de Ferreira do Alentejo e que integram o terceiro capítulo deste estudo, definem uma estrutura socio-produtiva que é marcada por estes elementos, os quais inibem o potencial de desenvolvimento desse território, onde o mercado de trabalho mobiliza, essencialmente, mão-de-obra globalmente pouco qualificada e de carácter temporário (ver quadros 10 e 12 relativos, respectivamente, às ofertas e aos pedidos de emprego).

A elevada taxa de desemprego estimada para o concelho e a sua persistência quantitativa torna clara a forma como o fenómeno atinge grupos específicos da população, nomeadamente as mulheres que são maioritárias na procura de emprego e que, no concelho, representam cerca de 77% dos pedidos de emprego registados no CTE de Beja (gráfico 6). Assim, as situações de desemprego de longa duração, a existência de vínculos laborais precários, as inserções pontuais em sectores da economia paralela contribuem para que estes elementos integrem o que no quadro teórico identificámos como sendo um desemprego de exclusão.

Como seria de esperar, os resultados obtidos realçam, ainda, o facto de no caso do desemprego de longa duração, as mulheres se constituírem como um grupo de especial vulnerabilidade a qual resulta, em muito, de uma menor preparação para a entrada no mercado de trabalho face ao papel que, tradicionalmente, lhe tem sido reservado ao nível da reprodução e manutenção da família. Paralelamente, acrescem-se os deficitários meios de apoio à família existentes no concelho, cujos efeitos são, particularmente, sentidos nas freguesias rurais. Por outro lado, a representatividade das famílias monoparentais femininas no seio deste grupo permite-nos identificar fortes constrangimentos no acesso a modos de vida autónomos originados, principalmente, pela debilidade das qualificações e pelo funcionamento dos mercados de trabalho (ver gráfico 27). Deste modo, a situação de monoparentalidade destas mães com filhos a cargo (maioritariamente menores) é, frequentemente, vivida de forma estigmatizante e fragilizadora.

Neste contexto, o MSE tem-se constituído como um importante meio reparador de situações de exclusão social, em particular para um grupo alargado de indivíduos para quem as possibilidades de arranjar emprego serão algo distantes e pouco realistas, ou porque não reúnem um conjunto necessário de competências para aceder a um posto de trabalho ou, muito simplesmente, porque não existem ofertas de emprego.

O projecto empresa de inserção que integra a nossa unidade de análise procura investir na qualidade dos serviços prestados, visando consolidar uma estratégia de autonomia capaz de aumentar a sustentabilidade da actividade. O estabelecimento de parcerias, muito em particular, com a autarquia tem facilitado a entidade enquadradora a ultrapassar alguns dos principais constrangimentos que afectam este tipo de empresas, nomeadamente no que se refere à elevada vulnerabilidade face a factores externos ligados ao meio envolvente imediato. A inexistência de um processo formativo que anteceda a integração dos candidatos na empresa parece, contudo, gerar algumas dificuldades, denunciadas a partir dos baixos níveis de profissionalização e de sofisticação organizacional da oferta. A elevada mortalidade nos primeiros anos de vida, uma gestão muito dependente de lideranças individuais, a ausência de uma visão estratégica de médio/longo prazo e as dificuldades de financiamento são algumas das características que, por norma, afectam este tipo de entidades e às quais, neste caso concreto, se deverá atender de forma a que os impactes positivos esperados não sejam, por elas, condicionados.

Atendendo a que a criação de postos de trabalho deverá ser equacionada em função das necessidades das comunidades locais, os serviços de proximidade no concelho de Ferreira do Alentejo, ao se assumirem como uma lacuna, constituem-se como sendo, simultaneamente, um nicho de mercado a explorar. Os projectos inserção emprego definidos no âmbito do NE de RMG têm procurado atender a esta necessidade, na tentativa de permitirem: a obtenção ou o desenvolvimento de qualificações pessoais, sociais e profissionais compatíveis com o mercado de trabalho e com o perfil do candidato; ao mesmo tempo, conferem ao indivíduo a oportunidade de demonstrar as suas qualidades e motivações (ver quadros 15 e 16).

Tanto o Inserção Emprego como os Programas Ocupacionais (POC's) permitem o desenvolvimento de actividades marcadamente ocupacionais, de extrema importância para a comunidade local. Contudo, a incapacidade de encontrar uma procura suficientemente consistente, dificulta a permanência destas iniciativas quando as mesmas deixam de ser objecto de apoio público.

Mas se é verdade que os POC's nem sempre se constituem como sendo a resposta ideal, funcionando como um protector temporário que apenas adia a plena integração no mercado de trabalho, também não é menos verdade que eles se têm sido um trampolim para um número alargado de candidatos a emprego. Efectivamente, os dados sintetizados no quadro 27 realçam que vários postos de trabalho se criaram a partir do desenvolvimento de actividades ocupacionais por parte de desempregados. Este tipo de respostas permite que os candidatos desenvolvam um conjunto de tarefas, muitas delas social e economicamente mais valorizadas do que o trabalho rural. Deste modo, não muito raras vezes, os candidatos arranjam

subterfúgios para recusar ofertas de emprego e assegurar a manutenção da situação de ocupação. Por outro lado, o carácter sazonal da actividade desenvolvida faz com que um considerável número (cerca de 50%) de desempregados no concelho de Ferreira do Alentejo se encontre abrangido pelo regime de protecção no desemprego. Nestas situações os programas ocupacionais, para além de proporcionarem a manutenção do contacto com o mercado de trabalho, têm ainda um importante papel no combate à subsídio dependência.

Ainda no que se refere aos POC's, convém referir que a sua utilização excessivamente uniforme, em situações manifestamente distintas, tem condicionado esta medida, particularmente no que se refere aos resultados de inserção obtidos. Ao invés, ela tem-se constituído como um importante recurso, uma etapa determinante na definição dos PPE's (Planos Pessoais de Emprego), reparando de imediato situações de exclusão socio-profissional e assumindo um importante papel, ao mediar a concretização das diferentes etapas previstas em cada itinerário de inserção.

Efectivamente, a análise das necessidades dos utentes através da definição personalizada dos PPE's tem permitido que o contexto em análise venha beneficiando de um número considerável de acções de qualificação profissional, nomeadamente os cursos EFA B 1+2 (Educação e Formação de Adultos), os quais para além de permitirem a aquisição/desenvolvimento de competências profissionais possibilitaram, ainda, a progressão escolar ao nível do 1º e 2º ciclo. Esse facto é realçado através das habilitações literárias e das qualificações profissionais que o grupo de beneficiários possui, as quais, não obstante serem baixas, têm permitido o acesso destes grupos a contextos formativos favorecedores do desenvolvimento de um conjunto de competências pessoais e sociais. Apesar disso, e do privilégio concedido ao sector agrícola nos processos pedagógicos implementados (gráfico 31), a verdade é que eles se têm mostrado, algo, impotentes na valorização dessa actividade.

Da parte das entidades promotoras o recurso ao MSE acaba por colmatar a insuficiência de meios materiais e humanos sentidos, muito em particular, pelas Juntas de Freguesia. É, também, esta insuficiência de recursos económicos a par de algumas imposições legais, que inviabiliza a criação de novos postos de trabalho ao nível das autarquias e dos organismos da administração central. Este facto evidencia a necessidade de se incentivar a criação de postos de trabalhos através de entidades privadas (com ou sem fins lucrativos) através do recurso a medidas que permitam constituir-se como uma oportunidade do candidato demonstrar que é um elemento imprescindível ao funcionamento dessas mesmas entidades.

O acompanhamento é um elemento preponderante ao nível da integração de grupos desfavorecidos em respostas na área do emprego e da formação profissional. Esta necessidade é, também, realçado através dos resultados obtidos. Efectivamente,

o PNE preconiza uma metodologia de atendimento personalizado e acompanhamento individualizado dos processos de integração socio-profissional dos desempregados. Contudo será de evidenciar a existência de um desequilíbrio entre os técnicos afectos ao Centro de Emprego de Beja e os recursos humanos que a implementação dessa metodologia exige. No caso dos beneficiários RMG, esta necessidade acentua-se face à exigência da sua persistência. Este constrangimento acaba por desfavorecer a imagem global dos serviços e conduzir, com alguma frequência, a acompanhamentos processuais de carácter pontual e meramente administrativos.

Porque se sabe que a intervenção dos SPE (Serviços Públicos e Emprego) junto de grupos mais desfavorecidos se deve adequar à complexidade e à persistência dos problemas em causa, a criação de condições para que o acompanhamento destes grupos seja tão individualizado quanto possível é determinante. Assim, a eficácia dos serviços "*na luta contra o desemprego(...)*" depende, em muito, do facto de se encontrarem bem dotados "*do ponto de vista humano e técnico*" (Dias 1997:12).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A implementação do Rendimento Mínimo Garantido em Portugal, enquadrado no âmbito das medidas de política social activa, teve como principal objectivo ultrapassar o carácter assistencialista que, por norma, caracteriza as políticas tradicionais de luta contra o fenómeno - *exclusão social*.

O desafio de modernização, aliado à necessidade de um aumento de eficácia do Estado-Providência, fez com que a tónica dominante do RMG fosse colocada, de forma decisiva, na activação de processos de inserção social, pretendendo-se, deste modo, ultrapassar a dimensão fundamental de redistribuição. A transposição para o plano prático da presente conceptualização implica a formalização de contratos entre o Estado, a sociedade civil e o beneficiário, visando, da parte dos primeiros, não só o assegurar de condições mínimas de existência a todos os cidadãos, mas também o apoio na criação de respostas de inserção. A actividade profissional é entendida, neste âmbito, como um elemento estruturador e estruturante da vida social do indivíduo, assumindo-se como um dos principais mecanismos de integração social.

Associado a esta problemática, o presente estudo abordou o tema da (re)inserção profissional de beneficiários de RMG, nomeadamente o papel que o MSE assume em zonas empobrecidas como o Alentejo, onde a taxa de desemprego alcança valores, francamente superiores à média nacional. Tendo como objectivo geral o de proceder à caracterização e à aplicação da medida RMG no contexto geográfico em análise (o concelho de Ferreira do Alentejo), a pesquisa foi desenvolvida a partir da definição de uma metodologia de cariz, eminentemente, qualitativo. A opção pelo paradigma qualitativo fundamentou-se em função da necessidade de apreender o significado dos fenómenos, visando a obtenção de uma análise detalhada acerca do objecto do estudo. Assim, a presente investigação adoptou como técnica de recolha de dados privilegiada a entrevista semi-estruturada, a qual foi aplicada a dois grupos distintos de entrevistados: os representantes das entidades promotoras de projectos MSE e os beneficiários de RMG.

As alterações introduzidas pelo RSI reforçam as principais conclusões obtidas através do presente estudo. Por um lado, a instrução do processo e a decisão acerca do deferimento da prestação exigem a apresentação de todo um conjunto de elementos probatórios que visam garantir uma maior objectividade na atribuição da prestação. Por outro lado, prevê-se uma maior participação dos núcleos no deferimento dos requerimentos, dado que os processos instruídos têm, obrigatoriamente, que incluir um relatório social da responsabilidade do núcleo local de inserção. Finalmente, as reuniões de CLA deixam de existir e as reuniões de NE são substituídas por reuniões de NLI (Núcleos Locais de Inserção) de carácter alargado.

Espera-se, assim, que a aplicação prática da legislação permita melhorar a participação de todos os parceiros no processo e operacionalizar os mecanismos de controlo, visando beneficiar os resultados obtidos e garantir uma maior justiça social.

De qualquer forma, independentemente da denominação da lei, a verdade é que as problemáticas envolvidas serão, necessariamente, as mesmas e as questões ligadas ao emprego serão sempre determinantes no que concerne à autonomização do indivíduo face à medida.

A análise das problemáticas que justificam a exclusão do mercado de trabalho dos indivíduos que integram a nossa unidade de análise foi efectuada atendendo ao enquadramento teórico delineado para a presente investigação, passando, principalmente, pela consideração de factores de ordem material e pelas dinâmicas subjectivas e relacionais. Estas foram, ainda, enquadradas em contextos distintos: ao nível individual e familiar (micro) e ao nível societal (meso e macro).

Os 53 casos analisados, quando cruzados com os elementos teóricos recolhidos, evidenciam o carácter multidimensional dos fenómenos conducentes a uma situação de exclusão do mercado de trabalho. Por outro lado, o seu carácter cumulativo induz à identificação de um conjunto de factores de vulnerabilidade e de natureza diversa, que condicionam esses mesmos processos.

Ao nível da pessoa e dos seus contextos saliente-se:

- uma vida activa associada a profissões sem qualificação ou pouco qualificadas;
- a detenção de baixas qualificações escolares;
- a dificuldade no acesso equipamentos de apoio à família;
- a pertença a um agregado familiar de origem pobre;
- a escassez de iniciativa para procurar ou criar emprego;
- e, as frequentes situações de desorganização familiar;

A nível societal, destaque-se:

- o desajustamento entre a oferta e a procura de emprego;
- e, a falta de investimentos empresariais que permitam uma diversificação e modernização das actividades económicas;

Ao nível do MSE apontam-se como principais lacunas o deficiente acompanhamento dos processos, o carácter temporário das iniciativas e a, conseqüente, dificuldade em mantê-las quando as mesmas deixam de ser objecto de apoio público. Da parte das entidades enquadradoras é de realçar a insuficiência de meios materiais e humanos que fundamentam as candidaturas apresentadas e, por outro lado, os primeiros inviabilizam a criação de postos de trabalho.

Existem, contudo aspectos positivos a evidenciar, nomeadamente:

- a metodologia adoptada pelo RMG que permitiu: o aumento de experiência, de capacidade de actuação e de eficiência na mobilização dos recursos de inserção; a elaboração de diagnósticos individuais; a identificação de causas, riscos e graus de profundidade das situações de exclusão;
- a importância do MSE: enquanto meio reparador de situações de exclusão social e o seu contributo na criação de postos de trabalho e realçando o papel das parcerias na criação de respostas de inserção articuladas (atendendo às necessidades do indivíduo e da comunidade em que ele se insere);
- o importante papel do Centro de Revalidação de Competências (a casa do Saber +) e dos cursos EFA enquanto respostas que permitem ir superando os problemas de qualificação escolar e profissional;
- a definição dos PPE's ao permitir uma intervenção individualizada, atenta às necessidades temporais de (re)socialização dos beneficiários;

O estudo desenvolvido possibilita, assim, a partir das conclusões sumárias obtidas, o estabelecimento de um quadro de recomendações que se pretende possam contribuir para melhorar a eficácia e, conseqüentemente, os resultados de futuras intervenções das quais se salientam, ao nível do RMG/RSI:

- melhorar a eficácia da fiscalização, realizando acções de controlo regulares;
- desenvolver o espirito de partilha e de divulgação de boas práticas, de modo a estimular a participação de todos os parceiros;
- organizar reuniões de núcleo por freguesia de modo a evitar grupos de trabalho de excessiva dimensão que possam inviabilizar a operacionalização das intervenções;

Na área do emprego é consensual e imperiosa a necessidade de estimular a criação de recursos que animem o tecido económico e social desta zona, contribuindo para a fixação da população. Há, portanto, que implementar acções adequadas que

promovam o emprego. O MSE tem-se constituído como a principal via de acesso ao emprego destes grupos e, no concelho de Ferreira do Alentejo, a área do apoio à família e à comunidade (nomeadamente ao nível da infância e dos jovens) parece ser um nicho de mercado a explorar.

Por outro lado, a utilização de soluções de auto-emprego neste tipo de públicos, parece "*constituir algum risco de frustração*" (Centeno 2001:171); contudo, não podemos descurar que o estímulo e a orientação do espírito de sobrevivência que estes grupos tendem a possuir, podem constituir-se como um elemento activo na dinamização das carreiras profissionais e empresariais.

Os resultados obtidos evidenciam, ainda, que nestes grupos, a inserção profissional deve ser antecedida de uma inserção social. Esta necessidade realça a importância de continuar a investir em respostas que permitam superar os problemas de qualificação escolar e profissional.

Seria, também, recomendável que todas as medidas integradas no MSE contemplassem, obrigatoriamente, uma fase formativa que incida não só nas competências profissionais mas, sobretudo, nas pessoais e sociais. Para além disso, os dados recolhidos apontam, também, para a necessidade de se desenvolver um acompanhamento mais próximo e constante dos processos de (re)integração, sugerindo-se que, ao nível destas medidas, fosse criada a figura do tutor técnico.

Finalmente, realce-se a filosofia adoptada pelo PNE ao permitir a utilização articulada de diferentes instrumentos dos quais, atendendo a este público alvo, destacamos: o Balanço de Competências, o Desenvolvimento de Competências, a Promoção de Auto-estima e as Técnicas de Procura de Emprego (TPE's). A sua implementação, face aos constrangimentos existentes ao nível dos recursos humanos, tem sido conseguida através do recurso à prestação de serviços. Será, contudo, de se afirmar que a metodologia exigida pelo PNE recomenda uma atenção especial para a necessidade de equilibrar os recursos humanos afectos a determinadas unidades orgânicas do IEFP.

BIBLIOGRAFIA

ALBARELLO, Luc et al

1997 **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa: Gradiva.

ALMEIDA, João Ferreira e **PINTO**, José Madureira

1986 "Da teoria à investigação empírica - problemas metodológicos gerais" in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs), **Metodologia das Ciências Sociais**, Lisboa: Afrontamento.

ALMEIDA, João Ferreira et al

1992 **Exclusão Social: Factores e tipos de pobreza em Portugal**, Oeiras: Celta Editora.

ALMEIDA, João Ferreira e **PINTO**, José Madureira

1995 **A Investigação nas Ciências Sociais**, Lisboa: Editorial Presença.

AMARO, Rogério Roque

1990 (a) "O puzzle territorial dos anos 90 - Uma territorialidade flexível e uma nova base para as relações entre nações e regiões", **Vértice**, n.º 33, pp. 39-48.

AMARO, Rogério Roque

1990 (b) "Desenvolvimento e injustiça social", **Communio**, n.º 5, pp.448-459.

AMARO, Rogério Roque

1991 "Caminhos de Des-envolvimentos para a Beira Interior" - *10 interrogações*, **Poder Local**, n.º 102, pp. 62-80.

AMARO, Rogério Roque

2000 "A inserção económica de populações desfavorecidas": Um factor de cidadania, **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp.33-48.

ATKINSON, A. B.

1998 **Social exclusion and unemployment**, London: Atkinson A. B. & Hills, J (edc).

AZEVEDO, Joaquim

2000 "Emprego e integração no mercado de trabalho - Perspectivas de política", **Sociedade e Trabalho**, n.º 7, pp. 81-87.

BARDIN, Laurence

1977 **Análise de Conteúdo**, Lisboa: Edições 70 Lda.

BATISTA, Isabel e REIS, Ana Luisa

1998 **A Pobreza no Porto: Representações Sociais e Práticas Institucionais**, Porto: Cadernos Reapn.

BOGDAN, Robert e BIKLEN Sari

1994 **Investigação qualitativa em educação**, Porto: Porto Editora.

BOUDON, Raymond et al

1990 **Dicionário de sociologia**, Lisboa: Publicações D. Quixote.

BUREAU INTERNACIONAL DO TRABALHO

2003 **A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa Nacional de Luta Contra a Pobreza**, Genebra: Organização Internacional do Trabalho.

CABRAL, Manuel Vilaverde

1997 **Cidadania Política e Equidade Social em Portugal**, Oeiras: Celta Editora.

CAPUCHA, Luís Manuel

1998(a) **Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da Fase Experimental**, Lisboa: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

CAPUCHA, Luís Manuel

1998(b) "Exclusão Social e acesso ao emprego - Paralelas que podem convergir", **Sociedade e Trabalho**, n.º 3, pp.61-69.

CAPUCHA, Luís Manuel et Al

1999 **Grupos desfavorecidos face ao emprego - Tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis**, Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.

CAPUCHA, Luís; LÒ, Alcina e MARTINS, Benedita

2000 "Ter uma vida, ter um emprego", **Sociedade e Trabalho**, n.º 7, pp. 57-66.

CARREIRA, Henrique Medina

1996 **As políticas sociais em Portugal**, Lisboa: Gradiva.

CASTELLS, Manuel e IPOLA Emílio

1973 **Prática Epistemológica e Ciências Sociais**, Porto: Edições Afrontamento.

CATARINO, Acácio

1998 "Mercado Social de Emprego - Esboço de Introdução Conceptual", **Sociedade e Trabalho**, n.º 2, pp. 6-13.

CENTENO, Luís

2000 "Exclusão Social e desenvolvimento: Como o novo mercado de trabalho pode ser um gerador de exclusão", **Sociedade e Trabalho**, n.º 14/15, pp. 35-46.

CENTENO, Luís; ERSKINE, Angus e PEDROSA, Célia

2001 **Percursos profissionais de exclusão social**, Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.

COMISSÃO NACIONAL DE RENDIMENTO MÍNIMO GARANTIDO

2000 **Execução da Medida e Caracterização dos beneficiários - Relatório de Avaliação das**

2001 **CLA's**,

COMMUNITY WORKER'S CO-OPERATIVE

2000 **Desenvolver Metodologias e Estratégias para combater a exclusão social**, Galway.

COSTA, Alfredo Bruto

1998 **Exclusões Sociais**, Lisboa: Gradiva.

DIAS, Eduarda e RAMOS, Eugénio

1998 "Zonas de pobreza em Portugal - uma identificação pelos agentes locais", **Sociedade e Trabalho**, n.º 3, pp. 80-91.

DIAS, Mário Caldeira

1997 **Avaliação das Políticas de Emprego e Formação**, Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional.

DOUGLAS, Mary

1964 **A Sociologia, o homem, a família e a Sociedade**, Lisboa: Publicações Europa América.

DURKHEIM, Émile

1978 **De La Division du Travail Social**, Paris: PUF.

ESPADA, João Carlos

1995 "Direitos Sociais de Cidadania - Uma crítica a F. A. Hayek e R. Plant", **Análise Social**, Vol. XXX, n.º 131/132, pp.265-287.

EUZÉBY, Chantal

1993 **Le Revenu Minimum Garanti**, Paris: Éditions La Decouverte.

FERRÃO, João

2000 "Economia Social, comunidades locais e transferibilidade de informações - conhecimento e soluções", **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp. 22-27.

FERREIRA, Ana Sofia e GUERRA, Florbela

1998 "Os requerentes do RMG: Situação, Recursos e Expectativas", **Sociedade e Trabalho**, n.º 3, pp. 18-33.

FERREIRA, J M carvalho et al

1996 **Psicossociologia das organizações**, Lisboa: Edições Macgraw Hill de Portugal.

FERREIRA, Virgílio

1986 "O Inquérito por questionário na construção de dados sociológicos" in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs), **Metodologia das Ciências Sociais**, Lisboa: Afrontamento.

FITOUSSI, Jean-Paul e ROSANVALLON Pierre

1997 **A Nova Era das Desigualdades**, Oeiras: Celta Editora.

FODDY, William

1993 **Como Perguntar - Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários**, Oeiras: Celta.

FORRESTER, Viviane

1996 **O Horror Económico**, Lisboa: Terramar.

FRIEDMANN, John

1996 **Empowerment - Uma Política de Desenvolvimento Alternativo**, Oeiras: Celta Editora.

GUERREIRO, Maria das Dores

2001 "Emprego em serviços familiares", **Sociedade e Trabalho**, n.º 12/13, pp. 91-106.

HAMEL, Jacques e DUFOUR, Stéphane

1993 **Case Study Methos**, Califórnia: Sage Publications.

HÉRBERT, Michelle Lessard

1994 **Investigação qualitativa: Fundamentos e Práticas**, Lisboa: Instituto Piaget.

HENRIQUES, José Manuel

1999 "Área Metropolitana de Lisboa: Território de Pobreza e Exclusões", **Sociedade e Trabalho**, n.º 5, pp. 68-79.

HOVEN, Rudy van den e **NUNES**, Maria Helena

1997 **Desenvolvimento e Acção Local**, Lisboa: Fim de Século Edições.

IMAGINÁRIO, Luís

2000 "Validação de competências profissionais - compreender e debater a problemática", **Sociedade e Trabalho**, n.º 7, pp. 101-113, Lisboa: Departamento de Estudos, Prospectiva e planeamento.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

1960 **X Recenseamento Geral da População**, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

1997 **Caracterização dos Municípios do Baixo Alentejo**.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

2002(a) **Censos 2001 - Resultados Definitivos**, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

2002(b) **Anuário Estatístico da Região Alentejo**, Évora

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1994 **Classificação Nacional das Profissões**, Lisboa.

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2001 **SIGAE: Estatísticas Mensais (Julho)**.

JORGE, Gertrudes

2000 "O Mercado Social de Emprego em Portugal: Caminhos percorridos na promoção do emprego e no reforço da cidadania", **Sociedade e Trabalho**, n.º 11, pp.9-18.

KETELE, Jean-Marie e **ROEGIERS**, Xavier

1993 **Metodologia da Recolha de Dados - Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos**, Lisboa: Instituto Piaget.

KOVÁCS, Ilona e CERDEIRA, Maria Conceição

1994 **Qualificações e Mercado de Trabalho**, Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional.

LESSARD, Michelle et al

1990 **Investigação qualitativa - Fundamentos e Práticas**, Lisboa: Instituto Piaget.

LLOYD, Sam L.

1993 **Desenvolvimento em Assertividade - Técnicas Práticas para o Sucesso Pessoal**, Lisboa: Monitor Projectos e Edições, L.da.

LOPES, Albino

2000 "Economia Social e Cidadania: uma abordagem institucional", **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp.16-21.

LOPES, Helena

2000(a) "Caracterização dos adultos pouco escolarizados/qualificados em Portugal - Análise estatística", **Sociedade e Trabalho**, n.º 7, pp. 89-99.

LOPES, Helena

2000(b) "Metodologias de formação para adultos pouco escolarizados", **Sociedade e Trabalho**, n.º 7/8, pp. 75-84.

MERRIAN, S B

1990 **Case study research in education - a qualitative approach**, Oxford: J B Publishers.

MISHRA, Ramesh

1995 **O Estado-Providência na Sociedade Capitalista**, Oeiras: Celta Editora.

MONIZ, António Brandão

1997 **Evolução das Qualidades e das Estruturas de Formação em Portugal**, Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional.

MOREIRA, Carlos Diogo

1994 **Planeamento e Estratégias da Investigação Social**, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Políticas de Lisboa.

MOZZICAFREDO, Juan

2001 "Políticas públicas de concertação social: cidadania e mercado", **Sociedade e Trabalho**, n.º 12/13, pp.139.

MUSGRAVE, P. W.

1979 **Sociologia da Educação**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkia.

NEVES, António Oliveira das e PEDROSO Paulo

1997 **Emprego, Formação e Desenvolvimento - Região Alentejo**, Lisboa: IEFP;

NEVES, António Oliveira das e GRAÇA, Susana

2000 **Inserção no mercado de trabalho de populações com especiais dificuldades**, Lisboa: Direcção Geral do Emprego e Formação Profissional.

NÓVOA, António, et al

1992 **Formação para o Desenvolvimento**, Lisboa: Fim de Século Edições L.da.

NUNES, Francisco

1996 **Efeitos de uma política de Rendimento Mínimo Garantido: Aspectos teóricos e experiências de implementação no contexto europeu**, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Luisa

1998 **Inserção Profissional - O Caso da Reestruturação dos Lanifícios da Covilhã**, Lisboa: Edições Cosmos.

PAIXÃO, Maria Teresa

1998 "Economia Social e Criação de Emprego", **Sociedade e Trabalho**, n.º 2, pp.14-21.

PEDROSO, Paulo

1998 (a) **Formação e Desenvolvimento Rural**, Oeiras: Celta Editora.

PEDROSO, Paulo

1998(b) "Direitos e Solidariedade; perspectivas e para a promoção da integração para todos"
Sociedade e Trabalho, n.º 3, pp 7-17.

PIMENTA, Manuel

1998 "Emprego e formação profissional em meios urbanos desfavorecidos - o caso dos bairros sociais do Vale da Campanhã - Porto" **Sociedade e Trabalho**, n.º 3.

PIRES, Ana Luísa Rebelo de Oliveira

1995 **Desenvolvimento Pessoal e Profissional**, Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia
- Série Mestrado.

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

1986 **Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo.**

PNUD

1996 **Relatório do Desenvolvimento Humano**, Lisboa: *Tricontinental Editora.*

QUINTÃO, Carlota e CUNHA, Lurdes

2000 "A intervenção pela formação nos processos de inserção socio-profissional" **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp.95-103.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT Luc Van

1992 **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa: Gradiva

REIS, Ana Lúzia

1998 "Modelos espaciais de desenvolvimento e risco de exclusão social: algumas reflexões com ilustração empírica", **Sociedade e Trabalho**, n.º 3, pp. 50-59.

REIS, José

1992 **Os espaços da Indústria, a regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal**, Porto: Afrontamento.

RITA, José Joaquim Palma

1997 **As Organizações Públicas Estatais na Qualificação das Regiões: Reflexões Sobre Uma Iniciativa no Alentejo**, Évora: Instituto de Emprego e Formação Profissional.

RODRIGUES, Maria João

1994 **Competitividade e Recursos Humanos**, Lisboa: Publicações D. Quixote.

RODRIGUES, Maria de Lurdes

1997 **Sociologia das Profissões**, Oeiras: Celta Editora.

ROSANVALLON, Pierre

1995 **La nouvelle question sociale**, Paris: Seuil.

ROSE, José

1984 **En Quête d' Emploi, Formation, Chômage, Emploi**, Paris: Economica.

SANTOS, Boaventura de Sousa

1994 **Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-Modernidade**, Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Pedro Adão e

1998 "O Rendimento Mínimo Garantido e a Nova Questão Social", **Revista Sociedade e Trabalho**, n.º 3, pp. 35-49.

SILVA, Pedro Adão e

2000 "O Estado Providência Português num contexto europeu - elementos para uma reflexão", **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp. 49-62.

SILVA, Manuela

2000 "A economia social: Uma ponte para a cultura empresarial", **Sociedade e Trabalho**, n.º 8/9, pp. 28-32.

SIMMEL, Georg

1983 **Sociologia**, S. Paulo: Ed. Ática S.A.

STOER, Stephen e RODRIGUES Maria Fernanda

1991 **Educação, Ciências Sociais e Realidade Portuguesa - Uma Abordagem Pluridisciplinar**, Lisboa: Edições Afrontamento.

STOER, Stephen e RODRIGUES Maria Fernanda

1998 **Entre parceria e partenariado**, Oeiras: Celta Editora.

VALA, Jorge

1986 "A análise de Conteúdo" in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs), **Metodologia das Ciências Sociais**, Lisboa: Afrontamento.

WEBER, Max

1996 **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**, Lisboa: Ed. Presença.

XIBERRAS, Martine

1993 **As Teorias da Exclusão**, Lisboa: Instituto Piaget.

YIN, Robert

1994 **Case study reserch deessign and methods**, Newubury Park: Sage Publications.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/96

Lei n.º 19-A/96

Lei n.º 13/2003

Anexos

Anexo 1:

Resumo de entrevistas dos Beneficiários

RESUMO DE ENTREVISTAS BENEFICIÁRIOS

Questão 2.1: Há quanto tempo se encontra desempregado e porque motivo(s)?

Entrevista 1	Há cerca de 5 anos. Instalei-me por conta própria, o meu pai construiu-me um restaurante no monte onde residíamos, mas o trabalho era muito e tivemos que desistir da ideia; talvez porque aquilo era mais um sonho do meu pai do que meu; nunca foi muito do meu agrado mas não quis dizer que não ao meu pai, e, depois, a vida dá tanta volta ...
Entrevista 2	Há mais ou menos 1 ano; essencialmente devido a más condições de trabalho; ganhava o ordenado mínimo e trabalhava "no duro" durante oito horas por dia;
Entrevista 3	Há mais ou menos 4 anos; nunca tive um contrato de trabalho, tudo o que já fiz foi trabalho sazonal, ocasional;
Entrevista 4	Há mais ou menos 3 anos; depois fiquei doente, fui operada e tive que deixar;
Entrevista 5	Há mais ou menos 3 anos; sempre fiz trabalho agrícola e agora, devido á novas máquinas que se utilizam torna-se mais difícil arranjar esse tipo de trabalho;
Entrevista 6	Há mais ou menos 4 anos, embora fizesse alguns biscates porque o RMG não dava para sustentar a família; nessa arranjei uma doença profissional e hoje não posso trabalhar com produtos químicos nem desemprenhar aquela que sempre foi a minha profissão (serralheiro civil);
Entrevista 7	Há mais ou menos 1 ano; devido a fim de trabalho sazonal; nunca me lembro de ter assinado um contrato de trabalho na minha vida, sempre fiz este tipo de trabalho ocasional;
Entrevista 8	Faço trabalho sazonal, só trabalho em determinadas alturas do ano, neste momento há mais ou menos 6 meses que estou ocupada e suspendi o subsídio de desemprego
Entrevista 9	Não me lembro , vou fazendo uns biscates, nunca faço descontos, só nas ocupações é que tenho descontos;
Entrevista 10	Há mais ou menos 1 ano; trabalhei durante 30 anos no hospital do Barreiro, depois vim para o Alentejo e só tenho feito trabalho no campo sazonal;
Entrevista 11	Há cerca de 3 anos; nunca teve um contrato de trabalho as vezes que teve algum rendimento foi obtido através das ocupações e do curso que frequentei;
Entrevista 12	Há mais ou menos 1 ano; nessa altura fazia o que ainda hoje faço (mas menos) vendia hortaliça e tudo o que semeava na horta onde resido;
Entrevista 13	Há mais de 10 anos; tinha um ordenado muito baixo que não me permitia manter-me economicamente, uma vez que estava fora de casa e tinha que pagar uma renda altíssima;
Entrevista 14	Há 5 anos; devido a incompatibilidades com o meu ex patrão;
Entrevista 15	Há 4 anos, devido a incapacidade física;
Entrevista 16	Nunca trabalhei; há 2 dois que procuro emprego ou seja depois de deixar os estudos;
Entrevista 17	Antes de beneficiar o rmg pouco trabalhei, fazia trabalho rural mas muito esporadicamente;
Entrevista 18	Não me lembro; talvez há seis anos; antes trabalhava no campo esporadicamente;
Entrevista 19	Há 6 anos, devido ao fim do contrato de trabalho
Entrevista 20	Há 12 anos; porque mudei a minha residência de Lisboa para Ferreira e desde então que fiquei nesta situação;
Entrevista 21	Há dois anos, porque terminei o contrato de trabalho que tinha, o qual não foi renovado;
Entrevista 22	Há 4 anos, terminei contrato de trabalho;
Entrevista 23	Há 3 ou 4 anos; estava a contrato na Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo mas tive uma depressão nervosa e tive que sair;
Entrevista 24	Há mais de 1 ano; fim de contrato;
Entrevista 25	Há 14 anos; devido a incapacidade física (fractura de um pé);
Entrevista 26	Há mais ou menos 3 anos; devido a ter terminado o meu contrato de trabalho sazonal;
Entrevista 27	Há mais ou menos 3 ou 4 anos; estive 15 dias há experi-encia embalando carne no talho do Modelo mas terminados esses dias não me formalizaram o contrato;
Entrevista 28	Há 4 anos altura em que tive que dar baixa da minha actividade porque não dava para sustentar a família; agora recebo uma parte do rmg, o dinheiro da minha ocupação e á noite faço uns biscates quando aprecem porque o dinheiro não chega e somos muitos em casa;
Entrevista 29	Há cerca de 2 anos; era monitora contratada, estava grávida e não conseguí assegurar a continuidade do meu contrato de trabalho que exigia algumas deslocações;
Entrevista 30	Há cerca de 2 anos; fim de contrato de trabalho;
Entrevista 31	Há 3 anos; devido a alterações no meu contexto familiar;
Entrevista 32	Há 5 anos; porque tive dificuldades em me integrar na actividade profissional que desenvolvia;
Entrevista 33	Há 1 ano, porque não tinha onde colocar os meus filhos;
Entrevista 34	Há 1 ano; fim de contrato de trabalho;
Entrevista 35	Há mais ou menos 2 anos, desde que a Ramirez encerrou. Cessou a actividade porque não dava economicamente;
Entrevista 36	Há mais ou menos 1 ano, não tinha ninguém que ficasse com a minha filha e saia de casa muito cedo (7 horas da manhã para trabalhar);
Entrevista 37	Há mais ou menos 1 ano; tinha uma actividade como comerciante, mas não dava nada e tive que abandonar;
Entrevista 38	Há mais ou menos 5 anos; devido à gravidez da minha filha mais nova, tive que deixar, ela era pequena não tinha onde a deixar;
Entrevista 39	Há mais ou menos 2 anos; fim de contrato de trabalho sazonal rural;

Entrevista 40	Desde Junho, adoeci e despedi-me, tinha problemas de coluna, não conseguia conduzir, tive de fazer fisioterapia;
Entrevista 41	Há 2 anos, desde que terminei os estudos;
Entrevista 42	Há mais ou menos 1 ano e meio, trabalhava na vinha, estava grávida e tive problemas (princípio de aborto) e depois disso como não tinha ninguém que ficasse com o meu filho;
Entrevista 43	Desde Março, altura em desisti da escola. Tenho alguns problemas de saúde e não posso trabalhar no campo;
Entrevista 44	Nunca trabalhei com contrato de trabalho; faço trabalho ocasional de limpezas;
Entrevista 45	Há um ano, desde que voltou da Alemanha. De acordo com as suas habilitações literárias não consegui emprego. Tentou também a formação profissional mas não foi incluída;
Entrevista 46	Há mais ou menos 2 anos, estava a trabalhar num café, mas terminou o contrato;
Entrevista 47	Há 3 anos; estava a trabalhar no Algarve, num hotel, mas não aguentou as saudades do filho;
Entrevista 48	Há 1 ano; trabalhava numa quita mas engravidou;
Entrevista 49	Há 2 anos. Motivo: engravidou;
Entrevista 50	Há 1 mês. As condições de trabalho não eram boas;
Entrevista 51	Há 4 anos; por motivos familiares teve que abandonar o emprego;
Entrevista 52	Há 11 anos. Teve de fechar o estabelecimento comercial porque não dava lucro;
Entrevista 53	Há 1 ano. Não conseguiu encontrar emprego compatível com a formação;

Questão 2.2: Há quanto tempo se inscreveu no Centro de Emprego? O que foi feito pelos serviços para tentar resolver o seu problema de desemprego e o que esperava que fosse feito?

Entrevista 1	Há pouco tempo, não sei precisar quando, até agora pouco foi feito só esta ocupação; quando nos inscrevemos ficamos com a expectativa que nos ofereçam algo que seja do nosso agrado e nem sempre, para não dizer quase nunca, isso acontece;
Entrevista 2	Há vários anos e até agora não fez muito; esperava mais, outro tipo de propostas de trabalho;
Entrevista 3	Há cerca de 4 ou 5 anos; penso que o Centro de Emprego tem dado as respostas possíveis, o programa onde me encontro; penso o que tem sido feito corresponde á minha expectativa inicial;
Entrevista 4	Há vários anos que me inscrevi e quando me mandam trabalhar anulo a minha inscrição; o centro de emprego quando tem ofertas de trabalho convoca-me e era isso que eu esperava que fosse feito, para além de já ter estado na Junta e na Câmara a varrer as ruas;
Entrevista 5	Há cerca de 5 anos; quando há programas por vezes sou chamada; mas quando me inscrevi aquilo que eu esperava era que me arranjassem um trabalho certo, duradouro;
Entrevista 6	Há mais ou menos 1 ano; integrou-me no programa onde estou; hoje em dia poder escolher é difícil e eu tive essa oportunidade, porque nem tudo posso fazer; era esta a expectativa que tinha dos serviços;
Entrevista 7	Há 4 ou 5 meses; através do rmg tive esta proposta de ser integrado no Poc; penso que era o que eu esperava que fosse feito;
Entrevista 8	Há vários anos (mais ou menos 5 anos) tem-me arranjado ocupação, ofertas de trabalho; era isso que eu esperava que fosse feito;
Entrevista 9	Mais ou menos 1 ano; fui colocada nesta ocupação; penso que o que foi feito corresponde às minhas expectativas iniciais;
Entrevista 10	Há 2 anos; fui integrada nesta actividade ocupacional; eu quando me inscrevi esperava que o Centro de Emprego me arranjassem trabalho;
Entrevista 11	Há 10 anos; sim, penso que não me posso queixar, tenho tido algumas respostas; já frequentei um curso, programas ocupacionais e agora estou na empresa de inserção;
Entrevista 12	Há 5 ou 6 anos; Fiz formação profissional, penso que essa foi mais uma hipótese para eu arranjar trabalho e fazer o que hoje faço na empresa de inserção;
Entrevista 13	Há 10 anos; considero que não tem sido feita muita coisa; só este ano fui integrada no PAO
Entrevista 14	Há 6 anos; Penso que poderia ter sido feito mais; apesar de compreender as dificuldades do Centro de Emprego uma vez que não há muito emprego;
Entrevista 15	Há 22 anos que me inscrevi, já fui integrada em acções de formação e no programa inserção emprego;
Entrevista 16	Há 2 anos; Considero que o meu processo de integração foi um pouco lento porque estive um ano à espera; também me inscrevi num curso e não fui chamada;
Entrevista 17	Há dois anos que me inscrevi e, até agora, estou satisfeita com o que foi feito; através do rmg fiquei nesta ocupação e gosto do que faço por isso posso dizer que era isto que eu esperava que fosse feito;
Entrevista 18	Há 4 anos, acho que o que tem sido feito era o que eu estava à espera
Entrevista 19	Há 12 anos; considero que têm feito o que eu esperava;
Entrevista 20	Há 1 ano; acho que o que tem sido feito tem sido suficiente;
Entrevista 21	Há 20 anos; considero que os serviços têm feito o que podem pois cada vez que vou sou atendida;
Entrevista 22	Não me lembro; mas acho que os serviços têm conseguido resolver o meu problema;
Entrevista 23	Há 8 anos; acho que o Centro de Emprego me tem ajudado muito e não esperava mais do que tem sido feito;
Entrevista 24	Há mais ou menos 2 anos; gostaria que me tivessem dado um emprego duradouro; só agora me foi dada esta oportunidade;
Entrevista 25	Há 5 anos; considero que da parte do centro de Emprego tem sido feito o necessário só que a integração efectiva não depende do Centro de Emprego;

Entrevista 26	Há mais ou menos 3 anos; arranjaram-me esta ocupação e gosto do que faço mas gostaria de arranjar outra coisa;
Entrevista 27	Há cerca de 9 anos; fizeram-me exames médicos, entrevista, fiz o curso, agora estou neste programa e acho que é o Centro de emprego que me paga o "ordenado"; estou satisfeita mas queria poder dar uma vida melhor aos meus filhos;
Entrevista 28	Há cerca de 2 anos; o que tem sido feito era o que eu estava à espera; integraram-me neste projecto, gosto do que faço e gostaria de continuar na Câmara; queria pedir para ficar lá porque não quero ficar a receber o subsídio e ficar em casa sem fazer nada e acho que há essa possibilidade;
Entrevista 29	Há mais ou menos 2 anos; fiz f.p operador de sistemas informáticos através do IEFP em 97, fiz estágio; acho que o Centro de Emprego não fez muito; eu estive sempre fazendo alguma coisa pouco recorri; quando me inscrevi esperava uma saída profissional, um emprego;
Entrevista 30	Há vários anos, arranjaram-me formação profissional e este programa e era isso que eu esperava quando me inscrevi;
Entrevista 31	Há 3 anos; fiz formação profissional e agora estou no programa inserção emprego; penso que o que esperava em relação ao serviço foi concretizado;
Entrevista 32	Há 25 anos que me inscrevi e acho que durante este tempo todo, à excepção da integração neste programa, nada foi feito;
Entrevista 33	Há 2 anos; esperava esta integração e gostaria de poder continuar; era esta oportunidade que eu esperava que me fosse dada;
Entrevista 34	Há 8 anos e acho que nada foi feito; só depois de me inscrever no RMG é que algo foi feito; esperava que mais alguma coisa fosse feita; talvez um trabalho;
Entrevista 35	A primeira vez há cerca de 6 anos. Até à presente data não tem correspondido muito e desde os 19 anos que me inscrevi, não fizeram nada, tive de me desenrascar por mim própria. Surgiu a oportunidade do curso de geriatria, mas desisti;
Entrevista 36	Há 6 anos; fiz a formação estive num "PAO"; esperava um bocadinho mais; nunca arranjei um trabalho compatível com o horário do infantiário;
Entrevista 37	Há 1 ano, desde que fiquei desempregada; eu não tinha horários compatíveis com os dos miúdos e estive que esperar por uma situação melhor porque o trabalho mal dava para mim, correspondeu às expectativas, estou a gostar muito;
Entrevista 38	Há 4 anos; este projecto. Frequentei o outro a curso por minha iniciativa;
Entrevista 39	Há muitos anos; nada foi feito só o curso, poc, subsidiados, nunca recebi ofertas, se não viesse para o curso ia fazer duas horas de limpeza na escola;
Entrevista 40	A última vez foi em Junho mas inscrevi-me pela 1ª vez em 1987; têm-me inserido em programas, cursos de formação; mais ou menos penso que tem correspondido;
Entrevista 41	Desde essa altura (há dois anos) ainda pensei ir para um estágio profissional mas não sei nada; penso que devido à falta de verbas não foi possível fazer nada;
Entrevista 42	Há muito tempo, desde que deixei de estudar; fiz um curso, fiz um estágio e agora estou neste projecto; penso que tem correspondido às minhas expectativas;
Entrevista 43	Foi através do RMG que fui chamada para este projecto e nessa altura inscrevi-me; ofereceram-me este projecto; o que eu esperava era que me dessem algo melhor do que trabalho no campo e isso aconteceu;
Entrevista 44	Há muito tempo que estou inscrita, esperava obter o meu primeiro emprego; esperava mais ofertas de trabalho, por isso acho que não foi feito muito, esperava mais alguma coisa;
Entrevista 45	Há um ano; considero que pouco foi feito pelos serviços só depois da inscrição em RMG é que algo foi feito;
Entrevista 46	Há 3 anos; considero que tenho sido muito apoiada pelo Centro de Emprego uma vez que têm surgido sempre soluções para o meu problema sempre que me dirijo aos serviços;
Entrevista 47	Há 10 anos; considero que tem sido feito pouco mais agora que recebo o RMG do que antes;
Entrevista 48	Já fez 18 anos; tentaram resolver o meu problema de desemprego na medida do possível eu não esperava mais do que tem sido feito;
Entrevista 49	Há 6 anos; acho que foi feito pouco; considero que poderia ter sido mais apoiada;
Entrevista 50	Há 6 meses; acho que fui suficientemente apoiada;
Entrevista 51	Há tantos anos não me lembro; acho que os serviços têm feito muito pouca coisa pela minha situação;
Entrevista 52	À 4 anos; tendo os meus pais em casa não trabalhei durante este tempo; considero que nada foi feito mas esse facto beneficiou-a porque a ajudou a acompanhar melhor os pais;
Entrevista 53	Há 11 anos; considero que os serviços poderiam ter feito mais alguma coisa para resolver o meu problema;

Questão 2.3: Já participou noutros programas promovidos pelo IEFP? Se sim, quais?

Entrevista 1	Foi a 1ª vez, fiquei muito surpreendida por ter sido chamada e gostei muito da experiência só tenho pena que termine já em breve;
Entrevista 2	É a 1ª vez;
Entrevista 3	É a 1ª vez;
Entrevista 4	Não já estive na Câmara e na Junta através dos Poc's; varria as ruas e gostava muito do que fazia;
Entrevista 5	Não, já estive nos PAO's;
Entrevista 6	É a 1ª vez;
Entrevista 7	É a 1ª vez;
Entrevista 8	Já participei noutros programas; Inserção emprego e Poc's;
Entrevista 9	É a 1ª vez;

Entrevista 10	É a 1ª vez;
Entrevista 11	Já participei nos PAO's;
Entrevista 12	Já participei em Poc's e no Inserção emprego;
Entrevista 13	Não;
Entrevista 14	Sim, programas ocupacionais;
Entrevista 15	Não;
Entrevista 16	Não;
Entrevista 17	Não;
Entrevista 18	Não;
Entrevista 19	Não;
Entrevista 20	Não;
Entrevista 21	Sim, estive em Poc subsidiado e inserção emprego;
Entrevista 22	Não;
Entrevista 23	Não participou;
Entrevista 24	Sim é a 2ª vez; já fiz Inserção emprego e agora o Poc;
Entrevista 25	Não;
Entrevista 26	Sim, já estive em Poc carenciados;
Entrevista 27	Sim, nos Poc's;
Entrevista 28	Não, foi a 1ª vez;
Entrevista 29	Não é a 1ª vez;
Entrevista 30	Sim, já estive em Poc's na C M de Ferreira;
Entrevista 31	Não;
Entrevista 32	Não;
Entrevista 33	Não;
Entrevista 34	Não;
Entrevista 35	Não
Entrevista 36	Sim, PAO
Entrevista 37	Não;
Entrevista 38	Estive em Poc há mais ou menos 9 anos na Junta de Freguesia;
Entrevista 39	Sim Poc subsidiados;
Entrevista 40	Sim Poc na Oficina da criança;
Entrevista 41	Não;
Entrevista 42	Não
Entrevista 43	Não
Entrevista 44	Sim, OTL (duas vezes) e POC subsidiados;
Entrevista 45	Não
Entrevista 46	Não
Entrevista 47	Não
Entrevista 48	Não
Entrevista 49	Não
Entrevista 50	Não
Entrevista 51	Não
Entrevista 52	Não
Entrevista 53	Sim formação e integração de quadros;

Questão 2.4: Sente dificuldades no acesso a determinados serviços/equipamentos? Quais?

Entrevista 1	Penso que o acesso ao infantário é muito complicado neste momento;
Entrevista 2	Não;
Entrevista 3	Sinto algumas dificuldades no que se refere ao lar é muito difícil obter resposta especialmente os que têm dificuldades económicas;
Entrevista 4	Acho que a principal é um local onde as mães possam deixar os seus filhos para poderem ir trabalhar;
Entrevista 5	A nível da saúde está muito mau, porque nem sequer temos médico neste momento; acho que também surgem alguns problemas no que se refere ao infantário mas eu não tive esse problema porque houve intervenção do tribunal;
Entrevista 6	Sim, especialmente quando me inscrevo para trabalho, tenho muitas dificuldades porque não sinto que respeitem a minha diferença, ou seja o meu problema de saúde e então sou desde logo excluído;
Entrevista 7	Penso que onde sinto essa dificuldade é só no que respeita a arranjar trabalho, não é fácil;
Entrevista 8	Penso que existem muitas dificuldades ao nível dos lares e infantários do concelho;
Entrevista 9	Não;
Entrevista 10	Há muitas dificuldades na área da saúde, no que respeita aos exames médicos em particular;
Entrevista 11	Algumas, especialmente na área da saúde;
Entrevista 12	Acho que não, pelo menos não o sinto;
Entrevista 13	Sim, algumas dificuldades no que se refere ao serviço de atendimento médico;
Entrevista 14	Não;
Entrevista 15	Sim, no que se refere ao atendimento médico e transportes;
Entrevista 16	Não;
Entrevista 17	Sim, em especial no que se refere à área da saúde porque nós em Canhestros não temos médico;

Entrevista 18	Sim, na área da saúde;
Entrevista 19	Sim, sinto algumas dificuldades no acesso ao serviço médico;
Entrevista 20	Sim, no acesso ao serviço médico uma vez que não tenho médico de família;
Entrevista 21	Sim, no caso da saúde porque não existe médico em Canhestros;
Entrevista 22	Não;
Entrevista 23	Não;
Entrevista 24	Só no que se refere ao infantário porque no que toca aos restantes serviço penso que é fácil;
Entrevista 25	Não sinto dificuldades;
Entrevista 26	Sim, especialmente, o infantário;
Entrevista 27	Sim, o infantário não consegue dar resposta;
Entrevista 28	Sim porque na freguesia de Canhestros não temos médico; no que se refere às crianças agora temos um espaço ATL da Junta que veio dar uma resposta muito importante às mães da freguesia;
Entrevista 29	Sim em especial o infantário que se encontra sobrelotado mas penso que essa situação está a ser resolvida;
Entrevista 30	Sim, ao nível do infantário porque as pessoas querem ir trabalhar e não podem porque não têm onde deixar os filhos;
Entrevista 31	Não;
Entrevista 32	Não;
Entrevista 33	Algumas; porque em Alfândão só temos um espaço ATL a partir dos 3 anos de idade;
Entrevista 34	Não;
Entrevista 35	A nível de saúde existem bastantes dificuldades não tem condições para se efectuar um diagnóstico mais aprofundado para além de ser muito difícil marcar as consultas;
Entrevista 36	Não sinto nenhuma dificuldade;
Entrevista 37	Na área da saúde existem algumas dificuldades em marcar consultas; É essencialmente aí que sinto dificuldades;
Entrevista 38	Agora tenho a minha filha na pré mas antes dos 3 anos não temos ninguém que nos fique com eles para podermos trabalhar; também sinto algumas dificuldades em marcar consultas;
Entrevista 39	Não sei eu não sinto dificuldades;
Entrevista 40	Talvez na área da saúde quando pretendo marcar consultas;
Entrevista 41	Acho que sim na saúde para além de não haver vagas no infantário;
Entrevista 42	Saúde porque na nossa freguesia não há médico de família; também não há vagas no infantário;
Entrevista 43	Acho que existem algumas dificuldades na saúde porque eu tive ir para um médico particular porque a lista de espera era de 1 ano;
Entrevista 44	Eu sinto apenas como dificuldade o reduzido número de ofertas de trabalho;
Entrevista 45	Não
Entrevista 46	Não
Entrevista 47	Não
Entrevista 48	Não
Entrevista 49	Não
Entrevista 50	Não
Entrevista 51	Não
Entrevista 52	Não
Entrevista 53	Não

Questão 2.5: Considera que existem dificuldades de transporte que podem condicionar a sua integração profissional?

Entrevista 1	É relativo; existem poucos transportes em especial no Verão, durante as férias lectivas; também depende muito do local de residência da pessoa;
Entrevista 2	Sim, porque como não tenho carta nem carro só se o patrão oferecer transporte é que se torna mais fácil assegurar o emprego;
Entrevista 3	Sim, penso que existem poucos transportes;
Entrevista 4	Sim, existem poucos transportes;
Entrevista 5	Sim e existem dificuldades acrescidas para quem vive nas freguesias rurais especialmente durante as férias escolares;
Entrevista 6	Sim;
Entrevista 7	Não é fácil, existem algumas dificuldades;
Entrevista 8	Sim;
Entrevista 9	Sim, bastantes;
Entrevista 10	Existem dificuldades que se prendem não só com o facto dos transportes públicos serem poucos, como também existe algum desfasamento nos seus horários;
Entrevista 11	Não sinto essa dificuldade;
Entrevista 12	Não;
Entrevista 13	Considero que existem dificuldades, não só porque os transportes são poucos, mas também porque os seus horários são pouco compatíveis;
Entrevista 14	Não;
Entrevista 15	Ao nível do concelho penso que existem algumas dificuldades, embora a mim pessoalmente não me afectem porque tenho transporte próprio;
Entrevista 16	Não;

Entrevista 17	Sim, existem dificuldades de transporte, mas eu nunca quis trabalhar fora de Ferreira do Alentejo;
Entrevista 18	Não;
Entrevista 19	Não porque tenho viatura própria;
Entrevista 20	Não;
Entrevista 21	Sim, porque existem poucos autocarros e eu não tenho transporte próprio;
Entrevista 22	Sim;
Entrevista 23	Não, não utilizo os transportes públicos;
Entrevista 24	Não sinto essa dificuldade;
Entrevista 25	Não porque, normalmente, utilizo transportes dos colegas;
Entrevista 26	Não sente essa dificuldade;
Entrevista 27	Não utilizo porque tenho carta e carro próprio;
Entrevista 28	Não sinto essa necessidade porque tenho carro e carta;
Entrevista 29	Não porque normalmente a câmara disponibiliza transporte;
Entrevista 30	Penso que embora essa dificuldade exista acho que a Câmara ajuda muito porque eu todos os dias venho na carrinha da Câmara;
Entrevista 31	Não;
Entrevista 32	Sim, porque já perdi algumas oportunidades de emprego devido ao facto de não ter transporte;
Entrevista 33	Não;
Entrevista 34	Não;
Entrevista 35	Não porque tenho carro e carta ; quem não tem está mal porque tem poucos transportes;
Entrevista 36	Não sei se existem, eu não sinto;
Entrevista 37	Embora acha eu não sinto porque tenho transporte próprio;
Entrevista 38	Sim, quase toda a gente tem carro e as camionetas não trazem quase ninguém e depois para quem não tem carro os horários que existem são muito espaçados;
Entrevista 39	Tenho carta e carro por isso não tenho essa dificuldade mas quem não tem carro tem muitas dificuldades a esse nível;
Entrevista 40	Existem muitas dificuldades especialmente durante as férias escolares são muito espaçados, só há um de manhã e outra à tarde;
Entrevista 41	Não sinto porque tenho carta e carro;
Entrevista 42	Eu não utilizo transportes públicos mas quem tem que utilizar é difícil;
Entrevista 43	Sim, os autocarros são poucos tenho que recorrer a transporte particular;
Entrevista 44	Sim, existem algumas dificuldades a este nível, os horários são muito espaçados;
Entrevista 45	Não
Entrevista 46	Acho que sim porque os horários dos transportes nem sempre são compatíveis com os horários dos trabalhos;
Entrevista 47	Sim;
Entrevista 48	Talvez mas nunca passei por essa situação;
Entrevista 49	Não sinto essa dificuldade porque tenho transporte próprio;
Entrevista 50	Acho que sim;
Entrevista 51	Não;
Entrevista 52	Não;
Entrevista 53	Não;

Questão 2.6: Acha que o problema de desemprego é o seu principal problema?

Entrevista 1	Sim, o trabalho para mim é um escape e o facto de o ter permite-me ultrapassar outros problemas que, eventualmente, surjam;
Entrevista 2	Sim, sem dúvida;
Entrevista 3	Sim;
Entrevista 4	Sim;
Entrevista 5	Sim, porque quando não trabalho eu e os meus filhos passamos muita necessidade;
Entrevista 6	Actualmente, sim; para além do problema de saúde o qual condiciona (em muito) a minha situação face ao trabalho;
Entrevista 7	Sim;
Entrevista 8	Sim
Entrevista 9	Neste momento posso dizer que este é o meu único problema;
Entrevista 10	Sim, embora a minha falta de saúde também acabe por não ajudar muito;
Entrevista 11	Sim;
Entrevista 12	Para mim não é problema porque sempre trabalhei;
Entrevista 13	Sim;
Entrevista 14	Acho que sim;
Entrevista 15	Sim;
Entrevista 16	Sim;
Entrevista 17	Sim;
Entrevista 18	Acho que sim;
Entrevista 19	Não porque o meu principal problema é a falta de saúde;
Entrevista 20	Acho que sim;
Entrevista 21	Sim;
Entrevista 22	Sim;
Entrevista 23	Não a minha situação de saúde é que o condiciona e não me permite a resolução efectiva do problema de desemprego;

Entrevista 24	Sim, tenho que ter sempre trabalho; em especial devido à minha filha que está com a minha mãe e que é fruto de outra relação, tenho que lhe mandar dinheiro porque o meu companheiro actual não me apoia nada;
Entrevista 25	Acho que sim;
Entrevista 26	Penso que tenho outros problemas mais graves do que esse;
Entrevista 27	Tem um bocado de influência mas como o meu marido trabalho considero que existam outras situações piores do que a minha;
Entrevista 28	Sim este é o meu principal problema;
Entrevista 29	Não, por tenho esse problema praticamente resolvido;
Entrevista 30	Sim, é o principal;
Entrevista 31	É porque provoca uma grande instabilidade e insegurança;
Entrevista 32	Sim, apesar de também ter problemas de saúde (não só meus como os dos meus pais);
Entrevista 33	Sim;
Entrevista 34	Sim;
Entrevista 35	Neste momento talvez seja a par do problema de saúde (depressão nervosa) o meu principal problema;
Entrevista 36	Acho que tenho problemas maiores;
Entrevista 37	Sim;
Entrevista 38	Sim;
Entrevista 39	Sim;
Entrevista 40	Os meus principais problemas é o desemprego e a saúde
Entrevista 41	Sim;
Entrevista 42	Sim, mas também o facto d a actividade profissional do meu marido que tem muito dinheiro por fora;
Entrevista 43	Não;
Entrevista 44	Acho que esse é o meu maior problema;
Entrevista 45	Sim;
Entrevista 46	Acho que sim, porque o emprego é a base de tudo; a falta de trabalho provoca outras situações;
Entrevista 47	Sim, conjuntamente com a questão da habitação;
Entrevista 48	Acho que sim;
Entrevista 49	Acho que sim;
Entrevista 50	Acho que sim;
Entrevista 51	Sim porque um emprego dá-me muita estabilidade;
Entrevista 52	Sim;
Entrevista 53	Sim;

Questão 2.7: A sua habitação é própria ou alugada? Satisfaz todas as suas necessidades?

Entrevista 1	A habitação onde resido é da familiares e satisfaz todas as minhas necessidades (tem casa de banho, cozinha, quarto e sala);
Entrevista 2	É própria e satisfaz todas as nossas necessidades;
Entrevista 3	Própria; razoavelmente (pouco) necessitava de mais um quarto;
Entrevista 4	Sim, tem tudo o que necessita tem casa de banho, cozinha, quartos, sala, dispensa e quintal;
Entrevista 5	É de familiares; tem cozinha, 2 quartos, casa de banho e casa das máquinas (onde tenho a máquina de lavar roupa);Própria; cozinha, 2 quartos, casa de banho e sala; fazia-me falta mais um quarto;
Entrevista 6	Própria; cozinha, 2 quartos, casa de banho e sala; fazia-me falta mais um quarto;
Entrevista 7	Alugada; tem dois quartos e casa de banho ; necessitava que fosse maior; a renda é muito elevada (26 000\$00);
Entrevista 8	Emprestada; tem casa de banho já fui eu que arranjei, 2 quartos, cozinha, não tem quintal;
Entrevista 9	É de familiares e satisfaz as necessidades;
Entrevista 10	Familiares; tem 2 quartos, casa de banho, cozinha, quintal; os tectos são de telha vã, forrados a madeira;
Entrevista 11	Alugada, tem casa de banho 3 quartos, cozinha, sala e quintal;
Entrevista 12	Alugada; mais ou menos tem casa de banho, 2 quartos e dispensa;
Entrevista 13	É dos meus pais; Não satisfaz as minhas necessidades porque é muito pequena;
Entrevista 14	É alugada, mas tem falta de mais um quarto;
Entrevista 15	É própria; em parte embora necessitasse de algumas obras;
Entrevista 16	É alugada; não satisfaz porque é pequena e não tem casa de banho;
Entrevista 17	É própria e satisfaz todas as necessidades;
Entrevista 18	A casa onde resido é do meu sogro; não tem casa de banho; poucos quartos e está muito degradada;
Entrevista 19	É própria mas necessita de um telhado novo;
Entrevista 20	É própria e satisfaz todas as minhas necessidades;
Entrevista 21	É própria e satisfaz todas as nossas necessidades;
Entrevista 22	É própria; não satisfaz porque só tem um quarto e a casa de banho não tem condições;
Entrevista 23	A habitação é própria e satisfaz as nossas necessidades;
Entrevista 24	É de familiares; tem casa de banho, 3 quartos, quintal, terraço, cozinha,
Entrevista 25	É dos meus pais; é grande e tem as condições básicas;
Entrevista 26	É de familiares; tem muita carência de obras que só não são feitas porque os herdeiros não permitem;

Entrevista 27	Moro com familiares; contudo estou a construir casa própria a qual irá satisfazer todas as minhas necessidades;
Entrevista 28	É alugada e por enquanto satisfaz todas as minhas necessidades;
Entrevista 29	Própria e satisfaz todas as necessidades embora falte um quintal para o miúdo brincar e, também, poderia ser um pouco maior;
Entrevista 30	Própria; Tem casa de banho, que foi feita através do RMG; só tem um quarto mas a minha mãe vai-me ceder outro;
Entrevista 31	Não tenho habitação é um espaço comercial adaptado; e não satisfaz as minhas necessidades;
Entrevista 32	Própria tenho alguns problemas no chão e no telhado (infiltrações de água);
Entrevista 33	É própria e satisfaz todas as nossas necessidades;
Entrevista 34	É alugada e não satisfaz as nossas necessidades;
Entrevista 35	É própria e satisfaz todas as necessidades;
Entrevista 36	É própria mas temos que a ampliar porque é pequena;
Entrevista 37	É própria; tem infiltrações de água no telhado; tenho casa de banho, 3 quartos, cozinha, quintal e sala;
Entrevista 38	É própria mas não satisfaz as necessidades porque só tem 2 quartos e nós somos 5;
Entrevista 39	É própria, moro num monte não tinha luz mas agora já tenho; tem casa de banho, não tenho grandes problemas embora só tenha um quarto e os forros do telhado sejam de madeira acho que há pessoas em piores situações;
Entrevista 40	É própria e satisfaz quase todas as necessidades; só precisava de mais um quarto;
Entrevista 41	É alugada; não satisfaz as necessidades porque não tem casa de banho, a cozinha é pequena, tivemos que pôr canalização porque não tinha e ao tectos não têm placa;
Entrevista 42	É de familiares; satisfaz todas as nossas necessidades;
Entrevista 43	É própria e satisfaz todas as necessidades: tem casa de banho, 4 quartos, cozinha, quintal; uns tectos têm placa outros são forrados;
Entrevista 44	De familiares; tem um quarto, cozinha, casa de banho e quintal conjunto com a casa dos meus pais;
Entrevista 45	É própria e necessitava de mais dois quartos;
Entrevista 46	É dos meus sogros; necessitava de mais um quarto;
Entrevista 47	Vivo em casa da minha mãe e necessitava de alterar esta situação porque vivo em constante conflito com os meus irmãos e mãe;
Entrevista 48	É de familiares (vivo com os meus pais) e não satisfaz as necessidades porque precisava de mais privacidade e a casa de banho é no quintal;
Entrevista 49	É dos meus pais e necessitava de mais espaço;
Entrevista 50	É dos proprietários da herdade (dos patrões do meu pai) e satisfaz todas as necessidades;
Entrevista 51	É própria e satisfaz todas as necessidades precisava apenas uns pequenos arranjos;
Entrevista 52	É alugada e satisfaz todas as necessidades;
Entrevista 53	É própria e satisfaz todas as necessidades;

Questão 2.8: Com quem viveu durante a sua infância e adolescência? Quais as suas habilitações literárias, profissão e situação profissional (na maior parte do tempo)? Nessa altura já existiam problemas económicos?

Entrevista 1	Com os meus pais; o meu pai tinha a 4ª classe e era agricultor; a minha mãe tinha a 2ª classe e era doméstica; nessa altura nós não tínhamos problemas económicos;
Entrevista 2	Com os meus pais; meu pai era operário na fábrica do tomate (electricista) e é analfabeto; a minha mãe tem o 6º ano e também era operária na fábrica do tomate; os meus pais nunca estiveram desempregados nem existiam problemas económicos porque os meus pais sempre trabalharam; os meus avós maternos também ajudavam muito economicamente porque faziam lavra de tomate;
Entrevista 3	Sempre vivi com a minha avó; o meu pai já não é vivo, a minha avó é analfabeta e antes de se reformar era trabalhadora rural; apesar da minha avó ter sempre trabalhado já nessa altura vivíamos com muito problemas económicos;
Entrevista 4	Vivia com os meus pais que eram os dois analfabetos; eram trabalhadores rurais e tinham muitas dificuldades económicas pois só trabalhavam quando havia trabalho agrícola;
Entrevista 5	Vivi sempre com a minha avó paterna e com o meu avó; os meus pais separaram-se quando nasci por isso nunca vivi com eles; os meus avós eram agricultores em Torres Vedras; o meu pai vivia só, lembro-me que fazia visitas muitas vezes à minha mãe e tinha uma boa relação com o meu padasto; hoje não tenho qualquer ligação com os meus irmãos nem com a minha mãe e o meu pai faleceu há cerca de 5 anos; Os meus avós sabiam ler e escrever mas não tinham qualquer grau de ensino e enquanto vivi com eles (até aos 16 anos) sempre tivemos muitos problemas económicos;
Entrevista 6	Até aos dois anos vivi com os meus pais; depois, a partir dessa altura, comecei a viver com os meus avós paternos, até aos 8 anos porque os meus pais emigraram para a Alemanha; lembro-me que vivia num monte e para ir à escola fazia, diariamente, 5 km; A minha avó era doméstica e analfabeta; o meu avó tinha a 4ª classe e era trabalhador rural; nessa altura nunca me apercebi da existência de problemas económicos; lembro-me, também que o ambiente que se vivia na casa dos meus avós era muito claro sem qualquer tipo de problema;
Entrevista 7	Vivia com a minha avó paterna e o companheiro; a minha avó trabalhava no campo e era analfabeta; o meu padrinho era manobrador de máquinas e era analfabeto; embora tivesse os meus pais a residir em Ferreira sempre vivi com os meus avós talvez porque os meus pais tinham mais dificuldades económicas; na casa dos meus avós eu tinha boa relação com todos e ainda hoje a mantenho;

Entrevista 8	Vivi sempre com os meus pais e 6 irmãos; o meu pai não sabia ler nem escrever e era trabalhador rural; a minha mãe era doméstica e analfabeta; na casa dos meus pais não se vivia um ambiente calmo devido ao problema de alcoolismo do meu pai; ele maltratava a minha mãe e também nos maltratava a nós, os meus irmãos nenhum deles aprendeu a ler e a escrever começamos desde logo a trabalhar no campo porque tínhamos muitos problemas económicos; hoje também tenho alguns irmãos com problemas de alcoolismo;
Entrevista 9	Até aos 11 anos vivi com os meus pais e 4 irmãos; os meus pais nessa altura separaram-se e fiquei só com a minha mãe; até aos meus 11 anos o ambiente não era nada calmo a minha mãe era alvo de maus tratos embora não me lembre que o meu pai tivesse problemas de alcoolismo, a relação deles não era nada boa; ao longo da minha vida tenho sofrido maus tratos físicos e psicológicos; o meu pai trabalhava na construção civil e era analfabeto e a minha mãe doméstica e analfabeta;
Entrevista 10	Vivi a maior parte do tempo com a minha mãe; o meu pai faleceu quando eu tinha 2 anos de idade; a minha pai ficou comigo e mais seis irmãos para criar; trabalhava no campo e era analfabeta; lembro-me que a minha trabalhava muito, tínhamos muitos problemas económicos;
Entrevista 11	Vivi sempre com os meus pais e 4 irmãos, a minha mãe era trabalhadora rural e analfabeta; o meu pai também era analfabeto e trabalhava numa empresa de lavagem de carros; já nessa altura existiam muitos problemas económicos apesar do meus pais sempre terem trabalhado mas o problema é que os ordenados eram baixíssimos;
Entrevista 12	Vivi com os meus pais ambos trabalhavam no campo e eram analfabetos; vivia também com dois irmãos (hoje um é solicitador e outra educadora de infância); não existiam problemas económicos;
Entrevista 13	Vivia com os meus pais e irmãos; o meu pai era analfabeto e pastor e a minha mãe tinha a 4ª classe e era doméstica; existiam poucos problemas económicos;
Entrevista 14	Com os meus pais e três irmãos; o meu pai era calceteiro e tinha a 4ª classe; a minha mãe também tinha a 4ª classe e era empregada doméstica; já nessa altura existiam graves problemas económicos;
Entrevista 15	Com os pais e avós; o meu pai tinha a 4ª classe e a minha mãe e os meus avós eram analfabetos; eram todos trabalhadores rurais e nunca tivemos problemas económicos;
Entrevista 16	Com os meus pais e duas irmãs; os meus pais tinham a 4ª classe e eram trabalhadores rurais; lembro-me que já na altura existiam graves problemas económicos;
Entrevista 17	Vivia com a minha avó que era trabalhadora rural e analfabeta; tínhamos alguns problemas económicos;
Entrevista 18	Com os meus pais e 5 irmãos; os meus pais eram analfabetos e trabalhadores rurais e tínhamos muitos problemas económicos;
Entrevista 19	Vivia com os meus avós maternos; o meu avó é analfabeto e trabalha no estaleiro da Câmara Municipal; a minha avó também é analfabeta e trabalhadora rural; já nessa altura existiam problemas económicos;
Entrevista 20	Vivia com os meus pais e seis irmãos; os meus pais sabiam ler e escrever mas não possuíam qualquer grau de ensino; ambos trabalhavam ao campo e como é de prever tínhamos algumas dificuldades económicas já nessa altura;
Entrevista 21	Com os meus pais e três irmãos; o meu pai tinha a 4ª classe e era pedreiro; a minha mãe tinha a 3ª classe e era doméstica; não tínhamos problemas económicos;
Entrevista 22	Com os meus pais e três irmãos; os meus pais eram ambos trabalhadores rurais e analfabetos; tínhamos problemas económicos;
Entrevista 23	Vivia com os meus pais e irmã; os meus pais eram analfabetos; o meu pai era tractorista e a minha mãe doméstica e não me lembro de existirem grandes problemas económicos;
Entrevista 24	Vivi sempre com os meus pais; o meu pai foi pedreiro e peixeiro e a minha mãe de dia era empregada de limpeza e durante a noite era bordadeira (nos bordados da madeira); a minha mãe também fazia venda ambulante; éramos 10 irmãos e vivemos sempre com muitas dificuldades económicas; eu própria comecei a bordar aos 7 anos de idade para ajudar em casa; o ambiente era muito agressivo devido aos problemas de alcoolismo do meu pai e tanto eu como a minha mãe e os meus irmãos sofríamos maus tratos do meu pai;
Entrevista 25	Vivia com os meus pais e irmãos; os meus pais eram trabalhadores rurais e ambos eram analfabetos; lembro-me que o meu pai também fazia trabalhos na construção civil como servente de pedreiro; não tínhamos grandes problemas económicos;
Entrevista 26	Vivia com os meus pais ambos analfabetos, o meu pai guardava gado e a minha mãe trabalhava ao campo; o ambiente na nossa casa era muito calmo não tínhamos problemas de alcoolismo; mas já então tínhamos muitas dificuldades económicas;
Entrevista 27	Com os meus pais até aos 15 anos de idade; os meus pais têm ambos a 4ª classe; o meu pai é agricultor e a minha mãe é instrutora de deficientes e nessa altura não tinha problemas económicos; aos 15 anos fui viver para Santarém com a minha irmã mais velha para cuidar da minha sobrinha enquanto a minha irmã ia trabalhar; também vivi 3 anos em Beja quando estive casada com outra pessoa e embora nunca tivesse vivido situações de maus tratos foi nessa altura que os problemas começaram;
Entrevista 28	Perdi os meus pais quando tinha 3 anos por isso fui criado com os meus avós que eram analfabetos; o meu avó trabalhava no campo e a minha avó nunca trabalhou, era doméstica; já nessa altura existiam muitos problemas económicos, por isso saí da escola com 11 anos e fui trabalhar em Lisboa nas oficinas de bate-chapas (foi lá que aprendi o meu ofício);
Entrevista 29	Com os meus pais e irmã; os meus pais tinham a 4ª classe o meu pai era serralheiro e a minha mãe costureira e não tínhamos muitos problemas económicos;
Entrevista 30	Vivi sempre com os meus pais e irmãos, ambos analfabetos e trabalhadores rurais; existiam muitos problemas económicos, quando não havia trabalho o meu pai tinha que ir pedir para dar de comer aos filhos; o ambiente não era nada calmo o meu pai era alcoólico e havia quase

	<p>todos os dias zaragata (quando não era com a minha mãe, era connosco) comparo muito a infância dos meus filhos com a infância que os meus pais me deram; talvez por isso saiba avaliar melhor o que eles passam e muitas vezes culpo-me por não ter conseguido fazer mais e melhor por eles;</p>
Entrevista 31	<p>Com os meus pais; o meu pai era pedreiro e a minha mãe doméstica e ambos tinham a 4^a classe; não tínhamos problemas económicos;</p>
Entrevista 32	<p>Com os meus pais e irmão; os meus pais são analfabetos; o meu pai guardava gado e a minha mãe ajudava-o; já existiam alguns problemas económicos;</p>
Entrevista 33	<p>Com os meus pais e irmão; o meu pai era serralheiro civil e tinha o 2^o ano; a minha mãe era trabalhadora rural; já tínhamos alguns problemas económicos;</p>
Entrevista 34	<p>Com os meus pais e irmãos; os meus pais tinham a 4^a classe ele era mecânico e a minha mãe fazia limpezas; já existiam problemas económicos;</p>
Entrevista 35	<p>Com os meus pais e irmãos; o pai era agricultor, analfabeto; a mãe sabe ler e escrever e é doméstica (ajudava o meu pai) não tínhamos muitas dificuldades económicas dependia dos anos agrícolas; a minha infância até aos 9 anos foi muito feliz porque os meus avós maternos tinham muitas condições; os meus anos eram sempre muito festejados, havia muitas pessoas a trabalhar (ranchos de trabalhadores rurais) recebia muitas prendas; nos natais recebia muitos chocolates; depois a minha avó suicidou-se devido a uma depressão nervosa e deixou de haver alegria; tudo acabou, o relacionamento entre os meus pais não era o melhor e eu nunca me tinha apercebido porque estava a maior parte do tempo na casa dos meus avós; o meu pai era muito ciumento mas nunca exerceu maus tratos sobre a minha mãe; a partir dos meus 16 anos fazia uns <i>desassossegos</i> muito grandes; aos 19 anos comecei a estudar e passei por uma fase horrível da minha vida porque ele não queria que eu estudasse, entendia que eu devia ficar em casa a ajudar a minha mãe; hoje revoltou-me um pouco por eles não me terem deixado evoluir ...</p>
Entrevista 36	<p>Com os meus pais, sempre; o meu pai era pedreiro tinha a 4^a classe e a minha mãe é trabalhadora rural, também tem a 4^a classe; vivia com mais quatro irmãos; os meus pais sempre trabalharam, existiam alguns problemas económicos porque eram 5 filhos para criar, mas não eram muito graves; O ambiente na casa dos meus pais era muito bom, o meu pai gostava de beber o seu copinho mas era só ao fim de semana;</p>
Entrevista 37	<p>Vivi até aos 6 anos com os meus pais e irmão; depois com os avós maternos; a minha mãe era trabalhadora rural, o meu pai pedreiro e ambos tinham a 4^a classe; os meus avós sabiam ler e escrever; o meu avó era trabalhador da CP e a minha avó trabalhava ao campo; a partir dos meus 12 anos o meu pai deixou de trabalhar (apesar de inicialmente ser devido a um problema de saúde ele depois encostou-se a isso); o meu pai maltratava a minha mãe embora não tivesse problemas de alcoolismo, existiam sim outras mulheres; só a partir desta altura é que os problemas económicos surgiram;</p>
Entrevista 38	<p>Com os meus pais; eram trabalhadores rurais e tinham a 4^a classe; vivia também o meu irmão; tínhamos bastantes problemas económicos; o meu pai bebia bastante e nessas alturas era terrível e algumas vezes a minha mãe foi maltratada por ele;</p>
Entrevista 39	<p>Com os meus pais; era trabalhador rural e analfabeto; a minha mãe também; sempre trabalharam e ainda trabalham, por isso não tínhamos muitos problemas económicos, embora dependêssemos da agricultura; o ambiente na casa dos meus pais era muito calmo, o meu pai gostava de beber o seu copinho mas não perdia trabalho por isso;</p>
Entrevista 40	<p>Com os meus pais e irmão; eram trabalhadores rurais, mas a minha mãe começou a ter problemas de saúde e começou a fazer tapetes de Arraiolos durante muitos anos; a minha mãe tem o 6^o ano e o meu pai a 4^a classe; existiam problemas económicos mas o ambiente era calmo apesar do meu pai gostar de beber o seu copinho nunca teve problemas com ninguém;</p>
Entrevista 41	<p>Pais, avós maternos e uma irmã, o meu pai era trabalhador da Junta Autónoma e tinha a 4^a classe; a minha mãe estava desempregada e também tinha a 4^a classe; tivemos alguns problemas o meu pai teve um acidente de trabalho esteve muito tempo sem trabalhar; o ambiente era mais ou menos porque o meu pai tem problemas de alcoolismo, depois a minha avó mete-se... eu nunca assistí a grandes coisas procuro afastar-me ...</p>
Entrevista 42	<p>Com os meus pais e avós maternos; o meu pai é serralheiro civil, a minha mãe é doméstica e têm os dois a 4^a classe; em casa dos meus pais não tinha problemas económicos mas o meu pai tem problemas de alcoolismo, a minha mãe era vítima de maus tratos; desde que a minha mãe se tentou suicidar a partir daí, embora ele continue a beber, mas o ambiente é mais calmo; eu assistí a tudo desde os meus 4 anos, nunca me vou esquecer; o meu casamento foi a melhor coisa que me aconteceu, desde aí obtive a liberdade que nunca tive e o sossego ...</p>
Entrevista 43	<p>Vivi com os meus avós; era analfabeto e os meus pais têm o 6^o ano; o meu pai teve um acidente de camião e esteve internado em Alcoitão durante 2 anos; a minha mãe esteve lá com ele e eu fiquei com a minha avó; a minha avó era reformada do campo e o meu avó pastor; o meu pai motorista e a minha mãe trabalhadora rural; tínhamos alguns problemas porque o meu pai só vinha a casa de 2 em 2 meses e o dinheiro da minha mãe custava a chegar;</p>
Entrevista 44	<p>Com os meus pais e irmão; o meu pai sabia ler e escrever e a minha mãe analfabeta; o meu pai trabalhava na Câmara e a minha mãe ao campo; o meu pai ainda fez trabalho rural em França quando eu tinha 13 anos; eles sempre trabalharam por isso não existiam muitos problemas económicos; era muito calmo o ambiente na casa dos meus pais;</p>
Entrevista 45	<p>Com os meus pais e irmão; o meu pai era analfabeto, a minha mãe tinha a 4^a classe; o meu pai era tractorista e a minha mãe doméstica; vivia, também o meu irmão; nessa altura os problemas económicos eram maiores do que os que tem hoje;</p>
Entrevista 46	<p>Vivia com a minha mãe que tinha a 4^a classe e era trabalhadora rural; a minha mãe tinha problemas de saúde, tinha muitas despesas em médicos e medicamentos; ela educou-me sempre sozinha porque o meu pai faleceu muito novo, e tínhamos poucos rendimentos;</p>
Entrevista 47	<p>Com os meus avós; eram analfabetos; ele era trabalhador da construção civil e a minha avó trabalhadora agrícola; não existiam problemas económicos;</p>

Entrevista 48	Com os pais e irmão; o meu pai era analfabeto e a minha mãe tinha a 4ª classe; o meu pai era trabalhador rural e a minha mãe doméstica; já então existiam problemas económicos mas menores;
Entrevista 49	Com os meus pais e irmãos; o meu pai tinha a 4ª classe e era fiscal do ambiente; a minha mãe também tinha a 4ª classe e era trabalhadora agrícola; a situação económica tem-se mantido igual sem grandes dificuldades económicas;
Entrevista 50	Com os meus pais e irmãos; o meu pai é tractorista e tem a 4ª classe; a minha mãe doméstica e tem a 3ª classe; já existiam problemas económicos mas agravaram-se quando os meus irmãos entraram na escola;
Entrevista 51	Com os meus pais e irmãos; a minha mãe era professora e o meu pai pescador; nunca tivemos problemas económicos;
Entrevista 52	Com os meus pais e irmãos; o meu pai tinha a 4ª classe e era carpinteiro; a minha mãe sabia ler e escrever e era trabalhadora agrícola; nunca existiram grandes problemas económicos;
Entrevista 53	Com os meus pais e irmão; o meu pai era funcionário público e tinha a 4ª classe, a minha mãe era doméstica; nessa altura não existiam grandes problemas económicos existem mais agora devido à sua situação de desemprego os quais se agravam á medida que os anos passam; eu precisava de ser independente;

Questão 2.9: Neste momento existem outros adultos desempregados no seu agregado familiar?

Entrevista 1	O meu companheiro;
Entrevista 2	Não;
Entrevista 3	Sim o meu tio;
Entrevista 4	Não;
Entrevista 5	Não;
Entrevista 6	Sim, a minha esposa;
Entrevista 7	Não embora a minha esposa se encontre em casa mas não está disponível para já porque tem que tratar da nossa filha;
Entrevista 8	Não;
Entrevista 9	Não;
Entrevista 10	Não porque o meu marido está reformado;
Entrevista 11	Não;
Entrevista 12	Não porque a minha mulher não tem condições de saúde para trabalhar;
Entrevista 13	Sim, o meu marido;
Entrevista 14	Sim, o meu esposo;
Entrevista 15	Sim, o meu marido;
Entrevista 16	Não;
Entrevista 17	Não;
Entrevista 18	Não;
Entrevista 19	Não;
Entrevista 20	Não;
Entrevista 21	Não;
Entrevista 22	Não;
Entrevista 23	Não;
Entrevista 24	Não;
Entrevista 25	Não;
Entrevista 26	Sim, o meu filho;
Entrevista 27	Não;
Entrevista 28	Sim;
Entrevista 29	Não, a minha irmã está reformada mas é estudante;
Entrevista 30	Não;
Entrevista 31	Não;
Entrevista 32	Não;
Entrevista 33	Não;
Entrevista 34	Não;
Entrevista 35	Não;
Entrevista 36	Não;
Entrevista 37	Não;
Entrevista 38	Não;
Entrevista 39	Não;
Entrevista 40	Sim, o meu marido;
Entrevista 41	Não;
Entrevista 42	Não;
Entrevista 43	A minha mãe mas também não está disponível porque o meu pai depende dela para tudo;
Entrevista 44	Sim, o meu irmão;
Entrevista 45	Sim, o meu marido;
Entrevista 46	Sim, o companheiro;
Entrevista 47	Sim, a minha mãe;
Entrevista 48	Não;
Entrevista 49	Não;
Entrevista 50	Sim, a minha mãe;

Entrevista 51	Não;
Entrevista 52	Não;
Entrevista 53	Não;

Questão3.1: Tente descrever-me o que pensa de si (indique-me alguns pontos fortes e fracos);

Entrevista 1	Preocupo-me muito com essa questão; normalmente não demonstro o que realmente sou, auto-domino-me e só mostro de mim o que realmente quero; agora sou introvertida, sou simples, sinto-me bem comigo mesmo gosto de ser como sou, sou curiosa, gosto muito de me informar sobre o que me rodeia, interesse-me muito pelas relações inter-pessoais, sou passiva/pacífica, por vezes digo sim só para não me chatear e acabo por me anular nestas situações; gostaria de ser mais enérgica; hoje acho que tenho alguma auto-estima desde que me separei do meu primeiro marido esta tem sido uma árdua conquista que eu não quero perder;
Entrevista 2	Cumpro horários, sou assídua, não gosto que me imponham o que devo fazer; gosto de mim como sou não alterava nada;
Entrevista 3	Sou sensível, tímida, simpática, gosto de respeitar as pessoas; sou quase sempre alegre, gosto de mim como sou;
Entrevista 4	Sou tímida, calada, triste, pontual, assídua e responsável;
Entrevista 5	Gostaria de ter estudado mais, sou teimosa, irrito-me com muita facilidade, gosto de aprender coisas novas, gosto muito de desmanchar e reconstruir coisas, gosto de mim mas gostaria de ser mais dura, considero-me pacífica e às vezes faz falta ser mais má; considero-me boa mãe os meus filhos são a minha base sem eles não conseguiria viver; já sofri muitos maus tratos físicos;
Entrevista 6	Enervo-me com facilidade, tenho o coração muito "ao pé da boca" quando sei que tenho razão não aguento que me contrariem; só solidário, prestável, sociável, gosto de mim como só e não mudava nada, talvez apenas a minha capacidade de auto-controlo, às vezes preciso de me controlar mais, ter mais capacidade para ouvir os outros;
Entrevista 7	Teimoso, cumpridor de horários, não falto, sou assíduo, gosto das coisas rectas, gosto que me digam na cara o que têm para dizer, gosto de frontalidade e nem sempre apanhamos isso no nosso caminho;
Entrevista 8	Não gosto de mim, talvez devido às agressões verbais de que fui alvo quando estava com o pai dos meus filhos, ele tinha problemas de alcoolismo, se pudesse mudar algo em mim mesmo emagrecia, deixava de ser tímida para me tornar mais desenrascada, gostava de me atrapalhar menos nas coisas, de ser menos insegura;
Entrevista 9	Sou parva, muito parva, bondosa, faço as vontades todas ao meu filho; mas gosto de mim como sou, sou reservada, considero-me boa mãe, o meu filho é tudo para mim; a única coisa que queria mudar na minha vida era não ter conhecido o meu ex-marido;
Entrevista 10	O meu maior defeito é ser pobre, sou bondosa, boa trabalhadora, sou asseada, não sou preguiçosa, gosto muito de ser como sou, a única coisa que eu gostava era de ter uma vida melhor;
Entrevista 11	Ambiciosa, teimosa, chata, há dias em que gosto de mim outros nem tanto, se pudesse preocupava-me mais comigo do que com os outros;
Entrevista 12	Teimoso, ambicioso, gosto mais ou menos de mim, há coisas que mudava: não queria aturar patrões;
Entrevista 13	Tento compreender os outros, gosto muito de mim, pois acho quem não gosto de si nunca pode gostar dos outros;
Entrevista 14	Gosto de ajudar os outros, sou teimosa, persistente, calma, divertida, faladora;
Entrevista 15	Considero-me responsável, dedicada, de fácil relacionamento, dinâmica, divertida, idealista, sonhadora, consigo avaliar os erros que cometo e sou directa nas opiniões e atitudes;
Entrevista 16	Considero que tenho pouco espírito de iniciativa (especialmente na procura de emprego), relaciono-me bem com as outras pessoas, sou positiva, animada, tenho muita força de vontade, sou optimista;
Entrevista 17	Gosto de conviver com os outros mas sou muito tímida e calada;
Entrevista 18	Sou boa pessoa, alegre, conversadora;
Entrevista 19	Sou trabalhadora, tenho complexos de inferioridade e sou nervosa;
Entrevista 20	Não gosto de nada em mim;
Entrevista 21	Sou alegre, divertida, forte, tenho facilidade em me relacionar com os outros;
Entrevista 22	Tenho mau feitio, pouca paciência, às vezes descontrolo-me e acabo por tratar mal a mulher e os filhos;
Entrevista 23	Gosto de mim mesmo e acho que a minha maior qualidade é ser amigo do próximo;
Entrevista 24	Ambiciosa, trabalhadora, assídua, cumpridora de horários, bondosa, às vezes gosto de mim mesma mas outras vezes acho que deveria ser mais dura; se pudesse mudava muita coisa na minha vida: não me considero uma pessoa feliz, o meu maior sonho era ser feliz; se pudesse voltar atrás não me tinha casado com esta pessoa;
Entrevista 25	Sou teimoso, de fácil relacionamento, cumpridor, assíduo, pontual;
Entrevista 26	Não tenho defeitos: sou honesta, doméstica, pobre mas honrada;
Entrevista 27	Sou nervosa, gosto de mim mesma, cumpro por norma os horários, sou assídua, ouço muitas vezes e não respondo, não me recordo de nenhum ponto fraco;
Entrevista 28	Não sou mal educada, não sou incompetente, não tenho defeitos, sou um bom mestre, sou cumpridor a nível de horários, sou saudável;
Entrevista 29	Gostava de ser mais madura, por vezes sou muito influenciável, tenho muita capacidade de adaptação, sou um porco preguiçosa (dorminhoca), trabalhadora, empenhada, motivada, sou

	boa mãe (gostava de ter estudado mais);
Entrevista 30	Sou assídua, pontual, responsável, penso ser boa mãe, não encontro defeitos, nem sei se gosto de mim como sou acho que nunca pensei nisso;
Entrevista 31	Sou uma pessoa lutadora, teimosa, mas justa, não sou egoísta, sou desenrascada, alegre e extrovertida;
Entrevista 32	Quando trabalho dedico-me ao que faço mas considero-me derrotista (talvez este seja o meu pior defeito), sou tímida, nervosa, insegura;
Entrevista 33	Tenho pouca paciência, tímida, teimosa, pouco faladora;
Entrevista 34	Tenho alguma dificuldade em me relacionar com os outros e sou teimosa;
Entrevista 35	Sou muito nervosa é uma das piores coisas que eu tenho; sou pessimista, de momento não gosto de mim estou gora e tenho falta de dentes; quando era mais nova gostava muito de ser mais alta mas agora já não penso nisso; sou um pouco agressiva especialmente quando estou enervada;
Entrevista 36	Sou teimosa, não gosto que me contrariem; gosto de mim como sou mas gostava de ser mais alta;
Entrevista 37	Sou trabalhadora, optimista (mas às vezes fico um bocadinho em baixo), sou calada, gosto de ajudar, de sentir que sou útil, gosto de mim como sou, em termos de feito agora em termos de aparência temos sempre a mania do preciosismo;
Entrevista 38	Sou responsável, teimosa, insistente, organizada; se pudesse mudava muita coisa na minha vida, tinha continuado a estudar; hoje a minha irmã tem um curso superior e eu por opção minha não o tenho;
Entrevista 39	Sou teimosa, acho que sou boa pessoa, não gosto de discussões, de debates, sou nervosa, gosto de mim tal como sou não alterava nada;
Entrevista 40	Sou amiga, o meu maior defeito é ser teimosa, nervosa, também sou pessimista;
Entrevista 41	Sou muito calada, muito amiga de ajudar os outros; não tenho defeitos;
Entrevista 42	Sou teimosa, dou-me bem com toda a gente, não gosto de conflitos mas não me trilhem porque eu sou muito frontal, digo tudo o que tenho a dizer na cara; sou muito conversadora, brincalhona, sou muito nervosa e chorona;
Entrevista 43	Sou fraca, vou-ma muito abaixo com os meus problemas, sou teimosa, orgulhosa e pessimista; sou amiga do próximo, sincera, tenho muito sentido de entre ajuda (estou sempre disponível para ajudar);
Entrevista 44	Sou sensível, dinâmica, tenho bom relacionamento, sou extrovertida, paciente, responsável, não devia ser tão sensível, sou pessimista, gostava de ser mais resoluto para operar mudanças na minha vida, agarro-me muito às pessoas, sou teimosa, não sou oportunista, gosto da sinceridade, gosto de valorizar as pessoas de acordo com o seu real valor;
Entrevista 45	Sou um pouco agressiva, pouco paciente, implicadora, simpática e boa amiga;
Entrevista 46	Sou amiga do outro, solidária, não me considero simpática, mas acho que tenho um bom relacionamento com os outros, sou teimosa e impaciente;
Entrevista 47	Sou uma boa pessoa, Sensível, sou revoltada, considero-me aventureira e forte;
Entrevista 48	Sou simpática, de fácil relacionamento, teimosa e orgulhosa;
Entrevista 49	Sou teimosa, não sou ambiciosa; dou-me bem com os outros e sou divertida;
Entrevista 50	Sou teimosa, compreensiva, chata, passiva e amiga;
Entrevista 51	Sou muito rebelde mas muito humana; sou orgulhosa, humilde, tenho facilidade em comunicar e em me relacionar; sou muito impulsiva mas sei perdoar;
Entrevista 52	Sou pessimista, gosto de ajudar os outros; não sou egoísta e não gosto de conflitos;
Entrevista 53	Sou de fácil relacionamento com as pessoas, sou tímido, competente nos serviços onde trabalhei, sou pontual e tolerante;

Questão 3.2: Como é o seu dia-a-dia? O que costuma fazer?

Entrevista 1	Gosto de fazer trabalhos manuais, pintar, desenhar, escrever (este é o meu hobbie preferido) também gosto de ler, ver filmes, documentários (política); por norma não gosto de me deitar muito tarde, almoço sempre em casa
Entrevista 2	Levanto-me muito cedo às 5h da manhã faço dois sacos de trabalho (um para o meu tio outro para o meu marido), trato da minha avó que tem as pernas cortas e às 9 horas vai para o Centro de dia, trato da minha filha e deixo-a à da minha vizinha até que a minha mãe a venha buscar, vou almoçar a casa e quando sai-o às 17 h faço o jantar, arrumo as coisas, deito a minha avó, às vezes vejo um bocadinho de televisão ou leio umas revistas e por volta das 10 h deitamo-nos;
Entrevista 3	Leio, vejo televisão, levanto-me por volta das 8h 30, tomo o pequeno almoço em casa, almoço em casa ...
Entrevista 4	Levanto-me por volta das 6h da manhã, tomo duche, o café, entro às 8 h ao serviço, às 13 venho almoçar e quando saio às 16h30 arrumo as coisas em casa, faço o jantar, vejo pouca televisão, não leio e às 10 horas deito-me;
Entrevista 5	Levanto-me às 6 horas, faço a minha higiene, tomo o pequeno almoço, penso no jantar, vou ao café, venho almoço em casa e vou beber outro café a seguir ao almoço; depois de vir do trabalho arrumo a casa, organizo o jantar, não vejo televisão, nem leio; costumo deitar-me muito tarde devido às tarefas domésticas;
Entrevista 6	Levanto-me mais ou menos às 7 h, tomo o pequeno almoço trato dos animais durante a manhã, porque só trabalho a partir das 14h 30 , à noite costumo ler e ver televisão, por norma deito-me tarde;
Entrevista 7	Levanto-me às 7h 30 m tomo o pequeno almoço e vou trabalhar, costumo almoçar em casa e

	quando regresso do trabalho às vezes vejo televisão, sento-me ao “fresco”, costumo ler revistas, por volta das 11 h deito-me;
Entrevista 8	Às 7 h levanto-me e faço a higiene, organizo o almoço, trato da minha filha, costumo ver televisão mas não leio; por volta das 10 h gosto de ir um bocadinho ao café;
Entrevista 9	Levanto-me por volta das 7h para cuidar do meu filho, arrumo a casa, faço o almoço; costumo ler e ver televisão, mas gosta mais de ler (leio revistas, livros, de tudo);
Entrevista 10	Levanto-me às 6 h , limpo a casa, trato dos animais, costuma ir ao café depois de almoço, faço a comida, costuma ver televisão e ler (gosto muito de ler);
Entrevista 11	Às 5h 30, faço muitas tarefas domésticas, pouco vejo televisão e não leio porque não tenho tempo;
Entrevista 12	Costumo ler, vejo pouca televisão, gosto de ir ao café, de beber o meu “copinho”;
Entrevista 13	Trato dos miúdos e da casa e trabalho;
Entrevista 14	Trato da casa, do filho, passeio no jardim, vou à piscina;
Entrevista 15	Essencialmente trato da casa e dos filhos;
Entrevista 16	Gosto de estar um pouco em casa a ver televisão a ler (especialmente jornais) e gosto de passear;
Entrevista 17	Trato da casa;
Entrevista 18	Levanto-me vou comprar pão, trato da casa, vou trabalhar, faço a comida e deito-me;
Entrevista 19	Trato da casa e dos filhos;
Entrevista 20	Levanto-me para ir trabalhar e à noite gosto de dar uma volta;
Entrevista 21	Trato dos filhos, da casa;
Entrevista 22	Gosto de frequentar o café, de estar com os amigos e de pescar;
Entrevista 23	Gosto de ouvir música, jogar às cartas, converso com os amigos;
Entrevista 24	Às 7 horas levanto-me, tomo o pequeno almoço, faço as tarefas domésticas, não costumo ver televisão e não tenho vagar para ler; a minha principal ocupação fora o trabalho são as tarefas domésticas;
Entrevista 25	Levanto-me, trabalho, almoço, trabalho, vou até ao café e porque sou dirigente associativo costumo ir à sede do clube para tratar de alguns assuntos;
Entrevista 26	Às 6 h levanto-me, faço a minha higiene, tomo o pequeno almoço, trato do pequeno almoço para o filho e para o marido, trato dos animais, faço a comida, arrumo a casa (não costumo ver televisão, nem ir ao café, nem ler) gosto muito de tratar das plantas;
Entrevista 27	Costumo ir ao café, brincar com os filhos, ver televisão, ler;
Entrevista 28	Faço a comida, faço a minha higiene, trato dos animais, vou ao café, entretenho-me com os amigos, não costumo ver televisão (só quando há futebol), gosto de ler (jornais e às vezes livros);
Entrevista 29	Faço essencialmente tarefas domésticas e sou mãe; não tenho muito tempo para ler embora goste muito e também não vejo muita televisão;
Entrevista 30	Costumo fazer a higiene e arrumação da minha casa, fazer a comida, ver televisão, leio muito pouco;
Entrevista 31	Trato dos meus filhos, ajuda-os a fazer os trabalhos de casa e gosto de brincar com os meus filhos;
Entrevista 32	Essencialmente ocupo o tempo com as tarefas domésticas e presto apoio ao meu pai que se encontra acamada;
Entrevista 33	Trato dos meus filhos e da casa;
Entrevista 34	Trato da casa e do meu filho;
Entrevista 35	Costumo sair para vender uns produtos, costumo ver televisão mas gosto mais de ler (é um dos meus passatempos preferidos);
Entrevista 36	Faço a minha higiene e da minha filha, vestimo-nos, tomamos o pequeno almoço, levo-a para o infantário, almoço em casa; à tarde vou buscá-la dou-lhe o lanche, faço o jantar, arrumo a casa, vou ao café, deito-me por volta das 10 horas; costumo ver um pouco de televisão mas não costumo ler;
Entrevista 37	Levanto-me às 6 horas, trato dos meus filhos, arrumo a casa; à tarde volto a dar um jeito na casa, trato da roupa, às 19 horas vou para a escola, deixo o jantar já feito, deito-me por volta das 11 horas; gosto de ler e de ver televisão, mas o vagar não é muito ...
Entrevista 38	Trato dos meus filhos e da casa; antes das 7 horas levanto-me trato da casa e dos animais, trato da filha; faço a comida (o jantar porque almoço fora); costumo ver televisão, quando tenho vagar e também gosto de ler; deito-me sempre tarde, nunca antes da meia noite;
Entrevista 39	Às 7 horas levanto-me faço a minha higiene, tomo o pequeno almoço, trago a minha filha para o infantário; à tarde vou buscá-la, arrumo a casa, janto e mais tarde vejo televisão (às vezes leio um pouco);
Entrevista 40	Às 7 horas levanto-me trato dos meus filhos que vão para a escola, adianto alguma coisa para a tarde, pouco vejo televisão, gosto de ler mas não o faço muito por falta de tempo; costumo ir ao café; deito-me sempre tarde;
Entrevista 41	Vou levar o meu filho à escola (levanto-me por volta das 8 horas); faço as tarefas domésticas, brinco com o meu filho, costumo ir ao café; vejo televisão, às vezes leio, gosto de bordar, de pintar; deito-me cedo;
Entrevista 42	Levanto-me às 7.30 despacho o meu filho, deixo-o à da avó, faço o almoço para o dia seguinte porque tenho 3 homens a quem dar de comer, às 6 da tarde vou à loja, faço o jantar, vou buscar o meu filho, gosto de ver televisão a seguir ao jantar e deito-me por volta das 10.30;
Entrevista 43	Levanto-me por volta das 8 h tomo o pequeno almoço, bebo café; à tarde vou ter com o meu sobrinho que tem 6 anos ajudo-o a fazer os trabalhos de casa, falo com os meus pais, vejo pouca televisão, gosto mais de ler; por volta das 10 horas mais ou menos deito-me;
Entrevista 44	Levanto-me às 7.30 despacho os miúdos, dou-lhes o pequeno almoço; almoço em minha casa,

	ajudo as minhas filhas nos trabalhos da escola; gosto de ver televisão; gosto muito de ler a bíblia; deito-me por volta das 11.30;
Entrevista 45	Levanto-me e levo a minha filha à escola, vou almoçar a casa com a minha filha; à tarde faço o jantar, a lida da casa;
Entrevista 46	Levanto-me às 7 horas, almoço uma sopa por Ferreira; à tarde vou para casa, faço o jantar, arrumo a casa e deito-me; à noite já não saio porque não me sinto bem;
Entrevista 47	Levanto-me, faço a minha higiene, tomo o pequeno almoço, arrumo o quarto, vou levar o meu filho à escola.; à tarde vou buscá-lo à escola e á minha irmã, vou à loja, faço o jantar, brinco com o meu filho, arrumo a casa e vou dormir;
Entrevista 48	Levanto-me, trato dos meus filhos, levo-os à escola; à tarde vou para casa, faço o jantar, trata dos filhos e deita-se;
Entrevista 49	Levanto-me às 7.30, faço a higiene, trato do meu filho e da casa, levo-o para o infantário; almoço em casa; à tarde vou buscar o meu filho, faço o jantar, vejo televisão e deito-me;
Entrevista 50	Levanto-me faço a higiene, venho para ferreira; à tarde janto vejo televisão, leio e deito-me;
Entrevista 51	Levanto-me, faço a higiene, tomo café; à tarde arrumo a casa e trato do meu filho;
Entrevista 52	Levanto-me, faço a higiene e tomo o pequeno almoço; à tarde vou para casa, janto e já não saio;
Entrevista 53	Levanto-me, faço a higiene, tomo o pequeno almoço, vou almoçar a casa, quando saio á tarde gosto de ler os jornais.; janto e, por norma, não saio muito à noite durante a semana;

Questão 3.3: O que já fez para tentar resolver o seu problema de desemprego?

Entrevista 1	Inscrevi-me no Centro de Emprego; criei o meu próprio emprego e estou sempre atenta a toda a informação;
Entrevista 2	Inscrevi-me em cursos e vou-me sempre oferecer à fábrica do tomate na altura em que eles necessitam de pessoal;
Entrevista 3	Nunca fiz nada, inscrevi-me em cursos e pouco mais;
Entrevista 4	Nunca fiz nada;
Entrevista 5	Inscrevi-me em cursos, trabalhei no casarão, ofereci-me a algumas entidades;
Entrevista 6	Inscrevi-me no Centro de Emprego e a minha mulher costuma procurar em anúncios de jornais;
Entrevista 7	Tentei procurar trabalho;
Entrevista 8	Dirigi-me ao Centro de Emprego;
Entrevista 9	Inscrevi-me no Centro de Emprego;
Entrevista 10	Peço a entidades em especial ao presidente que, também, tem uma empresa;
Entrevista 11	Peço a muitas pessoas;
Entrevista 12	Nunca estive verdadeiramente desempregado;
Entrevista 13	Contacto com o Centro de Emprego;
Entrevista 14	Contacto com o Centro de Emprego;
Entrevista 15	Contacto com o Centro de Emprego, tentei iniciar um negócio por conta própria, respondo a anúncios e concursos de emprego;
Entrevista 16	Inscrevi-me no Centro de Emprego e em cursos de formação profissional;
Entrevista 17	Contacto com o Centro de Emprego
Entrevista 18	Inscrevi-me no Centro de Emprego;
Entrevista 19	Contacto com o Centro de Emprego e respondo aos concursos;
Entrevista 20	Inscrevi-me no Centro de Emprego;
Entrevista 21	Contacto com o Centro de Emprego e respondo aos concursos que abrem;
Entrevista 22	Contacto com o Centro de Emprego;
Entrevista 23	Inscrevi-me no Centro de Emprego e vou estando atenta, procuro;
Entrevista 24	Não fiz nada, pelos menos grandes coisas;
Entrevista 25	Inscrevi-me no Centro de Emprego, respondo aos concursos para a Câmara;
Entrevista 26	Nunca fiz nada;
Entrevista 27	Fiz uma carta para o lar e tento procurar através de pessoas conhecidas;
Entrevista 28	Já respondi a anúncios;
Entrevista 29	Recolho informação através da internet e respondo aos anúncios que surgem nos jornais;
Entrevista 30	Vou ao Centro de Emprego, já falei com o Dr. José Guerra e recorri ao RMG;
Entrevista 31	Recorri ao Centro de Emprego mas por motivos pessoais não posso fazer muito mais como por exemplo iniciar um negócio por conta própria ou aceitar ofertas de emprego fora da localidade;
Entrevista 32	Contacto o Centro de Emprego, inscrevo-me nalguns concursos ou anúncios;
Entrevista 33	Contactei com o Centro de Emprego;
Entrevista 34	Inscrevi-me no centro de Emprego;
Entrevista 35	Neste últimos 2 anos tentei muita coisa, trabalhava à comissão, dirigi-me ao Centro de Emprego, de lá encaminhei-me para o RMG, liguei várias vezes para o Centro de Emprego, inscrevi-me em cursos, dirigi-me várias vezes ao Centro de Emprego;
Entrevista 36	Sujeito-me ao que aparece, nomeadamente ao trabalho do campo que nunca feita;
Entrevista 37	Estabeleci-me por conta própria mas não resultou, perguntei a entidades patronais, mas os horários não eram compatíveis com os das crianças (hotelaria);
Entrevista 38	Inscrevi-me no RMG porque precisava de recursos económicos, mas através dele consegui arranjar emprego; este projecto foi uma grande ajuda;
Entrevista 39	Tentei arranjar trabalho, fui-me inscrever no centro de emprego, peço nas lojas;
Entrevista 40	Fiz tapetes por conta própria durante 10 anos, procurei sempre fazer alguma coisa, tentei estabelecer-me por conta própria;

	o meu marido por doença esteve 2 anos sem trabalhar;
Entrevista 39	A perda do meu primeiro filho; eu estava grávida de 6 meses e tive que abordar;
Entrevista 40	Um acidente grave que o meu marido teve e que quase faleceu; o meu filho era pequeno;
Entrevista 41	Quando eu estava grávida de 8 meses o meu marido abandonou-me; a minha sogra nunca me aceitou, culpabiliza-me porque o meu marido não continuou a estudar e de não ter concluído o 12º ano;
Entrevista 42	O dia em que casei (namorei 8 anos mas o meu pai não me dava liberdade nenhuma); a primeira vez que saí sozinha com o meu namorado foi quando fui entregar os convites do nosso casamento; este foi um passo para a minha liberdade; quando tive o meu filho foi a 2ª melhor coisa que me aconteceu; pela negativa os maus tratos que assisti o meu pai fazer à minha mãe;
Entrevista 43	O acidente do meu pai foi o que mais me marcou até hoje;
Entrevista 44	Sim, o problema de toxicodependência acho que me envolvi inocentemente, talvez devido a alguma falta de informação, ; eu acho que nos vícios sou um pouco influenciável, não admitimos o problema, perdemos os nossos sentimentos e a vida passa-nos ao lado (é dinheiro - droga e a vida passa só por aí); eu iniciei-me na droga aos 24 anos e passei muito rapidamente para as drogas duras;
Entrevista 45	A morte de familiares;
Entrevista 46	O nascimento do filho que me levou a deixar de consumir drogas;
Entrevista 47	O relacionamento com o pai do filho; eu tinha construído uma vida independente dele e delá para cá, com o relacionamento que se estabeleceu entre eles destabilizei completamente a minha vida;
Entrevista 48	A partir da doença da minha filha tornei-me mais auto-suficiente;
Entrevista 49	O nascimento do meu filho;
Entrevista 50	A morte de familiares e o acidente do pai;
Entrevista 51	O nascimento dos meus filhos; é o que me dá força para tudo;
Entrevista 52	O facto de ter tido que recorrer ao RMG para poder subsistir;
Entrevista 53	Não;

3.5 Considera que na sua casa se vive um ambiente calmo?

Entrevista 1	Sim;
Entrevista 2	Mais ou menos; o meu marido porta-se mal não quer fazer nada em casa;
Entrevista 3	Sim;
Entrevista 4	Não;
Entrevista 5	Assim, assim, tenho alguns atritos com os meus filhos porque não gostam que eu diga mal do pai; mas eu sofri tantos maus tratos físicos...
Entrevista 6	Sim;
Entrevista 7	Sim, às vezes;
Entrevista 8	Sim;
Entrevista 9	Agora sim;
Entrevista 10	Sim, às vezes há chatices mas são pequenas;
Entrevista 11	Sim;
Entrevista 12	Sim;
Entrevista 13	Não;
Entrevista 14	Sim;
Entrevista 15	Mais ou menos porque existem alguns conflitos entre o pai e o meu filho mais velho;
Entrevista 16	Sim;
Entrevista 17	Não é muito calmo porque o meu marido bebe e trata-me mal;
Entrevista 18	Sim;
Entrevista 19	Não muito calmo; sou alvo de maus tratos da parte do meu marido que me bate, controla-me as minhas saídas, é muito ciumento; passo longos períodos de tempo sem falar com ele;
Entrevista 20	Sim;
Entrevista 21	Sim; mas quando estava com o meu marido as coisas eram mais complicadas; ele não me deixava sair, não ligava aos filhos;
Entrevista 22	Não muito calmo;
Entrevista 23	Sim;
Entrevista 24	Não é um ambiente muito agitado, o meu companheiro está sempre brigando com a minha filha porque come muito;
Entrevista 25	Sim;
Entrevista 26	Não o meu marido tem um feitio muito difícil existem brigas entre filho e pai; o pai não entende o filho e eu é que ando no meio é o jogo do empurra;
Entrevista 27	Sim, é um ambiente calmo;
Entrevista 28	Sim;
Entrevista 29	Sim;
Entrevista 30	Não devido aos problemas de alcoolismo do meu marido que tem 42 anos; os meus filhos são agressivos referem que se matam e o pai é muito agressivo com eles quando bebe o que acontece diariamente
Entrevista 31	Sim;
Entrevista 32	Sim apesar de alguma agitação provocada pela situação de saúde do pai;
Entrevista 33	Não muito devido aos miúdos;
Entrevista 34	Sim;

Entrevista 35	Sim, actualmente, sim;
Entrevista 36	Sim;
Entrevista 37	Sim;
Entrevista 38	Mais ou menos;
Entrevista 39	Sim;
Entrevista 40	Mais ou menos; se tiver problemas económicos não tenho paciência e por vezes surgem discussões;
Entrevista 41	Às vezes; porque ele guerreia comigo, já me tem querido bater, não me quer dar dinheiro;
Entrevista 42	Sim, muito;
Entrevista 43	Mais ou menos; existem muitos conflitos entre pais e filha por causa do meu namoro;
Entrevista 44	Agora, sim relativamente ao que já vivi;
Entrevista 45	Mais ou menos;
Entrevista 46	Não; só estou melhor quando tenho o meu filho perto;
Entrevista 47	Não é um pouco conflituoso;
Entrevista 48	Sim;
Entrevista 49	Não muito;
Entrevista 50	Não devido ao meu pai;
Entrevista 51	Sim;
Entrevista 52	Sim;
Entrevista 53	Sim;

Questão 3.6: Alguém da sua família tem ou teve problemas de toxicod dependência ou alcoolismo??

Entrevista 1	Não considero que existam problemas dessa natureza porque eu entendo a situação de toxicod dependência aquela em que a pessoa já não consegue viver sem consumos, agora quando tal não acontece, quando os consumos são esporádicos;
Entrevista 2	Não;
Entrevista 3	Não
Entrevista 4	Sim, o meu marido tem problema de alcoolismo;
Entrevista 5	Antes quando vivia com o meu companheiro que tinha problema de alcoolismo; mas agora não;
Entrevista 6	Não;
Entrevista 7	Não;
Entrevista 8	Sim;
Entrevista 9	Não;
Entrevista 10	Não;
Entrevista 11	Sim, tenho um sobrinho toxicod dependente;
Entrevista 12	Não;
Entrevista 13	Não;
Entrevista 14	Sim, o meu pai tinha problemas de alcoolismo;
Entrevista 15	Não;
Entrevista 16	Sim, o meu pai tinha problemas de alcoolismo
Entrevista 17	Sim o meu marido é alcoólico;
Entrevista 18	Não;
Entrevista 19	Sim, o meu irmão;
Entrevista 20	Não;
Entrevista 21	Não;
Entrevista 22	Não;
Entrevista 23	Não;
Entrevista 24	Sim, o meu pai tem problemas de alcoolismo;
Entrevista 25	Não;
Entrevista 26	Sim o meu marido teve problema de alcoolismo;
Entrevista 27	Não;
Entrevista 28	Não;
Entrevista 29	Sim, eu;
Entrevista 30	Sim o meu pai e o meu marido;
Entrevista 31	Não;
Entrevista 32	Não;
Entrevista 33	Não;
Entrevista 34	Não;
Entrevista 35	Não;
Entrevista 36	Sim o meu marido (toxicod dependência)
Entrevista 37	Sim, o meu avô;
Entrevista 38	Sim o meu pai e o meu avô;
Entrevista 39	Não;
Entrevista 40	Sim, o meu pai;
Entrevista 41	Sim, o meu pai;
Entrevista 42	Sim o meu pai era alcoólico;
Entrevista 43	Não;
Entrevista 44	Sim;
Entrevista 45	Não;

Entrevista 46	Sim, o meu companheiro;
Entrevista 47	Sim o meu pai;
Entrevista 48	Não;
Entrevista 49	Não;
Entrevista 50	Sim, o meu pai é alcoólico;
Entrevista 51	Sim, o meu ex-marido;
Entrevista 52	Não;
Entrevista 53	Não;

Questão 4.1: o que é que o RMG já alterou na sua vida?

Entrevista 1	Facilitou-me sem dinheiro não se pode viver (mesmo pouco ajuda) acedi a um trabalho o que para mim é muito importante;
Entrevista 2	Arranjei ocupação;
Entrevista 3	Senti-me mais integrada em termos sociais e também económicos;
Entrevista 4	Ajudou-me financeiramente; ajudou-me a pagar as minhas dívidas;
Entrevista 5	Foi uma ajuda económica e também não tinha trabalho, não tinha nada e agora já tenho alguma coisa; só tenho pena porque às vezes preciso desabafar e não tenho com quem;
Entrevista 6	Foi uma ajuda económica importante, permitiu-me a inserção nesta ocupação; e, ainda, melhorias na minha habitação;
Entrevista 7	Tem-me dado melhores condições, especialmente, económicas à minha famílias;
Entrevista 8	Foi o meu suporte económico quando me separei do meu companheiro;
Entrevista 9	Ajudou-me no pagamento de algumas prestações de mobílias;
Entrevista 10	Pouco alterou ajudou economicamente (11000\$00) mas sobretudo na inserção ocupacional;
Entrevista 11	Arranjei este trabalho e a minha casa;
Entrevista 12	Não mudou muito a minha vida; é apenas uma pequena ajuda para quem nada tem;
Entrevista 13	Para além do aspecto financeiro a integração profissional e o atendimento personalizado por parte das técnicas;
Entrevista 14	Permitiu uma melhoria na minha vida nomeadamente através da mudança para uma nova casa e uma nova perspectiva de vida;
Entrevista 15	Em primeiro lugar alterou financeiramente, e depois permitiu a realização de um sonho (a dinamização de actividades dirigidas a idosos);
Entrevista 16	O facto de ter sido integrada no programa ocupacional que de outra forma considero muito difícil;
Entrevista 17	Arranjou-me uma ocupação;
Entrevista 18	Resolveu-me parte dos meus problemas económicos e arranhou-me este trabalho;:
Entrevista 19	Contribuiu para arranjar ocupação;
Entrevista 20	Ajudou porque devido a problemas de saúde estou limitada naquilo que posso fazer;
Entrevista 21	Ajudou-me a arranjar trabalho mais depressa;
Entrevista 22	É uma segurança para quem não tem trabalho;
Entrevista 23	Permitiu-me o acesso a um trabalho;
Entrevista 24	Muita coisa; ajudou-me bastante porque estava desempregada e sem nenhum rendimento; e foi um empurrão para os arranjos da minha casa porque beneficiei de melhorias habitacionais através do projecto luta contra a pobreza;
Entrevista 25	Contribuiu para ser mais facilmente chamado para uma ocupação;
Entrevista 26	O RMG ajudou-me economicamente foi uma pequena ajuda e, também, a ocupação na Junta;
Entrevista 27	Tem ajudado bastante; o dinheiro RMG é um complemento uma ajuda económica para os medicamentos dos meus filhos;
Entrevista 28	Alterou pouco mas a prestação é uma ajuda;
Entrevista 29	É um suporte económico fundamental para quem não tem nada; e abre a possibilidade do emprego;
Entrevista 30	Fiz obras na casa e estou ocupado;
Entrevista 31	Permitiu a integração nesta actividade; permitiu-me recuperar a minha auto-estima, perceber que sabia fazer outras coisas que não só servir ao balcão e por outro lado abrir outras perspectivas de vida, outro caminho na minha vida;
Entrevista 32	Tomou-me independente financeiramente e mais segura de mim mesma;
Entrevista 33	Ajudou-me a resolver alguns problemas de ordem financeira, integrei-me numa actividade; promoveu-me a minha auto-estima;
Entrevista 34	Para além de minorar o problema económico permitiu a minha integração nesta actividade;
Entrevista 35	Ajudou-me economicamente e colocaram-me neste projecto;
Entrevista 36	Deu-me esta oportunidade; já é muito bom pode ser que a seguir arranje trabalho;
Entrevista 37	Muita coisa; eu dispunha só do ordenado do meus marido e quando recebi comprei roupa para os meus filhos, coisas para a escola, que às vezes faltava, eu nem todas as semanas podia comprar iogurtes;
Entrevista 38	Ajudou-me economicamente e deu-me esta oportunidade;
Entrevista 39	Nada, apenas recebi um mês e fim logo para o curso; só isso;
Entrevista 40	Bastante, nessa altura não tinha rendimentos, coloquei telhado novo na casa, integrei-me neste projecto e o meu esposo também tem uma ocupação;
Entrevista 41	Para o meu filho melhorou muita coisa: tinha dinheiro para o leite dele, para as fraldas, para a roupa; o pai nunca lhe comprou nada e como não me dá dinheiro eu quando não tenho tem ele que ir comprar comida;

Entrevista 42	Muito, havia meses que queríamos comer e não tínhamos; pelo menos para o comer havia;
Entrevista 43	Ajudou bastante, nas obras da minha casa; a minha mãe beneficiou da medida deste que o meu pai teve o acidente, o meu pai teve uma cadeira eléctrica e agora pode levantar-se;
Entrevista 44	Retiraram-me as minhas filhas; acho que me têm ajudado mas com alguma demora porque o que eu sempre pedi foi trabalho e tive algumas dificuldades;
Entrevista 45	O facto de me ter integrado neste projecto;
Entrevista 46	A integração neste programa que de outra forma não seria possível;
Entrevista 47	Consegui equilibrar um pouco mais a minha vida;
Entrevista 48	Deixei de depender dos meus pais, uma maior independência financeira;
Entrevista 49	Mais condições financeiras e a integração neste projecto;
Entrevista 50	Tem ajudado ao equilíbrio financeiro e permitiu-me a integração neste programa;
Entrevista 51	Contribuiu para a melhoria financeira e integrou-me numa ocupação que gosto;
Entrevista 52	Ajudou-me a subsistir, a poder ajudar os meus filhos e apoiar os meus pais;
Entrevista 53	Perspectivou-me uma possível integração profissional;

Questão 4.2: Considera que existem hipóteses de resolver o seu problema de desemprego num futuro próximo (definitivamente) qual pensa ser o contributo do programa em que se encontra inserido a esse nível?

Entrevista 1	Não sei mas acho que o programa tem grande importância;
Entrevista 2	Não, lá na ladeia não há trabalho; só há trabalho no campo e eu no campo não posso trabalhar por causa da coluna;
Entrevista 3	Sim estou optimista e o papel é muito importante;
Entrevista 4	Estou optimista e gostava muito porque como o meu marido bebe muito diariamente, costuma implicar comigo (insulta-me e mal trata-me) pelo menos assim não soffro;
Entrevista 5	Não sei as coisas estão muito más; com trabalho certo podia comprar roupa para os meus filhos, comida da que eles gostam (bifes), almoçar fora com eles de vez em quando, mudava tudo na minha vida, podia manter os meus filhos; eu até gostava de fazer um curso onde tirasse o 6º ano para poder concorrer à Câmara para auxiliar de serviços gerais;
Entrevista 6	Acho que não, tenta-se mas é muito difícil e cada vez mais;
Entrevista 7	Estou relativamente optimista;
Entrevista 8	Não sei mas tenho alguma esperança que seja uma porta que se abra;
Entrevista 9	Gostava mas como existem muitas pessoas desempregadas não vai ser fácil;
Entrevista 10	Agora precisava era de descansar tenho trabalhado muito embora tenha poucos descontos;
Entrevista 11	Não sei;
Entrevista 12	Sim;
Entrevista 13	Não sei mas como gosto do que faço acho que é mais fácil agora do que antes de estar no programa;
Entrevista 14	Acho que sim, não considero que o programa tem contribuído muito porque gostava de me integrar noutra área na qual possuo formação – jardinagem;
Entrevista 15	Acho que não devido à minha idade; a perspectiva é mais positiva tendo em conta a experiência que adquiri no programa;
Entrevista 16	Acho que sim; o contributo que o programa me deu foi a experiência, a formação e a capacidade de utilizar novos instrumentos de trabalho através dele;
Entrevista 17	Algumas;
Entrevista 18	Não porque não sei ler; acho que o programa não pode dar nenhum contributo;
Entrevista 19	Acho que através do programa tenho mais hipóteses porque através de le mostra o que faz, o que é capaz de fazer;
Entrevista 20	Não sei devido à minha idade e aos meus problemas de saúde;
Entrevista 21	Tenho dúvidas; mas como dei a conhecer o meu trabalho acho que com a participação neste programa fico mais perto de me conseguir empregar;
Entrevista 22	Acho difícil, o contributo do programa é poder ficar onde estou porque a Câmara gosta do meu trabalho;
Entrevista 23	Não sei; mas através do programa dou a conhecer o meu trabalho e a minha maneira de ser;
Entrevista 24	Tenho esperança que sim e o programa ajuda bastante;
Entrevista 25	Acho que o concurso da Câmara é uma hipótese a considerar; e o contributo do programa é importantíssimo em termos de uma futura integração nesta entidade;
Entrevista 26	Não sei; o programa é importante porque enquanto dura estou ocupada e ganho alguma coisa, depois logo se vê;
Entrevista 27	Acho que sim;
Entrevista 28	Acho que sim porque se a Câmara pedir vou lá continuar;
Entrevista 29	Sim, à partida vou ficar e tenho o meu problema de desemprego resolvido; o programa foi o pontapé de saída;
Entrevista 30	Depois vou ficar através do S D e depois logo se vê;
Entrevista 31	Sim, bastante importante porque me permitiu a construção de um novo projecto de vida; aprendi muito com este projecto, permitiu-me recuperar a minha auto-estima;
Entrevista 32	Algumas mas tenho muitas dúvidas;
Entrevista 33	Não por causa do meio onde me encontro inserida e não me posso deslocar;
Entrevista 34	Não tenho a certeza, gosto do que faço considero importante o programa porque descobri uma actividade que gosto mas não depende dele a resolução do meu problema de emprego;
Entrevista 35	Não sei é tudo muito complicado, não estou a ver muitas saídas; eu acho que o projecto vai

	ajudar, mas na minha idade não sei ...
Entrevista 36	Não sei, depende se tudo correr bem; é uma experiência nova não sei como vai ser aceite na comunidade;
Entrevista 37	Estou optimista, acho que sim, gostava que a entidade para onde vou gostasse do meu trabalho e pudesse lá continuar;
Entrevista 38	Eu estou optimista, gostaria de trabalhar nesta área por isso o contributo do projecto será determinante;
Entrevista 39	Não sei, estão a construir um Centro de Dia; pode ser que com este curso consiga alguma coisa;
Entrevista 40	Acho que não, vejo muitos problemas a nível de desemprego; acho que o curso é inovador e pode ser que as instituições vejam isso com bons olhos e abra as portas;
Entrevista 41	Não sei ... se calhar com este curso ...
Entrevista 42	Sim, espero que este programa contribua muito para isso;
Entrevista 43	Espero que sim, acho que vai ser um contributo importante;
Entrevista 44	Estou com esperança que sim; acho que com esta oportunidade poderei resolver o meu problema;
Entrevista 45	Tenho dúvidas; não sei responder;
Entrevista 46	Não sabe, mas gostava; este projecto é muito importante porque se não fôr através deste programa não vê mais hipóteses;
Entrevista 47	Acho que não mas gostaria muito de poder trabalhar nesta área profissional;
Entrevista 48	Acho que sim;
Entrevista 49	Acho que sim, este programa permitiu-me outra resposta, outra área de trabalho e outras perspectivas;
Entrevista 50	Definitivamente não vejo hipóteses mas esta é uma área que eu gosto muito e que tem muita utilidade;
Entrevista 51	Acho que sim; o facto de estar um ano a desenvolver actividade onde posso mostrar o que sei fazer vale muito;
Entrevista 52	Considero-me em desvantagem em relação aos outros; acho que parei no tempo; estive muito tempo sem exercer uma actividade profissional e perdi muitas capacidades; considero difícil a integração, ainda que com o contributo deste programa;
Entrevista 53	Sim, se desenvolver um bom trabalho numa instituição isso pode ser valorizado e haver alguma continuidade; penso que é muito importante aproveitar o trabalho desenvolvido neste âmbito, no âmbito deste programa de maneira a haver uma continuidade;

Anexo 2:

Resumo de entrevistas das Entidades Promotoras

RESUMO DE ENTREVISTAS ENTIDADES PROMOTORAS

2.1 Questão O que é para si o RMG?

Entrevista A	É uma faca de 2 gumes; a filosofia/plano teórico bem idealizado mas na prática beneficiam pessoas que não deveriam, como por exemplo o caso da etnia cigana; Mais fiscalização, maior rigor na atribuição; deve beneficiar apenas quem tem necessidade;
ENTREVISTA B	É uma medida bem pensada mas mal aplicada; vejo-a como um contributo para as famílias mais necessitadas, uma medida transitória que visa incentivar e ajudar o beneficiário a resolver os seus problemas;
Entrevista C	Medida de carácter social que visa a inserção dos beneficiários na comunidade e, especialmente, no meio profissional;
Entrevista D	Subsídio que veio colmatar as necessidades de um número de pessoas que não tinham outro meio de subsistência; o critério de atribuição é sempre discutível, torna-se complicado aos técnicos excluir pessoas de RMG, contudo deveria existir maior objectividade na atribuição da prestação; é mais fácil dar do que tirar; é muito complicado excluir a etnia cigana; eu era caixa num banco e assisti a muitas coisas ...
Entrevista E	É uma medida muito necessária mas mal medida muito necessária mas mal coordenada, organizada; há jovens com condições para trabalhar que são hoje substituídos pelos emigrantes de leste, recebem a prestação e voltam as costas ao mundo do trabalho; deveriam ser apoladas as pessoas mais necessitadas (idosos com reformas baixas); o rendimento mínimo garantido na realidade não passa única e exclusivamente da atribuição de um subsídio;
Entrevista F	É uma medida acertada, contudo existem candidatos que beneficiam dela e que não deveriam ser elegíveis; penso que acima de tudo o rmg necessita de ser moralizado;
Entrevista G	Boa medida, boa filosofia com um duplo papel : atribuição de subsídio e a inserção social; contudo existe falta de credibilidade, muita desconfiança que advém de algumas situações injustas como seja o caso da etnia cigana; existe deficiência na fiscalização, contudo esta não pode ser da responsabilidade dos técnicos porque a sua relação com o beneficiário deverá ser de confiança, empática a qual inviabiliza a fiscalização; o técnico deverá trabalhar apenas o processo de inserção;
Entrevista H	Entendo o rmg como um subsídio de carácter económico que deve ser atribuído apenas a quem tem necessidade de usufruir dele; penso que o processo exige uma análise mais concreta das situações onde cada caso é um caso; considero, ainda, que deveria existir uma maior fiscalização na sua atribuição, bem como um maior controlo das situações;
Entrevista I	Em meu entender o rmg é, essencialmente, uma medida que pretende beneficiar as pessoas que se encontram em situações de carência económica;
Entrevista J	É uma medida necessária no país, existe noutros países, uma forma de combater o fenómeno exclusão social, com o sentido de inserção, tanto assim é que o actual governo foi tão crítico em relação a ela e acabou por não dar o passo que se esperava, que era extingui-la. Isso é de alguma forma o reconhecimento da sua necessidade.
Entrevista L	É uma medida de inserção/integração de pessoas desfavorecidas e também uma medida de apoio monetário;

Questão 2.2: Considera o RMG uma medida importante?

Entrevista A	Enquanto medida de carácter social é importantíssima existe, contudo, muito oportunismo; penso que lhe falta qualquer coisa para que consiga atingir os seus ideais mas não me pergunte o quê porque eu não lhe sei dizer;
Entrevista B	É muito importante porque faz com que pessoas/famílias com menores recursos económicos fiquem com um rendimento mais adequado;
Entrevista C	Permite a algumas pessoas, sobretudo a nível profissional adquirirem ou desenvolverem um conjunto de competências; esta situação dificilmente aconteceria se o RMG não existisse; pergunta-me se considero esta medida importante, eu dir-lhe-ia que na sociedade em que vivemos ela é um mal necessário;
Entrevista D	Sim, considero-a importantíssima especialmente para aqueles que usufruem dela por verdadeira necessidade. Quanto aos que trabalham e dizem que não o fazem, não podemos fazer nada porque eles não fazem descontos e não se pode andar, quotidianamente, a perseguir as pessoas, até porque não somos fiscais; por outro lado a função que exercemos também não permite que as pessoas se sintam perseguidas por nós;
Entrevista E	Muito importante, contudo considero que as juntas de freguesia deveriam ter um papel mais activo; nós conhecemos todas as situações, todas as pessoas e a nossa função deveria ultrapassar a mera emissão de atestados; Apesar de ser importante acho que os processos são mal organizados, mal geridos;
Entrevista F	Sim, é uma medida que tem muita razão de existir; existia muita pobreza e o RMG embora não tenha resolvido tudo, ajudou bastante;
Entrevista G	Sim. Tem que ser melhorada, nomeadamente, ao nível dos recursos económicos que envolve; mas o ideal é diferente do possível, por isso temos que nos ficar pelo possível; este facto vai continuar a condicionar a medida, os seus objectivos; o RMG evidenciou situações de pobreza onde a carência económica é apenas um dos muitos problemas da família ; se existem famílias que basta apenas um empurrão para as retirar destes modos de vida, outras há onde tal é mais difícil de acontecer; talvez esta seja uma das maiores limitações desta medida se atendermos ao seu objectivo principal: acabar com a exclusão social (mas se calhar esta é uma utopia necessária);
Entrevista H	Sim, considero uma ajuda económica importantíssima que deve ser atribuída apenas aqueles que não têm capacidade para trabalhar;
Entrevista I	É importantíssima mas as pessoas que dela beneficiam deveriam ser mais incentivadas ao trabalho, contudo por vezes funciona ao contrário. Penso que era importante fazer com que pessoas em idade activa se disponibilizassem para fazer trabalho voluntário nas autarquias, associações evitando deste modo que elas fiquem em casa sem fazer nada;
Entrevista J	Ela veio preencher um espaço vazio, porque os outros sistemas de apoio social existentes não se destinavam a estes tipos de situação e portanto as formas regulamentares protegidas acabaram ser recebidas por um conjunto vasto de pessoas; havia, assim um espaço para esta medida,. A sua implementação tem a ver com isso e com uma resposta que a sociedade precisava de dar a um conjunto de pessoas que se encontravam naquela situação descrita. São pessoas com uma carência especial ligada a questões de sobrevivência. Por outro lado o contributo do R.M.G. ultrapassa a prestação "em dinheiro" e abrange também um regime de inserção. Os beneficiários têm carências sócio-profissionais, digo isto porque as suas necessidades ultrapassa as das competências profissionais abrangendo as competências ligadas com a educação de uma forma lata que se prende com a própria educação para a vida.
Entrevista L	Sim, porque permite aos seus beneficiários usufruir de algum rendimento e, em simultâneo, serem "trabalhados" de modo a serem inseridos no mercado de trabalho ou adquirirem formação profissional para (re)inserção na vida profissional;

Questão 2.3: É parceiro na Comissão Local de Acompanhamento? Se sim, como perspectiva a intervenção da instituição que representa no âmbito desta medida?

Entrevista A	Sim, somos parceiros; não entendo que tenhamos uma função fiscalizadora, mas sim a de filtrar a nível de secretaria as situações que parecem ser de facto de carência económica; as parcerias foram impostas de cima para baixo e isso explica a fraca participação/assiduidade dos parceiros na CLA; acrescem-se as limitações de horários fruto da actividade profissional de cada um;
Entrevista B	Sim, esta instituição deve atestar a composição do agregado e os respectivos rendimentos; criar recursos para as pessoas que se encontram desempregadas evitando que a pessoa receba a prestação e esteja em casa sem fazer nada. De crescer que a sazonalidade das actividades desempenhadas dificulta o atestar das situações de desemprego;
Entrevista C	Sim ao nível da inserção profissional dos beneficiários, prestação de serviços de proximidade aos idosos e apoio na 1ª infância;
Entrevista D	Sim, considero que as reuniões não são conclusivas resumem-se à distribuição de informação estatística; emitimos atestados e se nos recusamos as pessoas alegam que por nossa causa não vão beneficiar da medida e acabamos por ficar como sendo os maus da fita; o papel da junta deverá ser o de saber ouvir;
Entrevista E	Sim, mas desconheço o funcionamento da CLA uma vez que ainda não fui a nenhuma reunião uma vez que o horário estabelecido colide com o da minha actividade profissional; desconheço qual poderá ser a intervenção embora considere que seria importante conhecer, estar informado, ir às reuniões de CLA; considero o papel da junta ao nível desta medida muito vago, desconheço as competências a ela inerentes;
Entrevista F	Sim, mas não entendo qual o papel penso que a adesão foi um bocado imposta, talvez porque as juntas têm uma importante intervenção ao nível comunitário;
Entrevista G	Sim, colaborando na inserção de algumas pessoas, recorrendo aos programas existentes no âmbito da economia social; contudo esta é uma entidade limitada em termos técnicos esperamos poder crescer e assumirmo-nos como um recurso efectivo;
Entrevista H	Sim, a junta conhece a situação de cada pessoa, de cada família e deveria ser envolvida desde o início do processo, não somos chamados a nada, apenas a preencher atestados que comprovam a mera declaração do interessado;
Entrevista I	Sim criar respostas de inserção profissional, respondemos a situações carência alimentar dos idosos dessas famílias;
Entrevista J	A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, foi pioneira na implementação, das primeiras Câmaras que se disponibilizou e entrou efectivamente a gerir o sistema do R.M.G., ainda numa fase experimental, havia muitos concelhos onde ele não existia e nós já o fazíamos sob a direcção da Câmara Municipal, que era a entidade n.º 1, que liderava todo o processo. Isto depois evoluiu e ainda bem e quando se institucionalizou completamente o sistema, evoluiu com a intervenção das outras entidades, cada uma com o seu papel. A nossa preocupação já estava demonstrada porque em 1994 já tínhamos criado um gabinete chamado de apoio à população, que tinha já um pouco essa filosofia e que procurava ajudar as pessoas a recorrer aos programas existentes quer na área de do emprego quer na área do melhoramento da habitação, do acesso à formação profissional e à educação. E, portanto, para nós foi relativamente fácil uma vez que já tínhamos esse sistema implantado antes, já tínhamos alguma filosofia sobre isso, pegar no R.M.G., tivemos sempre uma grande empenhamento nesse aspecto, incluindo a disponibilização de funcionários a full-time para acompanhamento do processo, (todos os meios necessários) e outros programas que a Câmara Municipal tinha posto em prática relacionados com a Luta Contra a Pobreza que procuramos compatibilizar, fazer interagir com o R. M. G. num esquema de cooperação.
Entrevista L	Sim, a intervenção da junta de freguesia passa sobretudo pela cedência de transportes e apoio logístico e colaborar em algumas das acções de inserção;

Questão 2.4: Considera o RMG uma medida eficaz a nível da inserção socio-profissional dos beneficiários? Considera que o grau de inserção pode ser melhorado? De que forma?

Entrevista A	Dos 8 beneficiários que integraram o projecto inserção emprego, após o seu final apenas ficaram 2; em termos globais podemos dizer que a inserção socio-profissional destas pessoas é muito difícil; elas têm necessidades económicas mas muitas vezes não têm hábitos de trabalho, por isso é complicado; mas essas pessoas têm que viver de alguma coisa e estes programas têm especial razão de existir nesse sentido;
Entrevista B	Sim, considero alguma eficácia da medida nesse sentido mas penso que esse nível pode ser melhorado; há que integrar todas as pessoas especialmente os mais novos; há que evitar aceitar as desculpas que eles apresentam e evitar que se acomodem; a lógica deverá ser se recebe tem que trabalhar, tem que fazer algo por merecer; concordo inclusive com o regime de voluntariado, seria uma boa maneira de filtrar situações de desemprego irrealis ao mesmo tempo que a pessoa dava um contributo seu, tornava-se útil do ponto de vista social;
Entrevista C	Penso que não porque como se sabe as respostas profissionais são poucas e a maior parte das pessoas encaminhadas pelo rmg não têm grandes capacidades, se atendermos às exigências das instituições; Não sei de que forma esse grau pode ser melhorado; a formação não tem funcionado no que se refere ao desenvolvimento das competências; as pessoas continuam acomodadas e não se perspectivam mudanças a esse nível; não sei até que ponto não será uma questão cultural...
Entrevista D	Poucas pessoas para não dizer ninguém se conseguiu autonomizar relativamente a esta medida; talvez o nível de inserção fosse melhorado através de cursos de formação adequados às suas necessidades; especializando-os numa profissão talvez dessa forma fosse mais fácil integrá-los no mercado de trabalho;
Entrevista E	No que se refere à nossa freguesia temos optado por dar preferência aos beneficiários de RMG aquando das nossas candidaturas aos POC's; Acho que dificilmente o grau de inserção poderá ser melhorado, considero que o tipo de trabalho existente no concelho as pessoas de RMG não têm condições para o assegurar; talvez alargando os POC's às empresas ...
Entrevista F	Não proque a maioria dos beneficiários recebe a prestação e não dá nada em troca; por outro lado também não existe receptividade da parte da maioria das pessoas, dos empregadores, para integrar estas pessoas; não sei de que forma poderia ser melhorado esse nível de inserção;
Entrevista G	Acho que a maioria das pessoas não conseguiu uma integração efectiva, embora nalguns casos tal tenha acontecido; O nível de inserção tem, necessariamente, que ser melhorado; Penso que a imagem desta medida tem que ser trabalhada; a ideia de que as pessoas recebem a prestação para não fazer nada deve ser apagada, ao mesmo tempo que se realça a ideia de inserção; De que forma? Utilizando os recursos existentes no concelho; um elevado número de beneficiários é indiferenciado e existe em Ferreira uma oferta de trabalho muito ligada à agricultura; se calhar, não existindo o RMG grande parte destas pessoas estaria integrada nesse tipo de trabalho; era importante, face à resistência que as pessoas apresentam relativamente à actividade agrícola valorizá-la não só em termos de imagem mas , também, do ponto de vista remuneratório; Penso que estas medidas também devem ser repensadas já que, por vezes, fomentam maus hábitos de trabalho e alguma improdutividade; era urgente num concelho como o de Ferreira tentar recuperar as pessoas para a actividade agrícola, já que esta é uma das bases principais da nossa economia; se atendermos ao que se perspectiva num futuro próximo é imperioso existir uma concertação estratégica entre os serviços na área do emprego e os actores económicos locais no sentido de se ponderar a aplicação de medidas de economia social nos moldes em que hoje acontece;
Entrevista H	Penso que o RMG tem sido uma medida eficaz a nível da inserção mas também penso que esse nível pode ser melhorado e aí acho que as Juntas de Freguesia têm uma palavra a dizer; deverão ser parceiros privilegiados;
Entrevista I	Não considero que seja uma medida eficaz a esse nível porque incide apenas em termos económicos; se a filosofia é de inserção não está a ser cumprido porque incentiva à malandrice; as pessoas só recebem e não dão nada em troca; concordo que os beneficiários de RMG se devessem disponibilizar para fazer algum trabalho comunitário, nem que fossem 2 ou 3 horas por dia;
Entrevista J	Eu não tenho esse numero, você de certo saberá isso melhor do que eu, em termos de resultados, mas o que é certo é que haverá uma percentagem de sucesso, de pessoas que saíam do R.M.G. por motivo de inserção, e esse é

	<p>o seu aspecto mais importante.</p> <p>O facto do grau de inserção poder ser melhorado é uma questão metodológica, nós vamos pensar que ele pode ser sempre melhorado, até atingir os 100% e isso nunca se atingirá se calhar, mas devemos ter sempre essa ideia, esse método deve ser sempre melhorado, embora a inserção também não possa ser olhada desgarradamente da nossa envolvente sócio-económica. Quer dizer, isto é um pouco como é quase sempre ao nível do desenvolvimento económico e social a chamada "pescadinha de rabo na boca", estando nós numa região mais deprimida do ponto de vista sócio-económico e do emprego, é natural que haja mais pessoas com necessidade de recorrer a este tipo de programas; mas também a sociedade civil e empresarial não tem tanta capacidade de resposta. E, portanto, as duas coisas acabam por andar uma atrás da outra, e uma determinar a outra e vice-versa. Ora bem eu direi que esta taxa de inserção passa muito pela capacidade do tecido económico presente na sociedade poder acolher ou receber essas pessoas. Portanto, se o tecido económico for débil essa situação é particularmente difícil, não pode, naturalmente, pensar-se que sejam os serviços da administração pública, nomeadamente, os autárquicos a fazer isso, até porque estes serviços estão sujeitos a uma regra de concursos públicos, que não lhes permite, sequer um compromisso formal a esse respeito. Portanto temos que pensar numa inserção que tenha um carácter definitivo sobretudo com a iniciativa privada. Embora as autarquias sejam as maiores entidades empregadoras, no caso dos beneficiários de R.M.G., só por isso é que as autarquias as poderão contratar. Mediante um concurso público qualquer pessoa pode concorrer e os do R.M.G. poderão entrar ou não, quer dizer, não têm uma vantagem específica, ao passo que nas empresas privadas, os patrões ou os donos são livres de contratar quem quiserem e podem ter uma política de contratação dessas pessoas.</p>
Entrevista L	<p>Não, o grau de inserção poderia ser melhorado através de uma maior cooperação entre as diferentes entidades do concelho; por outro lado era importante existir, também, da parte da entidade competente uma maior responsabilização e fiscalização;</p>

Questão 3.1: Considera que os beneficiários de RMG possuem características diferentes dos outros candidatos? Se sim identifique as que considera mais importantes?

Entrevista A	<p>Sim, a própria integração destas pessoas em programas desta natureza, ou seja no âmbito da economia social, já evidencia a existência de um conjunto de constrangimentos que se prendem essencialmente com a falta de hábitos de trabalho;</p>
Entrevista B	<p>Não encontro qualquer diferença penso que são iguais a todos os outros;</p>
Entrevista C	<p>Penso que possuem sim, ou então poderão não ter tido as mesmas oportunidades que outros; eu considero a pobreza algo de cíclico, quase que se transmite de pais para filhos; talvez por isso estas pessoas não têm perspectivas de futuro em termos de ambição, são muito dependentes dos serviços; talvez porque sabem que será muito difícil alterar em muito o rumo das suas vidas que tende a ser igual à dos seus pais, avós, etc.</p>
Entrevista D	<p>São todos eles necessitados contudo acho que a situação de beneficiários deveria ser transitória, mas nisto são todos iguais arranjam maneira de receber o dinheiro e de não trabalhar, em especial na agricultura;</p>
Entrevista E	<p>Não, não encontro diferenças; as instituições funcionam mal, nós não conseguimos estar a tempo inteiro, andar todo o dia atrás deles e então as pessoas acabam por não dar o rendimento que deveriam dar; talvez porque necessitam de um maior acompanhamento; olhe eles não são diferentes dos outros mas eu na minha empresa não queria nenhum a trabalhar;</p>
Entrevista F	<p>Não, existem algumas <i>nuanças</i>, mas não considero que possuam características específicas;</p>
Entrevista G	<p>Sim, por norma estas são famílias problemáticas embora existam, também, pessoas cujo único problema seja a situação de desemprego involuntário;</p>
Entrevista H	<p>Não, considero que não existem diferenças significativas</p>
Entrevista I	<p>Algumas pessoas, uma pequena percentagem, por qualquer motivo perderam o emprego, mas na sua grande parte os beneficiários de RMG são pessoas marcadas pela vida ou através da toxicoddependência, ou do alcoolismo ...</p>
Entrevista J	<p>O único tipo de diferença que pode acontecer está relacionado com a</p>

	educação das pessoas. Uma parte significativa dos beneficiários do R.M.G. serão pessoas que associam níveis de educação e de inserção social (não no sentido do emprego) de pertença e de comportamento dentro da sociedade, normalmente, frouxos ou débeis relativamente a outras pessoas. Isso pode depois numa prestação de provas, num concurso público, condicionar o resultado obtido. Para além da baixa escolaridade e do nível comportamental, há um outro aspecto que me parece relevante que é a questão familiar, ela é muito importante para a socialização das pessoas; os beneficiários de R.M.G. têm, normalmente, uma história de vida complexa, uma história que eles constróem para si e acabam, também, por construir para os seus descendentes outras histórias familiares complexas.
Entrevista L	Algumas; entre outras o baixo grau de escolaridade, alguns problemas de saúde, dependências físicas e psíquicas e, também, alguns problemas familiares;

Questão 3.2: Em seu entender quais os constrangimentos que se colocam à inserção socio-profissional deste grupo?

Entrevista A	Penso que o principal constrangimento que se coloca é a falta de ofertas de trabalho; num concelho onde predomina a agricultura e os serviços não podemos exigir uma rápida/efectiva inserção; no primeiro caso devido ao carácter sazonal das ofertas e no segundo pelas limitações que nós tão bem conhecemos e que se prendem essencialmente com a dificuldade em abrir concursos para admissão de trabalhador e são nível da função pública; talvez por isso estes programas assumem uma importância fulcral na nossa região
Entrevista B	Não existem obstáculos se a pessoa quiser, de facto, trabalhar; agora as pessoas por vezes têm a ideia de que devem receber a prestação sem fazer mais nada quando essa não é a ideia do RMG; penso que existe sempre trabalho mas é preciso a pessoa querer fazê-lo;
Entrevista C	Penso que os principais constrangimentos se prendem com as características que estas pessoas, por norma, possuem as quais acabam por dificultar o seu processo de inserção;
Entrevista D	Acho que não existem obstáculos são as próprias pessoas que não querem aproveitar as oportunidades que surgem ao nível da construção civil e da agricultura;
Entrevista E	Eu penso que existe alguma falta de vontade da parte dessas pessoas para saírem da situação em que se encontram; existem pessoas que mesmo face a uma grande necessidade não se disponibilizam para outros trabalhos, habituaram-se a estes programas e preferem receber 60 contos fazendo pouco do que 100 contos e terem que trabalhar de facto; há pessoas que ninguém as quer ir buscar para trabalhar porque conhecem os direitos mas desconhecem os deveres; o problema, principal é que estas pessoas não têm ambição e eu penso que isso é uma questão de formação pessoal; estas pessoas deveriam receber formação e deveriam existir equipas de psicólogos que trabalhassem com elas;
Entrevista F	Penso que o principal problema é a inexistência de hábitos de trabalho a para de uma reduzida oferta de emprego;
Entrevista H	Penso que cada caso é um caso: existem alcoolicos, toxicodependentes, mas penso que no geral não existem constrangimentos especificamente nestes grupos;
Entrevista I	Acho que existe uma falta de motivação do próprio para trabalhar; por outro lado existe uma economia informal que acaba por não resolver de uma forma definitiva a sua inserção socio-profissional; acresce-se que estas pessoas, por norma, não têm perspectivas de futuro, para além da péssima gestão que fazem ao dinheiro que recebem; Penso que o maior constrangimento são as características que elas possuem e que dificultam a sua integração no mercado de trabalho;
Entrevista J	Um dos que já referi tem a ver com a dificuldade que o tecido económico tem, na capacidade deste os receber, de haver "espaço" para eles. Outro aspecto é eles próprios terem competências pessoais, digamos assim, habilitantes, para poderem entrar no sistema e acho que em 3º lugar também se poderá colocar um problema "de vontade" das duas partes: da parte das pessoas beneficiárias que em certos casos haverá uma "não vontade" de entrar no sistema e, também, da parte de quem os pode receber haver uma

	<p>desconfiança ou uma falta de vontade de os receber, isto também pode acontecer. Por exemplo, relativamente à etnia cigana é patente que eles não querem entrar no sistema socio-económico vigente e isso será uma coisa, eventualmente, respeitável. Mas aí acho que o RMG não terá tido a capacidade de dar uma resposta adequada a este problema específico desta minoria, porque por razões constitucionais é difícil fazer a distinção porque perante a lei os cidadãos são todos iguais, mas a verdade é que existem diferenças e neste caso referem-se a diferenças étnicas e culturais acentuadas. Depois o RMG não está adequado ao modo de vida daquela minoria e estes também não estão adaptados ao sistema. Este factor gerou problemas que eu penso que, em parte, desprestigiaram a medida. Eu acho que ao mesmo tempo que foi estabelecido o RMG deveria ter sido encontrada uma forma específica para tratar com a questão destas minorias. Tudo o que possa ser feito com a etnia cigana tem que ser feito sabendo que eles são diferentes, têm uma cultura diferente, têm um modo de vida diferente e não há que forçar a que tenham que ter o nosso modo de vida. Tem que se tentar trabalhar dentro do modo de vida deles.</p>
Entrevista L	<p>Por um lado não reúnem as condições de habilitação escolar necessária para o desempenho de algumas actividades; a sua não integração na comunidade; a recusa por parte dos beneficiários em cumprir e acatar determinadas condições que lhes são impostas pela entidade;</p>
Entrevista M	

Questão 3.3 : Considera que nestes grupos o problema de desemprego é determinante? Porquê?

Entrevista A	<p>Sim, os empregos são frequentemente precários, não existem empresas que absorvam a mão de obra existente que se torna excessiva;</p>
Entrevista B	<p>O desemprego nem sempre é real, por vezes estes incentivos funcionam ao contrário; a filosofia adoptada pelos beneficiários é trabalhar 1 ano para descansar outro lado;</p>
Entrevista C	<p>Penso que sim, como é que uma pessoa que não tem emprego se afirma numa sociedade; o grande problema é a questão económica de facto, se bem que por vezes, também, está em causa a gestão que estas pessoas não conseguem fazer convenientemente;</p>
Entrevista D	<p>Não; a situação de desemprego ou não é real ou então é voluntária. Podemos dizer que existe desemprego porque as pessoas querem um emprego mas não querem trabalhar, não se sujeitam a fazer outras coisas que não se incluem na sua profissão;</p>
Entrevista E	<p>Penso que não as pessoas sujeitam-se a receber uma prestação, mas se quisessem tinham trabalho na agricultura; eles habituaram-se a que tudo lhes fosse dado e a não dar nada em troca;</p>
Entrevista F	<p>Sim, porque não existem saídas profissionais, mesmo ao nível da construção civil, muitas vezes as despesas de deslocação inviabilizam a inserção profissional, para não falar da resistência à mobilidade que as pessoas apresentam no concelho;</p>
Entrevista G	<p>Sim, com a agravante de que o desempregado é socialmente desvalorizado, não tem acesso a determinados bens; podemos dizer que um dos problemas centrais no RMG é, de facto, o problema do desemprego;</p>
Entrevista H	<p>Não, existe na nossa freguesia muito trabalho rural; por vezes o que acontece é que as entidades se queixam que não há pessoal para trabalhar no campo;</p>
Entrevista I	<p>Sim, porque é o desemprego que muitas vezes encaminha as pessoas para situações mais tortuosas;</p>
Entrevista J	<p>Eu acho que sim, as pessoas quando recorrem ao RMG não é porque querem ir à escola, não é porque querem ser informadas, é porque estão com uma carência de carácter económico - financeiro; é essa a razão que as leva a atravessar as portas de Segurança Social, depois é o próprio sistema que procura levá-las para o bom caminho, mas eu penso que a razão primeira é essa.</p>
Entrevista L	<p>Sim, porque o facto de não terem ocupação profissional leva a que estes beneficiários se afastem cada vez mais do meio onde estão inseridos e, também, porque por parte de algumas pessoas serem considerados diferentes marginalizados;</p>

Questão 3.4: Como se processa a integração do beneficiário no seio da instituição?

Entrevista A	Não se verificam problemas de maior, talvez porque a função, ou seja, o trabalho desempenhado por estas pessoas não choca com as funções dos outros funcionários ;
Entrevista B	É igual , processa-se de forma igual para todas as pessoas independentemente do facto de serem beneficiários de Rmg ou não; por norma comunicamos ao responsável o que se pretende que a pessoa faça e ele encarrega-se de fazer o acompanhamento do trabalho;
Entrevista C	De forma normal, são integradas nas actividades mediante a coordenação de alguém, nomeadamente, do responsável pela área onde a pessoa se vai integrar;
Entrevista D	As pessoas já sabem ao que vêm por isso processa-se de modo normal;
Entrevista E	É igual a qualquer outro candidato, as pessoas já têm conhecimento ao que vêm, normalmente fazem a limpeza dos espaços públicos; e aqui surge u problema é que a comunidade não valoriza, socialmente, o trabalho que estas pessoas fazem;
Entrevista F	Por norma as pessoas já sabem o que têm que fazer, daí que a integração se processe normalmente;
Entrevista G	Integram-se normalmente;
Entrevista H	É normal, transmite-se às pessoas quais as suas tarefas quotidianas, bem como as regras da instituição e às quais todos os funcionários devem respeito; o encarregado faz o acompanhamento da situação;
Entrevista I	Normalmente no início do programa faz-se uma reunião onde se explicam os objectivos da instituição; o trabalho / actividades são programadas e as pessoas são diariamente acompanhadas e orientadas nas tarefas a desenvolver;
Entrevista J	Portanto, a Câmara tem um serviço específico para se preocupar com isso, eu penso que este é um aspecto importante; estes serviço preocupa-se, também, com o próprio acompanhamento e faz a articulação com as entidades parceiras, quer com o IIEFP, quer com a Segurança Social. Nos programas específicos como é o caso do Inserção-Emprego as pessoas vêm desempenhar uma determinada função, muitas vezes exterior à Câmara e portanto há uma certa homogeneidade de comportamentos, de objectivos, de pessoas na medida em que todas elas beneficiam do RMG; quando se trata de POC's ou mesmo de formação profissional nós tentamos sempre tratá-los de igual forma sem que haja distinção dos restantes funcionários; eles misturam-se com os restantes no sentido de terem a oportunidade de terem vivências idênticas e o mesmo grau de responsabilidade perante o serviço. Nós defendemos no âmbito desta medida uma intervenção plena na instituição com todos os direitos e deveres iguais aos demais, mas o que acontece às vezes o próprio programa lhes coloca um carimbo diferente (por ex. podem fazer menos horas ou ser dispensados umas horas para procurar emprego) o que faz com que aos olhos dos outros companheiros estas pessoas sejam diferentes e, portanto, cria uma distinção pela negativa e aos olhos deles próprios também psicologicamente eles ficam afectados por não terem os mesmos deveres dos outros. Eu penso que todos deveriam picar o ponto ao mesmo tempo só que há uns que têm direito de não o fazer e isto acaba por se reflectir na própria prestação do trabalho concreto.
Entrevista L	Igual aos restantes funcionários;

Questão 3.5: Acha que os beneficiários de RMG possuem dificuldades acrescidas na sua inserção socio-profissional? Porquê?

Entrevista A	Não depende da maior ou menor capacidade que cada um possui para se integrar;
Entrevista B	Não penso que as dificuldades são iguais ás dos outros;
Entrevista C	Depende dos casos, no global acho que sim, existem pessoas que se empenham numa perspectiva de continuar mas a maioria encara esta inserção como uma obrigação;
Entrevista D	Não, penso que as dificuldades são as mesmas para todas as pessoas;
Entrevista E	Só por eles próprios, eles resistem à integração preferem receberem a prestação; o RMG funciona muitas vezes como um complemento;
Entrevista F	Não considero que são as mesmas que se colocam a qualquer outro candidato;

Entrevista G	Depende das pessoas, mas essa probabilidade será maior no âmbito das que são beneficiárias de RMG; as pessoas que não recorrem conseguem resolver a sua situação porque têm outros meios onde se "agarrar"; só o simples facto de elas serem beneficiárias de RMG evidencia as fragilidades que elas revelam e que as empurra para esta medida;
Entrevista H	Não, as dificuldades são as mesmas;
Entrevista I	Sim, se possuírem determinadas características; penso que embora existem casos em que tal não acontece, mas a maioria terá, de facto, dificuldades acrescidas;
Entrevista J	Talvez isso é difícil de dar uma resposta assegurando que seja 100% assim, há-de haver uma taxa qualquer dessas pessoas que terá dificuldades acrescidas incluindo as que têm a ver com a vontade dles próprios. Também se pode colocar a questão ao contrário, pode haver pessoas que tenham uma sensibilidade social que dêem prioridade a pessoas beneficiárias de RMG;
Entrevista L	Sim, as que referi anteriormente;

Questão 3.6: Comente a seguinte afirmação: "Os beneficiários de RMG provocam, frequentemente, alguma entropia no que se refere ao normal funcionamento das instituições"

Entrevista A	Discordo desta afirmação, acho que há casos e casos e estas coisas não podem ser generalizadas;
Entrevista B	Não concordo, no que toca à nossa instituição estou mais satisfeita com as que são beneficiárias do que com as restantes;
Entrevista C	A nossa experiência não nos diz isso, as pessoas que cá são integradas, tendo em conta o tipo de serviço que é prestado pela nossa instituição, têm sido seleccionadas seguindo alguns critérios e, também, algumas exigências; contudo também não excluimos que, relativamente, a determinadas situações tal possa ocorrer, dependendo do perfil da pessoa em causa;
Entrevista D	Não acho que a afirmação, pelo menos no que se refere à nossa situação, seja correcta; nós nunca tivemos qualquer tipo de problema;
Entrevista E	Não concordo, mas posso lhe dizer que se fosse na minha empresa poderiam ocorrer alguns problemas; há muitas pessoas destas que eu não queria lá nem de graça;
Entrevista F	Não tenho essa experiência; talvez porque a maior parte das pessoas é filtrada para este tipo de função; por outro lado o tipo de trabalho que aqui faz acaba por valorizá-la, de certo modo existe alguma promoção pessoal;
Entrevista G	Depende das organizações, já que estas são responsáveis pelo enquadramento das pessoas e depende, também, do perfil do beneficiário; é lógico que um alcoólico, ou um toxicodependente são sempre situações problemáticas; mas eu acho que não se pode generalizar já que nós neste momento temos 2 rmg's impecáveis e dois dld's que só nos têm trazido problemas;
Entrevista H	Não. Penso que isso depende das pessoas, do seu perfil, enfim, das suas competências pessoas;
Entrevista I	Eu não tenho essa experiência, como nunca tive problemas penso que essa afirmação no que toca a esta instituição não faz sentido;
Entrevista J	Eu penso que há aí uma de duas possibilidades, duas estratégias; ou a entidade os integra plenamente ou os põe a funcionar à parte (eu penso que isso é negativo para as próprias pessoas e para as instituições no que se refere à eficácia do trabalho pois é necessário que os braços do sistema funcionem. Por isso eu penso que as coisas não são tão lineares depende não só do próprio beneficiário mas também da capacidade da própria instituição para o receber.
Entrevista L	É uma afirmação que não se poderá generalizar a todos os beneficiários, existem pessoas que desempenham as suas funções sem provocarem nenhum problema na instituição podendo, inclusive, tomar-se numa mais valia para a mesma.

Questão 4.1: Qual o principal objectivo que leva a entidade a candidatar-se a programas no âmbito do MSE?

Entrevista A	Carência de pessoal que a Junta tem uma vez que só com as pessoas do quadro não consegue dar resposta; por outro lado tem a possibilidade de
---------------------	--

	depois de conhecer o trabalho que estas pessoas desenvolvem poder integrá-las no quadro como já aconteceu com 3 funcionários nossos;
Entrevista B	Necessidade de pessoal face aos reduzidos recursos financeiros existentes que permitam estabelecer contratos de trabalho; Por outro lado temos como objectivo criar respostas de inserção para estas pessoas mantendo-as em contacto com o mundo do trabalho;
Entrevista C	Utilizar pessoal sem ter que despende de recursos próprios; estes programas constituem-se também como uma possibilidade de conhecer as pessoas e depois , em determinados casos, contratá-las;i
Entrevista D	Satisfaz as necessidades da nossa freguesia dando algo que fazer que aqueles que são mais necessitados e que precisam de ter uma ocupação; também porque sem estes programas as autarquias não teriam recursos para satisfazer um conjunto de necessidades da populações; se não fossem estas pessoas existiam um conjunto de actividades que não seriam executadas;
Entrevista E	Principal motivo são os fracos recursos, é completamente impossível por parte do quadro de pessoal da junta assegurar a limpeza dos espaços e edifícios; então estas pessoas vêm desempenhar estas tarefas que caso contrário não seriam realizadas; estes programas vêm beneficiar e muito as juntas; penso que seria importante que as Juntas tivessem possibilidade de contratar estas pessoas, pois quando não existem programas ocupacionais as autarquias têm grandes dificuldades de dar resposta a todas estas necessidades;
Entrevista F	O principal objectivo é suprimir necessidades de serviço, embora tenha consciência que não o possa referir aquando da candidatura, mas esta é de facto a principal motivação;
Entrevista G	Esta entidade é uma IPSS cujos objectivos passam pela inserção socio-profissional das pessoas do concelho; por outro lado, a medida empresas de inserção tem, também ela, uma lógica empresarial (de sustentabilidade da actividade). A possibilidade de aliar à inserção das pessoas, a resolução de problemas (ou se quisermos a satisfação de necessidades) no concelho (digo isto porque existe um nicho de mercado que não era satisfeito de outro modo) são as principais motivações que fundamentam as candidaturas apresentadas;
Entrevista H	As principais motivações baseiam-se nos baixos recursos económicos e na insuficiência de pessoal já que se não forem estas pessoas não é possível à junta desenvolver actividades como a limpeza e higienização dos espaços públicos;
ENTREVISTA I	Por um lado motivações económicas, ou melhor dizendo combater as carências económicas e por outro lado criar lugares para as pessoas se integrem;
Entrevista J	O principal objectivo é colaborar nas medidas sociais de combate ao desemprego e é claro que também acontece que através destes programas se consegue um maior número de mão de obra, um acréscimo de capacidade, de desempenho no que respeita ao trabalho para a comunidade;
Entrevista L	O principal objectivo desta instituição ao candidatar-se aos programas é num primeiro momento permitir a algumas pessoas ocupação profissional e uma possível integração na entidade; e, também, naturalmente, usufruir dos apoios monetários. É também objectivo desta entidade minorar as dificuldades sentidas na satisfação dos munícipes;

Questão 4.2: Existem funcionários contratados que tenham iniciado o seu processo de inserção através de programas desta natureza? Se sim, quantos?

Entrevista A	Sim, 3 funcionários (2 efectivos e 1 com contrato a termo com possibilidade de ficar);
Entrevista B	Não;
Entrevista C	Sim, 10 pessoas;
Entrevista D	Sim, 1 pessoa com contrato a termo;
Entrevista E	Sim, 1 funcionária efectiva;
Entrevista F	Infelizmente não mas apenas porque os concursos estão congelados; existe um grande entrave que são as baixas habilitações literárias destas pessoas;
Entrevista G	Não até á data em função da juventude da entidade, embora exista essa vontade; neste momento os beneficiários RMG são os que têm mais probabilidade de ficar;
Entrevista H	Sim, 1 funcionário;
Entrevista I	Sim, actualmente 3 efectivos;
Entrevista J	?

Entrevista L	Sim, esta entidade tem neste momento 3 contratados: 1 nos serviços administrativos e 2 serviços gerais;
--------------	---

Questão 4.3: Acha que existem aspectos legais no âmbito destes programas que poderiam ser melhorados? Se sim, quais?

Entrevista A	Temos alguma dificuldade em acompanhar os processos de inserção seria importante repensar essa questão;
Entrevista B	Não, desconheço em que é que eles poderiam ser alterados; talvez um maior acompanhamento na componente prática do projecto fosse importante;
Entrevista C	Não;
Entrevista D	As autarquias deveriam estar isentas de pagar as contribuições para a segurança Social sem perda de benefícios para as pessoas;
Entrevista E	Mais acompanhamento; os beneficiários não têm capacidade de se organizar autonomamente; o que acontece em muitos casos é que sem este acompanhamento o programa funciona ao contrário, o que desvirtua a função do programa que é a de o candidato não perder hábitos de trabalho
Entrevista F	Não sei, desconheço a legislação, talvez criar a obrigatoriedade de findo um ano se a pessoa reunir condições ficar nos serviços com vínculo à entidade;
Entrevista G	Pendo que relativamente aos POC's deveria existir uma maior articulação; planejar/programar as necessidades de mão de obra e depois enquadrar; deverá existir uma maior acompanhamento, direi mesmo um acompanhamento mais próximo; talvez um tutor resolvesse; por outro lado é difícil ampliar o nº de postos de trabalho; deveria existir mais facilidade na análise de aprovação das candidaturas;
Entrevista H	Desconheço, mas talvez foi importante garantir alguma continuidade aos programas;
Entrevista I	Não sei;
Entrevista J	Penso que a questão do cumprimento dos horários de trabalho é determinante; outro aspecto que acho muito importante, em termos sociais, tem a ver com o facto das pessoas afectas a estes programas receberem um vencimento de acordo com as categorias vigentes/ a desempenhar no sentido de evitar algumas injustiças e defendo isto, ainda, que a câmara tivesse que contribuir com uma parte desse vencimento.
Entrevista L	Não. Os procedimentos existentes e que antecedem a colocação dos candidatos julgo serem adequados existindo uma grande cooperação entre o Centro de Emprego e a Junta;

Questão 5.1: Considera que existe escassez de incentivos às entidades empregadoras que pretendem criar postos de trabalho?

Entrevista A	Penso que relativamente aos beneficiários RMG deveriam existir incentivos à semelhança do que acontece com as pessoas portadoras de deficiência;
Entrevista B	Penso que os que existem são suficientes; só que talvez por desconhecimento por vezes não são utilizados;
Entrevista C	Não penso que existem bastantes incentivos; a nossa instituição beneficiou de alguns; o que acontece é que por vezes as entidades não têm informação sobre eles;
Entrevista D	Deveriam existir maiores benefícios fiscais;
Entrevista E	Sim, há muita falta;
Entrevista F	Sim, todo o tipo de benefícios seriam bem vindos; talvez alguma redução nos impostos (a nível de IRC); acho que a carga fiscal é muito grande;
Entrevista G	Penso que não, o que eu penso que existe é um tecido económico frágil que tem medo de apostar;
Entrevista H	Penso que é uma dificuldade;
Entrevista I	Embora suficientes nunca sejam, considero que existe alguma falta de informação;
Entrevista J	Eu penso que existem esses incentivos os próprios POC's funcionam como medidas de apoio, existe também o Apoio à Contratação; o que eu acho que seria importante era melhorar/simplificar um pouco o funcionamento administrativo dos que já existem na medida em que me parece que existem

	algumas dificuldades processuais e de resposta em tempo útil.
Entrevista L	Sim. As entidades empregadoras, nomeadamente, as juntas de freguesia debatem-se continuamente com falta de verbas. Apesar de existir a necessidade de criação de postos de trabalho, tal não acontece devido aos poucos incentivos existentes tendo que recorrer-se continuamente a programas ocupacionais que colmatam a necessidade de mão de obra;

Questão 5.2: O baixo nível de qualificações escolares e profissionais influem nos processos de inserção destes grupos?

Entrevista A	100%;
Entrevista B	Às vezes, nem sempre porque a oferta de trabalho é essencialmente para indiferenciados de modo que quem quiser trabalhar arranja sempre trabalho;
Entrevista C	Sim;
Entrevista D	Sim, porque se vais reflectir no aspecto profissional da pessoa;
Entrevista E	Aqui não considero que seja determinante porque 90% do trabalho da freguesia não exige grande formação; criou-se um pavor ao trabalho do campo enorme; talvez porque ainda falte criar algumas condições, mais e melhor formação, a este nível; há que incutir nas pessoas a ideia de que o trabalho agrícola não é nenhum papão; as pessoas fazem no estrangeiro aquilo que têm vergonha de fazer aqui, ou não são tão bem remuneradas ...
Entrevista F	Muitíssimo;
Entrevista G	Sim, cada vez mais face às crescentes exigências impostas pelo mercado de trabalho, mesmo ao nível da agricultura; por exemplo hoje os sistemas de rega são controlados por sistemas informatizados facto de exige todo um conjunto de novas competências que antes seriam impensáveis;
Entrevista H	Não porque existe muita oferta de trabalho indiferenciado;
Entrevista I	Sim, muitas vezes e nos nossos serviços isso nota-se porque não é qualquer pessoa que lida com um idoso, que lhe presta apoio tem não só que ter formação mas também educação;
Entrevista J	Penso que sim, tal como já o referi;
Entrevista L	Em algumas actividades sim.

Questão 5.3: Considera que o funcionamento dos serviços podem ser melhorados de modo a otimizar os resultados dos processos de inserção? Se sim, de que forma?

Entrevista A	Eu penso que a causa geradora desta situação advém exactamente da necessidade de requalificar o tipo de ensino profissionalizado; existia antes a Escola Comercial e Industrial acabaram com elas e eu penso que ficaram a fazer muita falta porque existem repostas que hoje não são obtidas e antes eram; há que virar o ensino para as necessidades do contexto de trabalho; por outro lado, era necessário mais acompanhamento destas pessoas (será que existem poucos técnicos ou que eles são mais de gabinete?) Acho que a Segurança Social faz muita falta junto destas pessoas;
Entrevista B	Sim, penso que à que aliar as vertentes formação /educação; isto é deverá existir uma maior articulação entre os serviços que durante muito tempo estiveram de costas voltadas;
Entrevista C	Deveriam ser melhorados no sentido de direccionar as pessoas para aquilo que elas estão mais vocacionadas, de acordo com o que elas pretendem fazer; penso que relativamente à formação as pessoas deveriam ser confrontadas com a prática antes de iniciarem os curso, especialmente ao nível dos serviços de proximidade;
Entrevista D	Não sei se o funcionamento pode ser melhorado mas considero estas duas áreas muito importantes;
Entrevista E	Talvez tudo passe pela educação, se as pessoas fossem educadas de modo diferente talvez as coisas funcionassem melhor; as nossas escolas estão na última, degradam-se de dia para dia, há que recuperar o nosso ensino, necessitamos de uma escola mais disciplinada;
Entrevista F	Não vejo como;
Entrevista G	Sim, por ex. Na formação profissional os currículos deveriam ser adaptados às necessidades de formação; isto é uma formação profissional dirigida às necessidades concretas das entidades; os timing's também são importantes, existem períodos que poderiam ser aproveitados no sentido da formação ser desenvolvida de acordo com a sazonalidade da actividade agrícola; maior

	articulação entre os serviços e as entidades/empresas;
Entrevista H	Não sei de que modo;
Entrevista I	Sim, acho que eles se têm vindo a aperfeiçoar, era importante incidir nas competências socio-profissionais; existem pessoas que desempenham as suas funções muito bem mas que a nível familiar ou de gestão doméstica são uns irresponsáveis;
Entrevista J	Eu penso que podem ser sempre melhorados; um dos principais pontos do sistema educativo é ao nível do ensino pré-escolar, a necessidade deste abranger um número cada vez maior, especialmente ao nível de esquemas ocupacionais mais permanentes (Ati's, prolongamentos de horários), no que respeita á formação profissional tem sido um grande esforço que esta autarquia tem desenvolvido na medida em que ela é a ante-câmara do emprego e penso que era necessário incutir essa ideia na cabeça das pessoas que muitas vezes a entendem como uma ocupação e não enquanto tal;
Entrevista L	Sim, a formação profissional tem um papel muito importante na inserção profissional dos formandos; sendo assim terá que existir uma maior adequação entre a oferta de cursos e o mercado de trabalho de cada região;

Questão 5.4: Em seu entender existe desajustamento entre a oferta e a procura de emprego no concelho de Ferreira do Alentejo?

Entrevista A	Existe muita oferta de mão de obra; oferece-se trabalho rural mas já ninguém o quer fazer; o que eu quero dizer é que existe pouca oferta e a que existe já ninguém a quer fazer; por outro lado hoje a agricultura está mais mecanizada e ocupa menos mão de obra ou menos tempo as pessoas;
Entrevista B	Existe, porque temos pouca industria é quase tudo trabalho rural e as pessoas porque esse trabalho não é valorizado (especialmente a nível social) não o querem fazer;
Entrevista C	Penso que sim, que existe esse desajustamento; por exemplo no que respeita á nossa entidade não existe motivação da parte das pessoas para integrarem profissionalmente as valências Lar /Centro de dia/Apolo domiciliário; já o mesmo não se passa com o infantário;
Entrevista D	Existe esse desajustamento porque a oferta é essencialmente trabalho rural e as pessoas não pretendem esse trabalho pelos motivos que já apontei;
Entrevista E	Sim, porque os que vêm de fora facilmente arranjam trabalho; os que cá estão não se querem sujeitar a certos trabalhos como por exemplo a construção civil ou a agricultura; as empresas têm que ter mais poder e os funcionários têm que pensar que quando vão para o trabalho é para trabalhar;
Entrevista F	O concelho de Ferreira possui uma agricultura mais de regadio; contudo pouca gente quer trabalho tradicional; quase toda a gente quer trabalho de secretária até os que não o sabem fazer; penso que este é um problema cultural, há que trabalhar isto nas escolas; talvez valorizando estas actividades em projectos das escolas que informem acerca das novas técnicas; hoje já não se trabalha de sol a sol como antes;
Entrevista G	Sim pelos motivos que já apontei;
Entrevista H	Sim, era importante existirem mais empresas; o trabalho rural não existe motivação para ele;
Entrevista I	Sim, porque as pessoas fogem do trabalho do campo;
Entrevista J	Sim, é óbvio que existe mais procura que oferta, existe um excedente de mão de obra, mas por outro lado acho que deveria haver a preocupação por parte da entidade que promove formação profissional em sensibilizar as pessoas para aceitarem a sua inserção na área da agricultura. Esta actividade teve um momento de grande desprestígio o qual está um pouco ligado ao período revolucionário; é, portanto, necessário recuperar a ideia de que o trabalho no campo é um trabalho digno e até rentável (porque pelo menos agora já vai sendo). Agora quanto ao carácter sazonal da actividade é que levaria a uma maior intervenção do Estado através do IEFP no sentido deste ser a almofada, digamos assim, durante o tempo em que não há trabalho.
Entrevista L	Sim, apesar deste desajustamento ser sentido sazonalmente, nomeadamente na agricultura. Por outro lado, no sector dos serviços verifica-se algum desequilíbrio havendo mais oferta do que procura levando a que algumas pessoas tenham que sair do concelho;

Questão 5.5: Que tipo de apoios considera necessários mobilizar, no sentido de favorecer os processos de inserção destes grupos no concelho de Ferreira, nomeadamente a nível de infra-estruturas?

Entrevista A	Talvez apoios empresariais; a agricultura absorve uma décima parte das pessoas que absorvia; a nível de infantário ele não dá resposta; serviços de apoio à família e à comunidade (infância e terceira idade);
Entrevista B	Mais empresas para criar mais postos de trabalho, nomeadamente, agro-industriais, infantário, não temos centro de dia em Figueira de Cavaleiros, ao nível do apoio domiciliário as pessoas de santa Margarida não estão abrangidas;
Entrevista C	O infantário não dá resposta, embora essa situação possa ser utilizada como uma desculpa; criação de postos de trabalho (a construção do parque industrial trará mais empresas e logo criará postos de trabalho); a habitação também é uma lacuna existem poucas casas e as rendas são elevadas ou não têm condições; não existe habitação social no concelho;
Entrevista D	Criando incentivos para as pessoas ficarem na freguesia; dentro de 7 ou 8 anos precisamos de 300 pessoas que são necessárias anualmente no trabalho agrícola por causa do laranjal; ao nível dos serviços de proximidade precisamos de um Centro de dia e temos, também que dar resposta às crianças (ATL);
Entrevista E	Sim infra-estruturas ligadas à agricultura que criem mais postos de trabalho (agro-industriais)
Entrevista F	Escolas profissionais; investir numa mudança cultural; não concordo que se pague para a mulher poder ficar em casa quando por vezes isso lhe fica mais barato que utilizar a instituição; o trabalho de mãe ou pai deveria ser remunerado; penso que as novas políticas deveriam ir no sentido da não institucionalização ; estamos a ter problemas porque as crianças são retiradas muito cedo da mãe e lhes faltam as referências;
Entrevista G	Existe uma carência que penso ter resolução dentro em breve que tem a ver com o facto do infantário não dar resposta; para além desta temos também os espaços de ocupação de tempos livres já que o que existe não é compatível quer com todas as faixas etárias, nem com os horários dos pais, criação de parque das empresas e criação de parque agro-industrial;
Entrevista H	Penso que uma das infra-estruturas necessárias é o parque industrial, que de uma forma directa e indirecta criará alguns postos de trabalho;
Entrevista I	Penso que a grande necessidade tem que ver com a criação de espaços de acolhimento para a primeira infância, já que para os nossos idosos temos Centro de Dia (só existe pré-primária e não temos ninguém que tome conta das crianças fora do horário escolar; às 15h30 saem e tem também o problema das férias); necessitamos, ainda, de alguma industria (nomeadamente agro-industrias);
Entrevista J	Eu penso que neste âmbito existem duas medidas que são preponderantes; uma refere-se à questão dos apoios de retaguarda como é o caso da ampliação do infantário, medida esta que já foi colocada oficialmente e que está a ser resolvida. Estes apoios podem funcionar eles próprios como algo gerador de postos de trabalho. A outra medida refere-se ao estabelecimento de um sistema de transportes por parte do IEFP e aqui deixe-me dizer-lhe que eu acho que o IEFP se encontra mal organizado isto porque os Centros de Emprego e os Centros de Formação não possuem uma estratégia coerente para zonas concretas; à semelhança do que acontece com a D R de Educação deveria haver uma leitura comum ao nível de determinados espaços para que tudo pudesse funcionar em rede, existir uma cabeça inferior ao nível distrital essencialmente por uma questão de estratégia. Por exemplo há momentos que aqui em Ferreira não existe mão de obra suficiente, enquanto que os Centros de Emprego terão pessoas inscritas em Vila Nova de S. Bento, se existisse uma visão integrada, coerente com os tais apoios de retaguarda seria possível mobilizá-las de lá para cá em pouco menos de meia hora, através de uma rede de transportes que também poderia funcionar a nível interno do próprio concelho.
Entrevista L	No concelho de Ferreira do Alentejo deverão ser aumentados os incentivos financeiros de modo a favorecer a instalação de industrias principalmente agro-industriais;

Questão 6.1: Acha que existem representações negativas por parte da sociedade em geral e, especificamente, das entidades patronais em relação a estes grupos? Se sim, considera que elas podem constituir-se como um entrave aos processos de inserção?

Entrevista A	Se calhar sim; temos tendência para generalizar as situações quando nós sabemos que existem, de facto, pessoas que lá estão porque precisam e, assim que podem, abandonam; outros poderiam lá estar a vida inteira que não se importariam;
Entrevista B	Às vezes porque numa economia de mercado procura-se maximizar a produtividade e estas pessoas não estão mentalizadas ou habituadas que se exija;
Entrevista C	Existem e, regularmente, constituem-se como um entrave;
Entrevista D	Sim, por vezes essas situações verificam-se, Acho que não porque se a pessoa se encontra desempregada momentaneamente e quer, de facto trabalhar e se esforça por demonstrá-lo isso não acontece, agora quando não querem trabalhar quem é o patrão/empresa que se aguenta com esse tipo de pessoas;
Entrevista E	Criou-se no nosso país uma ideia muito negativa da medida rmg, talvez pelas situações de injustiça que gerou; muitas vezes generaliza-se a ideia de que quem muito trabalhou ao longo dos anos não tem uma pensão decente e os ciganos que nunca contribuíram com nada, só sabem fazer filhos e recebem quantias exorbitantes; talvez esta generalização que se faz dos casos acabe por fazer com que existam estas ideias e elas se constituam, muitas vezes como um entrave;
Entrevista F	Penso que sim, muitas vezes os beneficiários são conotados de preguiçosos e isso condiciona-lhes o processo;
Entrevista G	Sim, especialmente numa fase inicial do processo de inserção porque quando a pessoa dá provas que quer abandonar, quer alterar alguma coisa no seu processo já não se passa tanto;
Entrevista H	Existe a ideia que quando a pessoa é beneficiária de RMG as entidades o excluem, contudo quando as situações são deveras de necessidade na nossa zona onde todos nos conhecemos os laços de solidariedade acabam por funcionar e as pessoas ajudam; agora quando se verificam situações injustas é muito complicado para todos;
Entrevista I	Penso que não;
Entrevista J	Talvez um pouco mas aí eu acho que há uma coisa muito importante a esse nível que também não se faz: nós quando nos aparecem bons trabalhadores temos sempre pena de os perder; e as entidades gostam de avaliar a sua capacidade, o seu valor; por isso eu acho que os POC's deveriam ser também para os privados e constituir-se como uma oportunidade, à semelhança do que acontece com as entidades públicas, eu penso que perante estas provas dadas que a existirem essas representações acabariam por se diluir. Muitas vezes a autarquia quando um determinado programa finda gostaria de contratar determinada pessoa mas torna-se difícil por causa dos concursos públicos enquanto que uma entidade particular já não é assim porque a empresa é dele: Digamos que os POC's funcionariam, também para as empresas privadas como uma oportunidade da pessoa se revelar, seria uma experiência a fazer.
Entrevista L	Sim;

Questão 6.2: Considera que existe sentido solidário relativamente a estes grupos por parte de potenciais empregadores?

Entrevista A	Acho que não, as entidades não estão receptivas a estes grupos mais problemáticos nomeadamente ao nível da etnia cigana;
Entrevista B	Não pelo motivo que aponte anteriormente;
Entrevista C	Não, numa sociedade capitalista a solidariedade fica muito aquém mesmo por parte daquelas instituições que se dizem de "Solidariedade Social";
Entrevista D	Penso que não, especialmente as entidades que têm que olhar às questões económicas da empresa;
Entrevista E	Se existe desconheço;
Entrevista F	Não existe; o mercado de trabalho é muito competitivo (a ideia é explorar o mais possível e pagar o menos possível); os valores humanos deixaram de existir (se é que alguma vez existiram);
Entrevista G	Não, penso que os interesses organizacionais se sobrepõem à questão social (no global); torna-se mais fácil se existirem laços de amizade ou de família;

Entrevista H	Sim, por vezes até pecam em flexibilizar muito a questão no que se refere à atribuição de subsídios e ao pagamento de descontos;
Entrevista I	Da parte das nossas instituições penso que sim, agora da parte de entidades com fins lucrativos é muito difícil;
Entrevista J	Nalguns casos acho que sim, não sei, penso que existirão pessoas com uma maior sensibilidade; e aqui a questão da proximidade pode funcionar positivamente na aceitação, ou seja enquanto se calhar em Beja ou, sobretudo, em Lisboa este encontro que o Instituto possa fazer entre a oferta e a procura é um bocado impessoal, aqui, por ventura em Ferreira a proximidade poderá favorecer a aceitação.
Entrevista L	Não;

Questão 6.3: Acha que existe um défice de informação/sensibilização sobre as problemáticas que envolvem estes grupos?

Entrevista A	Muito, penso que falta algum acompanhamento directo por parte dos vários serviços junto das entidades;
Entrevista B	Talvez, não sei; eu não sinto isso;
Entrevista C	Não existe essa falta de informação; hoje os media desempenham muito bem essa função colmatando lacunas que antes se colocavam;
Entrevista D	Deveria existir mais informação; as juntas deveriam saber quem são as pessoas que na sua freguesia são abrangidas pelo RMG;
Entrevista E	Sim, deveria existir mais informação junto do cidadão comum; temos que saber porque é que as coisas acontecem de determinada forma e um bom recurso seriam os meios de comunicação social;
Entrevista F	Sim, embora saiba que é complicado publicitar coisas que os beneficiários não queiram ou não gostam que se saiba; há que fazê-lo sem invadir a sua privacidade; era bom que as autarquias, que são as responsáveis no concelho, mobilizassem meios nesse sentido;
Entrevista G	Existe, devido à falta de interesse que as pessoas revelam em relação ao assunto; por outro lado os meios de comunicação também não desempenham essa função como se esperaria e induzem muitas vezes as pessoas em erro;
Entrevista H	Penso que não existe falta de informação, antes pelo contrário há, na maior parte dos casos, informação a mais;
Entrevista I	Sim, acho que há muita falta de informação da parte quer dos serviços de emprego e da segurança social os quis deveriam enviar essa informação por correio;
Entrevista J	Eu penso que as pessoas têm uma noção, penso que não será um assunto ignorado nem desconhecido para a maioria das pessoas, agora talvez pudesse haver um nível de informação mais elevado nomeadamente através do sistema de ensino;
Entrevista L	Sim,

Questão 7.1: Quer referir-se a aspectos que considere de interesse, no âmbito desta problemática, que ainda não tenham sido abordados? Se sim, quais?

Entrevista A	Gostaria de referir que a questão do acompanhamento me parece fundamental; com um bom acompanhamento muitas destas pessoas poderiam ser recuperadas; os ciganos não se podem integrar na nossa sociedade porque desse modo perderão a sua identidade cultural; as entidades não estão envolvidas na parceria; as juntas deveriam expor apenas os problemas inerentes à sua freguesia; não existe capacidade de resposta para o número de parcerias que existem no terreno e os parceiros são sempre os mesmo; era também importante, para envolver todas as entidades de igual forma que as coisas não fossem tabú; devia haver mais confiança em todos os parceiros (hoje há parceiros de primeira e parceiros de segunda);
Entrevista B	Acho a participação da entidade que represento na CLA importante, gostaria de ir mas os horários não me permitem (os horários das reuniões deveriam ser pós-laborais);
Entrevista C	A medida deveria ser revista; um trabalhador que trabalhou a vida toda tem uma pensão de miséria e uma pessoa que nunca descontou tem um rendimento muito superior, rendimento este que sai do cofre do Estado; O acompanhamento e a fiscalização deveria ser intensificado; atribui-se a prestação mediante documentos e informação oral; era importante existir antes da atribuição da prestação uma maior articulação entre os serviços; há que

	conferir maior protagonismo aos parceiros, já que somos chamados apenas para criar recursos /para dar e não recebemos nada em troca nem sequer a confiança);
Entrevista D	Necessitamos que sejam tratados problemas concretos da nossa freguesia na reunião de CLA e não apenas receber dados estatísticos; penso que desta forma estaríamos muito mais envolvidos no processo; a própria estatística deveria ser por freguesia; Queria referir-me ainda à questão dos programas ocupacionais cuja vocação principal pode sair desvirtuada, muitas vezes as pessoas continuam nos programas trabalham menos, ganham menos apenas por uma questão de horários, porque existem filhos ou pais que estão dependentes destas pessoas e para trabalharem têm que sair da aldeia muito cedo;
Entrevista E	Gostaria de referir que nós parceiros desconhecemos o processo RMG o conhecimento que temos da medida é de rua; não sabemos quem na nossa freguesia beneficia da medida, por isso não me considero um parceiro efectivo, envolvido em todo o processo, somos outsiders;
Entrevista F	O RMG deveria ser moralizado, existir mais rigor ; o diagnóstico social não vai a fundo, as pessoas não declaram tudo o que obriga a algum trabalho de investigação, nomeadamente os sinais exteriores de riqueza que não se coadunam com os rendimentos que as pessoas referem ter; se se dá uma prestação tem que se exigir algo em troca, compatível com aquilo que se recebe (não se pode exigir que fossem 8 horas diárias; trabalhos simples);
Entrevista G	O RMG é a rede ultima; há que caminhar no sentido do desenvolvimento económico; na questão das parcerias as pessoas só participam se tiverem algo em troca, se existirem incentivos, principalmente as entidades privadas; a lógica não deve ser o que cada um deve dar, mas aliar também a questão do que é que elas podem retirar da parceria; as empresas têm que ser envolvidas neste processo, agora falta repensar as estratégias, as quais têm que ser pensadas em função delas; coloca-se na questão do RMG a lógica na questão das obrigações e menos nas regalias;
Entrevista H	Acho importante que na parceria se tratassem casos concretos e não abstractos; os nossos idosos têm dificuldades não podem trabalhar e são muito pouco apoiados; enquanto que outros complementam o RMG com trabalho ou então, o que é ainda mais grave, não querem trabalhar; há que haver mais fiscalização para que as verbas possam ser atribuídas a quem de facto precisa e perante ilegalidades essas pessoas nunca mais deveriam receber;
Entrevista I	----
Entrevista J	Em Ferreira do Alentejo existe um funcionamento numa lógica de parceria que deve ter iniciado com a criação do GADES em 1994 por iniciativa exclusiva da Câmara com o objectivo de se desenvolverem um conjunto de projectos da Câmara e depois através dele foi recebendo parcerias com outras entidades, nomeadamente, a do Projecto de Luta contra a Pobreza; eu entendo a parceria como algo fundamental na resolução dos vários problemas de um dado território uma vez que é muito difícil ou até mesmo impossível uma entidade resolver tudo sozinha; eu considero que o processo em Ferreira tem funcionado bem o que pode haver é uma incompatibilidade entre o que é o espírito de funcionário e o espírito de missão e por vezes há aqui um erro ao pensar-se que os funcionários da Segurança Social são missionários quando na realidade são funcionários (por exemplo têm que cumprir os seus horários); os membros das associações voluntaristas ou autárquicas são mais missionários e, portanto há aqui uma incompatibilidade que só funcionaria bem se se "funcionalizasse" os voluntários ou se se "voluntarizasse" os funcionários; eu acho que é muito importante que exista a CLA tem muitas virtualidades mas tem que haver aí uma forma de se compatibilizar esta questão.
Entrevista L	----

Nº Entev	SEXO		IDADE					HABILITAÇÕES LITERÁRIAS					
	MASC	FEM	MENOS DE 20	20-29	30-39	40-49	50 E MAIS	(-) 1º CICLO	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND	LICENC
1		1				1					1		
2		1		1					1				
3		1		1								1	
4		1				1		1					
5		1			1			1					
6	1				1					1			
7	1			1					1				
8		1			1			1					
9		1		1						1			
10		1					1		1				
11		1			1				1				
12	1						1		1				
13		1			1					1			
14		1		1						1			
16		1				1						1	
16		1		1							1		
17		1				1		1					
18		1				1		1					
19		1			1					1			
20	1					1			1				
21		1			1				1				
22	1					1		1					
23	1				1					1			
24		1			1				1				
26	1					1				1			
26		1					1	1					
27		1		1						1			
28	1						1		1				
29		1		1								1	
30		1			1					1			
31		1			1							1	
32		1				1					1		
33		1		1						1			
34		1		1						1			
36		1				1					1		
36		1		1						1			
37		1			1					1			
38		1			1					1			
39		1			1						1		
40		1			1						1		
41		1		1								1	
42		1		1							1		
43		1	1								1		
44		1			1							1	
45		1			1							1	
46		1		1						1			
47		1		1						1			
48		1			1					1			
49		1		1						1			
50		1	1								1		
51		1				1				1			
52		1					1			1			
53	1				1								1
TOTAL	9	44	2	16	19	11	6	7	9	20	9	7	1

ÁREAS DE FORMAÇÃO				EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL				
(16) Hotel/Rest	(20) Infor/Com/Doc	(21) Informát	(28) Serv Pess e Comum	GRUPO III	GRUPO IV	GRUPO V	GRUPO VI	GRUPO VII
						1		
							1	
								1
							1	
							1	
1						1		1
							1	
					1			
					1			
							1	
							1	
						1		
								1
		1		1				
			1					
			1			1		
						1		
	1						1	
						1		
			1				1	
			1			1		
							1	
			1			1		
								1
			1			1		
1						1		
						1		
			1				1	
			1			1		
					1			
			1		1			
2	1	1	8	1	4	13	11	3

Anexo 3:

Análise de ocorrências - Entrevistas aplicadas aos beneficiários

MULHER C/FILHO(S)	AVO C/NETO	CASAL C/FILHOS E OUTROS FAMIL	Nº ELEMENTOS	DURAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESEM		
				(-) 1 ANO	(+) 1 ANO	NUNCA TRABALHOU
			2		1	
		1	5	1		
	1		3		1	
			3		1	
1			5		1	
			4		1	
			3	1		
1			3	1		
			3			
			2	1		
			5		1	
			2	1		
			8		1	
			3		1	
			5		1	
1			3			1
			5			1
1			2		1	
			4		1	
			1		1	
1			5		1	
			4		1	
			1		1	
			4		1	
			1		1	
			3		1	
			4		1	
			9		1	
1			2		1	
			4		1	
1			3		1	
			3		1	
			4		1	
1			3		1	
			1		1	
			3	1		
			5	1		
			5		1	
			3		1	
			4	1		
			3			1
		1	4	1		
		1	4			1
			4	1		
			3		1	
			3		1	
1			2		1	
1			4	1		
1			2		1	
			4	1		
1			4		1	
1			3		1	
			1		1	
13	1	3	183:53=3			

PREGO	MOTIVOS DA SITUAÇÃO DE DESMPREGO								TEMPO		
	NAO SE LEMBRA	FIM DE ACTIV	SAUDE	TRAB SAZON	FIM CONTRAT	EMPREGO S/QUALID	QUEST FAMIL	MUD RESID		OUTRAS	
	1					1				1	
						1				6	
										5	
		1								6	
			1							5	
		1								1	
			1							1	
			1							5	
1						1				1	
							1			2	
	1					1				10	
						1				6	
						1			1	10	
		1								6	
										22	
										2	
										2	
			1						1	4	
				1						12	
				1				1		1	
				1						20	
				1						0	
		1				1				8	
						1				2	
		1				1				5	
						1				3	
									1	9	
1										2	
							1			2	
					1					2	
						1				6	
									1	3	
						1				25	
				1						2	
1										8	
						1				19	
1										6	
						1				1	
			1							4	
		1								1	
										2	
						1				10	
										2	
						1				6	
									1	1	
					1					3	
						1				10	
						1				18	
						1				6	
						1				1	
						1				15	
1										4	
									1	11	
				8		7		10	2	6	325

_MO	PROB TOXIC/ALCOOL		ALTERAÇÕES PROVOC/ RMG					RESOLUÇÃO DO PROB DESEMP			CONTRIB DO PROJECTO			
	NADA	SIM	NAO	FINANCEIRA	TRABALHO	HABITAÇÃO	ATEND PERSO	AJ Técnico	SIM	NAO	NAO SABE	MUITO	POUCO	NADA
			1	1	1					1	1			
			1	1	1				1					1
			1	1	1			1			1			
1	1		1	1				1			1			
	1		1	1						1				
			1	1	1				1				1	
	1		1	1				1			1			
			1	1						1			1	
			1	1	1			1					1	
	1		1	1	1					1				
1			1	1			1		1				1	
	1		1	1				1					1	
			1	1	1				1					
1	1		1	1	1			1						1
			1	1						1				
1			1	1	1					1				
			1	1						1				
1	1		1	1				1					1	
			1	1						1				
1			1	1	1					1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						
			1	1						1				
1			1	1						1				
			1	1						1				
1	1		1	1	1			1						

Anexo 4:

Elementos relativos à auto-descrição dos beneficiários entrevistados

ANEXO 4:*"Elementos relativos à auto-descrição identificados pelos beneficiários entrevistados"*

Positivo		Neutro		Negativo	
Categoria	Nº	Categoria	Nº	Categoria	Nº
Alegre	4	Introversa	2	Passiva	10
Ambiciosa	3	Simplex	1	Triste	1
Amiga	6	Rebelde	1	Nervosa	13
Animada	1	Humilde	1	Enrascada	2
Asseada	1	Tímida	1	Baixa auto-estima	4
Assídua	8	Faladora	3	Insegura	2
Com alta auto-estima	12	Calada	5	Complexada	1
Aventureira	1			Infeliz	1
Bondosa	5			Branda	3
Calma	2			Imatura	1
Competente	2			Influenciável	1
Compreensiva	3			Preguiçosa	1
Consensual	1			Mau feitio	1
Cumpridora	1			Derrotista	1
Curiosa	1			Impaciente	3
Dedicada	1			Pessimista	5
Desenrascada	1			Agressiva	2
Dinâmica	2			Fraca	3
Divertida	5			Implicadora	1
Educada	1			Orgulhosa	3
Empenhada	1			Revoltada	1
Extroversa	2			Impulsiva	1
Flexível	1			Pouco ambiciosa	1
Forte	1			teimosa	20
Frontal	1				
Gosta de aprender	3				
Honesta	1				
Honrada	1				
Humana	1				
Idealista	1				
Lutadora	1				
Motivada	1				
Optimista	2				
Organizada	1				
Paciente	1				
Pacífica	1				
Persistente	2				
Pontual	7				
Positiva	3				
Prestável	2				
Reservada	1				
Respeitadora	1				
Responsável	5				
Saudável	1				
Com sentido de entre ajuda	6				
Sensível	4				
Simpática	3				
Sincera	2				
Sociável	13				
Solidária	2				
Sonhadora	1				
Tolerante	1				
Trabalhadora	5				
Total	144	Total	13	Total	87